

ISSN 2318-2695

REVISTA GEONORDESTE



Ano XXVIII

Nº 1

**São Cristóvão – SE
Janeiro – Junho de 2017**

**As contribuições assinadas são de responsabilidade exclusiva dos
autores**

GEONORDESTE (Publicação do) Núcleo de Pós-Graduação
em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – Ano 1, n.º. 1,
1984. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2017, n.º 1.

Semestral

1984 – 2017, I – XXVIII

1. Geografia – Brasil – Nordeste – Periódicos. I- Universidade
Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia.

CDU 91 (812/813) (05)

ISSN 2318-2695

GEONORDESTE é editada pelo Núcleo de Pós-Graduação em
Geografia, da Universidade Federal de Sergipe. Avenida Marechal
Rondon, S/N, Didática II, Cidade Universitária Professor José Aloísio
de Campos, CEP: 49.100-000, São Cristóvão (SE). Tel.: (79) 2105-
6782. E-mail geonordeste@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Reitor

Ângelo Roberto Antonioli

Vice-Reitor

André Maurício C Souza

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Marcus Eugênio Oliveira Lima

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PP GEO

Profª Drª Sônia de Souza Mendonça Menezes

Editor Responsável

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar, Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Instituto Federal de Sergipe (IFS), Brasil

Conselho Editorial

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar, Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Instituto Federal de Sergipe (IFS), Brasil

Profª Drª Sônia de Souza Mendonça Menezes, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil

Comissão Editorial

Alberlene Ribeiro Oliveira (PPGEO- UFS)

Juliana Antero da Silva (PPGEO- UFS)

Ozéas Péricles Silva Damasceno (PPGEO- UFS)

Priscila Pereira Santos (PPGEO- UFS)

Solimar Guindo Messias Bonjardim (PPGEO- UFS)

Vanessa Santos Costa (PPGEO- UFS)

Vanilza da Costa Andrade (PPGEO- UFS)

Handresha Rocha (PPGEO- UFS)

Comissão Científica desta Edição

Profª Drª Geisa Flores Mendes (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB)

Profª Drª Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (UFPB)

Prof Dr. Eraldo Ramos Filho (UFS)
Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo (UFS)
Prof Dr. Jailton de Jesus Costa (UFS)
Prof. Dr. José Eloízio da Costa (UFS)
Profª Dra. Lílian de Lins Wanderley (UFS)
Profª Drª Núbia Dias dos Santos (UFS)
Profª Drª Maria Augusta Mundim Vargas (UFS)
Profª Drª Renata Nunes Azambuja (UFS)
Profª Drª Rosana Oliveira Santos Batista (UFS)
Profª Drª Vera Lúcia Alves França (UFS)



EDITORIAL

Com a presente edição, apresentamos aos leitores o primeiro número da Revista GeoNordeste, do ano de 2017. Os artigos aqui publicados retratam pesquisas sobre Cuba e os seguintes estados brasileiros: Goiás, Rondônia, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Ceará e Sergipe. Vale ressaltar que na escala nacional esse nível de abrangência alcança todas as macrorregiões brasileiras, numa aposta clara da GeoNordeste na diversidade territorial. Com a divulgação destes artigos buscamos não apenas incitar o debate a respeito de temáticas geográficas como também apontar subsídios para o aprofundamento das questões delineadas pelos autores.

Os trabalhos da presente edição são procedentes de múltiplas pesquisas realizadas por docentes e discentes de Universidades e Centros de Investigação no Brasil e no exterior e envolvem temáticas na escala local, regional e nacional.

O lastro que orienta os artigos selecionados fundamenta-se nas discussões a respeito de diversos objetos de pesquisas envolvendo o espaço rural e urbano, a dimensão ambiental, memória, gênero, Geografia Política, modo de vida, além da utilização de recursos tecnológicos e de análise de políticas públicas. Almeja-se que a iniciativa de reunir artigos dessa natureza possa contribuir para adensar o debate científico em torno desses temas e, suscitar o interesse em prosseguir no desafio da discussão permanente em matérias de interesse geográfico.

Boa leitura a todos!

José Wellington Carvalho Vilar

Professor IFS-PPGEO-UFS

Editor-chefe da GeoNordeste

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Coordenadora do PPGEO e Professora do DGE/UFS

Conselho Editorial da GeoNordeste



TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E IDENTIDADES: RELAÇÕES MATERIAIS, SIMBÓLICAS E DE GÊNERO NO CAMPO

TERRITORIES, TERRITORIALITIES AND IDENTITIES: MATERIAL RELATIONS, SYMBOLIC, AND OF GENDER IN THE COUNTRYSIDE

TERRITORIOS, TERRITORIALIDADES E IDENTIDADES: RELACIONES MATERIALES, SIMBÓLICAS Y DE GÉNERO EN EL CAMPO

Lívia Aparecida Pires de Mesquita

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás
Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais – LABOTER
E-mail: liviap.msqt@gmail.com

Maria Geralda de Almeida

Professora do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás
Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais – LABOTER
E-mail: mgdealmeida10@gmail.com

RESUMO:

O território é entendido como um espaço apropriado e delimitado por relações de poder e constituído por relações materiais e simbólicas, as quais fornecem elementos para o desenvolvimento de territorialidades e para a constituição de identidades de homens e mulheres. No território da produção familiar, a divisão sexual do trabalho e dos espaços causa a invisibilidade do trabalho feminino na esfera produtiva, fato que influencia na construção da identidade da mulher rural. Todavia, as mulheres exercem suas territorialidades em ambos os espaços e suas atividades produtivas e reprodutivas são fundamentais para a vivência e a permanência da família no campo. Nesse sentido, propõe-se analisar as territorialidades e a identidade territorial dos sujeitos do campo e averiguar como essa discussão contribui para o reconhecimento da identidade da mulher rural. Para o desenvolvimento do artigo utilizou-se de pesquisa teórica sobre: território, territorialidade; identidade, gênero e espaço doméstico.

Palavras-chave: Território rural; produção familiar; relações de poder; mulher rural.

ABSTRACT:

The territory is understood as an appropriate space, delimited by power relations, and constituted by material and symbolic relations which provide elements to the territorialities development and for forming men and women identities. In the territory of familiar production, the sexual division of labor and of spaces causes the 'invisibility' of women's work in the productive sphere, fact that influences on the construction of the rural women's identity. However, women exercise their territorialities in both spaces and their productive and reproductive activities are fundamental to the family's livingness and permanence in the countryside. In this sense, it proposes to analyze the territorialities and the territorial identity of the subjects of the countryside and ascertain how this discussion contributes to the recognition of rural woman's identity. To the development of this research, have been taken theoretical research about: territory, territoriality, identity, gender and domestic space.

Keywords: Rural territory; familiar production; power relations; rural woman.

RESUMEN:

El territorio se entiende como un espacio apropiado y delimitado por relaciones de poder y constituido por relaciones materiales y simbólicas, las cuales proveen elementos para el desarrollo de territorialidades y para la constitución de identidades de hombres y mujeres. En el territorio de la producción familiar, la división sexual del trabajo y de los espacios causa la invisibilidad del trabajo femenino en la esfera productiva, hecho que influencia la construcción de la identidad de la mujer rural. Sin embargo, las mujeres ejercen sus territorialidades en ambos espacios y sus actividades productivas y reproductivas son fundamentales para la vivencia y permanencia de la familia en el campo. En ese sentido, se propone analizar las territorialidades y la identidad territorial de los sujetos del campo y averiguar cómo esa discusión contribuye al reconocimiento de la identidad de la mujer rural. Para el desarrollo del artículo se ha realizado investigación teórica sobre: territorio, territorialidad, identidad, producción familiar, género y espacio doméstico.

Palabras clave: Territorio; producción familiar; relaciones de poder; mujer rural.

1 INTRODUÇÃO

O território rural é marcado por intensas e complexas relações de poder. Esse poder pode ser caracterizado por relações políticas e econômicas no espaço, de ordem material, e também por constantes relações simbólicas e afetivas. Estas relações favorecem a constituição das identidades e territorialidades de quem vive no/do campo.

Para o homem e a mulher que trabalha e vive na/da terra, o seu território é um espaço necessário para produção e reprodução familiar, em sentido biológico, social, político e cultural. E além de local de vida, o território nesse contexto, está relacionado à representação do ser social enquanto agricultores e agricultoras¹.

A identidade desses sujeitos que vivem no/do campo é permeada pelas relações que eles estabelecem entre si e com o território. Todavia, culturalmente, a divisão sexual e social do trabalho no meio rural, associado às desigualdades de gênero, atribui papéis diferenciados para cada um dos sexos. Essa divisão de papéis, geralmente, leva ao não reconhecimento da identidade da mulher enquanto agricultora ou trabalhadora rural - seus afazeres na esfera doméstica não geram renda e, nas tarefas relacionadas à produção são considerados, na maioria das vezes, apenas como ajuda. A partir desses pressupostos, o propósito desse artigo é analisar as territorialidades e a identidade territorial de homens e mulheres que vivem no/do campo e como essa discussão favorece o reconhecimento da mulher como agricultora, trabalhadora rural.

Para alcançar o objetivo proposto foram realizadas leituras e fichamentos sobre: a) território, como base em autores como: Raffestin (1993), Giménez (2000), Santos (2002), Gomes (2005), Almeida (2005 e 2009) e Haesbaert (2009); b) territorialidade em Goméz, (2001), Bonnemaïson (2002) e Cruz (2007); c) identidade e identidade territorial recorreu-se a Penna (1992), Castells (1999), Haesbaert (1999), Cruz (2007) e Pollice (2010); d) o entendimento de gênero e espaço doméstico deveu-se aos autores: Scott (2005), Collignon (2010) e Velasco (2012).

A categoria geográfica território, por destacar as relações poder e as relações materiais e simbólicas constituídas no espaço pelos sujeitos, foi adotada para discutir a forma como homens e mulheres apropriam-se do espaço rural e estabelecem suas relações. E optou-se pela categoria de gênero, pois esta permite compreender os papéis e as diferenças existentes entre homens e mulheres com base nas construções sociais e culturais de cada sociedade e não apenas pelas suas características biológicas.

¹ O termo agricultor(a) é utilizado neste artigo para referir-se a homens e mulheres que trabalham e vivem na/da terra, sejam eles(as) camponeses(as), agricultores(as) familiares ou assentados(as).



Inicialmente realizou-se uma discussão sobre território e territorialidade, objetivando a análise das relações cotidianas desenvolvidas na produção familiar. A categoria de gênero foi utilizada para abordar as relações de poder estabelecidas entre os sexos, a divisão sexual do trabalho e sua influência na construção das territorialidades femininas. Por fim, abordou-se a identidade do homem e da mulher rural, destacando a relação de pertencimento dos sujeitos com o seu território, o que constitui a sua identidade territorial.

2 TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: OS SUJEITOS DO CAMPO

[...] Território é o lugar em que desembocam todas as relações, todas as paixões e todos os poderes, todas as forças e todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina tornada capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar. (SANTOS, 2002, p. 9).

As categorias e os conceitos geográficos como espaço, território, lugar e paisagem, permitem uma melhor compreensão da realidade que se pretende estudar, visto que descortinam à luz das suas distintas e complementares interpretações, o conteúdo multifacetado dessa realidade. O território, utilizado na Geografia e em outras ciências como Sociologia, Filosofia, Economia, entre outros, é abordado por diversas perspectivas, que valorizam suas características, políticas, econômicas, sociais e culturais. No presente artigo, busca-se utilizar território para destacar as relações sociais, políticas e culturais que os homens e as mulheres do campo estabelecem com o espaço ao longo do tempo.

De acordo com Villalobos (2012), não existe uma definição única dos conceitos de espaço, território e territorialidade, uma vez que cada autor tem sua própria visão, e nenhuma ciência, por si só, consegue abarcar e entender esses temas em totalidade. Para isso, o autor afirma que é necessário um enfoque multidisciplinar, em que diversas perspectivas se convergem para um objetivo central, que é a compreensão dos conceitos e das categorias básicas, com vistas ao enriquecimento da análise sobre a realidade. Nesse sentido, para entender as diversas visões sobre o território e a territorialidade da/na produção familiar, concordamos com Villalobos (2012) sobre a necessidade de realizar uma leitura ampla desses conceitos e categorias na Geografia e, também, em outras ciências.

Nos estudos geográficos são várias as definições de território, embora algumas sejam mais utilizadas do que outras, juntas contribuem para abarcar a complexidade dos fenômenos. Almeida (2005), em estudo sobre as noções de fronteira, territórios e territorialidade na construção do Lago

da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, considera que há uma imprecisão do sentido de território. A autora, dessa forma utiliza várias acepções do termo que vão desde um espaço político delimitado pelo poder, até um espaço efêmero de grupos sociais.

Nessa perspectiva, Saquet (2005), ao abordar a dialética de pensamento e do território, cita elementos e/ou aspectos centrais sobre a constituição do território, são eles: as redes de circulação e comunicação, as relações de poder e a formação de identidades. Observa-se que as relações de poder, a apropriação e as relações identitárias são inerentes ao conceito de território.

Autores como Gómez (2001), Saquet (2005) e Almeida (2009) abordam o território como um espaço relacional, que inclui relações de poder e de pertencimento, espaço material e movimentos. Segundo Gómez (2001), ao tratarmos de território, assumimos a existência de um espaço geográfico e de um sujeito que exerce uma relação de poder sobre ele. E a relação de pertencimento ou de apropriação não se refere apenas aos vínculos de propriedade, mas também aos laços subjetivos de identidade e afeto existentes entre o sujeito e o seu território. E é por essa perspectiva, que buscamos analisar a relação entre os homens e as mulheres do campo e destes com o espaço em que vivem.

A forma que o território é percebido, nomeado, configurado, representado e apropriado por um sujeito ou uma coletividade é um processo cultural, que também tem relevância para estabelecer limites e possibilidades de ação social. Neste contexto “el espacio adquiere categoria de território a través de un proceso de representación espacial”. (ASKENAZI, 2010, p. 294).

Deste modo, concorda-se com Haesbaert (2009) que espaço e território não podem ser compreendidos separadamente, uma vez que sem espaço não há território, afirmação anteriormente já feita por Raffestin (1993).

[...] o espaço é a expressão de uma dimensão da sociedade, em sentido amplo, priorizando os processos em sua coexistência/simultaneidade, o território pode ser definido a partir de uma abordagem sobre o espaço que coloca em foco ou privilegia as problemáticas de caráter político ou aquelas que envolvem a manifestação e/ou realização das relações de poder sob suas múltiplas esferas. (HAESBAERT, 2009, p. 105).

Raffestin (1993) salienta que é a partir do espaço que se forma o território, oriundo de uma ação conduzida por um ator, que ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, territorializa-o. O território se constitui pelo trabalho (energia e informação) executado em um espaço, marcado por relações de poder, que podem ser políticas, econômicas e/ou culturais. Ele ressalta “[...] o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144, grifos do autor).



Corroborando com Raffestin, Giménez (2000) aponta que o território é entendido como um espaço apropriado e valorizado pelas representações e pelo trabalho, é uma produção, a partir do espaço, inscrita no campo do poder. O espaço, para o autor teria uma relação de anterioridade em relação ao território, que se caracterizaria, pelo seu valor de uso, como um “campo de possibilidades”.

Bonnemaison (2002, p. 129) também salienta a relação entre espaço e território e a necessidade de não os pensar de forma dissociada. Conforme o autor, “[...] o espaço é errância, o território é enraizamento. O território tem necessidade de espaço para adquirir o peso e a extensão, sem os quais ele não pode existir; o espaço tem necessidade de território para se tornar humano [...]”.

Diante dessas colocações, temos como pressuposto que o território é concebido das múltiplas relações de poder desenvolvidas no espaço. E esse poder pode ser de ordem mais material, relacionado às relações econômicas e políticas e/ou um poder mais simbólico das relações de ordem cultural. De tal modo que não há territórios puramente funcionais e nem territórios meramente simbólicos. Há os territórios com cargas mais funcionais e outros mais simbólicos, mas em ambos há relações de poder (HAESBAERT, 2004), o que já afirmamos no início deste artigo.

Nessa linha de raciocínio, Cruz (2007) salienta que território é a mediação das relações de poder no espaço, e realiza-se em diferentes escalas e dimensões, de forma concreta e simbólica. Ele ressalta:

[...] Cada território se constrói por uma combinação e imbricação única de múltiplas relações de poder, do mais material e funcional, ligado a interesses econômicos e políticos, ao poder mais simbólico e expressivo, ligado às relações de ordem mais estritamente cultural. (CRUZ, 2007, p. 23).

No território rural, a luta por acesso à terra e às políticas públicas, as relações de gênero e as relações identitárias são marcadas por relações de poder materiais e simbólicas, que modificam os espaços, incorporando novas territorialidades e formas de vivências.

O território também é constituído por relações de pertencimento. O homem e a mulher que vivem no meio rural possuem uma relação afetiva com a terra, pois é no labor que esses sujeitos produzem e se reproduzem social, cultural e biologicamente. Destarte, o território é “[...] o resultado da valorização e da apropriação do espaço, contendo uma valorização simbólica, identitário-existencial [...]”. (ALMEIDA, 2005, p. 112).

O território tem valor para os sujeitos. Não apenas em relação a sua contribuição para sanar as necessidades econômicas, sociais e políticas, mas também como um portador de referências

simbólicas e culturais de homens e mulheres que ali vivem. De tal modo, as práticas e as relações materiais e simbólicas estabelecidas entre os sujeitos e o território vão constituir suas territorialidades.

As territorialidades são discutidas neste artigo a partir das contribuições de Goméz (2001), Raffestin (1993) e Bonnemaïson (2002). O primeiro autor considera a territorialidade como um conjunto de práticas que se expressam material e simbolicamente no espaço e possibilitam a apropriação e a permanência de um sujeito social ou coletivo no território.

Já Raffestin (1993) salienta os conjuntos de relações, mediadas pelo poder, que os sujeitos mantêm com os outros e com a exterioridade para constituírem suas territorialidades. Para o autor “a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas [...] É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores.” (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Abordagem semelhante, mas em uma perspectiva cultural, é feita por Bonnemaïson (2002, p. 107), para quem a territorialidade é a expressão do vivido, que engloba a relação que sujeitos estabelecem com o território e com o espaço externo, “é uma oscilação contínua entre o fixo e o móvel, entre o território ‘que dá segurança’, símbolo de identidade, e o espaço que se abre para a liberdade, às vezes também para a alienação.”

Diante das definições dos autores citados acima (GOMÉZ, 2001; RAFFESTIN, 1993; BONNEMAISON, 2002), compreende-se as territorialidades do homem e da mulher do campo como um conjunto de práticas cotidianas - sociais, econômicas e culturais - e de relações simbólicas e materiais que são estabelecidas entre os sujeitos e o território. Relações e práticas que contribuem para o modo de ser agricultor e agricultora e para garantir suas vivências e permanência no meio rural. Todavia, as relações estabelecidas pelos sujeitos, dentre elas as relações de gênero, influenciam na forma como a mulher se apropria e vivencia determinados espaços, questões que serão discutidas a seguir.

3 RELAÇÕES DE GÊNERO E TERRITORIALIDADES FEMININAS

El género produce territorialidades del mundo y del cuerpo – que sin ser límites físicos no por eso son menos activos – al incorporar y expulsar, aceptar y rechazar, liberar y confinar a los sujetos a determinados espacios sociales, pero, sobre todo, al establecer su permanencia y movilidad en y a través de esos mismos espacios [...] (VELASCO, 2012, p. 287).

Como já abordamos anteriormente, as relações políticas, econômicas, sociais e culturais definem formas de apropriação e uso do espaço, permitindo aos sujeitos estabelecer diferentes



territorialidades. E dentre as relações estabelecidas no território destaca-se as de gênero que, baseadas em uma cultura patriarcal, produzem uma distribuição desigual de autoridade, de poder e prestígio entre homens e mulheres. De tal modo, como afirma Veslaco (2012), as territorialidades também se constituem e são atravessadas real e simbolicamente pela experiência de gênero. Nesse sentido, pretende-se abordar como as relações de gênero contribuem para a formação das territorialidades femininas no território rural.

A discussão de gênero visa rejeitar o determinismo biológico, para caracterizar as diferenças entre homens e mulheres, e acentuar o caráter social dessas distinções baseadas no sexo. Além disso, o uso do conceito de gênero possibilita romper com a lógica de que homens e mulheres ocupam polos opostos, com uma relação de dominação-submissão, e demonstrar que a oposição existente entre os sexos é construída, não fixa e natural. Concorde-se com Scott (1995) que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo este uma forma primeira de dar significado às relações de poder.

Seguindo a lógica defendida por Scott (1995), de que toda relação de gênero é uma relação de poder, a divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres é um produto social que legitima as relações de poder, e estas são responsáveis pela definição das territorialidades ditas femininas e masculina no território rural.

A territorialidade, como uma construção social, também se estabelece e é atravessada real e simbolicamente pelo gênero (VELASCO, 2012), uma vez que implica e orienta certos usos e comportamentos, dependendo de quem é o sujeito que ocupa determinado espaço.

Nessa perspectiva, esta autora (2012) pontua que não há território, nem territorialidade sem limites, seja material ou metafórica. No entanto, esses limites não são fixos ou estáveis, estão em constante movimento e construção, graças às relações sociais, culturais e políticas que os constituem. E quando se fala de territorialidades masculinas e femininas, estas são marcadas por imposições e normas criadas pela sociedade da cultura patriarcal que dicotomiza os espaços, e estes passam a excluir determinados sujeitos dependendo do seu gênero, classe, sexo e raça.

Essa dicotomia dos espaços e a consequente relação de poder presente nos mesmos têm-se modificado pelas lutas dos movimentos sociais em busca de igualdade de direitos e com o aumento da inserção das mulheres na esfera pública. Todavia, ainda há determinados espaços em que a relação desigual de gênero impõe a autoridade de uns sobre os outros e, geralmente, a mulher é a mais prejudicada, pois a importância do seu trabalho em determinadas esferas é negada e/ou vista como menor que a do homem.

A divisão sexual do trabalho, de acordo com Bourdieu (2007) tem influência nas relações de dominação dos homens sobre as mulheres. Ela está presente nas práticas cotidianas, na ocupação e divisão do espaço, na divisão do tempo, ou seja, no *habitus* de cada sujeito o que de fato permite que essa relação pareça natural.

No meio rural, o roçado, o curral por serem espaços onde se realiza o trabalho dito produtivo, que gera renda monetária é o território do homem, enquanto os espaços domésticos da casa e o quintal são os territórios femininos. Neles as mulheres realizam o trabalho reprodutivo que corresponde a cuidar dos afazeres domésticos, da casa, dos filhos, dos pequenos animais e da horta familiar. Essas tarefas são pouco valorizadas devido a escassa ou nenhuma participação na geração de renda monetária. E, em algumas famílias a mulher procura assumir sozinha ou com a ajuda das filhas as responsabilidades da tranquilidade do lar, por medo de perder o domínio no espaço doméstico que a mesma considera como sendo seu, onde tem maior liberdade para exercer sua territorialidade.

O espaço doméstico foi por muito tempo despercebido até mesmo pelas e nas pesquisas Geográficas. Collignon (2010), com o objetivo de apresentar o ambiente doméstico como uma possibilidade de pesquisa para a Geografia, justifica que os espaços domésticos, principalmente até a década de 1970, eram considerados como não pertencentes à escala de estudos Geográficos. Acreditava-se que a escala micro não poderia ser a escala da Geografia e os estudos da esfera íntima não competiam ao âmbito dessa ciência.

Só a partir dos anos de 1980 o espaço doméstico começa a chamar atenção de geógrafas e geógrafos, por parte da geografia feminista, com autoras como Mona Domosh² e da geografia humanista, com Jacques Pezeu Massabau³ e Yi-Fu Tuan⁴. As geógrafas feministas buscavam mostrar que a desigualdade de gênero se expressava na forma como se estruturava a sociedade, e os espaços domésticos começam a ser analisados como espaços de reclusão das mulheres. Nessas análises as atenções voltaram-se para as relações entre o interior e o exterior; entre o âmbito privado familiar e o público do trabalho e das relações sociais. O interesse estava na forma em que a casa, entendida como uma “caixa”, era definida por alguns (homens) como lugar predileto dos demais (mulheres), e como se os outros lugares não fossem para elas. (COLLIGNON, 2010).

Para essa autora (2010), os estudos dos espaços domésticos podem nos ajudar a compreender as modalidades de construção da dimensão espacial da sociedade. Uma vez que evidencia o primeiro espaço da experiência do ser no mundo de praticamente qualquer ser humano.

² DOMOSH, Mona. Geography and gender: home again? **Progress in Human Geography**, vol. 22, nº 2, 1998. p. 276-282.

³ PEZEU-MASSABUAU, Jaques. *La Maison Japonaise*. Paris: Publications orientalistes de France, 1981.

⁴ TUAN, Yi-Fu. *Cosmos y hogar: un punto de vista cosmopolita*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 2005.



E, por ser um espaço onde as mulheres exercem suas territorialidades, é importante para demonstrar o quão necessário é o seu trabalho para a sobrevivência da família.

No meio rural as atividades desempenhadas pelas mulheres são fundamentais para a produção e a reprodução da família. E, diferente dos homens que se dedicam inteiramente ao trabalho agrícola, as mulheres combinam diferentes modalidades de trabalho desdobrando-se entre os afazeres domésticos e agrícolas, entre a casa, o quintal e o roçado. Elas também realizam outras atividades, como o processamento de alimentos (queijos, requeijão, bolos, doces, farinha de mandioca, polvilho, açafrão). A produção desses alimentos traz uma importante contribuição para a sobrevivência das famílias, uma vez que se destina primordialmente ao consumo familiar. Porém, quando há excedentes eles são comercializados, gerando renda monetária para a família. Destarte, a mulher estabelece suas territorialidades tanto nos espaços reprodutivos, como nos produtivos.

A territorialidade feminina se constrói cotidianamente pela apropriação simbólica e afetiva do espaço e pelas relações de poder e também de solidariedade estabelecidas com os sujeitos. As mulheres, com os seus conhecimentos e experiências usam e controlam o território em busca de melhor qualidade de vida para a sua família.

Conclui-se que é por meio das territorialidades constituídas no território rural que homens e mulheres elaboram suas práticas, formas de vivências, e se identificam como um grupo social. Na próxima seção realiza-se uma breve discussão sobre a constituição da identidade desses sujeitos e a influência dos papéis sociais na definição da identidade da mulher rural.

4 IDENTIDADE E TERRITÓRIO: RELAÇÕES MATERIAIS E SIMBÓLICAS NO MEIO RURAL

[...] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato fixo, estável, permanente e definitivo, nem tampouco é completamente coerente, unificada, mas sim instável, contraditória, inacabada e contingente. É uma construção, um processo de produção relacional de significados sociais e culturais de uma determinada posição-de sujeito, construída historicamente no movimento das relações de poder na sociedade [...] (CRUZ, 2007, p. 22).

A relação estabelecida entre os sujeitos e o seu território, as formas de apropriação do espaço e seu processo de produção, o sentimento de pertencimento à terra, à uma comunidade, contribuem para a formação da identidade. Neste contexto, pretende-se abordar as identidades de homens e mulheres rurais, enfatizando a mulher rural.

O conceito de identidade é entendido por Castells (1999), como a fonte de significados e de experiência de um povo, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados. Para o autor as

identidades são construídas socialmente, pelas vivências pessoais e coletivas dos sujeitos, e estas são reorganizadas de acordo com as tendências sociais e os projetos culturais enraizados na sociedade e de acordo como a sua visão do tempo e do espaço.

As identidades são construídas no cotidiano, nas relações estabelecidas entre os sujeitos e destes, com o espaço em que vivem. De acordo com Cruz (2007), a identidade é uma construção histórica e relacional das acepções sociais e culturais que levam a identificação ou distinção de um sujeito ou de um grupo. Portanto, a identidade só pode ser compreendida por meio da relação com o outro. Não é possível compreender a identidade de qualquer grupo social analisando apenas o seu modo de vida, as suas práticas culturais, uma vez que as identidades e os sentimentos de pertença são construídos de forma relacional, contrativa e, até mesmo, conflitiva. As identidades, não são completamente determinadas, fixadas, são dinâmicas, construídas pelas representações simbólicas e subjetivas e pela experiência social materializada no espaço.

Diante das afirmações de Cruz (2007) e Castells (1999), nota-se que a identidade de homens e mulheres que vivem no campo são reafirmadas na relação com o outro, por meio de uma afirmação/negação do sujeito enquanto ser social. Sendo assim, as relações com o outro e com o meio em que vivem, os aspectos simbólicos e culturais vividos no território, a história individual e coletiva de cada sujeito - o modo de morar, plantar, cuidar, colher, falar - revelam suas características identitárias.

E é por meio da relação que os sujeitos do campo estabelecem com o seu território que há a formação de uma identidade territorial. Esse termo é discutido por Haesbaert (1999) como uma identidade social definida pela apropriação simbólica e concreta de um território, que se constitui pelos processos de identificação social. Para este autor, não há territórios que não despertem em seus habitantes algum tipo de identificação e valoração simbólica, sejam elas positivas ou negativas.

A construção de uma identidade territorial, de acordo com Cruz (2007), implica dois elementos: o espaço de referência identitária e a consciência socioespacial de pertencimento. O primeiro refere-se ao espaço concreto e simbólico onde se desenvolve uma identidade social e cultural. E o segundo elemento constitui-se pelo sentimento de pertencimento, os laços de solidariedade e de auto reconhecimento do indivíduo ou grupo em relação a um território.

No meio rural, homens e mulheres, ao se apropriarem de um território com um espaço de referência identitária, criam o sentimento de pertencimento à terra, pois têm a convicção que dela tiram o seu sustento. Assim, aprendem sobre o trabalho agrícola, sobre as plantas, os animais e cultivam seus sonhos e sua cultura.



É por meio dessa relação com a terra e com o território que esses(as) agricultores(as), trabalhadores(as) rurais utilizam de diversas fontes de renda e de trabalho, constituem seus espaços e combinam espécies e variedades de vegetais. E dessa maneira organizam a produção e a vida social e cultural, com base em modelos de saber e de conhecimentos construídos pela família e apreendidos no decorrer da sua formação cultural. As territorialidades construídas de acordo com o modo de vida, as vivência, as experiências e as necessidades de cada grupo familiar favorecem a constituição identitária de homens e mulheres do campo. Deste modo, concorda-se com Pollice (2010), que a identidade territorial norteia os processos de territorialização e estes mesmos processos reforçam a identificação entre o sujeito e o seu espaço vivido.

A identidade territorial é construída relacional e historicamente, já que está ligada ao imaginário social dos sujeitos, que se apropriam materialmente e simbolicamente de um determinado espaço. É na relação com o território que conhecimentos são aprendidos e ressignificados pela vivência cotidiana e pelas relações simbólicas. O trabalho na terra, o cultivo dos quintais, do roçado, o cuidado com os animais, com a casa, as manifestações religiosas, os fazeres e os saberes, são evidências da identidade territorial de agricultores e agricultoras.

No entanto, ao abordamos a identidade territorial desses sujeitos do campo é importante salientar a influência dos papéis sociais, definidos historicamente e culturalmente e desempenhado pelos diferentes sexos na definição da identidade territorial da mulher rural.

Castells (1999, p. 23), em sua abordagem sobre a diferença entre identidades e papéis, afirma que “os papéis são impostos, definidos por normas de instituições e organizações sociais, com o objetivo de influenciar o comportamento dos indivíduos” E a identidade é construída pelo processo de individuação e se constitui de fontes de significados para os sujeitos. “[...] identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções [...]”.

Os papéis que são impostos cultural e historicamente para os diferentes sexos, atribuem à mulher o papel de mãe e dona de casa. Já o homem assume o papel de provedor da família, sendo lhe reservado as atividades de maior valia. Essa divisão de papéis leva à gratuidade do trabalho da mulher na produção familiar e, conseqüentemente, influencia na construção da sua identidade.

As relações desiguais de gênero passadas de geração em geração e transmitidas culturalmente se encontram naturalizadas no modo de vida de muitas famílias tanto no campo quanto na cidade. Realidade que leva muitas mulheres a acreditarem que o seu lugar é na esfera doméstica, por se sentirem menos capazes de realizar as tarefas fora de casa, e também por serem as únicas responsáveis pelo cuidado doméstico. Esse modo de pensar encontra-se fortemente enraizado na mente das mulheres do meio rural. Dessa forma, elas próprias não se reconhecem como

agricultoras, trabalhadoras rurais.

Penna (1992), ao realizar uma discussão sobre a identidade social, como destaque para a identidade regional nordestina, levanta quatro hipóteses sobre a questão do que faz ser nordestino: a) a naturalidade - a identidade dada pelo local de nascimento; b) vivência - experiência de vida na região; c) cultura – as práticas culturais e d) a autoatribuição - como o indivíduo se define, se reconhece.

Após testar as hipóteses, Penna (1992) ressalta a necessidade de buscar enquanto referencial identitário os elementos socialmente importantes e significativos para o indivíduo ou o grupo. Segundo esta autora, não é possível o pesquisador “deduzir” a identidade do sujeito ou do grupo apenas pela sua objetividade, ou seja, suas práticas, modos e vidas. Ela alerta que o modo de perceber do(a) pesquisador(a) sobre essas características pode não ser a mesma do próprio indivíduo ou do grupo. Penna (1992, p. 72), cita também a memória como importante para o suporte da identidade, “[...] ela seleciona informação, conhecimentos e experiências, articulando de forma inteligível (dando-lhes significado e valor) os aspectos multiformes do vivido [...]”.

Diante dessas considerações, concordamos com Penna (1992) ao afirmar que a identidade não pode ser deduzida apenas pelos dados objetivos. A identidade do sujeito é também resultado da definição tanto interna, quanto externa, ou seja, o modo como nós reconhecemos e como somos reconhecidos pelos outros.

Segundo Cruz (2007), a busca pela afirmação de uma identidade, com o objetivo de manter visível a especificidade de um grupo ou de um indivíduo, denota que a definição de uma identidade está também sujeita às relações de poder. Destarte, “[...] a construção das identidades pode servir tanto para a manutenção e a legitimação das relações de poder hegemônicas na sociedade, quanto para subvertê-las [...]”, possibilitando a produção de novas identidades. (CRUZ, 2007, p. 20).

A identidade da mulher, como discutido anteriormente, é uma construção social e cultural. E no meio rural essa identidade e suas significações são permeadas por características próprias e derivadas das relações com os demais sujeitos e com a terra. Deste modo, a mulher rural além de mulher carrega os traços identitários do seu espaço de vida: é mulher e é agricultora. Dessa forma, acredita-se que a construção da identidade das mulheres e a sua valorização como agricultora, trabalhadora rural, incita processos de mudanças nas relações desiguais de gênero. Essa identidade construída possibilita o propósito de subverter a ordem hegemônica da cultura patriarcal presente no cotidiano das mulheres do campo.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território rural é para o homem e a mulher do campo um local de trabalho e de vida. E ter acesso a este, apropriar-se de um pedaço de terra está diretamente ligado à continuidade da reprodução do patrimônio familiar. Quando os indivíduos se apropriam de forma simbólica e funcional do espaço estabelecendo relações políticas, econômicas e culturais constroem suas territorialidades e identidades constituindo novos territórios.

A identidade por sua característica histórica e social é construída de acordo com as práticas cotidianas vivenciada no tempo e no espaço por cada sujeito ou grupo social. E é a relação estabelecida com o território que confere à mulher e ao homem do campo uma identidade territorial.

Todavia, a divisão sexual do trabalho e dos espaços - com base na cultura patriarcal ainda presentes no modo de vida de muitas famílias no meio rural - influencia no modo como é definido os papéis e como é visto as atividades desempenhadas pela mulher nos espaços produtivos e reprodutivos. Geralmente há uma invisibilidade e uma desvalorização do trabalho da mulher rural fato que dificulta o seu reconhecimento como agricultora e desconsidera suas territorialidades construídas nos espaços do roçado, do quintal e do curral.

Como afirmamos neste artigo, as identidades não são fixas e estáveis, mas estão sempre em construção. Dessa forma, destaca-se a importância de reconhecer e valorizar o trabalho feminino nos espaços produtivos e no espaço doméstico, para que própria mulher se reconheça como uma agricultora, uma trabalhadora rural, que tem o direito de construir e vivenciar suas territorialidades em ambos os espaços.

Conclui-se, com base nas contribuições de Almeida (2013), que é necessário que a Geografia penetre no invisível presente nas territorialidades dos sujeitos rurais para fazê-lo visível, uma vez que a realidade não é apenas o que se vê. É importante “saber olhar o que não se vê.” Isso implica em compreender além das aparências expostas no cotidiano, do que é visível nas relações entre homens e mulheres. Esta é a essência do desvelar o invisível, as dinâmicas das relações de poder e de gênero no território e a influência dessas relações na forma como a mulher rural vivencia e se apropria do espaço.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**. Ano 2, n. 2 Fortaleza: ANPEGE, 2005 p. 103-114. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/86/46>>. Acesso em: ago. 2015.
- ALMEIDA, M. G. de. Diásporas: viver entre-territórios e entre-culturas? In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). **Territórios e territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 175-195.
- ALMEIDA, M. G. A Propósito do trato do invisível, do intangível e do discurso na Geografia Cultural. **Anpege**, Fortaleza. v. 9, n. 11, p. 41-50, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/289/RA11txt04>>. Acesso em: abr. 2015.
- ASKENAZI, L. H. El análisis cultural del espacio: contribución a una geografía crítica. In: CELIS, A. M. (Coord.). **Reflexiones sobre el espacio en las ciencias sociales**: enfoques, problemas y líneas de investigación. Cuajimalpa, México, 2010. p. 283-306.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: Correa R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural**: um Século (III). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.p. 83-131.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 160 p.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 21-92. 2 v.
- COLLIGNON, B. De las virtudes de los espacios domésticos para la geografía humana. In: LINDÓN, A; HIERNAUX, D. (Org.). **Los Giros de la Geografía Humana**: desafíos y horizontes. México: Anthropos, 2010. p. 201-240.
- CRUZ, V. C. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, A. C.A. et. Al. (Orgs.). **Itinerários Geográficos**. Niterói. EdUFF, 2007. p. 13-35.
- GENIS, A. D. **La construcción de la identidad en América Latina**: una aproximación hermenéutica. Montevideo: Nordan-Comunidad, 2004, p. 19-41.
- GIMÉNEZ, G. Territorio, culturas e identidades. La región sociocultural. In. BARBERO, J. M. et al. (Eds.). **Cultura y región**. Colômbia: Litocamargo. 2000, p. 87-132
- GOMES, P.C. da C. Sobre territórios, escalas e responsabilidade In: HEIDRICH, A. L. et. al. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 37-45.
- GÓMEZ, G. M. Razón y pasión del espacio y el territorio. In: GÓMEZ, G. M. et al. (Orgs.) **Espacio y territorios**: razón, pasión e imaginarios. Bogotá: Unobiblos, 2001. p. 15-32.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L (Org.). **Manifestações culturais no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.



HAESBAERT, R. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

PENNA, M. **O que faz ser nordestino**: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez, 1992. p. 49-81.

POLLICE, F. O papel da identidade territorial no desenvolvimento local. **Espaço e Cultura**. UERJ, RJ. N.27, p.7-23, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3539/2461>>. Acesso em: ago. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. O Dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et. al. (Orgs.). **Território e territórios**. Niterói, 2002. p. 09-15.

SAQUET, M. A. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, A. L. et al. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 47-60.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Disponível em: <http://www.archive.org/details/scott_gender>. Acesso em: 28 set. 2010.

VELASCO, M. C. Territorialidad del género y generidad del territorio. In: RAMOS, M. E. R.; LARA, A. F. L. (Org.). **Explorando territorios**: una visión desde las ciencias sociales. México, 2012, p. 236-293.

VILLALOBOS, L. A. Una aproximación interdisciplinaria a los conceptos de espacio y territorio. In: RAMOS, M. E. R.; LARA, A. F. L. (Org.). **Explorando territorios**: una visión desde las ciencias sociales, México: UNAM-X, 2012. p. 48-80.

Recebido em 21 de novembro de 2016

Aprovado em 16 de março de 2017



DINÂMICA DA ESTRUTURA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO LOS PALACIOS, PROVÍNCIA DE PINAR DEL RÍO, CUBA, NO PERÍODO 1995-2013

DYNAMICS OF THE AGRARIAN STRUCTURE IN THE MUNICIPALITY OF THE PALACIOS, PINAR DEL RÍO PROVINCE, CUBA, IN THE PERIOD 1995-2013

DINÁMICA DE LA ESTRUCTURA AGRARIA EN EL MUNICIPIO LOS PALACIOS, PROVINCIA DE PINAR DEL RÍO, CUBA, EN EL PERÍODO 1995-2013

Elieser Marmol Fundora

Instituto de Geografía Tropical (IGT) - Cuba

E-mail: elieserm@geotech.cu

Angelina Herrera Sorzano

Facultad de Geografía. Universidad de La Habana.

E-mail: aherrera@geo.uh.cu

Roberto González Sousa

Facultad de Geografía. Universidad de La Habana.

E-mail: rgsousa@geo.uh.cu

RESUMO:

O estudo da atividade agrícola requer uma abordagem sistêmica, dada a complexidade da estrutura, funcionamento e relações que a caracterizam e que estão submetidas à ação de diferentes fatores. Não obstante, metodologicamente é necessário reduzir o objeto de estudo, nesse caso, a estrutura agrária, categoria analítica que encerra em seu conteúdo vários dos atributos fundamentais que explicam seu dinamismo no tempo e no espaço. A presente pesquisa se orienta para a análise da dinâmica da estrutura agrária do município Los Palacios no período 1995-2013, seus efeitos na organização territorial e na produção do setor agrícola. Foi utilizado material estatístico e ferramentas de geomática. A estrutura agrária foi estudada a partir dos componentes naturais, sociodemográficos, econômico-produtivos, tecnológicos, político-jurídicos e do uso e posse da terra, que se consideram como principais atributos desta categoria. Como resultado se evidencia que, embora as mudanças ocorridas em alguns de seus componentes se viram refletidas na recuperação de determinadas produções, esta não é suficiente ante a demanda insatisfeita de alimentos e o volume de suas importações. É necessário enfocar as ações para uma maior capitalização do espaço rural, em particular agrícola, na infraestrutura produtiva, reabilitação e manutenção do sistema de irrigação e drenagem, e incremento das maquinárias, medidas que podem contribuir para reduzir a migração da população rural que na atualidade se manifesta neste território. Ademais, se avalia como significativo o resultado que teve o processo de entrega de terras em Los Palacios, principalmente para o cultivo de arroz, associado fundamentalmente aos ganhos monetárias que recebem diretamente os camponeses, assim como a tradição e conhecimento que possuem do processo produtivo de arroz.

Palavras-chave: Estrutura agrária; posse da terra; produção agrícola.

ABSTRACT:

The study of farming needs to be tackled systemically, given the complexity of the structure, operation and relationships that characterize it, which are subject to the action of dissimilar factors. However, it is methodologically necessary to reduce the object of study, in this case, the agrarian structure, analytical category that contains in it, several of the fundamental attributes that explain its dynamics in time and space content. This research is aimed to analyze the dynamics of the agrarian structure of the municipality of Los Palacios in the period 1995-2013, its effects on territorial organization and production of the agricultural sector. It is used for this statistical material and tools of geomatics. The agrarian structure is studied from the natural components, socio-demographic, economic and productive, technological, political-legal and use and land tenure, which are considered by the author as main attributes of this category. As a result it is evident that, although the changes in some of its components have been reflected in the recovery of certain products, it is not sufficient to fit the food demand and the volume of imports. You need to focus actions towards greater capitalization of rural areas, particularly agriculture, say the productive infrastructure, rehabilitation and maintenance of irrigation and drainage, increasing Machine Park, measures that can help to reduce the migration of the rural population which currently is reported in this territory. In addition, is valued as a significant result, the process of

distribution of land in Los Palacios, mainly for rice cultivation, associated with monetary gains that directly perceived by farmers as well as tradition and knowledge possessed by the rice production process.

Keywords: Agrarian structure; land tenure; crop production.

RESUMEN:

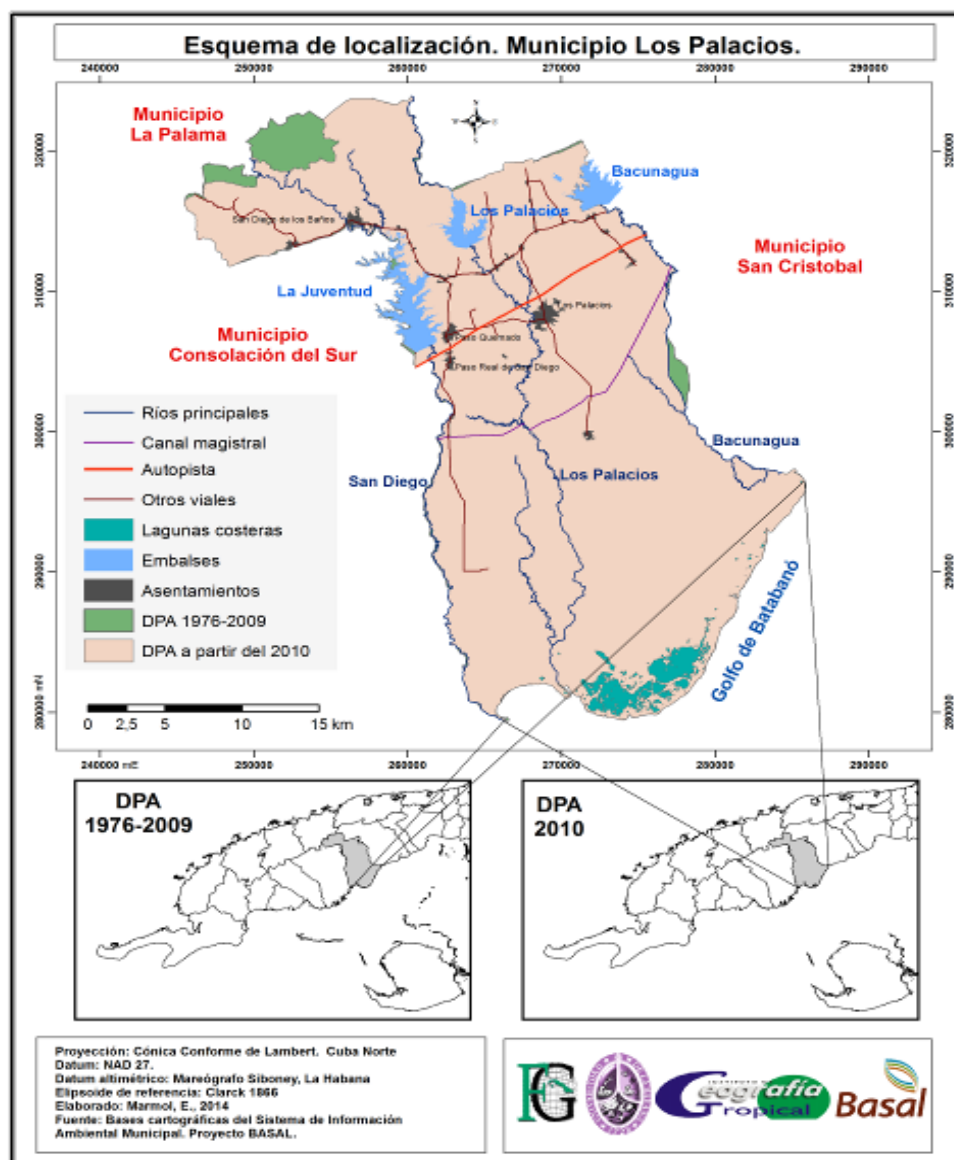
El estudio de la actividad agrícola requiere ser abordado de manera sistémica, dado lo complejo de la estructura, funcionamiento y relaciones que la caracterizan y que están sometidas a la acción de factores disímiles. No obstante, metodológicamente es necesario reducir el objeto de estudio, en este caso, a la estructura agraria, categoría analítica que encierra en su contenido varios de los atributos fundamentales que explican su dinamismo en el tiempo y espacio. La presente investigación se orienta al análisis de la dinámica de la estructura agraria del municipio Los Palacios en el período 1995-2013, sus efectos en la organización territorial y la producción del sector agrícola. Se utiliza para ello material estadístico y las herramientas de la geomática. La estructura agraria se estudia a partir de los componentes naturales, sociodemográficos, económico-productivos, tecnológicos, político-jurídicos y del uso y tenencia de la tierra, que se consideran como principales atributos de esta categoría. Como resultado se evidencia que, si bien los cambios acaecidos en algunos de sus componentes se han visto reflejados en la recuperación de determinadas producciones, ésta no es suficiente ante la demanda insatisfecha de alimentos y el volumen de sus importaciones. Es necesario enfocar las acciones hacia una mayor capitalización del espacio rural, en particular agrícola, en la infraestructura productiva, rehabilitación y mantenimiento del sistema de riego y drenaje, incremento del parque de maquinarias, medidas que pueden contribuir a reducir la migración de la población rural que en la actualidad se reporta en este territorio. Además, se valora como significativo el resultado que ha tenido el proceso de entrega de tierras en Los Palacios, principalmente para el cultivo del arroz, asociado fundamentalmente a las ganancias monetarias que perciben directamente los campesinos, así como la tradición y conocimiento que poseen del proceso productivo del arroz.

Palabras claves: Estructura agraria; tenencia de la tierra; producción agrícola.

1 INTRODUCCIÓN

Los trabajos efectuados sobre la actividad agrícola en Cuba, por lo general, no se realizan con el enfoque de estructura agraria y cuando se hace referencia a esta, posee una insuficiente visión espacio-temporal, desactualizada y desvinculada de los niveles productivos. La mayoría de estos se enmarcan en el estudio de la dinámica estadística del uso y la tenencia de la tierra a nivel nacional o se restringen básicamente a analizar los resultados productivos de la agricultura a ese nivel, y carece de la visión sistémica necesaria para abordar la temática. Por otra parte, en esos estudios no se aprovechan las posibilidades que brindan las técnicas de la geomática para la representación espacial y el valor agregado que esto puede dar a los análisis y a la toma de decisiones en las diferentes temáticas.

Por todo lo antes expuesto, el objetivo general de la presente investigación es el análisis de la dinámica de la estructura agraria del municipio Los Palacios, sus efectos en la organización territorial y en la producción agrícola en el período 1995-2013. La selección de Los Palacios, como caso de estudio, se debe a su especialización en el cultivo del arroz, alimento básico en la dieta de la población cubana. Según la ONEI (Oficina Nacional de Estadísticas e Información) (2012), la extensión superficial del municipio es de 764,78 km² (con el reajuste de la DPA (División Político-Administrativa) del 2010 el municipio perdió 20,78 km²) y cuenta, según el Censo de Población y Viviendas del 2012, con una población de 39.072 habitantes (Figura 1).

Figura 1: Esquema de localización

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

2.1 Marco teórico y conceptual

El concepto de estructura agraria, considerada como el conjunto de los elementos (componentes) y relaciones de una realidad concreta y determinada de la agricultura de un país, región o empresa agrícola (GARRIDO, 1969), es de amplio uso, tanto por autores nacionales como extranjeros, en los estudios rurales. La revisión bibliográfica evidenció que la tenencia de la tierra

se encuentra entre los principales atributos de la estructura agraria e interviene activamente en su dinámica y funcionamiento. En la presente investigación, el estudio de la estructura agraria en el municipio Los Palacios se realiza a partir de las características de los componentes que la definen: naturales, sociodemográficos, económico-productivos, tecnológicos, político-jurídicos, uso y tenencia de la tierra; con énfasis en estos dos últimos. Las diferentes formas de gestión de la tierra, son analizadas a partir de las formas de tenencia y explotación, que en lo sucesivo solo se nombrará como tenencia de la tierra. También es importante tener en cuenta que el peso de los componentes sobre el funcionamiento de la estructura agraria es variable en espacio y tiempo. En el contexto cubano, la tenencia de la tierra es sin dudas, el que mayor peso tiene en la dinámica de la estructura agraria y la producción agrícola, ya que es el teniente quien se espera tenga la capacidad de decidir en las distintas etapas de funcionamiento de la cadena agroalimentaria.

2.2 Metodología

Las informaciones a las que se tuvo acceso para caracterizar los componentes de la estructura agraria son muy heterogéneas en su temporalidad y riqueza de contenido, lo que redujo el período de estudio a los años 1995-2013. No obstante, existen informaciones del uso de la tierra que pudieron ser obtenidas para años anteriores, mientras que los indicadores de producción solo a partir del 2004. Los valores numéricos fueron representados en tablas y gráficos; mientras que los datos espaciales se procesaron con el Sistema de Información Geográfica (SIG) para la elaboración de la cartografía y el manejo de las bases de datos asociadas. Con la finalidad de obtener una visión espacial de la dinámica del uso de la tierra en el período de análisis se recurrió a la utilización de imágenes de satélite de la plataforma Landsat.

Estas acciones permitieron la obtención del mapa de cobertura de la tierra del año 2000, que junto a los materiales complementarios posibilitaron la elaboración del mapa de uso de la tierra para ese año. Los mapas de uso de la tierra para los años 1985 y 2013, son el resultado de la actualización de los mapas existentes de uso de la tierra (GONZÁLEZ et al., 1990) y GEOCUBA (2010), a partir de los resultados de las clasificaciones de las imágenes para esos años y los levantamientos en el terreno para el año 2013. A partir de los gráficos, mapas y el trabajo de campo se analiza el comportamiento de la estructura agraria en el período de estudio y su relación con los resultados productivos.

2.3 Materiales y métodos

En la investigación fueron de gran utilidad los trabajos de González (1990); [Empresa de Proyectos e Ingeniería] ENPA (2012); [Instituto de Planificación Física] IPF (2012); y Cárdenas, (2013), que abordaron el contexto territorial en el que se desenvuelve la actividad agrícola y su funcionamiento. En el análisis del uso de la tierra, el trabajo se apoyó en imágenes de la plataforma satelital Landsat de tres sensores distintos: Thematic Mapper (TM), Enhanced Thematic Mapper Plus (ETM+) y OLI. Además, se realizó el levantamiento de puntos de observación con GPS durante los trabajos de campo en los años 2013 y 2014, a través del proyecto de investigación Bases Ambientales para la Sostenibilidad Alimentaria Local (BASAL), financiado por la Unión Europea. Se utilizaron las bases cartográficas a escala 1:25 000, elaboradas por el IPF municipal y por el Sistema de Información Ambiental Municipal (SIAM).

3 DINÁMICA DE LA ESTRUCTURA AGRARIA EN EL MUNICIPIO DE LOS PALACIOS

3.1 Generalidades

En la estructura agraria cubana se ha producido una diversificación en las formas de tenencia, donde las Cooperativas de Créditos y Servicios (CCS), los usufructuarios y los campesinos dispersos incrementan su participación en la actividad agrícola nacional, resultado del aumento de la superficie que destinan a los cultivos alimenticios, la producción obtenida y el suministro de productos agrícolas a los mercados. Se incorpora en este proceso de diversificación a partir de 1994, las Unidades Básicas de Producción Cooperativa (UBPC), con grandes extensiones de tierras y altas consumidoras de insumos, y que provienen de la división de las empresas agrícolas estatales. Su creación se produce en el marco de la crisis económica y alimentaria que se origina en el país a partir de la caída del Campo Socialista. Estas últimas son organizaciones productivas de naturaleza cooperativa en su gestión, que mayores áreas destinan a pastos naturales y donde la presencia de tierras ociosas es notoria, aspectos que evidencian una explotación deficiente de sus tierras.

Por otro lado, si bien se logra un módico aumento en los volúmenes de producción agrícola nacional (se excluye la producción cañera en este análisis) durante el período analizado, su magnitud es inferior a los niveles de producción total obtenidos en el año 1989 e insuficiente para



satisfacer la demanda de alimentos existente hoy en el país. Entre los factores que influyen en los exigüos incrementos logrados se destacan la disminución de las áreas cultivadas, el escaso efecto provocado por los cambios en la estructura agraria y una especialización productiva de la tierra sustentada en formas de gestión estatal y en las UBPC, asociada a la caña de azúcar, los frutales, el arroz y la ganadería. Por otro lado, las formas de gestión no estatal (excluyendo las UBPC) se especializan en cultivos de ciclo corto, con mayor grado de diversificación e incrementos en sus indicadores productivos. Es por esta situación, que para satisfacer la demanda de alimentos de la población, Cuba en el 2014 importa productos por un valor de 1 917 741 miles de pesos, (ONEI, 2015).

En la actualidad, la agricultura cubana tiene fuertes carencias de fuerza de trabajo, de recursos económicos, materiales y tecnológicos, bases imprescindibles para su desarrollo. Es necesario destacar por sus consecuencias, las políticas sociales dirigidas a mejorar las condiciones de vida y trabajo de la población rural, objetivos que se logran, aunque estas políticas también favorecieron la migración campo-ciudad, proceso al cual se suma la descapitalización que experimenta el campo cubano a partir de la crisis económica de los años 90. El Estado ha promovido y promueve en la actualidad, cambios en algunos de los componentes de la estructura agraria (principalmente en los político-jurídicos y la tenencia de la tierra), necesarios pero a su vez no suficientes para lograr un rápido crecimiento de la producción agrícola, dada la falta de una visión sistémica en su planificación y ejecución. La mayoría de los cambios realizados son aquellos de menor complejidad y alcance en sus propuestas (entregas de tierras ociosas, ventas de útiles y herramientas, aumento de precios de compra a productos de alta demanda como la leche, café, entre otros; modificaciones en los reglamentos de las UBPC), mientras que otros de más envergadura y que traerían consigo una mayor repercusión en los resultados productivos siguen siendo postergados.

A pesar de que se conocen las dificultades económicas y financieras por los que atraviesa Cuba, así como de las limitantes impuestas por el bloqueo estadounidense, es posible tomar medidas internas que contribuyan de forma discreta y paulatinamente a superar gran parte de los problemas que afectan la actividad agrícola y el funcionamiento de la cadena agroalimentaria. Dentro de estas, podemos encontrar medidas tan sencillas como: el mayor uso de la rotación de cultivos, de fertilizantes orgánicos y control biológico; u otras de mayor complejidad como las que se proponen en Nova (2014):

- Consolidación de un mercado de insumos y bienes de producción.

- Que el productor pueda decidir de acuerdo al comportamiento del mercado y los requerimientos sociales, lo que va a producir, a quién le va a vender, dónde y a qué precios.
- Diversificar las formas de comercialización como alternativa ante formas monopólicas y/o oligopólicas.

Al escenario descrito con anterioridad, se suma el alto grado de centralización de las decisiones que afecta a los diferentes sectores de la economía, y que se encuentra en la génesis de muchos de los procesos que han ocurrido y ocurren en el municipio Los Palacios, situación no superada aún por el denominado proceso de actualización del modelo económico que se lleva adelante en el país. El escenario que hoy caracteriza la agricultura en este territorio está marcado por procesos de deterioro y obsolescencia tecnológica, unido a políticas de entrega de tierra y de cambios en el uso de la tierra, compleja y aleatoria combinación de factores dirigida a lograr incrementos en los indicadores de eficiencia y producción en la agricultura municipal.

3.2 El modelo territorial y la estructura agraria de Los Palacios entre 1995-2013

El modelo territorial está marcado en su estructura y dinámica por la posición de liderazgo que tienen en la economía municipal dos grandes empresas agropecuarias: Empresa Agroindustrial de Granos (EAIG) Los Palacios y Empresa Agropecuaria Cubaquivir. La primera está especializada en el cultivo y procesamiento del arroz, mientras que la segunda se dedica a cultivos varios, el tabaco y la ganadería. En total, a estas empresas se subordinan cinco UBPC, dos Cooperativas de Producción Agropecuaria (CPA) y 13 CCS, formas de gestión de la producción que constituyen el entramado que da origen a la estructura agraria que caracteriza al municipio en la actualidad. El análisis de sus componentes justifica esta aseveración.

3.2.1 Componente natural

➤ **Clima**

El clima del municipio se caracteriza por una fuerte diferenciación que se produce de Norte a Sur a causa del relieve. Según los datos climáticos de la estación de Paso Real de San Diego, ubicada en este territorio, la temperatura media anual del municipio es de 24,5 °C y la lluvia media anual es de 1 347,3 mm. Es importante destacar que el territorio está ubicado en una zona que es



afectada frecuentemente por eventos meteorológicos de gran intensidad como son los casos de los huracanes Gustav e Ike en el año 2008.

➤ Hidrografía

Según Batista (2012) en el territorio existen tres corrientes fluviales superficiales: Los Palacios, San Diego y Bacunagua, con una longitud del cauce principal de 61,9; 87,5 y 39,6 km respectivamente. Los tres ríos corren de norte a sur y fueron represados principalmente con el objetivo de satisfacer la demanda de agua para el desarrollo agrícola. El municipio puede llegar a almacenar un total de 202,3 millones de m³ en sus tres embalses (La Juventud, Los Palacios y Bacunagua) y en igual número de microembalses. Aproximadamente un 85% del agua embalsada se destina al EAIG de Los Palacios, el resto del agua es para el riego de cultivos varios. Además, Los Palacios cuenta con un amplio sistema de canales entre los que se destacan dos tramos de canales magistrales: San Diego-Los Palacios y Los Palacios-Bacunagua con 5,30 y 15,70 km de longitud respectivamente. También existen tres derivadoras, en la intersección de cada uno de los ríos con el canal magistral, que tienen como objetivo redistribuir las aguas desembalsadas a este canal. Tanto el estado técnico de los embalses, las derivadoras y los canales magistrales se puede considerar de bueno.

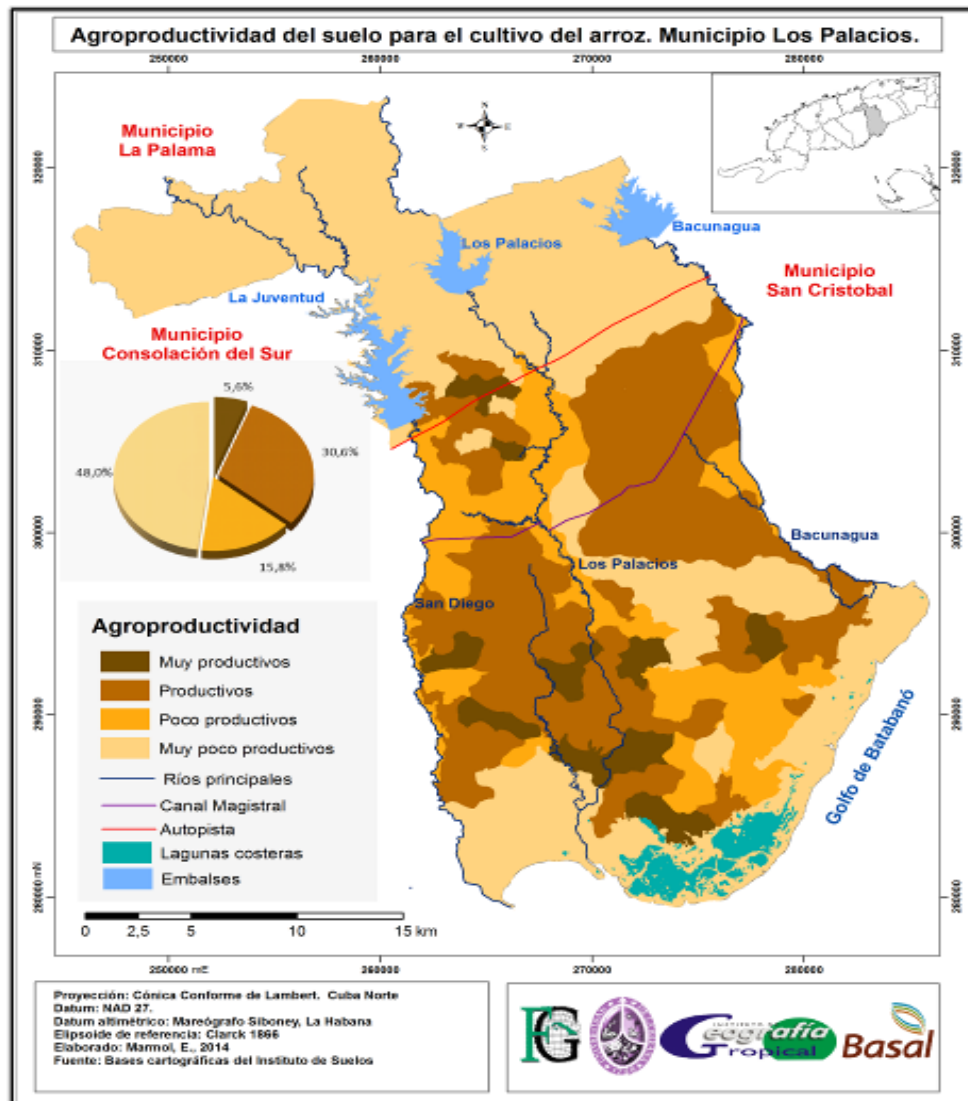
En Cárdenas et al. (2013) se plantea que las aguas subterráneas, de acuerdo a las autoridades competentes, tienen un volumen útil estimado de 80 hm³. De este volumen total de aguas subterráneas, en los últimos años, se ha autorizado la utilización de 22 hm³, teniendo para ello en cuenta la preservación de los acuíferos ya sensiblemente dañados por la salinidad, provocada en gran medida por el avance de la intrusión marina en épocas anteriores.

➤ Suelo

Según la ENPA (2012), en el municipio existen nueve tipos de suelo que suman 65 276,66 ha. La mayor superficie la ocupan los suelos Gley Nodular Ferruginoso con 41%, seguido por el Fluvisol con 14% y el Ferralítico Amarillo Rojizo Lixiviado con 12%. En cuanto a las categorías agroproductivas generales basadas en la fertilidad de los suelos, sobresalen las categorías III y IV con 43,0% y 34,7% de superficie ocupada respectivamente. Los suelos con mayor agroproductividad se localizan en las márgenes de las tres corrientes fluviales y en las zonas más altas de la llanura, entre la autopista y la pre-montaña. Por su parte, los suelos de categoría IV se

concentran en los extremos norte y sur, dado fundamentalmente por la pendiente y la salinización respectivamente (Figura 2).

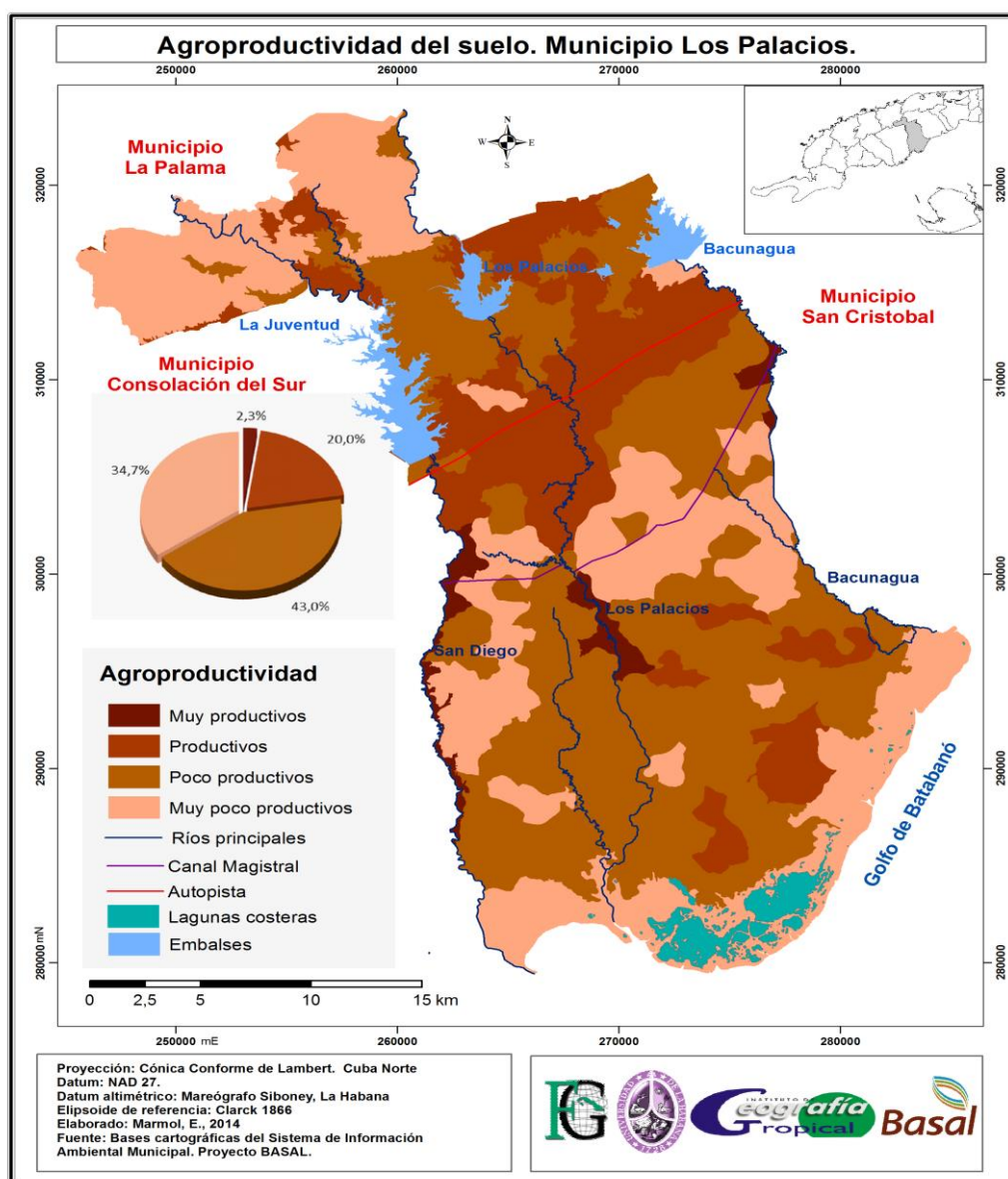
Figura 2: Agroproductividad general de los suelos



Un análisis más específico de la agroproductividad de los suelos, en este caso enfocada al cultivo del arroz (el más importante en el territorio y con peculiaridades en cuanto a los factores limitantes), evidencia su mayor aptitud para este cultivo, donde los suelos clasificados como muy productivos y los productivos representaban 5,6% y 30,6% respectivamente del total de la superficie (Figura 3). No solo de forma cualitativa, también en su distribución espacial, cambian las categorías agroproductivas de los suelos asociadas a los requerimientos del arroz. Los suelos con categoría I para este cultivo se identifican con pequeñas manchas aisladas que se concentran hacia el suroeste del municipio. Por su parte, la mayoría de los suelos localizados al norte de la autopista

(por la inclinación de la pendiente), la franja costera (valores de salinidad) y una zona en la parte central (poca profundidad efectiva), clasifican como categoría IV para el cultivo del arroz.

Figura 3: Agroproductividad para el cultivo del arroz



Entre los factores limitantes de los suelos del municipio según IPF (2012), se menciona que el 37,37% de los suelos agrícolas y forestales muestran fuertes procesos erosivos, mientras que el 3,69% presentan problemas de salinidad, fundamentalmente en zonas próximas a la costa y áreas arroceras. Otros limitantes según Cárdenas et al. (2013) son: deficiencias de fósforo y potasio, bajo contenido de materia orgánica, alto grado de acidez (7,26 % fuertemente ácidos y 61,16 % medianamente ácidos), mal drenaje, poca profundidad efectiva y compactación. A todo ello se

suma, el uso inapropiado de técnicas y prácticas agrícolas y un cultivo (arroz), que se realiza con el suelo anegado en agua durante más de 70% del ciclo de vida de la planta y la alternancia de períodos de inundación y sequía, factores que favorecen las condiciones para su degradación (ÁLVAREZ, 2012).

De manera general, se puede plantear que el territorio posee condiciones climáticas e hidrológicas propicias para el desarrollo agrícola durante todo el año, aunque es frecuentemente afectado por eventos meteorológicos que causan grandes pérdidas a esta actividad económica. Por su parte, sus suelos tienen ciertas limitaciones que hacen que el municipio no cuente con muchas áreas de alta agroproductividad; sin embargo, vinculados al cultivo del arroz, el medio natural parece más favorable. Las características agroproductivas de los suelos influyeron en la forma de asimilación del territorio que aún perdura a través de los patrones de asentamiento de la población, las formas de tenencia y el tipo y distribución del uso de la tierra, elementos consustanciales del modelo territorial.

3.2.2 Componente sociodemográfico

El municipio cuenta con una población de 39 072 habitantes según datos del censo del 2012 y una densidad 51,1hab/km². El 74,3% de la población total se concentra en los asentamientos urbanos (65,6% en el año 1988). La población rural entre los años 1988 y 2012 se redujo en 2 847 personas. Por su parte, la población masculina es mayoritaria, alcanzando en el 2012 un valor de 51,3% de la población total (ONEI, 2012). La participación de la población con más de 60 años tiene una tendencia al crecimiento, con mayores valores en los hombres, en concordancia con la estructura por sexo reportada para el territorio. Es importante destacar que este proceso de envejecimiento ocurre desde la década de los años 80. Otros elementos a destacar del análisis demográfico del municipio son: la baja tasa de natalidad y fecundidad y el alto nivel de desocupación (2,8% por encima de la media provincial que presenta valores de 1,0%), dado fundamentalmente porque no hay aceptación de la oferta y tipos de empleos disponibles (IPF, 2012).

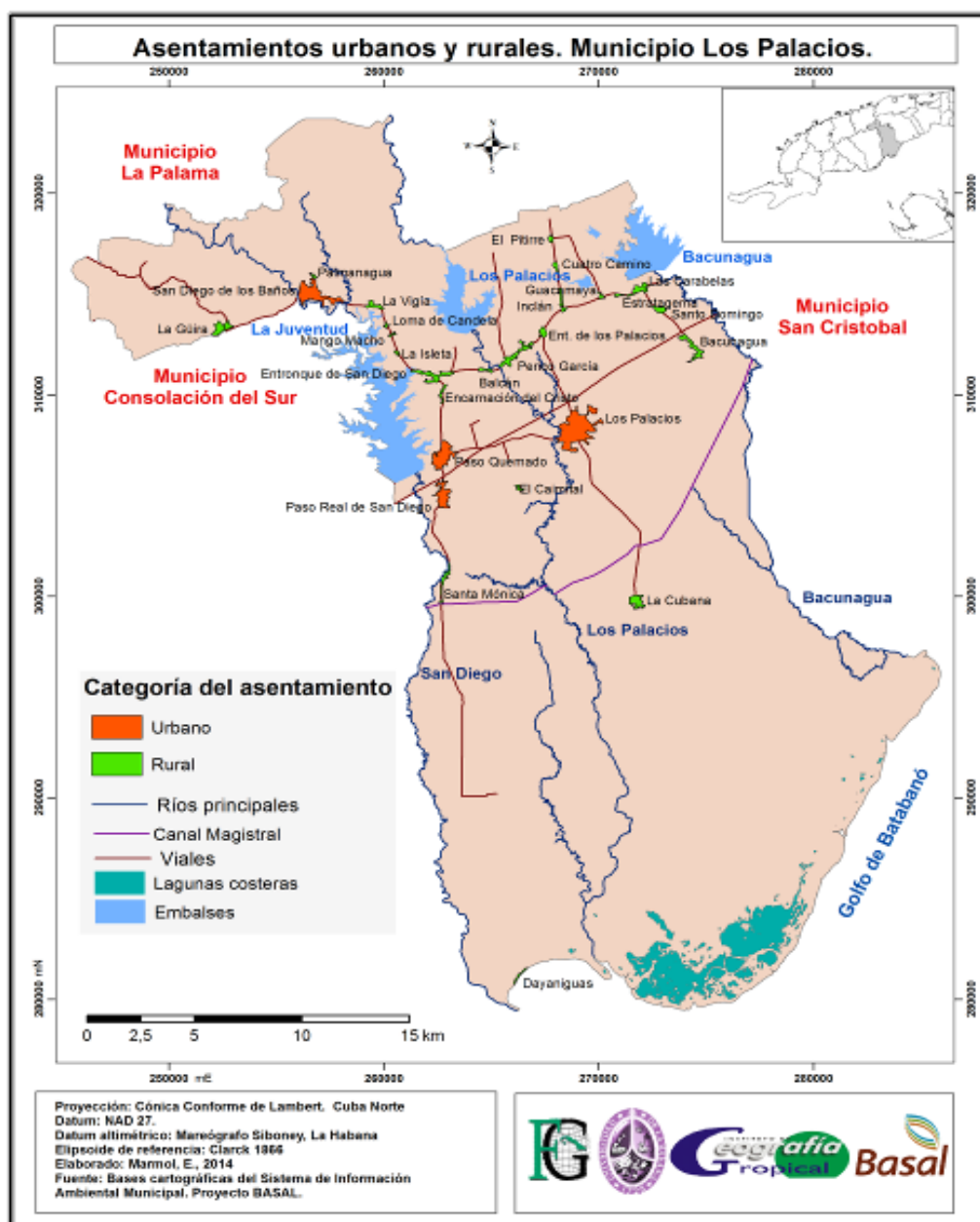
Por otro lado, según el trabajo elaborado por González et al. (1990), el municipio contaba en 1987 con 45 asentamientos, cuatro urbanos, 11 poblados rurales y 30 caseríos. En la actualidad se mantienen los cuatro asentamientos urbanos, mientras que los poblados rurales ascendieron a 13 y los caseríos decrecieron a 10. Esta reducción en el número de asentamientos está dada mayormente por la unión de asentamientos y la reubicación de las personas en otros asentamientos, debido a la existencia de poca población y que no poseen la infraestructura necesaria. A esto se suma, la



influencia ejercida por la expansión agrícola asociada al cultivo del arroz en la zona sur del municipio, que redujo la población dispersa y la concentró básicamente en el actual asentamiento Paso Quemado.

Al analizar la distribución espacial de los asentamientos del municipio, se observa que están asociados a las principales vías de comunicación del territorio y a los suelos más productivos según su fertilidad natural (Figura 4). Además, existe una fuerte concentración en una franja de aproximadamente 15 km de ancho que se extiende desde las áreas colindantes con la parte sur de la autopista a Pinar del Río hasta las áreas de pre-montaña. Es necesario destacar que Dayaniguas es un asentamiento que no está habitado de forma permanente, pues se utiliza por la población del municipio solo en época de verano debido a su cercanía al balneario de igual nombre.

Figura 4: Asentamientos por categorías



Los mayores crecimientos de la población entre los años 2002 y 2012 se tienen en los asentamientos urbanos y en especial, en la cabecera municipal. De la totalidad de los asentamientos rurales solo reportan crecimiento en la cantidad de población cuatro; de ellos, los que presentan crecimientos significativos se encuentran ubicados en las cercanías a las principales vías de comunicación. Los asentamientos de mayor decrecimiento son: Loma de Candela y Estratagema, debido a las afectaciones de las viviendas sufridas tras el paso de los huracanes en el 2008. Es importante destacar, que los asentamientos más al sur (excluyendo Dayaniguas), están perdiendo población, principalmente La Cubana. Esta problemática debe ser analizada con profundidad, ya

que se agravaría la situación con la mano de obra y su disponibilidad para el trabajo en las áreas arroceras.

Como se puede observar el panorama demográfico no es bueno para el desarrollo agrícola del municipio, en especial para el cultivo del arroz, debido a la distancia que separa los asentamientos de las principales zonas productivas. A ello se le suma, la reducción de la población y su envejecimiento, que afecta en mayor medida a los hombres, principales actores en esta actividad económica.

3.2.3 Componente económico-productivo

Los trabajadores vinculados al sector de la agricultura, ganadería, caza, silvicultura y pesca del municipio de Los Palacios en el 2011 representaban 36,2% del total de ocupados en el territorio, que en su mayoría pertenecían al sexo masculino (82,4%). Se ha producido un crecimiento continuo del salario medio mensual percibido por los trabajadores vinculados el sector primario a partir del 2004. Es interesante resaltar que el salario devengado en este sector durante los años analizados, siempre ha estado por encima de la media salarial de la totalidad de los trabajadores del territorio. Al analizar la producción mercantil del municipio es posible comprobar que ha tenido una tendencia al incremento a partir del 2004 y dentro de esta, el sector primario, que en el 2012 aportó el 95,4% del valor total de este indicador. Por su parte, las inversiones efectuadas han tenido una tendencia al aumento partir del 2004, las cuales han estado centradas básicamente en el sector de la agricultura, la ganadería, la caza y la silvicultura.

En el informe realizado por el IPF (2012) se expresa que el estado actual de las vías en el municipio puede ser clasificado de regular. De los 18,5 km de la autopista, solo 4 km están en buen estado; mientras que las vías urbanas están en un estado entre regular y malo, Paso Quemado y Los Palacios son los asentamientos más críticos por la situación de las vías de acceso. Dentro del perímetro urbano, solo está pavimentada parte de las vías que, no en todos los casos, mantienen un buen estado constructivo.

Los caminos ubicados dentro del EAIG se encuentran en un estado de regular a malo. Como se puede apreciar, la infraestructura vial para el transporte automotor ha sufrido una fuerte depauperación, con mayor incidencia en los terraplenes y caminos ubicados al sur (Figura 5 y 6). La vía férrea en el municipio posee 15,35 km en mal estado, lo que representa 87,7% del total. Además, en el territorio existen cuatro pistas de aviación que prestan servicios de fumigación en las áreas arroceras, tanto de Los Palacios como del municipio vecino de Consolación del sur.

Figura 5: Infraestructura del transporte.

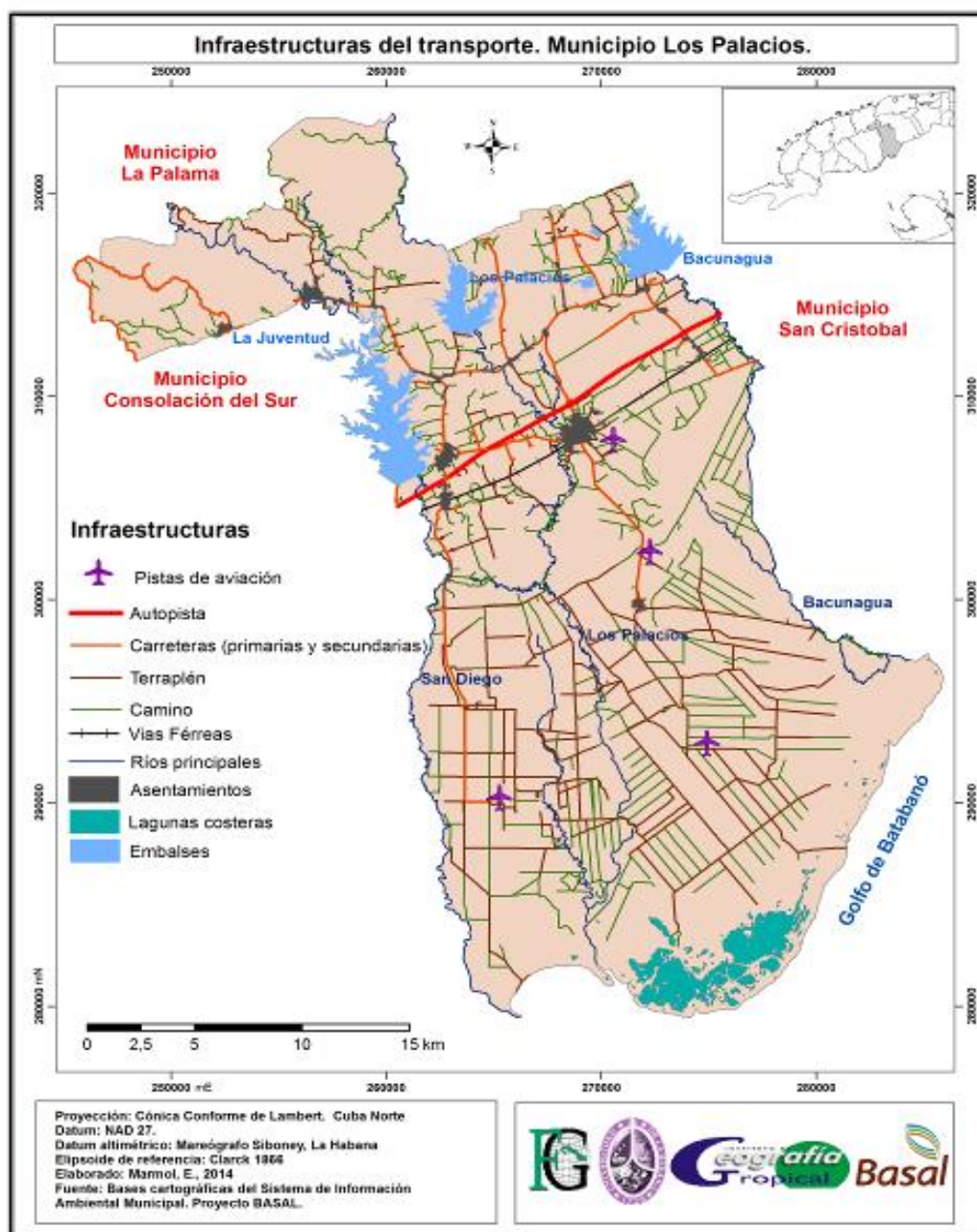


Figura 6: Viales dentro del EAIG





De este epígrafe se puede resumir que las actividades vinculadas al sector primario son los renglones económicos más importantes para el municipio (cantidad de trabajadores y producción mercantil) y las políticas del gobierno del territorio están encaminadas a su mejor desempeño (salario medio mensual e inversiones). A pesar de lo antes expuesto, el mal estado de los viales que dan acceso a las principales zonas arroceras traen consigo afectaciones a todo el proceso productivo; situación que se agrava con el panorama demográfico descrito anteriormente (envejecimiento, grado de concentración y urbanización) y el estado tecnológico existente. Esto es una de las causas de la proliferación de las tierras ociosas en estas áreas y, a su vez, una de las limitantes del proceso de entrega de estas tierras mediante el Decreto-Ley 300/2012.

3.2.4 Componente tecnológico

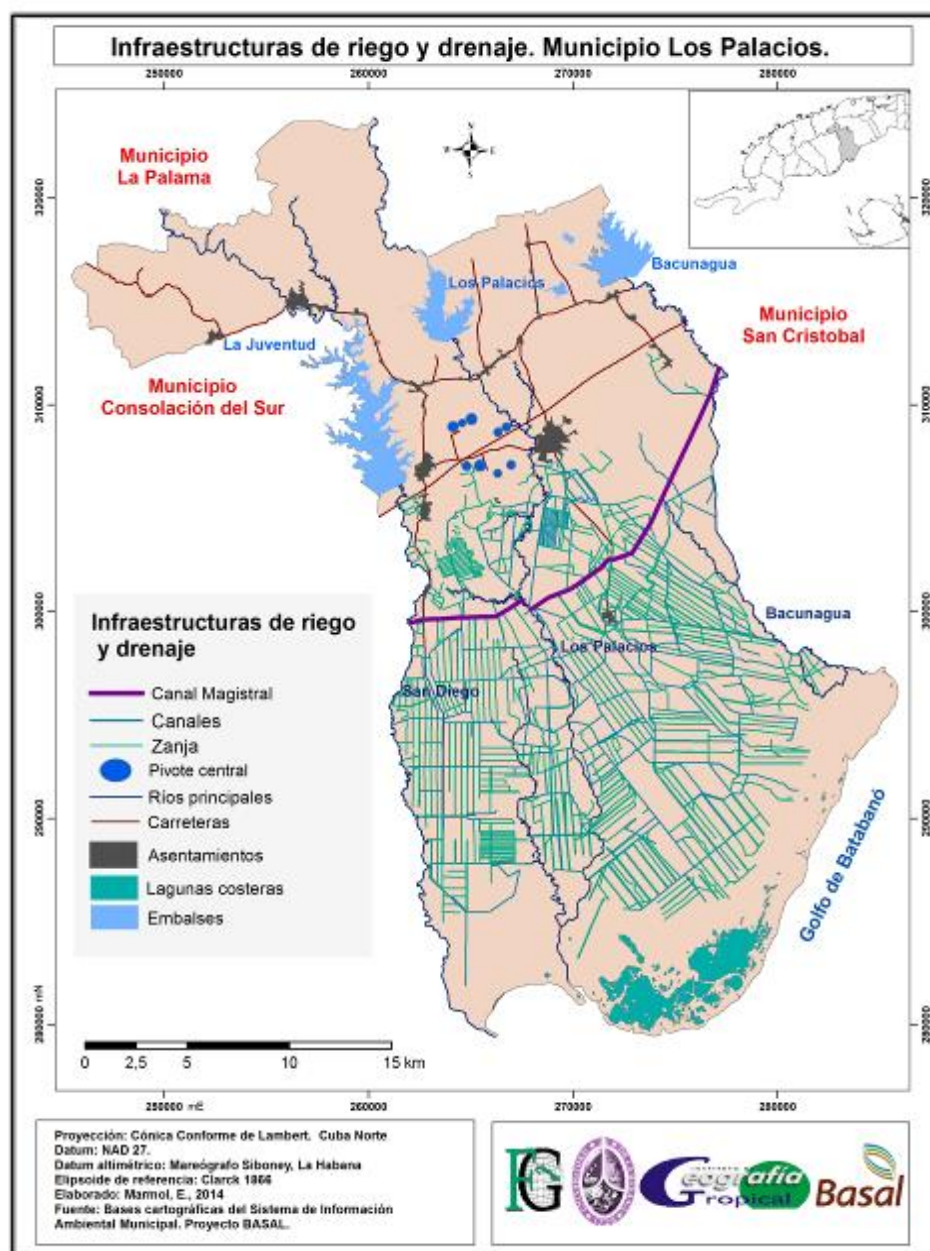
➤ Riego

El municipio presenta una buena infraestructura de riego fundamentalmente constituida por canales vinculados al cultivo del arroz, donde el sistema de riego es por gravedad y sin bombeo. El sistema de canales de riego y drenaje se concentra al sur del canal magistral, y constituye la EAIG su principal usuario. Actualmente estos se encuentran deteriorados, provocando elevadas pérdidas en la conducción de este recurso. Por su parte la Empresa Cubaquivir utiliza las técnicas de riego por aspersión, gravedad con y sin bombeo; siendo la de gravedad con bombeo la más empleada; asociadas al desarrollo de los cultivos varios y el tabaco (Figura 7 y 8).

Figura 7 Canal primario de riego



Figura 8: Infraestructura de riego y drenaje



La superficie con riego del municipio evidencia la continua reducción desde 1999 hasta el año 2007, se mantuvo estable en el 2008 y en el 2009 se incrementó nuevamente hasta alcanzar las 20 520,31 ha; valores similares a los del año 1999. De esta superficie más de 80% pertenecen al cultivo del arroz, el resto se dedica principalmente al tabaco, hortalizas y otros cultivos temporales. Estos sistemas se han deteriorado paulatinamente al no realizarse los mantenimientos requeridos, presentando serias afectaciones en las secciones de los canales, aumento del proceso de erosión, sedimentación y obstrucción. Además, existen problemas con la electrificación de los sistemas de riego y la falta de mantenimiento de los canales de drenajes costeros (IPF, 2012).

➤ Mecanización

En el municipio, según el Centro Nacional de Control de Tierras (CNCT, 2014), existen 378 tractores, el 93% de ellos son de ruedas de goma y el 92% están activos. Aproximadamente, la mitad de los tractores están en manos de las personas naturales y 30% pertenecen al Estado; las Unidades Empresariales de Base (UEB) Cubanacán y Sierra Maestra poseen 22 y 21 % respectivamente, subordinadas a la Empresa Agroindustrial del Granos de Los Palacios. Por su parte, la UEB Los Palacios, filial de la Empresa Nacional de Servicios Aéreos SA. (ENSA); cuenta con 12 aeronaves del tipo AN-2M equipadas con implementos para la dispersión de semillas, fertilizantes y plaguicidas (ENSA, s.f.).

Dentro de las limitaciones o restricciones que afectan el buen desempeño de las actividades agropecuarias del municipio están: déficit y obsolescencia de la maquinaria agrícola (equipos e implementos); los secaderos, molinos y equipamiento con muchos años de explotación y el deterioro de la infraestructura por falta de mantenimientos y carencia de recursos. No obstante, se han adquirido a través de proyectos internacionales algunas maquinarias para el territorio.

➤ Uso de agroquímicos y el mejoramiento de la fertilidad de los suelos

A partir de las limitaciones planteadas anteriormente respecto a los suelos del territorio se realizan un grupo de acciones que contribuyen a su mejoramiento. Para ello, se utilizan los biofertilizantes *Rhizobium* y Fosforina, y uso de humus y estiércol, cuyas producciones en el 2011 fueron de 140 t y 11 128,1 t, respectivamente. Además, se aplican dosis de carbonato de calcio con el objetivo de reducir la acidez de los suelos. También Los Palacios cuenta con un Centro

Reproductor de Entomófagos y Entomopatógenos (CREE), que en el 2011 produjo 4,9 t de entomopatógenos que son usados para el control biológico.

Además de estos productos, el Estado garantiza la entrega de un módulo que incluye agroquímicos que respaldan los resultados productivos estimados, comúnmente llamado “paquete tecnológico”, solo entregados para determinadas producciones de interés estatal (arroz, tabaco, frijoles y leche de vaca). La fumigación inadecuada de las áreas arroceras trae afectaciones a otros cultivos situados en áreas colindantes. Asimismo, la utilización de estos productos provoca la eutrofización de las aguas de los canales y junto a los problemas de drenaje costero, contribuyen a la degradación de los mangles.

La situación del componente tecnológico no es muy favorable para el desarrollo productivo, especialmente para el arroz. El deterioro de la infraestructura de riego y drenaje trae consigo afectaciones en los niveles de agua necesarios (y por consiguiente en su demanda) para el desarrollo vegetativo del arroz; mientras que el deficiente, deteriorado y obsoleto estado de la maquinaria perjudica todas las etapas del proceso productivo de los diferentes cultivos y requiere más fuerza de trabajo. El acceso a los paquetes tecnológicos es muy favorable, pero estos beneficios son solo para un determinado grupo de producciones, influyendo así en la especialización del uso de la tierra en determinados cultivos.

3.2.5 Componente político-jurídicos

En el municipio se reflejan las políticas y normas jurídicas dictadas a nivel nacional. En Los Palacios, en el 2014, existen tierras entregadas por las resoluciones que se encuentran recogidas en la Tabla 1. Además, se realizan las adecuaciones de las políticas nacionales a los intereses locales, y las líneas estratégicas planteadas están enfocadas a solucionar problemáticas abordadas en los epígrafes anteriores que afectan la producción agrícola del municipio, lo que demuestra que existe una percepción de los problemas del territorio.

Tabla 1: Resumen de las principales normas legales que permiten la entrega de tierras en usufructo a partir de 1990

Norma jurídica	Año	Aspecto de interés	Emitido
Resolución No.24	1991	Permite la entrega de tierras a personas naturales	MINAG
Resolución No. 356	1993	Permite la entrega tierras ociosas a personas naturales (6 cordeles)	MINAG
Resolución No. 357	1993	Permite la entrega de tierras para el cultivo del tabaco	MINAG
Resolución No. 852	2003	No modifica lo señalado en la derogada Resolución No.356	MINAG
Decreto-Ley No. 300	2012	Amplia la entrega de tierras ociosas y deroga el Decreto-Ley No. 259	Consejo de Estado

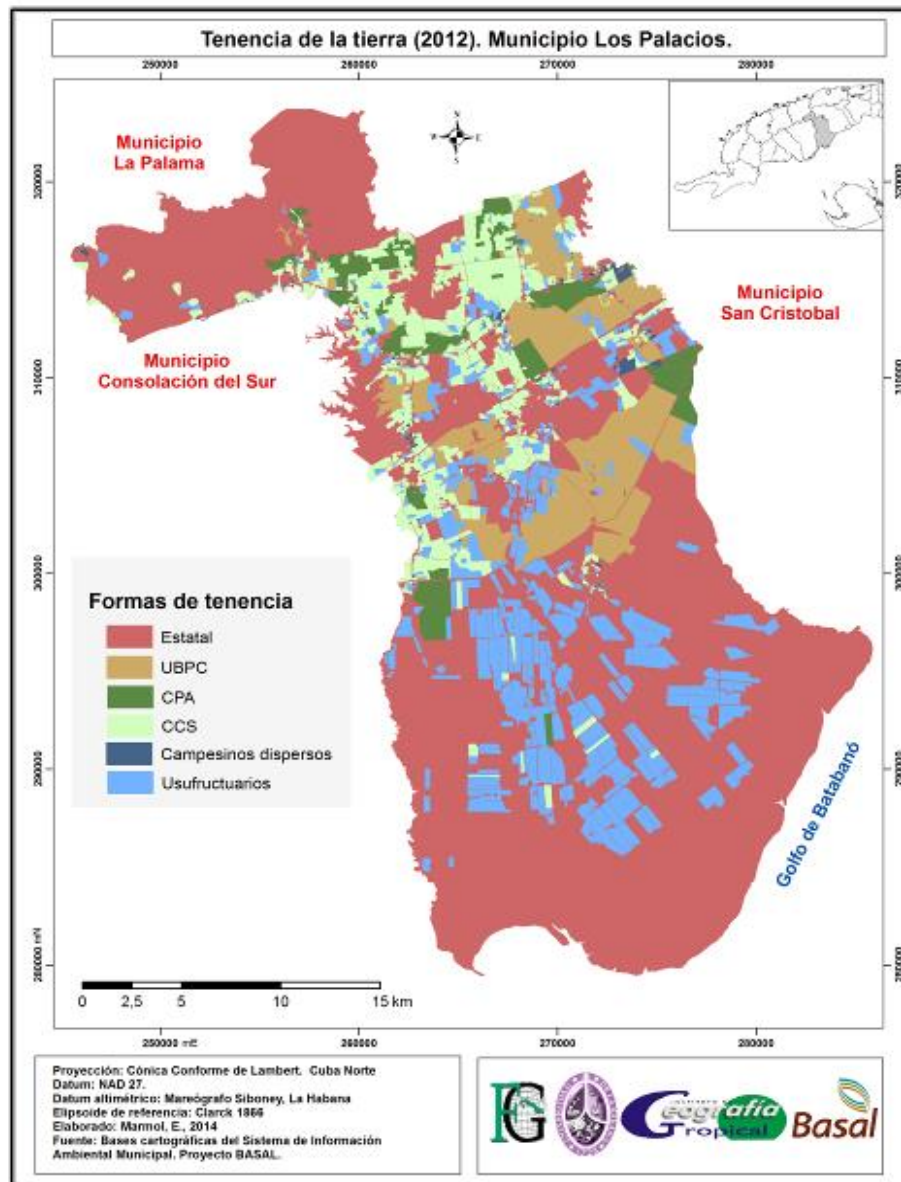
Nota: En el caso de la Resolución No. 852/2003 derogó la Resolución 356/1993, pero se produce solo con el objetivo de lograr un mayor control estatal en el proceso de entrega de tierras.

No se puede dejar de reconocer que el escenario político-jurídico es favorable debido a las políticas de sustitución de las importaciones de alimentos y al conjunto de normas jurídicas dictadas que estimulan la producción agrícola. Sin embargo, es necesario trabajar más en ello (sobre todo vinculado a la obtención de mayor autonomía en las formas de tenencia), lo cual se escapa en la mayoría de las ocasiones del alcance del gobierno de Los Palacios. Las normas jurídicas aplicadas permitieron el acceso a más tierras por parte de las formas de gestión no estatales, en especial a las CCS, y contribuyen de cierta manera a la liberación de las fuerzas productivas. También influyen directa e indirectamente en los tipos de uso y las áreas ocupadas por estos.

3.2.6 Tenencia de la tierra

Al analizar la estructura de la superficie agrícola municipal en el año 2013 según formas de tenencia, se tiene que la tenencia estatal representaba aproximadamente 41%, las UBPC alcanzaban valores de 16% y las CPA de 5,5%. Por otro lado, las CCS, los campesinos dispersos y los usufructuarios en su conjunto tenían cerca de 38% de la superficie agrícola total. Durante el período de 2000-2013 se produce una reducción de la tenencia estatal, dada por la entrega de tierras en usufructo y el reajuste de los límites político administrativos en el 2010. Resalta, además, el incremento del peso en la superficie agrícola de las CPA, CCS, campesinos dispersos y usufructuarios, pasando a poseer 43,2% en el 2013 (18,7% en el año 2000).

La tenencia estatal se concentra en el extremo norte del municipio y al sur del canal magistral (Figura 9). Por su parte, las UBPC se ubican principalmente en la zona noreste de la autopista y en las márgenes del canal magistral en el tramo Los Palacios-Bacunagua. Igualmente, las tierras pertenecientes a las CCS se localizan básicamente entre la premontaña y el canal magistral. Las CPA, se encuentran representadas por pequeñas áreas distribuidas en todo el territorio, mientras que las áreas ocupadas por los campesinos dispersos no son significativas cuantitativamente. Por su parte, los usufructuarios en su mayoría se ubican en la zona al sur del canal magistral, donde se concentraban y concentran las áreas de tierras ociosas.

Figura 9: Tenencia de la tierra

3.2.7 Uso de la tierra

Los Palacios es un municipio eminentemente agrícola, altamente especializado en el cultivo del arroz (38,8% en el 2013), situación que se acentuó con las entregas de tierras por los Decretos-Leyes 259/2008 y 300/2012. No obstante a ello, posee una parte significativa de sus tierras dedicadas a la ganadería (27,1% en el 2013) y otras clasificadas como tierras ociosas (9,3% en el 2013). De los cultivos permanentes las mayores áreas son las ocupadas por la caña de azúcar, superficie que se reduce tras la aplicación de la reestructuración de la agroindustria azucarera en sus dos etapas a partir del 2002, pero que en la actualidad reporta una lenta recuperación. En el caso de

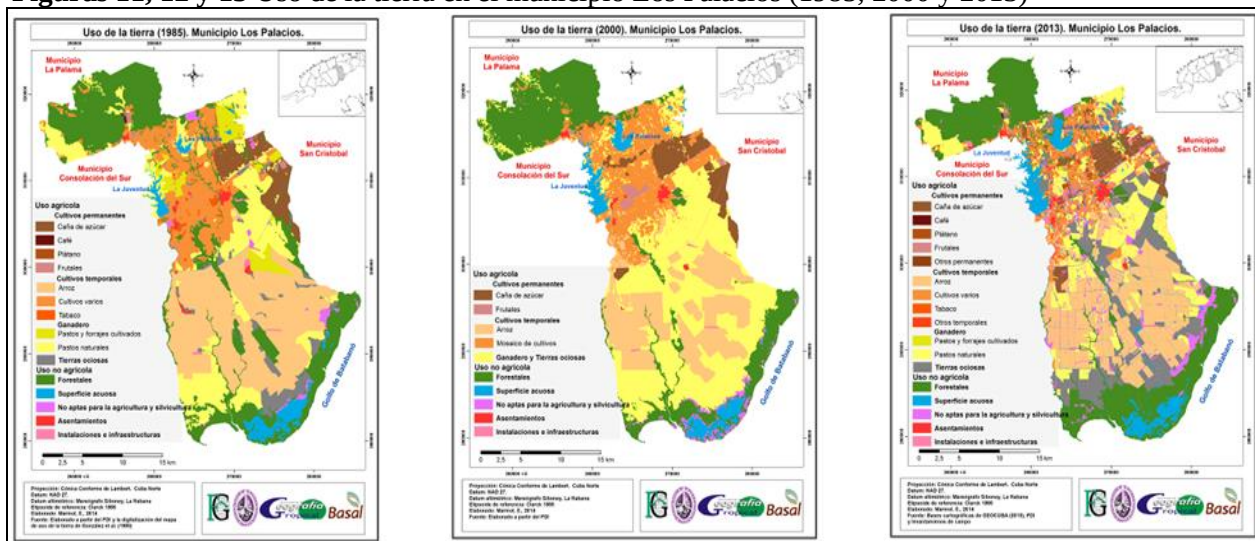
los restantes cultivos temporales, los que ocupan mayores extensiones de tierras son los cultivos varios y el tabaco, tradicional para esta zona del país.

El panorama de la ganadería municipal es similar al reportado para el resto del país, dado fundamentalmente por pastos naturales como principal fuente de alimentación, con el 92,6% del total de las áreas destinadas a la ganadería en Los Palacios. Los pocos pastos y forrajes cultivados existentes en los años 90, se redujeron considerablemente por las afectaciones provocadas por la crisis económica. Por su parte, las tierras ociosas tuvieron un incremento con un valor máximo en el 2008, cuando ocupaban una extensión de 6 688 ha (ONHG, 2009). En su mayoría estas tierras ociosas se encuentran cubiertas de marabú (Figura 10) y al existir problemas con los medios de desmonte se encuentran totalmente subutilizadas. A partir de esa fecha, se reporta un decrecimiento de estas áreas, como parte de las entregas de tierras por los Decretos-Leyes 259/2008 y el 300/2012.

Figura 10: Áreas infestadas por marabú (*dichrostachys cinerea*)



Hasta el momento los cambios fueron apreciados desde un punto de vista estadístico; sin embargo, dicho análisis carece de la información espacial, la cual puede ser apreciada en las Figuras 11, 12 y 13. En dichos mapas se observa que las mayores áreas de caña de azúcar se localizan hacia el centro-este del municipio pues el central 30 de Noviembre, ubicado en el vecino municipio de San Cristóbal, se encarga de procesarla. Por su parte, el arroz se concentra en la llanura sur del municipio donde el relieve, de conjunto con el drenaje de los suelos, crea las condiciones más óptimas para su desarrollo. Los restantes cultivos se encuentran agrupados en la parte más alta de la llanura sur, a ambos lados de la autopista a Pinar del Río y en las zonas más cercanas a los principales núcleos urbanos.

Figuras 11, 12 y 13 Uso de la tierra en el municipio Los Palacios (1985, 2000 y 2013)

Además, se observa que los pastos naturales y tierras ociosas, en su mayoría están localizadas en la zona centro-este y al sur del municipio (colindante con la zona forestal). El uso forestal está ubicado en los extremos norte y sur del territorio, donde la vegetación posee un mayor grado de naturalidad y en pequeñas plantaciones ubicadas en la zona centro-oeste.

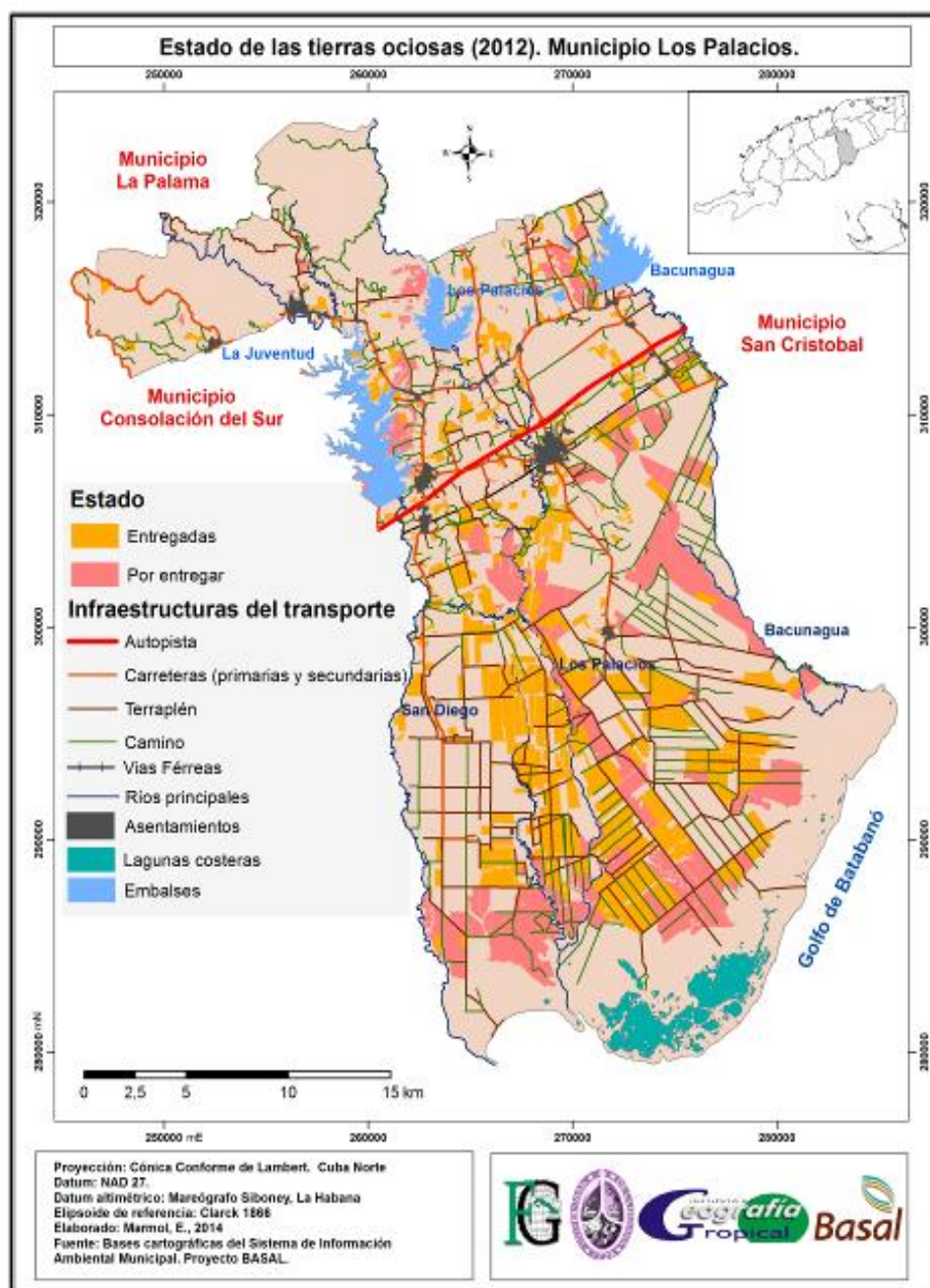
El estudio de las Figuras 11, 12 y 13 permite tener una aproximación a la dinámica espacial del uso de la tierra, donde se observa como las áreas que se dejaron de cultivar de caña de azúcar (en las áreas cercanas a la parte más oriental del canal magistral) y arroz, en su mayoría pasaron a las categorías de pastos naturales y tierras ociosas. Otro elemento, que si bien no constituyó un cambio en la categoría de uso, se observó durante el análisis de las imágenes de satélite: la invasión del pasto natural por plantas indeseables (marabú, aroma blanca [*leucaena leucocephala*], weyler [*mimosa pigra*] etc.) y su paso al fondo de tierras ociosas.

Con la puesta en vigor de los Decretos-Leyes 259/2008 y 300/2012 la mayoría de las tierras entregadas se destinan al cultivo del arroz. Esto refuerza el grado de especialización de la agricultura del territorio. Los otros usos más favorecidos con las entregas de tierras por ambos decretos-leyes, son la ganadería mayor y los cultivos varios. Además, según CNCT (2012 y 2014), más de un 90% de las tierras entregadas por ambos decretos-leyes a personas naturales correspondieron a hombres, señalándose que un alto porcentaje de ellos tenían más de 55 años de edad.

De acuerdo con el estudio realizado por el IPF (2012), se plantea que el proceso de entrega de tierras en el municipio tiene como restricciones, que las áreas ociosas por entregar están cubiertas por marabú (representaban 75,5% para el 2013) y los viales de accesos (terraplenes y

caminos) se encuentran en mal estado constructivo. Como se puede apreciar en la Figura 14 la mayor parte de las tierras declaradas ociosas (tanto las entregadas como las por entregar), se concentran al sur del canal magistral. Las tierras ociosas por entregar, en su mayoría, se ubican en las áreas agrícolas más al sur del territorio, colindante con la faja forestal y en las cercanías de ríos, que pudieran tener alguna afectación por problemas de salinidad.

Figura 14: Tierras ociosas entregadas y por entregar.



El uso de la tierra y sus cambios no pueden ser vistos de una manera parcial, ya que influyen en la demanda de insumos así como en la presión que ejercen sobre los recursos de agua y suelo. Además, el desarrollo del plan arrocero provocó la especialización económica del municipio, favoreció la concentración y urbanización de la población y determinó la distribución de algunas formas de tenencia.

De manera general, sobre la estructura agraria, se puede decir que en el municipio la agroproductividad de los suelos junto a decisiones políticas a nivel de país, trajeron consigo en los años 80 una alta especialización del territorio en el cultivo del arroz. Un clima favorable y la existencia de corrientes superficiales, a las que se les sumó las construcciones de tres embalses y una densa red de canales garantizan la temperatura y el agua necesaria para el desarrollo agrícola del municipio. Sin embargo, no se puede pasar por alto que esta zona es muy afectada por huracanes, lo que ha causado grandes pérdidas materiales al país, no solo en la actividad agrícola, sino también a la población.

A pesar de los esfuerzos desarrollados en el territorio y en el país para dirigir las inversiones al sector primario, aumentar los salarios de los trabajadores vinculados al sector, la entrada de maquinaria por proyectos internacionales y la entrega de tierras ociosas, existen problemas y limitantes en los componentes sociodemográficos, económico-productivos y tecnológicos que influyen en la estructura agraria, así como fuertemente en la reducción de los volúmenes productivos potenciales de la actividad agrícola en Los Palacios. A su vez, dejan una profunda impronta en el modelo territorial del municipio.

Por un lado, la población reporta una tendencia creciente a la concentración territorial y a su envejecimiento, a lo que se le suma la lejanía de los trabajadores a la mayor parte de las áreas arroceras donde laboran y con viales de acceso en muy mal estado, con pocos medios de transporte y malas condiciones de trabajo. Mientras que, por otro lado, un programa arrocero creado bajo los principios de la gran empresa estatal y alta tecnificación, afectados por los cambios acaecidos a partir de 1990, se caracterizan hoy por la obsolescencia tecnológica, la falta de maquinaria, la reducción de insumos y el deterioro de la red de drenaje. Todo esto se corrobora cuando se valora la magnitud de la superficie de tierras ociosas declaradas (tanto las entregadas como por entregar) y que en su mayoría son gestionadas directamente por el Estado, ubicadas en las áreas de la EAIG.

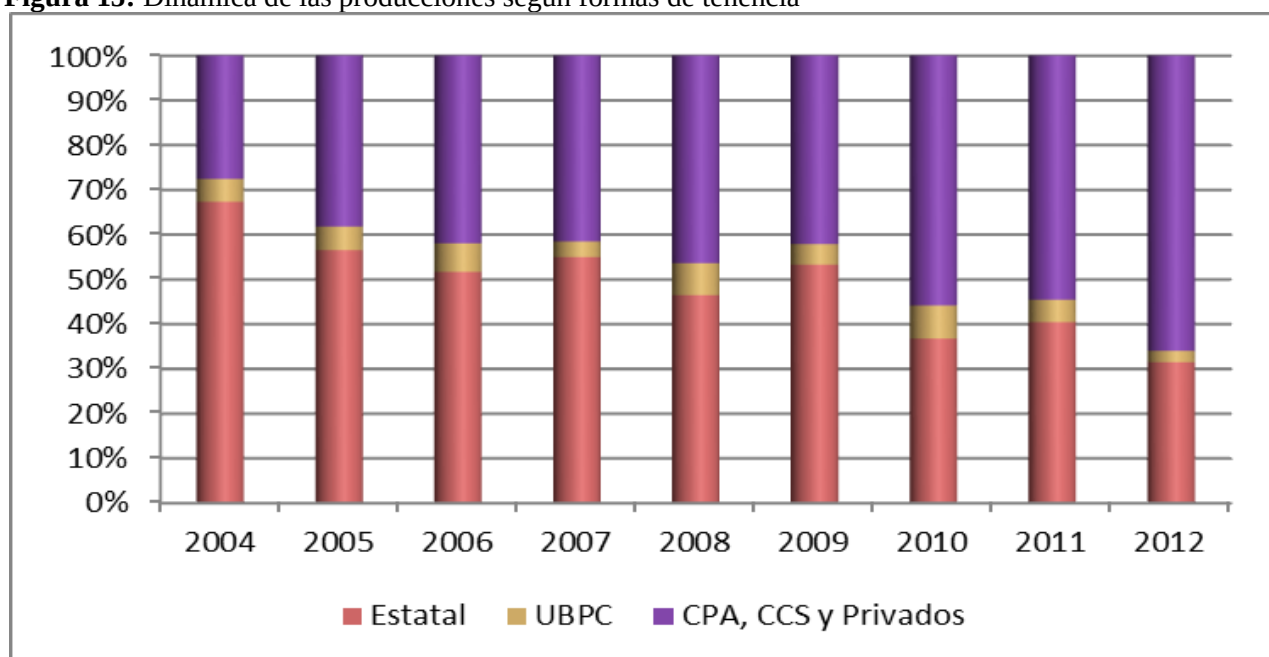
El proceso de entrega de tierras, a pesar de los problemas abordados anteriormente, ha tenido una buena acogida, principalmente para el cultivo del arroz, dado fundamentalmente por los ingresos monetarios que perciben directamente los campesinos, así como la tradición y conocimiento de las diferentes etapas del proceso productivo del arroz en el territorio.



3.3 La producción de alimentos y su comportamiento durante el período 2004-2012

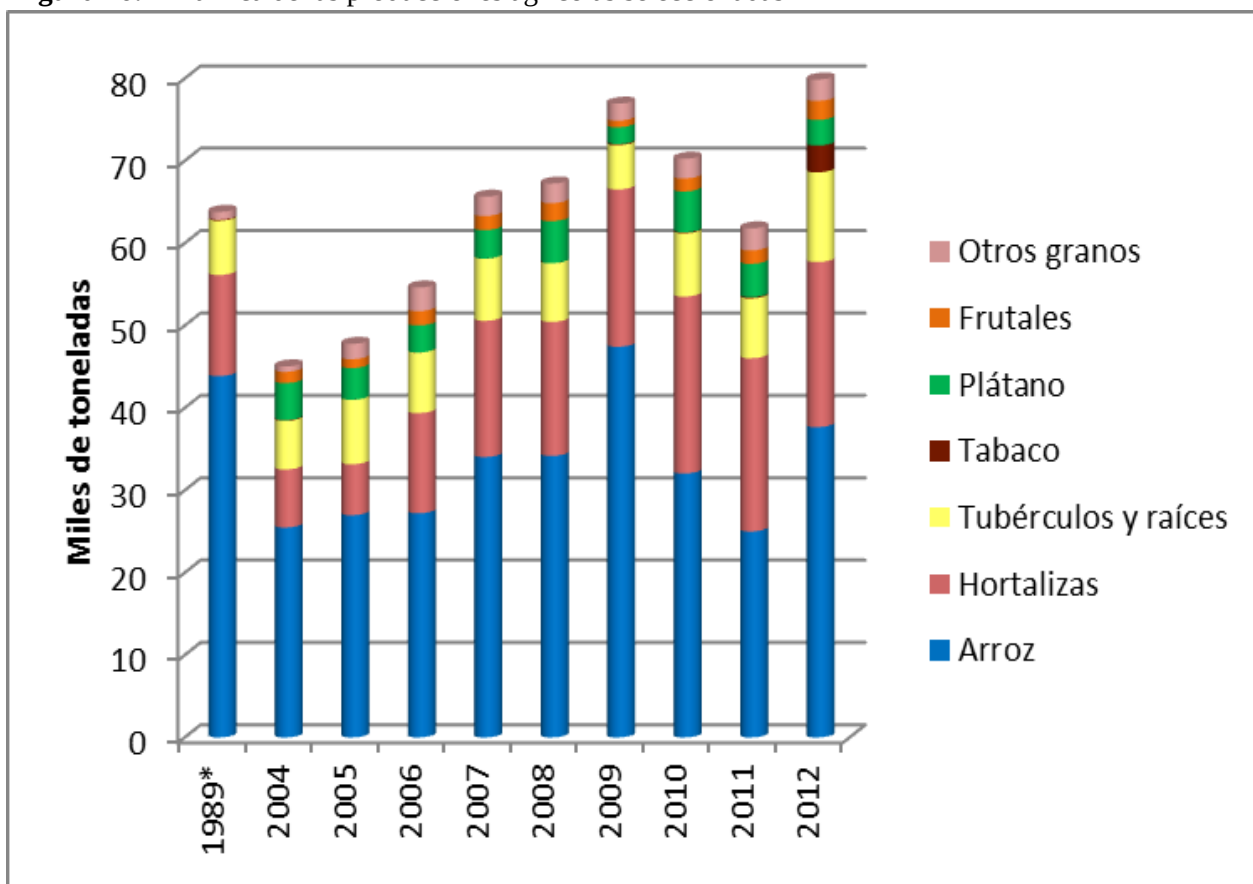
Una manera para entender como se está comportando el funcionamiento de la estructura agraria en un territorio es mediante el análisis de los volúmenes productivos. En el municipio Los Palacios las producciones han tenido una tendencia al ascenso a partir del 2004, principalmente asociado a la dinámica reportada por las CPA, CCS y los campesinos no asociados (privados), que en el 2012 aportaron 66% de la producción total del municipio (Figura 15). Es necesario aclarar, que aunque no se disponen de las cifras por separado, el peso de las producciones de las CPA en relación con las de las CCS y usufructuarios es bajo, ya que en ese período apenas poseían entre 5,0 y 6,0% de la superficie agrícola del territorio.

Figura 15: Dinámica de las producciones según formas de tenencia



Fuente: Elaborado por los autores a partir de ONEI (2010, 2012)

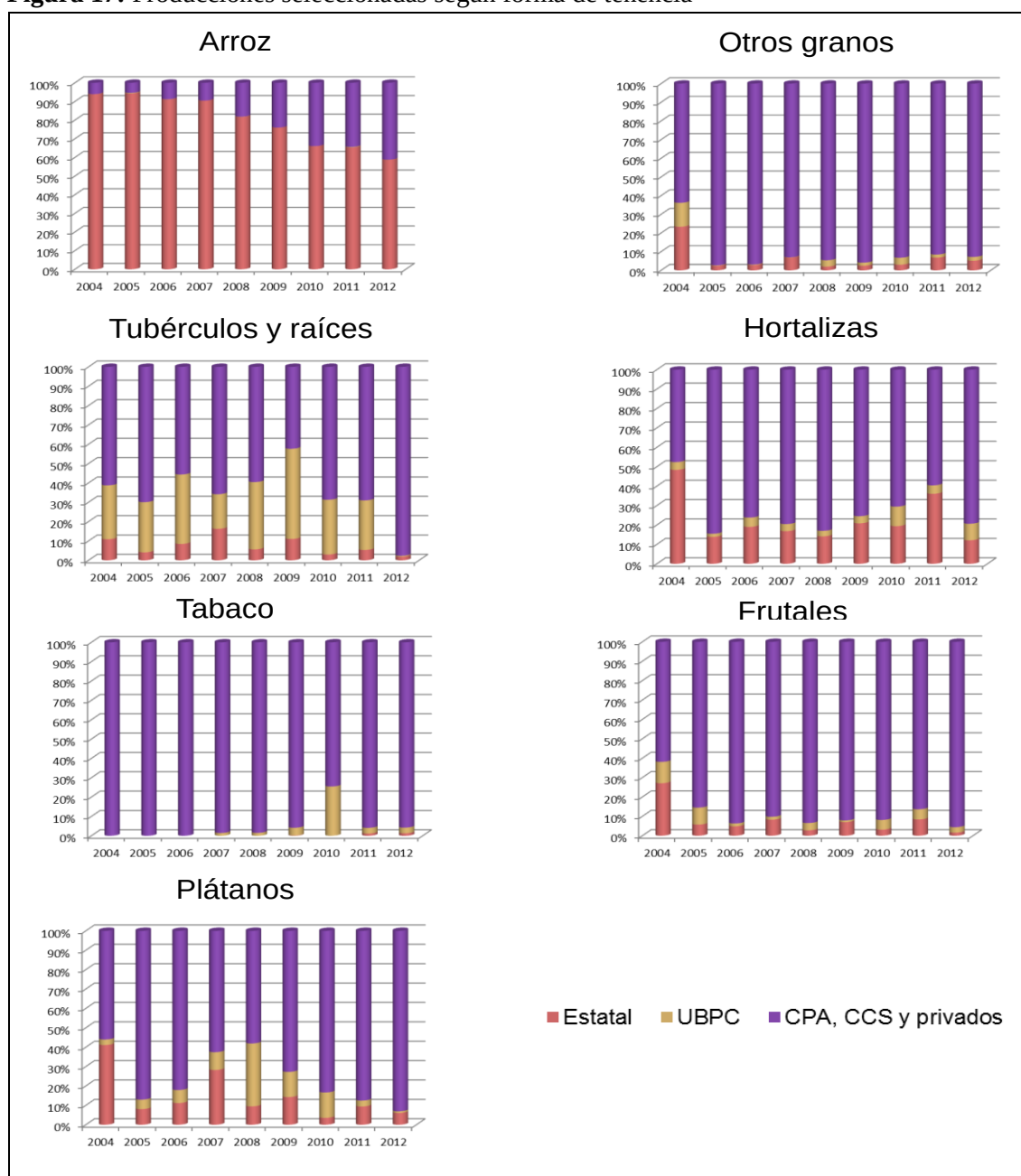
Un análisis del volumen de las producciones muestra una tendencia a partir del 2004, al incremento de la producción total del municipio, en especial del arroz, las hortalizas y el tabaco, algo muy importante para la economía y la satisfacción de las necesidades de alimentos de la población. En el caso de las producciones de arroz, siempre estuvieron por encima de 40%, con excepción del año 2011. Sin embargo, al comparar con los volúmenes de producción reportados en el año 1989 (teniendo en cuenta que los volúmenes representados no constituyen la totalidad para ese año), se estima que estos han decrecido considerablemente, principalmente en el cultivo del arroz (Figura 16).

Figura 16: Dinámica de las producciones agrícolas seleccionadas

Fuente: Elaborado por los autores a partir de González et al. (1990) y ONEI (2010,2012)

Nota: Los volúmenes representados solo contemplan los datos de la producción de arroz de las UEB Cubanacán y Sierra Maestra, así como de la producción de tomate, frijoles, boniato y tabaco de estas granjas, la empresa de cultivos varios y las CPA.

Al estudiar el comportamiento de un grupo de producciones seleccionadas según sus tenientes, se observa que en su mayoría se concentran en la categoría que agrupa a las CPA, CCS y privados; con excepción de las producciones arroceras lideradas por la tenencia estatal. No obstante, en los dos últimos años la categoría que agrupa a las CPA, CCS y privados ha ganado en participación en este cultivo (Figura 17). La tenencia estatal, además del arroz, tiene una mayor intervención en las producciones de hortalizas (asociados a la agricultura urbana y periurbana y a la producción de tomate que se rota en ocasiones con el arroz). Por otra parte, la participación de las UBPC del municipio ha estado más asociada a la producción de tubérculos, raíces y plátanos.

Figura 17: Producciones seleccionadas según forma de tenencia

Fuente: Elaborado por los autores a partir de ONEI (2010, 2012)

De manera general, se puede apreciar que el arroz constituye el renglón fundamental de las producciones agropecuarias del municipio. No obstante, se obtienen otras producciones importantes para el municipio como son el caso de la yuca, el tomate, calabaza, tabaco, boniato y plátano. A pesar de la reducción de los volúmenes de las principales producciones en comparación con los resultados del año 1989, en los últimos años está teniendo una recuperación asociada al aumento de la participación de las CCS y los usufructuarios. Las condiciones naturales en Los Palacios son apropiadas para el cultivo del arroz, mejoradas a partir de toda una inversión en instalaciones e

infraestructura realizada con vistas a optimizar su explotación y las condiciones del ciclo productivo de esta gramínea. Con el paso de los años se produjo la concentración de la población, principalmente en los asentamientos urbanos, el deterioro de la maquinaria y la infraestructura, afectando el desarrollo agrícola del territorio.

Asimismo, se recupera la especialización productiva a partir de la reincorporación de áreas arroceras que se cultivaban en los momentos de mayor esplendor de la actividad, bajo la política de sustitución de importaciones, y con la puesta en vigor de normas jurídicas que favorecieron las entregas de tierras ociosas y deficientemente explotadas. La aplicación de estas normas jurídicas permitieron la ampliación de las áreas bajo tenencia de las CCS y usufructuarios; protagonistas de la recuperación de las áreas dedicadas al arroz y, por consiguiente, de los niveles productivos. Sin embargo, estos todavía distan de los volúmenes alcanzados en los finales de la década del 80 y de los que necesita el país para la sustitución total de las importaciones de este producto. Para lograr este objetivo es necesario rehabilitar las instalaciones, infraestructuras y el equipamiento perdido o deteriorado.

4 CONCLUSIONES

El efecto de las políticas nacionales y las acciones del gobierno municipal están dirigidas a estimular la producción y productividad de la actividad agrícola en Los Palacios. Sin embargo, se ven limitadas, ya que no han estado dirigidas a la capitalización del espacio rural y a la superación de limitantes que se reportan en los componentes sociodemográfico, económico-productivo y tecnológico de la estructura agraria y el modelo territorial municipal.

El proceso de entrega de tierras en el municipio Los Palacios ha tenido una buena acogida por parte de los usufructuarios, dado fundamentalmente por los ingresos monetarios que perciben directamente los campesinos, la tradición y conocimiento de las diferentes etapas del proceso productivo del arroz que se atesora en el territorio. No obstante a ello, existen problemas que limitan el alcance de esta medida.

Los cambios en la estructura agraria actual de Los Palacios han favorecido una recuperación de los resultados productivos del municipio, obtenidos en su mayoría por las CSS y usufructuarios, aunque distan de aquellos reportados para los años que anteceden a la década de los años 90.

BIBLIOGRAFÍA

ÁLVAREZ, G. E. (2012). **Bases ambientales de la seguridad alimentaria local en el sur del municipio Los Palacios**. Instituto de Geografía Tropical. (Inédito).

BATISTA, J. L. (2012). **Recursos hídricos superficiales en el municipio de Los Palacios**. Instituto de Geografía Tropical. (Inédito).

CÁRDENAS, O. *et al.* (2013). **Modelo de ordenamiento ambiental, municipio Los Palacios, Pinar del Río. Fase de caracterización**. Proyecto BASAL. Instituto de Geografía Tropical. (Inédito).

CEE (1995). **Balance de la tierra del país y su utilización. 1994**. La Habana, Cuba.

CNCT (2012). **Informe de las entregas de tierras por el Decreto-Ley 259/2008**. Los Palacios. (Inédito).

_____ (2014). **Informe de tractores. Los Palacios. Base de datos**. [Versión digital]

ENPA. UEB Pinar del Río. (2012). **Proyecto: Programa de Desarrollo Agropecuario Integral. Municipio Los Palacios**. Instituto de Geografía Tropical. (Inédito).

ENSA. UEB Los Palacios, (s.f). **Informe al proyecto BASAL**. Instituto de Geografía Tropical. (Inédito).

GARRIDO, L. (1969). **Consideraciones en torno a la estructura agraria y su reforma. Recuperado de** <http://www.magrama.gob.es/ministerio/pags/Biblioteca/Revistas/> el 30 de julio del 2013.

GEOCUBA, (2010). **Mapa de uso de la tierra de Los Palacios. Escala 1: 25 000**. [Formato digital].

GONZÁLEZ, L., QUINTANA, M., MARTÍNEZ, M. C., PÉREZ, W. A., LUIS, J. A., GIL, K., BARRANCO, G. & ARCIA, M. (1990). **Estudio de las interrelaciones entre factores geográficos del medio ambiente y su propuesta de optimización en un modelo regional (Los Palacios)**. Instituto de Geografía. (Inédito).

IPF. (2012). **Plan General de Ordenamiento Territorial de la Base Económico productiva, social y ambiental**. Municipio Los Palacios. (Inédito).

NOVA, A. (2014). **Cuban Agriculture important and strategy economic. New management economic model**. Presentación realizada en un curso de verano de la Facultad de Geografía. (Inédito).

MINAG (2013, 2014). **Resumen del Balance de la tierra. Municipio Los Palacios**. CNCT, Los Palacios. Base de datos. [Versión digital].

ONEI. (2010, 2012, 2013). **Anuario Estadístico de los Palacios**. Recuperado de <http://www.one.cu> el 14 de febrero del 2014.

_____ (2014). **Censo 2012**. Recuperado de <http://www.one.cu/censo2012.htm> el 12 de junio de 2014.

_____ (2015). **Anuario Estadístico de Cuba**. Recuperado de <http://www.one.cu> el 10 de marzo del 2016.

ONHG. (2009). **Balance de uso de la tierra. Resumen anual**. (Inédito).

SIAM. Proyecto BASAL. (2014) **Bases cartográficas de Los Palacios en formato vectorial**. [Versión electrónica].

USGC (2014) **Imágenes de la plataforma Landsat**. Recuperado de <http://edcsns17.cr.usgs.gov/EarthExplorer> el 10 de febrero del 2014.

Recebido em 21 de novembro de 2016
Aprovado em 16 de Abril de 2017





DO RIO EU SOU, “DA BEIRA EU SOU”: A RELAÇÃO IDENTITÁRIA DAS MULHERES RIBEIRINHAS DA COMUNIDADE DE NAZARÉ-RO COM O RIO MADEIRA

FROM THE RIVER I AM, "FROM THE BORDER I AM": THE IDENTITY RELATIONSHIP OF WOMEN FROM THE RIPARIAN COMMUNITY OF NAZARÉ-RO WITH THE MADEIRA RIVER

DEL RIO YO SOY, “DE LA ORILLA YO SOY”: LA RELACIÓN IDENTITARIA DE LAS MUJERES RIBEREÑAS DE LA COMUNIDAD DE NAZARÉ-RO CON EL RÍO MADEIRA

Rúbia Elza Martins de Sousa

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás

Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO e do Grupo de Pesquisa Espacialidade e Identidades Raciais, Étnicas, de Gênero e Sexuais

E-mail: rrubiaelza@gmail.com

RESUMO:

A identidade de um indivíduo não é definida biologicamente, mas é resultado de um construto social, sendo formada a partir da interação com o Outro e com o lugar. Neste sentido é possível verificar que há uma estreita relação entre identidade e lugar, uma vez que no lugar os sentimentos de pertencimento manifestam-se, tornando-se importantes componentes identitários de um indivíduo ou coletivo. Para este artigo, a pesquisa foi desenvolvida na Comunidade Ribeirinha de Nazaré, localizada na região do Baixo Madeira, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia e, objetivou analisar o papel da água, sobretudo do Rio Madeira, como importante elemento na formação identitária da mulher ribeirinha da Comunidade de Nazaré. A construção deste trabalho fundamenta-se nas primeiras observações de campo da construção da Tese de Doutorado, desta forma metodologicamente se constitui de caráter qualitativo e os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, sendo esta caracterizada por observação e contato com a comunidade. Constatou-se, sob uma perspectiva preliminar e a partir da observação de características do cotidiano, que o Rio Madeira exerce importante influência na constituição identitária das mulheres ribeirinhas da comunidade de Nazaré.

Palavras-Chave: Mulher ribeirinha; rio; identidade; lugar.

ABSTRACT:

The identity of an individual is not defined biologically, but is the result of a social construct, being formed from the interaction with the other and with the place. In this sense, we can verify that there is a close relationship between identity and place, once in place the feelings of belonging manifest, making it important components from the identity of an individual or the collective. This research was conducted in the Riparian Community of Nazaré, located in the region of low Madeira, in city Porto Velho, State of Rondonia. This study aimed to analyze the water, especially the Madeira River as an important element in the identity formation of riparian woman of Nazaré Community. The construction of this article is based on the first field observations from the construction of the doctoral thesis, in this way, methodologically the research is composed of qualitative character and the methodological procedures used were from bibliographical research and field research, which is characterized by observation and contact with the community. It was found under a preliminary perspective and from the observation of everyday characteristics; the Madeira River has an important influence on the identity construction of Riparian women of the Nazareth community.

Key Words: Riparian Women; river; identity; place.

RESUMEN:

La identidad de una persona no es definida biológicamente, sin embargo es el resultado de una construcción social, formada a partir de la interacción con el otro y con el lugar. En este sentido es posible averiguar la existencia de una estrecha relación entre la identidad y el lugar, una vez que es en el lugar donde se expresa los sentimientos de pertenencia, convirtiéndose en importantes componentes de la identidad de un individuo o de la colectividad. Para este artículo, la presente investigación se llevó a cabo en la Comunidad Ribereña de Nazaré, ubicada en la región del Baixo Madeira, Municipio de Porto Velho, Estado de Rondônia. El objetivo ha sido analizar el agua, especialmente el Río Madeira, como un elemento importante en la formación de la identidad de la mujer ribereña de la Comunidad de

Nazaré. La construcción de este artículo se basa en las primeras observaciones de campo de la Tesis Doctoral, y de esta manera metodológicamente el estudio se constituye de carácter cualitativo y los procedimientos metodológicos utilizados fueron el análisis bibliográfico e investigación de campo que, a su vez, se caracteriza por la observación y contacto con la comunidad. Se constató, bajo una perspectiva preliminar y a partir de la observación de las características del cotidiano, que el Río Madeira tiene una influencia importante en la constitución identitaria de las mujeres ribereñas de la comunidad de Nazaré.

Palabras-Clave: Mujer ribereña; río; identidad; lugar.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano é dotado de características que o identificam enquanto ser único em relação ao Outro, assim a identidade é compreendida e evidenciada por meio da diferença, sendo sempre relacional, a partir da perspectiva de uma marcação simbólica em relação a outras identidades.

A identidade é uma construção histórica que se dá por meio da relação que o indivíduo estabelece com o Outro, bem como com o lugar. Sendo assim, não deve ser interpretada como fixa e unificada, pois como afirma Cruz (2007, p. 16) a identidade “[...] é dinâmica, múltipla, aberta e contingente”, fato que remete diretamente a características – presentes no ser humano – que estão em constante transformação.

A identidade resulta de uma construção sociocultural, sendo considerada fonte de significado e experiência de um indivíduo ou coletivo. Desse modo, a cultura possui importante influência na constituição da identidade, uma vez que opera a partir de uma densa carga de herança histórica capaz de influenciar diretamente o modo de vida e de ver o mundo – cosmovisão – os comportamentos sociais, bem como as posturas corporais.

Entendendo que a identidade é construída também, por intermédio de um diálogo estabelecido com o meio, é possível identificar a estreita relação entre identidade e lugar. O lugar está investido de elementos sociais, culturais e simbólicos que dão significado a existência do ser, sendo assim para Chaveiro (2012) o lugar possui uma diferenciação que está intimamente ligada ao âmbito social, cultural e simbólico de tudo aquilo que existe.

O lugar é constituído de características particulares – mas que por meio de mecanismos tecnológicos, advindos desse período globalizado e pós-moderno, se comunica com o global, possuindo, desta forma, um significado diferenciado para determinados indivíduos a partir de sentimentos topofílicos que são aflorados, tornando evidente o pertencimento destes ao lugar. O sentimento de pertencimento ao lugar é um importante componente na construção da identidade de um indivíduo ou coletivo.

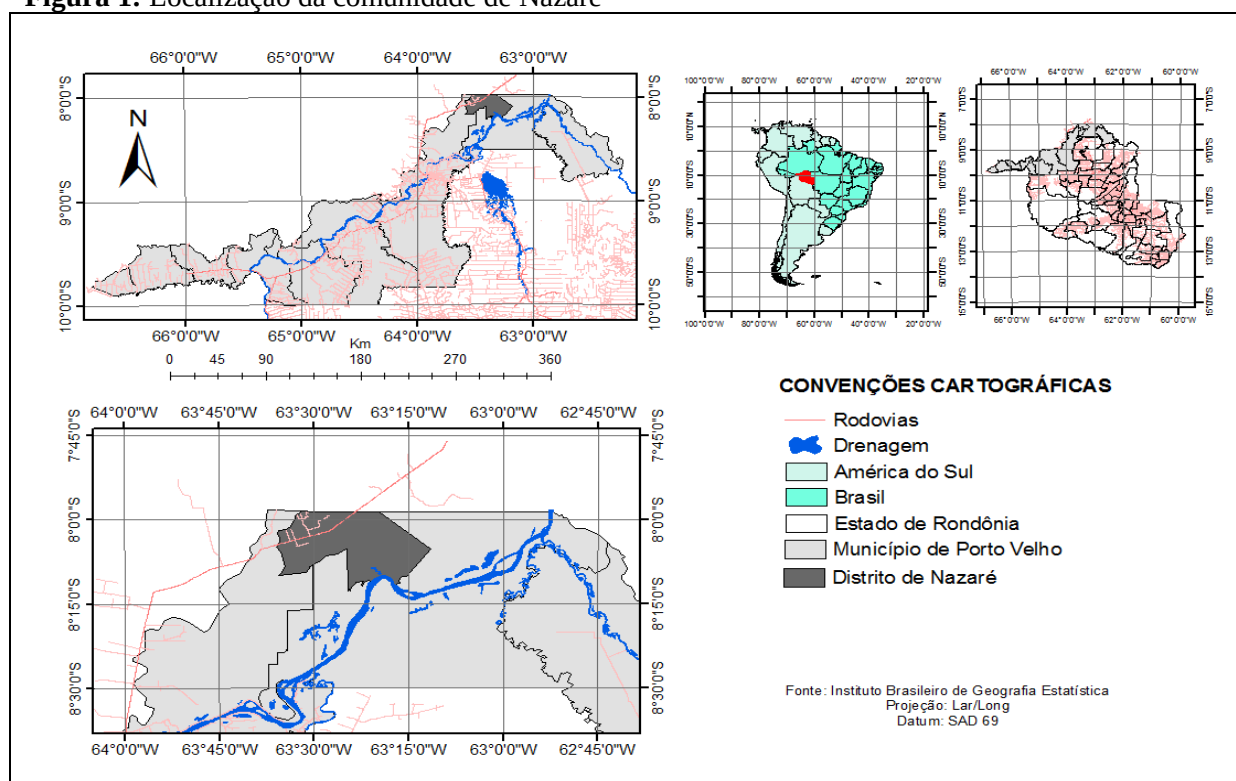
Deste modo, é possível compreender que para comunidades ribeirinhas o rio é um importante elemento componente do lugar, pois exerce influência no modo de viver e ser destas pessoas. No caso específico da mulher ribeirinha, o rio é um elemento natural bastante presente em



seu cotidiano. Para esta o rio apresenta características funcionais, mas também uma forte conotação simbólica, atuando diretamente na formação das características identitárias desta mulher.

Este artigo foi desenvolvido com relação à comunidade ribeirinha de Nazaré, localizada a jusante e na margem esquerda do Rio Madeira, na região do Baixo Madeira, há aproximadamente 120 km de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, como mostra o mapa abaixo (Figura 1). De acordo com dados obtidos com o administrador da localidade a comunidade possui 132 famílias, sendo formada por descendentes de seringueiros nordestinos e de indígenas que ocupavam a região.

Figura 1: Localização da comunidade de Nazaré



Fonte: IBGE. Org. CRUZ, L. M (2013)

Nazaré surgiu em um antigo seringal, na década de 1940, momento em que houve a decadência do ciclo da borracha (MENEZES, 2014). Na época a localidade chamava-se Boca do Furo e foi da estrutura comunitária que abrigava os seringueiros que surgiu a comunidade.

Nazaré é sede de um dos onze distritos do Município de Porto Velho, Distrito de Nazaré, que foi instituído pela Lei Municipal n.º 1.299, de 26-06-1997. Assim sendo, a comunidade possui 40% da população do distrito e dispõe de um administrador que é indicado pelo prefeito de Porto Velho, sendo ele responsável pela gestão pública da localidade.

O acesso à comunidade se dá somente via fluvial, sendo que os moradores que não possuem embarcação própria podem se locomover por meio de embarcações tipo recreio que passam pela

localidade ou por lanchas alugadas. Com embarcações menores (lanchas ou voadeira) o acesso à comunidade se dá em aproximadamente duas horas, enquanto que com embarcações maiores, comumente chamados pela comunidade de “barco de linha”, a comunidade pode ser acessada em aproximadamente sete horas de navegação.

A economia de Nazaré baseia-se na agricultura e na atividade extrativista e os principais produtos extraídos e cultivados são o açaí, a castanha, a melancia, o cupuaçu e a banana. Salienta-se que no ano de 2014 Nazaré foi uma das comunidades atingidas por uma das maiores cheias do Rio Madeira¹, desde então, de acordo com o administrador do Distrito, a comunidade está sem assistência técnica, pois os técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER – deixaram a localidade, fato que tem dificultado o desenvolvimento da produção.

Atualmente a atividade pesqueira já não é tão praticada com fins comerciais, mas ainda o é para a subsistência familiar. A pesca é vista, principalmente para as mulheres de Nazaré, como fonte de lazer, momento em que podem, além de descansar dos afazeres diários, ter um encontro mais íntimo com o meio ambiente natural.

Objetiva-se com este artigo analisar o papel da água, sobretudo do Rio Madeira, como importante elemento na formação identitária da mulher ribeirinha da Comunidade de Nazaré-RO.

A construção deste trabalho fundamenta-se nas primeiras observações de campo da pesquisa de Tese, dado o estágio inicial de Doutorado, amparando-se também no contato que a pesquisadora vem estabelecendo com a comunidade desde o ano de 2011, contato este caracterizado pela realização de atividades de campo.

A pesquisa é de caráter qualitativo, uma vez que de acordo com Ramires e Pessôa (2013, p. 25) esta busca “[...] o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica com o mundo real e o sujeito [...]”, afirmação esta que vai ao encontro do objetivo proposto para o estudo em tela.

Este trabalho inicia-se com uma discussão teórica acerca dos conceitos de identidade e lugar, demonstrando a estreita relação existente entre eles; em um segundo momento dá-se enfoque à íntima relação que os ribeirinhos amazônicos estabelecem com o elemento água – rio; e no último é apresentado, sob uma perspectiva ainda preliminar, o Rio Madeira como importante elemento na constituição identitária da mulher ribeirinha da comunidade de Nazaré.

¹ Período em que o Rio Madeira esteve aproximadamente dezenove metros acima do nível normal, desalojando grande parte da população residente não apenas em Nazaré, mas em várias comunidades de Região do Baixo Madeira. Estas comunidades atingidas foram encaminhadas a alojamentos no núcleo urbano do Município de Porto Velho.



2 IDENTIDADE E LUGAR: CONCEITOS QUE SE ENTRELAÇAM

O conceito de identidade é discutido por vários autores de diversas áreas do saber – filosofia, antropologia, história, geografia, dentre outras – e estes propõem e discutem o termo a partir de visões que ora se complementam, ora se contradizem. E esse emaranhado de ideias busca a resposta para os seguintes questionamentos: quem sou eu? Quem somos nós? O distanciamento entre eu e o Outro ou entre nós e os Outros, marca e torna evidentes características peculiares, ou seja, as características identitárias são marcadas pela diferença.

A diferença evidenciadora da identidade é encontrada na singularidade existente em um indivíduo ou em um coletivo em relação a outros, assim sendo a identidade é sempre relacional, estabelecida por meio de uma marcação simbólica relativa a outras identidades. Neste sentido, Genis (2004, p.26) afirma que “Esta manera de entender la identidad, es una forma de aclarar o delimitar en forma fija el límite que separa ‘nosotros’ de los ‘otros’”.

Cruz (2007) discute a relação entre identidade e diferença, mas apresentando a diferença não apenas como resultado, mas como processo, um movimento incessante que é ativo e criador. Sendo assim, para este autor, “nestes termos, se inventaria a equação e a diferença passaria a ser o ponto original para se pensar a identidade [...]”. Desta forma, é possível compreender que a identidade é uma posição de sujeito construída de forma contrastiva, pois os processos de construção se dão na e pela diferença e não fora dela.

A identidade é então reconhecida pela relação com o outro, relação esta que exalta o contrastivo, a lacuna, aquilo que não é, aquilo que não se apresenta, aquilo que inclui e exclui. Somente dessa maneira a identidade ganha sentido e torna-se efetiva.

A identidade é um construto social, sendo formada da “[...] ‘interação’ entre o eu e a sociedade” (HALL, 1997, p. 12). É importante compreender que cada indivíduo possui particularidades, o que Hall denomina de o “eu real”. Mas essa essência individual sofre transformações a partir do diálogo que estabelece com o mundo exterior. Assim sendo, é possível afirmar que a identidade preenche a lacuna que existe entre o exterior e o interior, tornando o ser humano unificado em relação aos lugares objetivos que ocupa no mundo social e cultural.

A condição biológica do ser humano traz aparentemente algumas determinações universais, dentre elas o ato de se alimentar, dormir e reproduzir-se, porém tais determinações não chegam ao extremo de especificar o modo e nem em que condições estas ações devem ser realizadas e, é nestas “zonas indeterminadas” que as singularidades afloram (DAMATTA, 2000) e a identidade se apresenta.

A partir deste entendimento e corroborando as ideias de Stuart Hall (1997) e DaMatta (2000), Genis (2004) afirma que a identidade não preexiste, mas é construída, sendo constituída por meio de elementos do todo social, podendo ser considerada como um produto sociocultural.

Compreender a identidade como um produto sociocultural conduz ao entendimento de que esta é construída por meio da assimilação de características advindas de elementos históricos, uma vez que determinadas atributos identitários são repassadas de geração em geração. Por exemplo, o brasileiro tem a língua portuguesa como elemento que marca sua identidade e este relaciona-se diretamente à colonização do país. Desta forma, o brasileiro fala português porque foi colonizado por portugueses. Do mesmo modo existem outras características como religião, gastronomia, música, dança, dentre outros, que se relacionam a aspectos que marcaram a história um tanto quanto híbrida do Brasil, fazendo do brasileiro, um povo com características culturais e identitárias que os diferencia dos demais povos existentes no globo terrestre.

Na soma de traços históricos característicos é possível diagnosticar uma sequência de aspectos que irão responder as perguntas: quem sou eu ou quem somos nós? A partir das respostas encontradas é possível identificar uma lacuna que evidenciará a heterogeneidade cultural e identitária.

É necessário salientar que além dos elementos históricos existem outros que são considerados importantes na formação identitária de um indivíduo ou coletivo. Neste sentido, Castells (1999, p.22) afirma que “A construção de identidades vale-se da matéria-prima da história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”.

A cultura também está intimamente atrelada à identidade, uma vez que fornece aos indivíduos as características identitárias a partir das heranças históricas, assim o modo de vida e de ver o mundo, os comportamentos sociais, posturas corporais, são produtos de uma herança cultural. Neste contexto, Laraia (2009, p. 68) afirma que o resultado da operação de determinada cultura se expressa no fato de que “[...] culturas diferentes podem ser facilmente identificadas por uma série de características, tais como o modo de vestir, caminhar, comer, sem mencionar a evidência das diferenças linguísticas, o fato de mais imediata observação empírica”.

De acordo com Castells (1999, p. 22), compreende-se por identidade “[...] um processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados [...]”. Desta forma, a identidade pode ser entendida como fonte de significado e experiência de um grupo social.



O fato de entender que a identidade é construída por meio da interação do ser humano com o espaço em que vive e que esta interação passa necessariamente por um diálogo com o passado em que há a incorporação de elementos histórico-culturais à identidade individual e coletiva, traz a discussão a globalização como um problema central, uma vez que esta proporciona a conexão de lugares e pessoas provocando uma tensão entre a homogeneidade e a heterogeneidade cultural.

Neste sentido Appadurai (1994) corrobora esta discussão quando argumenta que os discursos que defendem o pressuposto da homogeneização estão amparados na premissa da “americanização” e da “commoditização”. Mas o autor defende que a globalização da cultura não remete diretamente à homogeneização, mesmo que envolva a utilização de uma série de instrumentos de homogeneização, pois estes são absorvidos no local e então repatriados com diálogos heterogêneos.

Neste contexto de globalização é possível verificar que os indivíduos têm cada vez mais necessidade de afirmar sua cultura como forma de resistência e reconhecimento identitário. Percebe-se atualmente um verdadeiro fascínio pelo diferente, por aquilo que é local, o que é peculiar, fato que de acordo com Cruz (2007) tem se expressado por meio do revigoramento de nacionalismo, regionalismos e fundamentalismos das mais diversas ordens.

Esse momento globalizado e pós-moderno tem como um dos aspectos relevantes a valorização da memória e revitalização do passado, característica esta que foi desvalorizada no período moderno em virtude da necessidade que se tinha de “esquecer” a história e trazer a renovação como indicação de progresso.

A necessidade de reafirmação identitária está, em parte, relacionada ao temor que certas sociedades possuem em relação à aceleração das transformações culturais causadas pela interação cada vez mais intensa e imediata da população global e dos mecanismos de homogeneização (mídia, armamentos, vestuário, linguagem hegemônica). Entretanto, é preciso considerar que vários grupos e sociedades têm experimentado as mudanças advindas das transformações pós-modernas, não se aprisionando em seguir fielmente os modelos do passado, mas tal experiência vem atrelada ao ato de remodelamento e reinterpretação a partir de elementos culturais e identitários que lhes são próprios. Castells (1999) afirma que “Quando as redes dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se agarram a espaços físicos, recorrendo à sua memória histórica”.

Neste cenário globalizado de ameaça à heterogeneidade da cultura e conseqüentemente da identidade, Wicht (2004) corrobora Appadurai (1994) quando afirma que os bens culturais são reflexos da expressão de peculiaridades identitárias, sendo de responsabilidade do Estado proteger e

promover estes bens. Desta forma, é necessário prudência da parte do Estado quanto à abertura que deve ser dada ao fluxo global (APPADURAI, 1994).

É importante compreender que as transformações identitárias de um indivíduo ou coletivo não advêm unicamente do fenômeno da globalização, a história é dinâmica, a cultura é dinâmica e a identidade como fruto destes elementos não poderia ser diferente. Stuart Hall (1997) apresenta três concepções de identidade, sendo as concepções do sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno; o primeiro de acordo com o autor era unificado e o seu centro consistia num núcleo interior que permanecia sem mudança ao longo da vida; no sujeito sociológico emerge a complexidade do mundo moderno e o sujeito não se apresenta mais como autônomo, mas sim com um ser que necessita da interação com a sociedade; no sujeito pós-moderno a identidade torna-se móvel, sendo constantemente transformada, de forma que o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos.

Pollice (2010) também detecta na identidade a característica dinâmica, concordando com a concepção do sujeito pós-moderno proposta por Stuart Hall. Deste modo, por meio destes dois autores é possível entender a identidade como resultado de uma construção social dada da interação do indivíduo com a sociedade, remetendo diretamente à ideia de transformação, pois de fato ao longo do caminhar histórico do indivíduo ela se metamorfoseia, a partir de movimentos de reinvenção, reinterpretação e, até mesmo inovação de determinadas características. Desta forma, a pergunta feita no início deste trabalho deveria ser, ao invés de “quem sou eu” ou “quem somos nós”, quem eu posso me tornar ou que nós podemos nos tornar?

Em cada indivíduo há identidades que se complementam e se contradizem e tais características afloram de acordo com contextos sociais específicos. Desta forma, um único indivíduo possui várias identidades. As identidades se articulam em uma rede de identidades possíveis que são ativadas em determinadas situações de interação social por meio de um processo dinâmico, possibilitando uma multiplicidade de formas de identificação.

É neste contexto que Maura Penna (1992, p. 56) argumenta que “Diante dessa dinâmica de articulação de identidades sociais diferenciadas, é preciso abandonar qualquer enfoque da identidade que a conceba necessariamente como monolítica, única ou estável, ou ainda como dotada de existência própria”. Por exemplo, um indivíduo pode ter várias identidades determinadas por dimensões específicas: mulher, ribeirinha, agricultora, mãe, esposa, vizinha, brasileira, rondoniense, porto-velhense².

² Indivíduo que nasce no Município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia.



Como apresentado, a identidade pode ser encontrada em múltiplas formas em um único indivíduo e, alguns autores (PENNA, 1992; GENNIS, 2004; ALMEIDA, 2005; CASTELLS, 1999), apresentam classificações para identidade, buscando problematizar as discussões sobre o tema. Dentre essas é possível elencar: identidade cultural, identidade territorial, identidade oficial, identidade pela vivência, identidade de autoatribuição, identidade patrimonial, identidade histórica, identidade em movimento, identidade das trincheiras, identidade de projeto e identidade de resistência. Salienta-se que um indivíduo pode possuir mais de uma destas classificações apresentadas, por exemplo, sua identidade oficial³ pode ser a de cearense, pelo fato de ser natural do Estado do Ceará, mas pela vivência o indivíduo pode não se considerar cearense, mas sim rondoniense.

Estas classificações apresentadas pelos autores mencionados são importantes para tornar evidente determinados aspectos identitários de um indivíduo ou coletivo, demonstrando a capacidade que o ser humano tem de construir, bem como articular esta multiplicidade de formas de identificação.

No exemplo apresentado para as classificações de identidade oficial e identidade de vivência, verifica-se que o ser humano estabelece fortes vínculos com determinados lugares. Mesmo que este não seja o seu de nascimento tais vínculos ao longo do tempo irão se solidificando ao ponto de o indivíduo se sentir pertencente ao lugar. E, como consequência absorvem características que serão incorporadas a sua identidade, evidenciando o dinamismo identitário.

Verifica-se, portanto, que há uma estreita relação entre identidade e lugar, uma vez que no lugar os sentimentos de pertencimento afloram-se, tornando-se importantes componentes identitários de um indivíduo ou coletivo.

De acordo com Almeida (2013, p. 47), com a virada cultural na ciência geográfica as correntes da fenomenologia e do existencialismo recuperaram o conceito de lugar como objeto de análise geográfica. A categoria lugar, a partir desta nova leitura é “[...] compreendida pela existência de cada indivíduo, pela valorização social que lhe é atribuída, pelo espaço vivido”.

O lugar pelo olhar fenomenológico é entendido como a base da existência humana, é onde o ser humano estabelece suas relações mais íntimas com o meio e com as pessoas que o cercam e, destas relações de intimidade surge o sentimento de pertencimento àquele local, sendo a pertença fator preponderante para incorporação de características do lugar a identidade do indivíduo.

Para Dardel (2011, p. 29), o lugar proporciona segurança, uma vez que é o suporte para o ser humano “[...] assentar o ser”. Nesta perspectiva, o lugar é onde o ser humano erige suas obras e,

³ Sobre esse assunto ler o capítulo II (O que faz ser nordestino: examinando hipóteses) do livro “O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o ‘escândalo’ Erundina” escrito por Maura Penna.

aquilo que estava na consciência é transformado em materialidade, dando sentido a existência do ser na Terra.

O entendimento do lugar como segurança remete à metáfora da concha apresentada por Gaston Bachelard (1984) no livro “A poética do espaço”, o autor apresenta a imagem da concha para retratar a morada, a toca, o invólucro, imagens estas que ilustram intimidade e aconchego, características estas atribuídas ao lugar. O lugar é considerado um microcosmo, onde cada ser humano estabelece sua relação com o mundo e, o mundo relaciona-se como estes.

Os aspectos físicos, tanto aqueles diretamente relacionados ao meio natural, como aqueles resultantes da ação humana, bem como os elementos simbólico-culturais e as sensações emotivas, dão forma ao lugar, trazendo para o mesmo um significado único em relação a qualquer outro. Essas sensações peculiares só podem ser experimentadas por pessoas que possuam vínculo identitário com o lugar, caso contrário este será um espaço sem sentido, ou como afirma Relph (2014) poderá ser considerado um “não-lugar” ou “lugar-sem-lugaridade”⁴.

O lugar é frequentemente associado à casa, no sentido de lar, pois representa o núcleo que expressa de forma mais pura a essência do lugar. O lar é associado ao lugar, pois no lar são tecidas as primeiras e, na maioria dos casos, mais fortes relações interpessoais, é lá onde o ser se sente protegido e, é onde se dão as primeiras experiências cotidianas. Neste sentido, Bachelard (1984), com um capítulo intitulado “A casa. Do porão ao Sótão. O sentido da Cabana”, retrata a casa como uma forma física que traz a imagem de intimidade, o autor aponta que “[...] a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela”.

Relph, em seu livro *Place and placelessness* (1976), também apresenta o lar com este sentido de intimidade, ambiente particular, definindo-o como a essência do lugar. Mas, em seu artigo “Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar” publicado em 2012, o autor afirma que atualmente sua compreensão de lar é um tanto quanto mais complexa. Embasado em Jeff Malpas⁵, Relph entende que o lar também pode associar-se a qualquer parte, desde que haja um enraizamento num lugar e que este apresente concomitantemente características de familiaridade e significado. A partir deste novo olhar para o lar, é possível compreender que Relph (1976) apresenta o lugar não mais delimitado, com rígidas formas físicas, mas o enfoca como “[...] foco das intensas experiências, é ao mesmo tempo sem limites”.

⁴ O termo original utilizado por Relph é *Placelessness* que expressa ausência da capacidade de lugaridade. Lugaridade para o autor diz respeito às qualidades do lugar, qualidades constituídas pelo enraizamento, encontro, pertencimento.

⁵ Jeff Malpas é autor do livro intitulado *Heidegger's Toology*. Este livro foi utilizado como referência por Relph em seu artigo.



O lar é utilizado para o entendimento da essência do que seja o lugar, mas é necessário compreender o lugar como sendo móvel, uma vez que as barreiras físicas limitam sua compreensão, haja vista que seu sentido se direciona para a experiência cotidiana e esta se abre para aquilo que se encontra no exterior do microcosmo.

A experiência cotidiana promove os sentimentos de afeição pelo lugar, desse modo para entender melhor esta inclinação afetiva, Bachelard, também no livro “A poética do espaço” propõe o termo “topofilia”, que mais adiante vai ser estudado e discutido de forma aprofundada por Yi fu Tuan⁶. Para Tuan (2012, p. 19) topofilia “[...] é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. O termo vincula-se a intimidade estabelecida com os elementos presentes no ambiente.

O sentimento topofílico está relacionado a uma dependência física e emocional do lugar, no sentido de que este é um “repositório de lembranças” que gera familiaridade e, por conseguinte, afeição. Neste contexto, Tuan (2012) afirma que “A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar”, uma vez que evoca as raízes do indivíduo, raízes estas responsáveis por características relevantes em sua formação identitária.

A topofilia se refere a sentimentos de patriotismo, regionalismo, sentimentos evidenciadores de características identitárias, bem como de orgulho e amor pela terra natal. A terra natal é aqui entendida como o lugar de vivência, lugar provedor de vida, o lugar que inclui e exclui pessoas, na medida em que o ser natural daqui traz confiança, uma vez que há o encontro de peculiaridades identitárias semelhantes, mas o ser natural de lá promove desconfiança, pois aquilo que é desconhecido produz insegurança.

No entanto, estudar o lugar traz como proposta entender a íntima ligação desta categoria com as questões identitárias de um indivíduo ou um grupo, pois as características de um ambiente particular (lugaridade) que tem como implicação o aflorar do sentimento de intimidade e pertencimento, remetem à construção de atributos que vão preenchendo a essência do ser humano, dando-lhe significado e posicionando-o como ser no mundo.

Contudo, é possível afirmar que esta relação física e emocional, que pode ser denominada de relação topofílica, que existe entre o indivíduo – ou grupo – e o lugar, entremeia-se de modo dinâmico com a constituição da identidade.

⁶ Importante autor da corrente humanista na geografia. Este autor discute a categoria lugar e, assim como Relph, foi influenciado por Eric Dardel.

3 A IDENTIDADE DOS RIBEIRINHOS AMAZÔNICOS

No Estado de Rondônia, com o fim do Ciclo da Borracha e a consequente saída dos seringueiros dos seringais, formaram-se comunidades ribeirinhas ao longo de rios, lagos e igarapés. Estas comunidades indicam ter relações com povos indígenas que habitavam – e ainda habitam – a área, bem como de nordestinos que migraram em busca de melhores condições de vida durante o ciclo da borracha⁷.

Comunidades ribeirinhas são consideradas comunidades tradicionais pelo Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Conforme artigo 3º estas são definidas como:

Art. 3º [...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

Por meio da definição apresentada acima é possível compreender que tais comunidades possuem um modo de vida diferenciado e este reflete na forma como são organizadas, tanto no que tange a organização espacial, quanto à organização familiar. Deste modo, Silva (1994) define comunidade ribeirinha como:

A população constituinte que possui um modo de vida peculiar que as distingue das demais populações do meio rural ou urbano, que possua sua cosmovisão marcada pela presença das águas. Para estas populações, o rio, o lago e o igarapé não são apenas elementos do cenário ou paisagem, mas algo do modo de se viver do homem. Dessa forma, quando estabelecemos nossa conceituação, temos claro que nem todas as populações humanas que vivem às margens dos rios são consideradas populações ribeirinhas.

O movimento das águas tem importante influência na constituição do modo de viver e ser ribeirinho, para estes indivíduos a água para além da funcionalidade, apresenta uma forte conotação simbólica e o rio não é visto e entendido apenas como um corpo d'água, mas sim como essência de vida e da liberdade.

Cruz (2007) apresenta o rio como “espaço de referência identitária” na Amazônia, pois o rio é um “espaço físico natural”, uma vez que é fonte de recursos financeiros (pesca), é fundamental como meio de transporte, contribuindo também para o ritmo social ligado a temporalidade destas

⁷ Para maior entendimento de como se deu os Ciclos da Borracha e a migração de nordestinos para a Amazônia sugere-se a leitura dos seguintes livros: “Espaço Ribeirinho” (SILVA, 2000); Amazônia-Natureza, Homem e Tempo (TOCANTINS, 2009).



populações. O rio é fonte de sobrevivência, pois dele os ribeirinhos tiram o principal alimento que subsidia também o sustento financeiro das famílias.

Além do aspecto físico, Cruz (2007, p. 26) apresenta o rio como um “espaço social”, uma vez que é “[...] o meio e a mediação das tramas e dos dramas sociais que constituem o modo de vida ribeirinho com seus saberes, fazeres e sociabilidades cotidianas”. Além dos aspectos espaciais “físico natural” e “social”, o rio também é visto como “espaço simbólico”, sendo este caracterizado pela produção de elementos do imaginário, crenças, lendas, mitologias e cosmologias das mais diversas, ligados ao universo enigmático das águas.

O rio povoa o imaginário dos ribeirinhos, materializando-se na espacialidade criada em seu território, em seu modo de vida e de saber fazer. Neste sentido, Bachelard (2002, p. 123) em “A água e os sonhos” apresenta a água como um ser total, aquela que possui corpo, alma e voz, aquela que aparece no imaginário humano como “água maternal”, produzindo a imagem do leite materno enquanto alimento completo, “[...] o primeiro alimento de todos os seres”. A partir deste entendimento é possível compreender a água, o rio, como um alimento material e simbólico, que dá significado à vida, no sentido de constituir o próprio ser ribeirinho.

O rio atua como um “espaço de referência identitária” para as comunidades ribeirinhas, pois se conecta diretamente às experiências culturais, ao modo de vida, a territorialidade, ao espaço vivido e aos saberes e fazeres destas comunidades.

A partir da compreensão da importância do rio para constituição identitária de comunidades ribeirinhas, é possível considerá-lo como um “geossímbolo”, pois o rio assume uma importância simbólica capaz de fornecer, bem como fortalecer características identitárias destas comunidades. O termo “geossímbolo” foi cunhado por Bonnemaïson (2002) e o autor o define como:

[...] um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas e culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade.

Neste sentido, Silva e Almeida (2009) afirmam que o rio é um elemento fundante da e na vida ribeirinha, sendo a fonte de subsistência, tanto material quanto imaginária, que sustentam a cotidianidade e sociabilidade das comunidades.

Diante do apresentado é possível considerar que o ribeirinho possui uma relação topofílica com o rio, uma vez que estabelece um elo afetivo com este elemento do meio ambiente e esse sentimento topofílico é um importante fator na construção da identidade ribeirinha.

O rio como um importante elemento constituinte da identidade ribeirinha deve ser entendido pelo viés das diferentes espacialidades existentes entre homens e mulheres, pois apesar deste

elemento estar intimamente ligado à formação do ser ribeirinho de forma geral, existem especificidades no que tange aos elementos que constituem a identidade de homens e mulheres ribeirinhos(as).

Com o entendimento das diferentes espacialidades existentes entre homens e mulheres, torna-se salutar entender como esta relação de afetividade com o rio exerce influência na constituição identitária da mulher ribeirinha.

4 A RELAÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER RIBEIRINHA DA COMUNIDADE DE NAZARÉ COM O RIO: UMA VISÃO PRELIMINAR

Na Amazônia Brasileira a situação das mulheres seguiu em direção à opressão e exclusão, assim como em várias localidades do mundo. Os homens tiveram visibilidade na história da colonização, enquanto as mulheres mesmo sendo figuras ativas no processo de colonização e na formação dos grupos sociais da região amazônica foram invisibilizadas, suas histórias não foram contadas, e as ações realizadas por elas foram silenciadas por séculos.

Também na história de ocupação do espaço ribeirinho no Estado de Rondônia, proveniente das correntes migratórias para os seringais da Amazônia, as mulheres com seus esforços, com a intrínseca relação com a natureza e árduo trabalho, contribuíram e ainda estão contribuindo para a manutenção da vida e fomentando as relações sociais comuns a qualquer sociedade, guardadas as peculiaridades regionais e culturais de uma comunidade ribeirinha.

Refletir sobre a mulher ribeirinha leva a pesquisadora a entender o quão complexa é a trama de vida desta mulher, uma vez que sua espacialidade é fortemente marcada por fatores intimamente ligados a questões simbólico-culturais que estão enraizadas em seu lugar de vivência. O mundo vivido destas mulheres, assim como grande parte das mulheres que vivem no espaço rural, ainda é marcado pelo patriarcalismo, pelo empenho nas atividades agrícolas, mas as ribeirinhas possuem peculiaridades que as diferenciam das demais mulheres que vivem no campo e, estas estão ligadas a presença do rio, fator influente na sua espacialidade e vivência.

O patriarcalismo ainda está bastante enraizado na comunidade ribeirinha estudada. As mulheres são as responsáveis pelo cuidado dos filhos, bem como pelos afazeres domésticos enquanto os homens são identificados como agricultores e pescadores, aqueles que proveem o sustento material para o lar. Sendo assim, associado ao cotidiano de atividades domésticas e cuidado com os filhos, atividades estas de responsabilidade feminina no espaço ribeirinho, o rio



aparece como fator de importância na vida destas mulheres e de constituição de elementos que fazem parte de suas experiências cotidianas.

Desse modo, o papel reprodutivo⁸ da mulher ribeirinha fornece características que irão compor sua identidade, uma vez que elas se auto reconhecem e também são reconhecidas pela sociedade como donas de casa ou do lar, mesmo que muitas delas desempenhem outras funções como, por exemplo, a atividade agrícola.

As mulheres ribeirinhas, além da atividade doméstica, que por uma questão cultural e tradicional, é quase que exclusivamente sua no âmbito familiar, também lidam como a atividade agrícola, indo para o campo para desempenhar atividades de plantio e colheita, como pode ser observado no depoimento de uma entrevistada: “[...] a gente trabalhava na agricultura né [ela e o esposo], sempre a gente criou nossos filhos trabalhando, fazer quem meu marido, na roça mesmo! No duro! Eu ia pra roça [...] Eu consegui minha aposentadoria como agricultora [...]” (ENTREVISTADA, agosto, 2016).

O rio se apresenta como importante na vivência destas mulheres, uma vez que está diretamente associado aos afazeres domésticos, pois na comunidade ribeirinha de Nazaré toda água utilizada para a realização de tais tarefas é proveniente do rio que margeia a comunidade – Rio Madeira. O rio, neste aspecto, remete à identidade cultural das mulheres ribeirinhas, uma vez que diz respeito a uma origem comum, bem como a práticas comuns a um grupo (ALMEIDA, 2005).

Outra característica proveniente do rio está relacionada à atividade pesqueira. Esta é praticada em grande parte pelos homens, mas as mulheres também a praticam como atividade associada ao lazer (NASCIMENTO SILVA, 2004) e, conseqüentemente para a subsistência familiar, de forma que cotidianamente elas se encontram para conversar à beira do rio para juntas pescarem.

É comum ouvir depoimentos de mulheres que dizem estar cansadas da lida diária e na busca por conter o cansaço, encontram na pesca uma forma de revitalização do vigor, como pode ser observado na fala de uma entrevistada quando questionada se praticava a atividade: “De lazer, não, era mais era esporte mesmo, mais era lazer. Pescar e fazer o caldinho pa nós tomar.” (ENTREVISTADA, agosto, 2016).

Mesmo que a prática da pesca por mulheres não se direcione a fins econômicos, elas se identificam como pescadoras, pois embora a atividade se constitua como lazer, elas proveem o alimento para a família. Deste modo, é possível verificar que o rio, com a pesca imbrica dois tipos de identidade, a “identidade vivida” (ALMEIDA, 2005), uma vez que retrata elementos do

⁸ Entende-se o termo reprodutivo não no sentido da maternagem, mas no sentido de reprodução no âmbito familiar que está vinculado aos cuidados com os afazeres domésticos e com a família.

cotidiano da vida destas mulheres (pesca como lazer), bem como a “identidade cultural” que se apresenta por meio do reconhecimento da mulher ribeirinha com o papel de reprodução familiar.

A lenda do boto, muito disseminada na região amazônica, permeia outro fator de ligação da mulher com o rio. A lenda do boto diz respeito a um animal aquático, sedutor e grande fecundador, que a noite se transforma em um moço bonito e namorador, que vai às festas, dança com as moças e depois as seduz. Quando chega a madrugada, o animal volta ao rio e se transforma em boto novamente. As mulheres que foram encantadas pelo boto engravidam e dão a luz aos filhos, fazendo com que se atribua ao boto muitos filhos sem paternidade reconhecida (SILVA; BEST, 1996).

Os botos representam perigo às ribeirinhas, pois esta lenda é reverberada de geração em geração ao longo dos tempos, desta forma as meninas, ainda crianças, já sentem seus corpos ameaçados pela presença dos botos. Desse modo, esses animais que povoam o Rio Madeira, estão ligados diretamente à sexualidade e a corporeidade das mulheres que ali habitam, de forma que a partir do lugar as experiências corporais são vivenciadas. Neste sentido, Chaveiro (2012, p. 33) afirma que “[...] Os lugares não são apenas concebidos, mas vividos pela experiência do corpo”.

Desta forma, entendendo que a lenda dos botos possui estreita relação com a corporeidade e a sexualidade da mulher ribeirinha, compreende-se que sua identidade enquanto mulher é reforçada a partir de seus componentes corpóreos, uma vez que de acordo com a lenda estes são elementos que as tornam atraentes para os botos.

No entanto, é possível compreender que o rio pode ser visto sob um viés contraditório a partir constatação que ele é utilizado para a realização dos afazeres domésticos, trabalho visto como penoso para estas mulheres, ao passo que tem uma conotação de lazer e descanso. O rio ainda tem a representação simbólica de segurança, sentimento topofílico em relação ao lugar, mas em contraposição possui uma representação de insegurança e medo, aportada pelo sentimento topofóbico⁹ (TUAN, 2012), quando as lendas do encantamento dos botos vêm à tona.

Contudo, nesta análise ainda preliminar, fica evidente que o Rio Madeira possui estreita relação com a constituição identitária das mulheres da comunidade ribeirinha de Nazaré, visto que o rio, enquanto um importante elemento que compõe o lugar destas mulheres, está intimamente relacionado ao modo de vida, aos comportamentos sociais, bem como ao saber fazer destas mulheres.

⁹ Yi Fu Tuan também trabalha com o conceito de topofobia. Este é o oposto de topofilia, relacionando-se ao sentimento de repulsa pelo lugar. O conceito é discutido pelo autor no livro intitulado “Paisagens do Medo”.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade de um indivíduo ou coletivo é construída por meio da relação estabelecida com o Outro e com o lugar, de forma que é na singularidade existente em relação a outros que as questões identitárias são evidenciadas.

As questões identitárias estão intimamente relacionadas ao lugar de vivência do indivíduo ou grupo, uma vez que o lugar é a base da existência humana, onde são estabelecidas suas relações mais íntimas com o meio e com as pessoas que o cercam e, são destas relações que surge o sentimento de pertencimento àquele local, sendo a pertença fator de importante influência para incorporação de atributos do lugar a identidade do indivíduo.

Neste sentido, é possível compreender que o rio tem importante influência na constituição do modo de viver e ser ribeirinho, pois para estes indivíduos a água para além da funcionalidade, apresenta uma forte conotação simbólica. O rio não é visto e entendido apenas como um corpo d'água, mas sim como essência de vida destas comunidades.

Para as mulheres ribeirinhas, de forma mais específica, o rio se apresenta como importante elemento constituinte de especificidades identitárias em relação aos homens. O rio traz marcas simbólicas que constituem o mundo vivido destas mulheres.

O rio possui atributos funcionais para as mulheres ribeirinhas de Nazaré, uma vez que é utilizado para a realização das atividades domésticas, que cotidianamente são desenvolvidas por elas. Além da funcionalidade, o rio se apresenta como atividade de lazer associada à pesca, além do lazer, a pesca para as mulheres é vista como uma possibilidade de prover alimento para a família, fato que ressalta o papel reprodutivo da mulher perante a família e a sociedade.

Deste modo, o rio pode ser compreendido a partir do sentimento topofílico, visto que as mulheres estabelecem fortes laços afetivos com este elemento natural, reforçando o caráter simbólico deste para este grupo de mulheres.

É possível ainda verificar que o rio possui relação com a sexualidade e corporeidade das mulheres ribeirinhas de Nazaré, a partir de histórias lendárias que envolvem as mulheres, histórias estas que engendram, principalmente nas mulheres, certo sentimento topofóbico em relação ao rio. Deste modo, compreende-se que a identidade da mulher é reforçada pelos seus componentes corpóreos, uma vez que de acordo com a lenda estes são elementos que as tornam atraentes aos botos.

Contudo, apesar do caráter ainda introdutório desta pesquisa, é possível verificar que o rio enquanto elemento que compõe o lugar das mulheres ribeirinhas da comunidade de Nazaré possui

importante relação na construção identitária destas, relacionando-se intimamente ao mundo vivido, ao modo de vida, aos comportamentos sociais, bem como ao saber fazer destas mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda. Fronteiras, territórios e territorialidades. In: **Revista da ANPEGE**. Ano 2, n. 2 Fortaleza: ANPEGE, 2005.

_____. A Propósito do trato do invisível, do intangível e do discurso na geografia Cultural. In: **Revista da ANPEGE**. n. 11. Fortaleza: ANPEGE, 2013.

APPADURAI, Arjun. Disjunção e Diferença da Economia Cultural e Global. In: FEATHERSTONE, Mike. (Org.). **Cultural Global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 311-327.

BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço**. Seleção de textos de José Américo Mota Peçanha; Traduções de José Moura Ramos (et al.) ed. São Paulo: Abril cultural, 1984.

_____. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: Correa R. L.; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: um Século (III)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. p. 83-131.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040, de 7 de janeiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Corporeidade e lugar: elos da produção da existência. In: MARANDOLA, Eduardo José Junior. et al. (Orgs.). **Qual é o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CRUZ, Valter Carmo. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, Amélia Cristina Alves. et al. (Orgs.). **Itinerários Geográficos**. Niterói. EdUFF, 2007. p. 93-122.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco. 2000.

DARDEL, Eric. **O Homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GENIS, Andrea Díaz. **La construcción de la identidad en América Latina: una aproximación hermenéutica**. Montevideo: Nordan-Comunidad, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.



MENEZES, Elisângela Ferreira. **A representação do lugar: um estudo sobre a juventude ribeirinha da Comunidade de Nazaré – RO**. Porto Velho: Faculdade de Geografia da Universidade Federal de Rondônia, 2014, 136p. (Dissertação, Mestrado em Geografia).

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Parteiras ribeirinhas: saúde da mulher e o saber local**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, 2004, 215p. (Tese, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido).

PENNA, Maura. Que faz ser nordestino: examinando hipóteses. In: **O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o "escândalo"** Erundina. São Paulo: Cortez, 1992. p.49-81.

POLLICE, Fabio. O papel da identidade territorial no desenvolvimento local. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 27, p. 7-23, jan-jun, 2010.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia. In: MARAFON, Gláucio José. et al. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

RELPH, Eduard. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

_____. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA, Eduardo José Junior. et al. (Orgs.). **Qual é o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SILVA, Avacir Gomes dos Santos; ALMEIDA, Maria Geralda de. Entre mundos: as espacialidades nas e das comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé. (Rondônia – BR). In: **Anais do XII Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR**, Jacarezinho, 20 a 25 de maio de 2009.

SILVA, Josué da Costa. **Cuniã: Mito e Lugar**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994. (Dissertação, Mestrado em Ciências: Geografia Humana).

SILVA, Vera Maria Ferreira da; BEST, Robin C. Tucuxi, Sotalia fluviatilis (Gervais). In: RIDGWAY, San H.; HARRISON, Richard. **Handbook of Marine Mammals**. London: Academic Press, 1996.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 2012.

WICHT, Bernard. La diversité culturelle: Le sens d'une idée. In: BARRAK, Anissa. et al. (Orgs.). **Diversité culturelle et mondialisation**. Paris: Autrement, 2004.

Recebido em 21 de dezembro de 2016
Aprovado em 16 de fevereiro de 2017



DINÂMICA TERRITORIAL DO CAPITAL E DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO MUNICÍPIO DE CAPINÓPOLIS (MG)

TERRITORIAL DYNAMICS OF CAPITAL AND LABOR IN THE SUGARCANE AGROINDUSTRY OF THE MUNICIPALITY OF CAPINÓPOLIS (MG)

DINÁMICA TERRITORIAL DEL CAPITAL Y DEL TRABAJO EN LA AGROINDUSTRIA DE LA CAÑA DE AZÚCAR DEL MUNICIPIO DE CAPINÓPOLIS (MG)

Luiz Carlos Santos da Silva

Mestre em Geografia - Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão

E-mail: luizgeo28@gmail.com

Estevane de Paula Pontes Mendes

Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás

E-mail: estevaneufg@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo é parte dos resultados da Dissertação de Mestrado e tem como objetivo compreender as transformações socioespaciais no município de Capinópolis (MG) decorrentes da territorialização da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba. Nesse intuito, queremos entender os efeitos sociais na vida dos trabalhadores que migram da região Nordeste do país para o município de Capinópolis (MG) para a atividade do corte de cana. A metodologia baseou-se na revisão teórica dos autores que discutem a temática da cana-de-açúcar e a migração, além da pesquisa documental através de sites do IBGE, SIAMIG, Prefeitura de Capinópolis (MG) e a pesquisa de campo que nos deu a dimensão do problema aqui levantado. Em seguida foram feitas tabulações dos dados da pesquisa e transformados em gráficos, tabelas e figuras. Percebemos que dezenas de trabalhadores perderam seus empregos e foram obrigados a desempenharem outras atividades para poderem sobreviver.

Palavras-chave: Capinópolis (MG); agroindústria canavieira; migração; crise.

ABSTRACT:

This article is part of the dissertation results and aims to understand the transformations socioespaciais in the municipality of Capinópolis (MG) due to the territorialisation of the sugarcane agroindustry Vale do Paranaíba. In this order, we want to understand the social effects on the lives of workers who migrate in the Northeast region of the country to the municipality of Capinópolis (MG) to the activity of cane cutting. The methodology was based on theoretical review of the authors that discuss the subject of sugarcane and migration, in addition to the documentary search through websites of IBGE, SIAMIG, Capinópolis (MG) and field research that gave us the scale of the issue here raised. Then tabs were made of the research data and turned into charts, tables and figures. We realize that dozens of workers have lost their jobs and were forced to carry out other activities in order to survive.

Keywords: Capinópolis (MG); sugarcane agroindustry; migration. crisis.

RESUMEN:

El artículo es parte de los resultados del trabajo de Maestría y tiene como objetivo comprender las transformaciones socioespaciales en el municipio de Capinópolis (MG) resultantes de la territorialización de la agroindustria de la caña de azúcar en el Vale do Paranaíba. Se ha querido entender los efectos sociales de la vida de los trabajadores que migran de la región Nordeste del país para el municipio de Capinópolis (MG) para la actividad de corte de caña. La metodología se ha basado en la revisión teórica de los autores que discuten la temática de la caña de azúcar y la migración, además de la investigación documental a través de sites del IBGE, SIAMIG, Ayuntamiento de Capinópolis (MG) y el trabajo de campo que nos ha dado la dimensión del problema aquí levantado. A continuación se han hecho sistematizaciones de los datos. Se ha percibido que decenas de trabajadores han perdido sus empleos y han sido obligados a desempeñar otras actividades para poder supervivir.

Palabras-clave: Capinópolis (MG); agroindustria de la caña de azúcar; migración; crisis.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo intitulado “Dinâmica do capital e do trabalho na agroindústria canavieira do município de Capinópolis (MG)”, visa entender o processo de expansão da agroindústria canavieira no município de Capinópolis (MG) e os desdobramentos sociais envolvendo os trabalhadores do corte de cana territorializados nesse município.

A crise econômica no setor canavieiro vem afetando os trabalhadores em razão do fechamento de várias unidades espalhadas pelo território brasileiro. No município de Capinópolis (MG), esse problema tem afetado centenas de trabalhadores que sobreviviam do trabalho no corte de cana na agroindústria canavieira Vale do Paranaíba e hoje sofrem com desemprego e a consequente falta de alimentos e de condições básicas de sobrevivência.

A escolha do município de Capinópolis (MG), que integra a Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG), se deve ao fato de que a agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, pertencente ao grupo João Lyra, instalada no município em 2003, mantém o corte manual da cana-de-açúcar, o que provoca a migração de centenas de trabalhadores oriundos da Região Nordeste para o trabalho nos canaviais, em condições precárias de trabalho, de moradia, de alimentação e de transporte, além dos atrasos no pagamento dos salários.

A metodologia da pesquisa baseou-se na pesquisa teórica onde nos ocupamos em reunir, ler e fichar as bibliografias que tratam do tema e que servirão de base teórica na sustentação das ideias desenvolvidas ao longo deste trabalho. Na pesquisa documental, foram feitos levantamento de dados de fonte secundária junto às publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censos Agropecuários, Produção Agrícola Municipal), as informações extraídas dessas publicações são relacionadas à produção de cana ao longo da década de 1990 até o ano de 2014, além de pesquisas através da Internet nos sites do IBGE, União da Indústria de Cana-de-açúcar (ÚNICA), Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais (SIAMIG), Pastoral da Terra, Pastoral do Migrante, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além de outros sites que serviram de fonte de informações para a pesquisa. A pesquisa de campo foi o instrumento necessário e indispensável para realização de investigações de quaisquer naturezas e, ao se tratar da pesquisa de campo geográfica, a sua importância é ampliada, pois é neste momento que o pesquisador entra em contato direto com a realidade a ser estudada, interagindo com seus sujeitos/objetos, obtendo as condições para entender como os entrevistados se percebem, estabelecendo uma análise coerente, ao diferenciar a sua percepção sobre os

entrevistados, respeitando principalmente como estes se percebem, inseridos em suas próprias dinâmicas de vida e trabalho.

Dessa forma, o artigo está estruturado em dois momentos: o primeiro, busca compreender o processo de implantação da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba no município de Capinópolis (MG) e o discurso do progresso. O segundo, visa entender a crise econômica do Grupo João Lyra e os rebatimentos na vida dos trabalhadores.

2 IMPLANTAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA VALE DO PARANAÍBA E O DISCURSO DO PROGRESSO

No final da década de 1980 e início da década de 1990 iniciou-se o processo de expansão dos grupos canavieiros nordestinos em direção ao Centro-Sul do país para implantação de novas unidades agroindustriais canavieiras, especialmente no Triângulo Mineiro. Na corrida por novos territórios para a implantação de novas unidades produtoras de cana-de-açúcar, destacam-se os grupos alagoanos João Lyra, Carlos Lyra e Tércio Wanderley. Oliveira (2009) afirma que o processo de expansão do capital agroindustrial canavieiro é resultado da dinâmica da escala nacional e planetária em busca de acumulação de capital:

Diríamos ainda que esta nova dinâmica apresentada pelo capital agroindustrial canavieiro decorre, como destacamos anteriormente, do movimento geral do capital em escala nacional e planetária, que busca por meio da racionalização da produção e do processo de trabalho novos patamares de acumulação. Nesse contexto, o processo de reestruturação produtiva e a adoção de padrões flexíveis de acumulação (a exemplo do modelo toyotista) constituem o caminho para a consolidação de sua condição enquanto “sujeito” sócio-histórico. (OLIVEIRA, 2009, p. 114, grifos da autora).

Ainda segundo Oliveira (2009), vários grupos alagoanos implantaram agroindústrias canavieiras no Centro-Sul, mas o Grupo João Lyra foi o primeiro grupo alagoano a adquirir uma agroindústria canavieira em Minas Gerais, expandindo sua área de atuação.

O primeiro grupo alagoano a chegar a Minas Gerais foi o **João Lyra**, ainda nos anos 1980. Dono de três unidades em Alagoas (Laginha, Uruba e Guaxuma) o grupo comprou naquela época a unidade Triálcool, em Canápolis/MG, a qual foi ampliada, passando a moer atualmente em média 1,3 milhões de toneladas de cana. Em 2003, o grupo inaugurou uma segunda unidade em Minas Gerais, a Vale do Paranaíba. Naquele ano (safra 2003/2004) por estar em fase de teste moeu apenas 300 mil toneladas de cana, porém possui capacidade para moer 2 milhões a 2,5 milhões de toneladas. (OLIVEIRA, 2009, p. 117, grifos da autora).



A agroindústria canavieira Laginha Agroindustrial S/A - unidade Vale do Paranaíba (Figura 1), situada no município de Capinópolis (MG), no Triângulo Mineiro, foi incorporada ao Grupo João Lyra em 2003. Além da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, o Grupo possui mais quatro agroindústrias canavieiras, duas no estado de Minas Gerais e três no estado de Alagoas.

Figura 1: Município de Capinópolis (MG): agroindústria Laginha S/A - Unidade Vale do Paranaíba (2016)



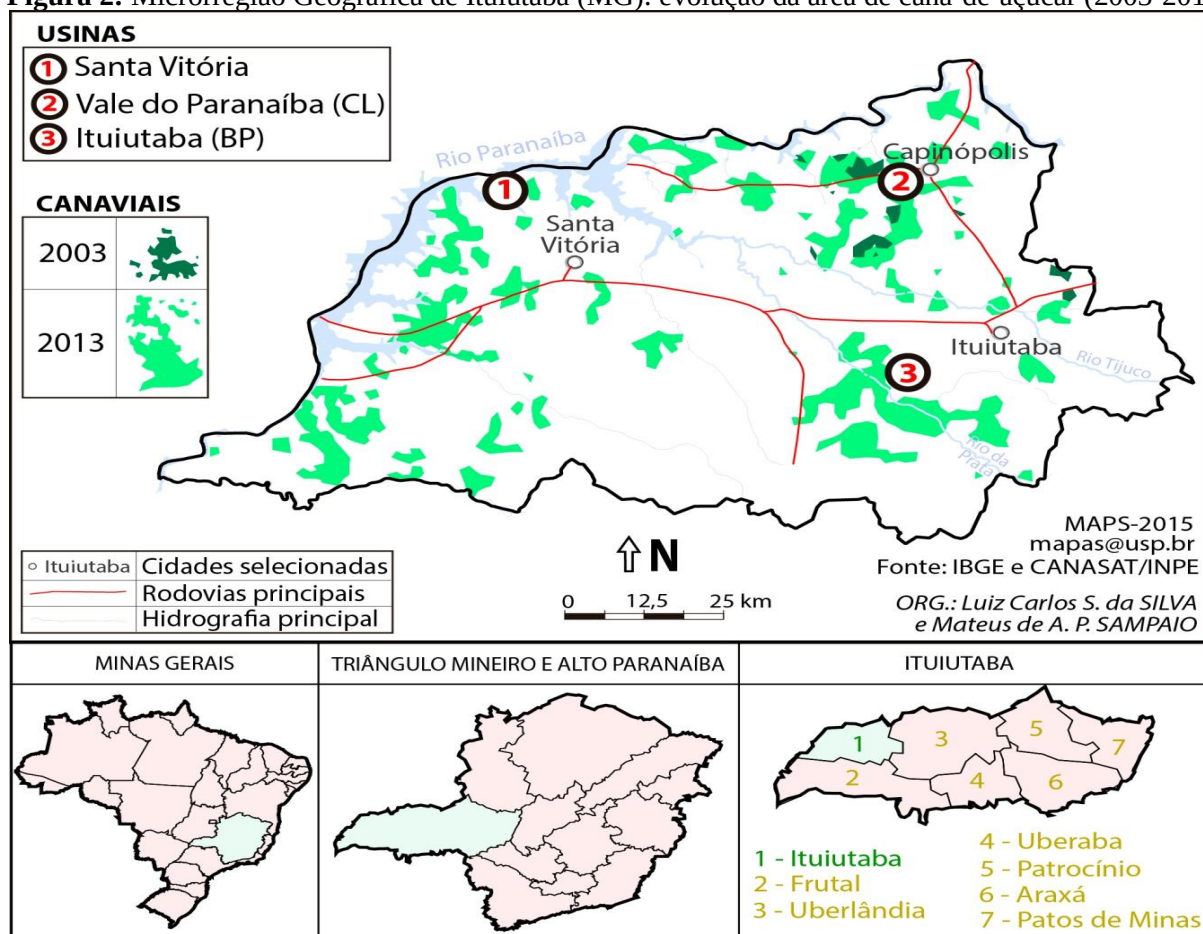
Crédito fotográfico: Silva, L. C. S. (2016)

De acordo com o Grupo João Lyra¹, essa unidade agroindustrial foi montada com tecnologia inovadora, executando desde o plantio até o aproveitamento e a transformação da matéria-prima com a utilização de difusores. A unidade possui capacidade de 2,5 milhões de sacas anuais de cana-de-açúcar, além de produzir 110.000m³ de álcool. A produção de 2007/2008 ficou em torno de 1,6 milhões de sacas de cana e 89.000m³ de álcool.

A escassez de terras em Alagoas e a busca pela expansão de seus negócios levaram o Grupo João Lyra a adquirir a agroindústria canavieira Triálcool, no município de Canápolis (MG), em 1988, e a Vale do Paranaíba, no município de Capinópolis (MG), em 2003.

A figura 2 mostra a evolução das áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar na Microrregião Geográfica de Ituiutaba, com destaque para o município de Capinópolis (MG), no período compreendido entre 2003 e 2013.

¹Grupo João Lyra. **USINAS**. Disponível em: <<http://www.grupojl.com.br>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

Figura 2: Microrregião Geográfica de Ituiutaba (MG): evolução da área de cana-de-açúcar (2003-2013)**Fonte:** IBGE e CANA SAT/INPE (2015)**Organização:** Silva, L. C. S. (2015)**Elaboração:** Sampaio, M. A. P. (2015)

A expansão da área plantada de cana-de-açúcar no município de Capinópolis (MG), apresentada na Figura 2, evidencia uma investida do capital agroindustrial canavieiro nessa região (re)ordenando o espaço urbano e rural pelas disputas territoriais com outras culturas existentes, como a soja e o milho.

O município de Capinópolis (MG) sempre foi dominado pelas culturas da soja e do milho, e a cana-de-açúcar surge como uma cultura mais lucrativa e começa a ganhar espaço porque se apresentou como mais lucrativa para os arrendatários do município. Dessa forma, a cana foi se expandindo para além dos limites do município.

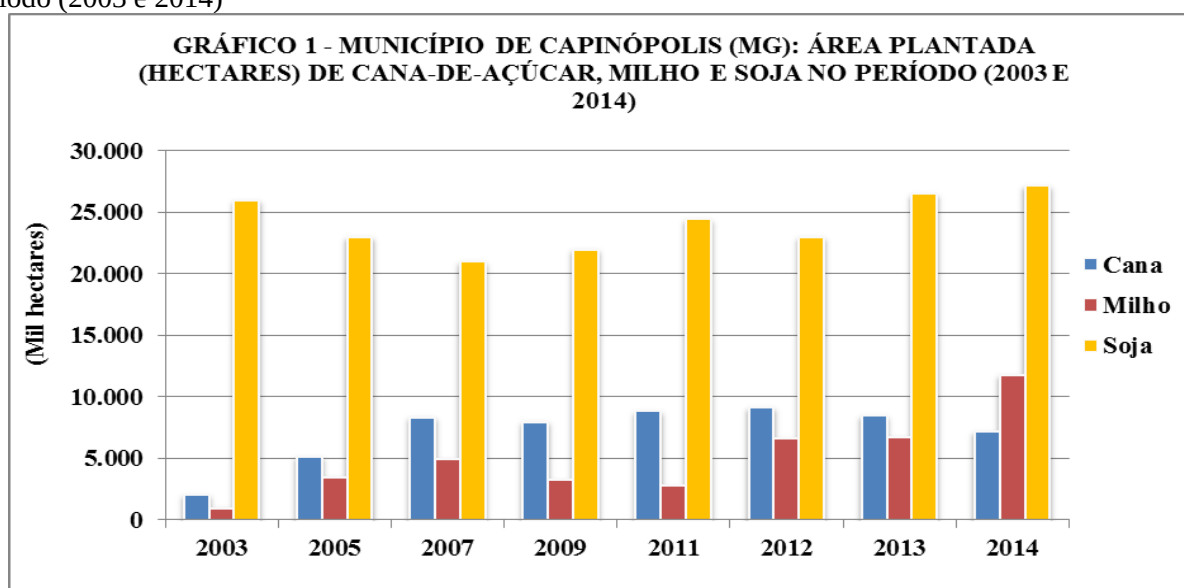
Thomaz Júnior (2010) afirma que “em relação às tantas outras formas de expressão do capital, no que tange à dinâmica, às estratégias reprodutivas, de controle do trabalho, e à aposta da sua constante precarização/fragilização, há semelhanças”. O referido autor ainda defende que,

é no interior dos conflitos (territoriais) que temos o fio condutor das ações dos sujeitos envolvidos nesse cenário. Então, as ações que antepõem trabalhadores x

capital, as fissuras intercapital reveladas pela necessidade de terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica - portanto aptas à mecanização -, e entre os próprios trabalhadores, são, por excelência, os exemplos das disputas por território que revelam o conteúdo e os significados do processo expansionista do agronegócio em geral. (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 5).

No Gráfico 1 é possível analisar, a partir de 2003, como a produção de cana-de-açúcar foi aumentando em relação às culturas de soja e milho na região, apesar das especificidades do segmento agroindustrial canavieiro.

Gráfico 1: Município de Capinópolis (MG): área plantada (hectares) de cana-de-açúcar, milho e soja no período (2003 e 2014)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2016)

Organização: Silva, L. C. S. (2015)

O Gráfico 1 mostra que a área plantada de soja sempre esteve a frente da área de plantada de cana-de-açúcar, mostrando que, mesmo com o avanço da cana sobre esse município, a soja e o milho sempre foram cultivadas na maior parte das terras agricultáveis do município de Capinópolis.

É possível também analisar que a área destinada à produção de milho sempre esteve abaixo da área de produção de cana-de-açúcar no período mencionado, superando-a somente em 2014. Segundo Oliveira (2009), [...] “a área plantada com cana-de-açúcar da Vale do Paranaíba compreende cerca de 21.000 mil hectares, dos quais 20% eram própria, 70% arrendada e 10% de fornecedores”. Ou seja, a área plantada de cana-de-açúcar não respeitava a fronteira do município, pois necessitava de mais terras para sua expansão avançando sobre os municípios vizinhos como Canápolis, Ipiacú e Ituiutaba. Na opinião de Castro (1984),

[...] a exploração da cana-de-açúcar se processa num regime de autofagia: a cana devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humo do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida. (CASTRO, 1984, p. 116).

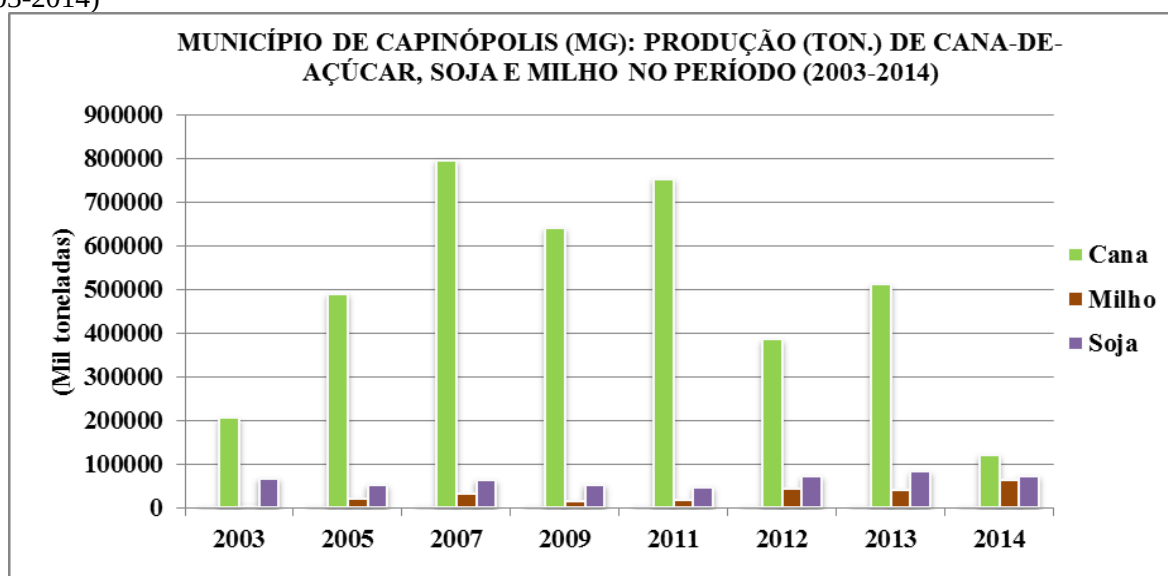
Em sua investida, o capital agroindustrial canavieiro age de forma selvagem consumindo terra e capital humano, expulsando os agricultores camponeses de suas terras e (re)definindo os territórios para, desta forma, criar as condições de perpetuação do seu domínio sobre o espaço, sobre a água e toda riqueza ali existente.

Carvalho (2009) tece críticas ao modelo de expansão da cana-de-açúcar no Brasil afirmando que esse modelo impõe uma ruptura das formas de vida tradicionalmente construídas pelos agricultores camponeses, os verdadeiros donos da terra.

Os resultados desse processo, além das mudanças nas relações de trabalho, residiram, principalmente, na degradação e perdas das terras de pequenos agricultores, visto que os objetivos eram direcionados para a ampliação da matéria-prima em extensas áreas plantadas, sendo esses pequenos agricultores postos a margem do processo. Além do crescimento das matérias primas, outro ponto importante reside no direcionamento para o aumento da escala de produção, objetivando ampliar o capital, influenciando diretamente na concentração fundiária e na especulação de terras. (CARVALHO, 2009, p. 90).

Quando comparamos a produção, em toneladas, das culturas de cana-de-açúcar, soja e milho, constatamos a superioridade da cana-de-açúcar sobre a soja e o milho conforme podemos verificar no Gráfico 2.

Gráfico 2: Município de Capinópolis (MG): produção (ton.) de cana-de-açúcar, soja e milho no período (2003-2014)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2015) Organização: Silva, L.C.S. (2016).

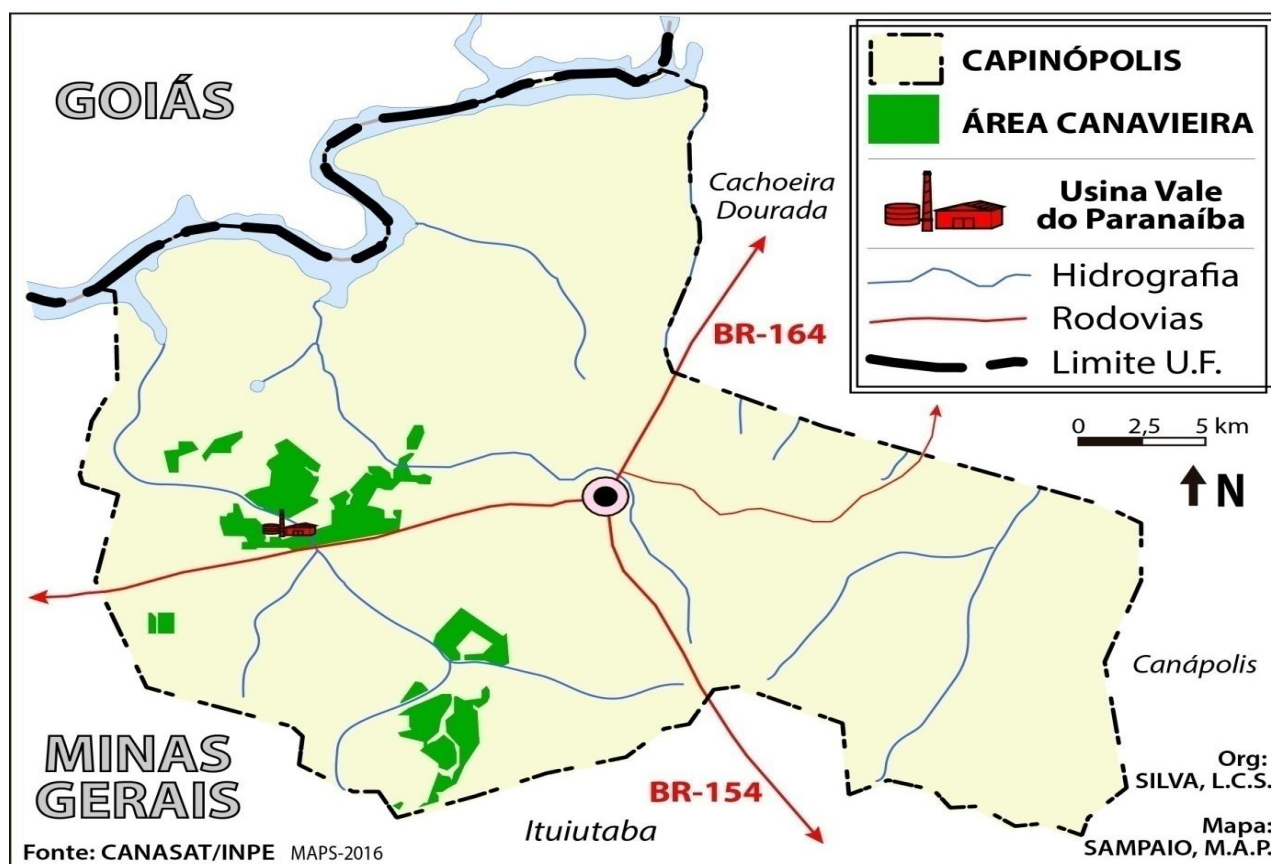


Nota-se que a produção de cana-de-açúcar vem (re)ordenando o território em Capinópolis (MG), para atender as demandas por etanol e açúcar do mercado nacional e internacional.

Ainda no Gráfico 2, é possível analisar uma queda elevada da produção de cana-de-açúcar no município de Capinópolis (MG), entre 2012 e 2014. Essa queda da produção de cana-de-açúcar é resultado da crise econômica mundial iniciada em 2008 com reflexos diretos no setor canavieiro do país. Essa crise, aliada a má gestão, resultou na falência do Grupo João Lyra e o fechamento de todas as suas agroindústrias canavieiras no estado de Alagoas e no estado de Minas Gerais, especialmente a agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, instalada em Capinópolis (MG), objeto da nossa pesquisa.

A partir da leitura da Figura 3 é possível analisar o que sobrou da área plantada de cana-de-açúcar dois anos após a falência da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba reforçando a queda da produção de cana apontado, anteriormente, no Gráfico 2.

Figura 3: Município de Capinópolis: área plantada de cana-de-açúcar da Agroindústria Canavieira Vale do Paranaíba (2016)



Fonte: CANASAT/INPE MAPS – 2016

Organização: Silva, L. C. S, (2016); Sampaio, M. A. P, (2016)

A expansão da cana-de-açúcar sobre as áreas onde havia o domínio da plantação de milho, soja e sorgo, começa um processo de decadência em função da crise econômica enfrentada pelo grupo João Lyra e que afetou diretamente a agroindústria canavieira Vale do Paranaíba, com reflexos na vida dos trabalhadores envolvidos nessa atividade conforme discutiremos na próxima seção.

3 FECHAMENTO DA AGROINDÚSTRIA VALE DO PARANAÍBA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO TRABALHO

A crise econômica mundial iniciada em 2008 trouxe sérios efeitos nas economias nacionais, especialmente nos países emergentes que tem na produção agrícola, a base de sua economia. Nesse contexto, o Brasil está inserido como modelo de economia por seu potencial na produção agrícola, principalmente soja, milho e cana-de-açúcar para a produção de etanol e açúcar. Esse último tem sido o mais afetado com a crise mundial iniciada em 2008, pois a maior parte da produção de açúcar e etanol era destinada para exportação.

Com a crise mundial, diminuiu a demanda pelo etanol e pelo açúcar, o que desencadeou um processo de falência de dezenas de agroindústrias canavieiras, principalmente aquelas que já apresentavam alguma dificuldade financeira ou que estavam em recuperação judicial², como foi o caso do grupo João Lyra que recorreu à Justiça com um pedido de recuperação judicial em novembro de 2008. Iniciava-se o processo de falência de um dos maiores grupos canavieiros do Nordeste do país.

Segundo o jornal eletrônico Correio de Uberlândia³ (2014), o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL) decretou a falência do Grupo João Lyra, formado por cinco usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar naquele estado e em Minas Gerais. Ainda cabe recurso no processo. O grupo é de propriedade do deputado João Lyra (PSD-AL).

As duas usinas estão situadas nos municípios mineiros de Capinópolis e Canápolis. Ambas estão paradas atualmente por causa da entressafra. Mas de acordo com as lideranças sindicalistas nas localidades, a decisão, pelo menos por enquanto, não muda a situação vivida por trabalhadores,

2 Há possibilidade de reestruturação das empresas economicamente viáveis que passem por dificuldades momentâneas, mantendo os empregos e os pagamentos aos credores. Um dos grandes méritos apontados nessa legislação falimentar é a prioridade dada à manutenção da empresa e dos seus recursos produtivos. Ao acabar com a concordata e criar as figuras da recuperação judicial e extrajudicial, a nova lei aumenta a abrangência e a flexibilidade nos processos de recuperação de empresas, mediante o desenho de alternativas para o enfrentamento das dificuldades econômicas e financeiras da empresa devedora. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/297012/recuperacao-judicial>. Acesso em: maio 2016.

3 Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/tj-al-decreta-falencia-do-grupo-joao-lyra-que-tem-2-usinas-no-triangulo/>. Acesso em: junho 2016.



ainda que muitos ainda cobrem salários atrasados das empresas. Os sindicatos não informaram quantas pessoas estão sem receber.

O município de Capinópolis (MG), onde está instalada a agroindústrias canaveira Vale do Paranaíba, vem passando por sérias dificuldades financeiras. Segundo a Prefeita desse município, Dinair Isaac “centenas de trabalhadores perderam seus empregos e não receberam seus salários colocando suas famílias em estado de desespero porque não tem como sobreviver na cidade com a usina fechada” (Informação verbal, 2016).

A agroindústria canaveira Vale do Paranaíba está completamente abandonada (Figura 4), enquanto se trava uma batalha judicial com 276 ações na Justiça do Trabalho de Ituiutaba (MG). Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinópolis (MG), a maioria dessas ações é trabalhista movidas pelo sindicato de forma coletiva e de forma individual para receberem seus direitos trabalhistas, como Rescisão Contratual, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Seguro Desemprego.

Figura 4: Município de Capinópolis: abandono da agroindústria canaveira Vale do Paranaíba (2016)



Crédito fotográfico: Silva, L.C.S, (2016).

Conforme o Jornal eletrônico Tudo em Dia⁴, “a Prefeita de Capinópolis, Dinair que já-se reuniu com o Ministério Público há alguns meses (2015), tem se mostrado preocupada com o que

⁴ Disponível em: <http://www.tudoemdia.com/2014/08/dinair-isaac-recebe-dirigentes-da-massa-falida-grupo-joao-lyra>. Acesso em: maio de 2016.

vem ocorrendo, não só com os produtores rurais prejudicados, como também com os trabalhadores, e a influência negativa que a situação tem trazido para o comércio local, além dos fornecedores que tem muito dinheiro para receber”. A prefeita argumenta ainda que “[...] não é somente o valor econômico que as usinas representam para a região, mas o seu fechamento provocou o desemprego para centenas de famílias, que estão nos municípios da região”.

Na pesquisa de campo, realizada entre janeiro e fevereiro de 2016, visitamos vários bairros da cidade de Capinópolis (MG) à procura de trabalhadores da agroindústria canavieira Vale do Paranaíba para coletar dados que nos permitisse entender os desdobramentos sociais da falência dessa agroindústria na vida desses trabalhadores que ainda residem na cidade. Nas entrevistas realizadas com dez (10) trabalhadores foi possível perceber que os mesmos estão desempregados ou desempenhando outras atividades temporárias como a despendoador de milho⁵ na Monsanto⁶. Na opinião de um dos entrevistados, que desenvolve a atividade de despendoador de milho na Monsanto, “esse tipo de trabalho é temporário com duração média de seis meses”. (Informação verbal, 2016).

Partindo dessa realidade vivida pelos trabalhadores, percebemos uma fragmentação do trabalho desencadeando uma (des)realização do trabalho em função da redefinição de profissões e qualificações exigida desses trabalhadores, bem com readaptações e se subjugando aos diferentes tipos de trabalho ainda mais precários. Thomaz Jr (2012, p. 12) avalia essa problemática defendendo a seguinte tese:

Quando nos ocupamos com (des)realização e as novas identidades do trabalho territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente, estamos preocupados com os desdobramentos para os trabalhadores da Constante redefinição de profissões, habilitações, inserções autônomas etc., estremada, em vários casos, com experiências de despossessão. Essa trajetória de fragmentações atinge em cheio o trabalho, e são essas evidências mais profundas do estranhamento que acrescentam desafios à compreensão do trabalho, na perspectiva de classe (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 12).

Assim como no corte de cana-de-açúcar nas agroindústrias canavieiras, o trabalho como despendoador de milho exige muito esforço físico por parte do trabalhador que é pago por produção, conforme Figura 5.

⁵ É o profissional que remove os pendões dos pés de milho antes de estarem prontos para polinizar a seda. O propósito do despendoamento é fazer a polinização cruzada, formando sementes de milho híbridas. Disponível em: http://www.ehow.com.br/pendoes-milho-fatos_66766. Acesso em: maio de 2016.

⁶A Companhia Monsanto é uma empresa multinacional de agricultura e biotecnologia. Sediada nos Estados Unidos, é a líder mundial na produção do herbicidaglifosato, vendido sob a marca *Roundup*. Também é, de longe, o produtor líder de sementes geneticamente modificadas (transgênicos), respondendo por 70% a 100% do *market share* para variadas culturas. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Monsanto_\(empresa\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Monsanto_(empresa)). Acesso em: maio de 2016.



Figura 5: Despendoadores de milho no Estado de Goiás (2015)

Crédito fotográfico: Agrolink.com.br – Acesso em maio de 2016

Organização: Silva, L. C. S. (2016)

Nessa perspectiva, o trabalhador se vê desprotegido e se submete a trabalhos extremamente precários, insalubres e mal remunerados e em condição análoga à escravidão.

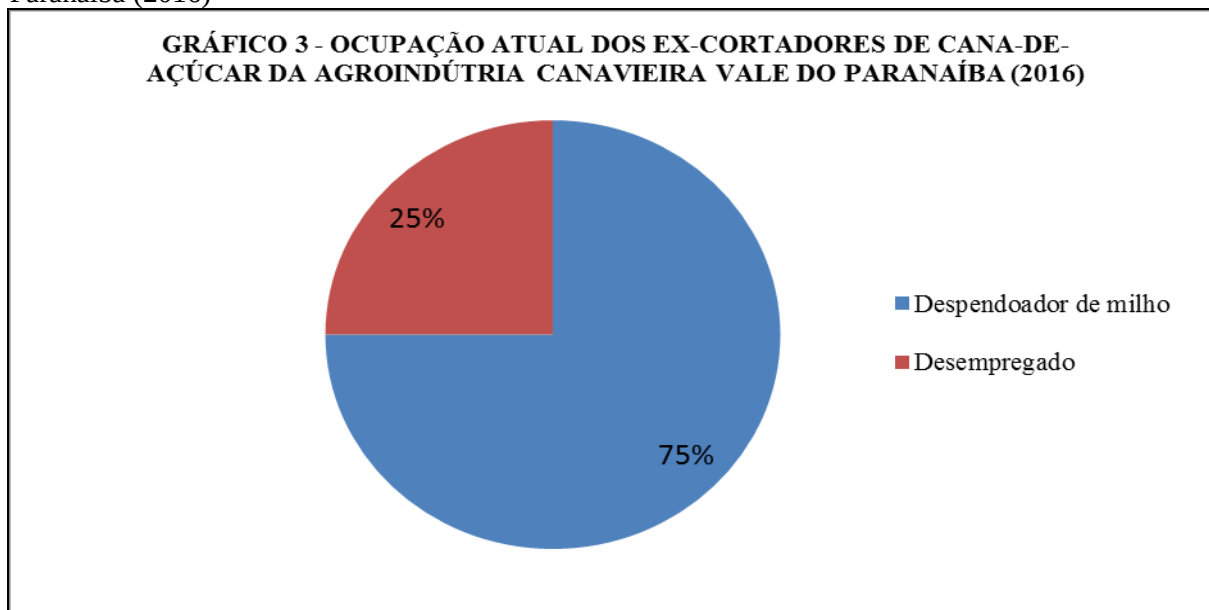
As promessas de altos ganhos nos canaviais se transformam em pesadelo para esses trabalhadores. É a classe social que vive do trabalho e que dele depende sua existência social. Antunes; Alves (2004), ao discutir a classe que vive do trabalho, afirma que,

Compreender, portanto, a classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. Como todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos (as) trabalhadores (as) assalariados (as). (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 9).

Antunes e Alves (2004) reforçam que a alienação/estranhamento é ainda mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time*, temporário e precarizado.

O Gráfico 3 mostra que 75% dos entrevistados estão desenvolvendo a atividade como despendedor de milho, enquanto 25% permanecem desempregados no período da pesquisa de campo.

Gráfico 3: Ocupação atual dos ex-cortadores de cana-de-açúcar da agroindústria canavieira vale do Paranaíba (2016)



Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Organização: Silva, L. C. S. (2016)

O Gráfico 3 ilustra a realidade dramática em que estão vivendo os poucos trabalhadores migrantes que insistiram em permanecer na cidade de Capinópolis (MG), pois a única forma de sobrevivência para esses trabalhadores é o trabalho nos despendoamento de milho para poder sustentar sua família e poder sobreviver. Segundo Mendonça (2004):

Pensar geograficamente a relação metabólica entre o homem e a natureza e suas configurações sócio-territoriais significa perceber uma nova sociabilidade construída a partir da relação capital x trabalho. A reestruturação produtiva do capital processada nos últimos 20 anos do século XX, portadora de novas formas de produção e de trabalho resultou em alterações profundas no processo de acumulação e (re)produção de capitais e em uma verdadeira metamorfose nas relações de trabalho, com consequências danosas para os trabalhadores, bem como para os movimentos sindical e operário, e para a classe trabalhadora de forma geral. (MENDONÇA, 2004, p. 1).

Nessa lógica da relação metabólica entre capital e trabalho recaem sobre o trabalhador todas as consequências da crise do capital. O trabalhador, diante dessa realidade do capital em crise, é o que sofre com a perda do emprego e é obrigado a se lançar em outros tipos de trabalho ainda mais precários e desvalorizados no salário e nas condições de trabalho. Torna-se vítima do capital perverso que visa apenas o lucro a todo custo.

É necessário construir políticas públicas que consigam dar trabalho e dignidade aos trabalhadores que sofrem com o desemprego causado pelo fechamento dessas agroindústrias canavieiras.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialização da agroindústria Vale do Paranaíba no município de Capinópolis (MG) em 2003 trouxe mudanças na relação campo e cidade. Novas formas de produção do espaço rural e urbano se impuseram a partir do domínio do capital agroindustrial canavieiro liderado pelo grupo alagoano João Lyra.

A geração de emprego foi um fator de grande importância econômica e social para o pequeno município de Capinópolis (MG) que alimentou a esperança de que a cidade entraria em um novo círculo de desenvolvimento social e econômico patrocinados pela expansão da agroindústria canavieira na região. Com isso, centenas de trabalhadores migraram para o município em busca de trabalho ofertado pela agroindústria canavieira Vale do Paranaíba.

Além da geração de empregos para a população da cidade, houve o aumento da arrecadação de impostos a partir da instalação da agroindústria canavieira. Havia uma euforia muito grande na cidade, pois, até então desconhecida no cenário regional e nacional, desponta como um dos municípios produtores de cana-de-açúcar da região entre 2003 e 2011.

A agroindústria canavieira que, até então, era motivo de orgulho para os políticos e para a população capinopolense, começa a ser questionada a partir do momento que se percebeu os seus efeitos negativos. Dentre esses efeitos negativos, estão as queimadas no período de safra ocasionando problemas respiratórios em função da fuligem gerada a partir da queima da cana para a colheita.

A relação capital x trabalho se tencionou ainda mais quando o Grupo João Lyra entra em processo de falência em 2014, resultado da crise econômica mundial iniciada nos Estados Unidos, em 2008, combinadas com problemas na gestão do grupo, que teve reflexos negativos para o município e para a população que dependiam dos empregos gerados pela agroindústria canavieira Vale do Paranaíba.

A falência do grupo João Lyra teve desdobramentos negativos, principalmente na vida dos trabalhadores migrantes resultando na perda de seus empregos, forçando-os a migrar novamente para outras regiões canavieiras em busca de trabalho para sua sobrevivência e de suas famílias.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. A. P.; ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

CARVALHO, H. M. **Impactos econômicos, sociais e ambientais devido à expansão da oferta do etanol no Brasil.2007.** Disponível em:<[www.landaction.org/spip/spip.php? article190](http://www.landaction.org/spip/spip.php?article190)>. Acesso em: 29 jun. 2013.

CASTRO, J. **Geografia da Fome.** O dilema brasileiro: Pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 348 p.

CONCEIÇÃO, A. L. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Meridiano - Revista de Geografia**, v. 01, p. 81-104, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal: 1990-2001.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?>>. Acesso em: 22 de abr. de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal: 2001-2013.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?>>. Acesso em: 22 de abr. 2015.

MENDONÇA, M. L.; PITTA T., F.; XAVIER, V. C. **A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial.** São Paulo: Outras Expressões, 2012. v. 1.

OLIVEIRA, A. M. S. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho.** 2009. 586 f. Tese (Doutorado em Geografia). FCT – UNESP, 2009, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana:** a relação capital-trabalho e o movimento sindical. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002. 388 p.

_____. Por uma geografia do trabalho. **Pegada** (UNESP. Impresso), Presidente Prudente, v. Especial, n. Especial, p. 4-26, 2002.

_____. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria canavieira Brasil. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 11, p. 3-33, 2010.

_____. Movimento sindical e práxis política na agroindústria Sucro-Alcooleira. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 5, n. 5, p. 1-10, 1997.

_____. Os desafios para o movimento sindical, no cenário de (re)definições do capital e reformas jurídico-institucionais causas das mudanças climáticas na terra. **Ciência Geográfica**, v. 3, n. 7, p. 10-14, 1997.

Recebido em 20 de novembro de 2016
Aprovado em 17 de abril de 2017





CAMPO E O ESTADO: A ATUAÇÃO DOS SEUS ATORES NA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

FIELD AND STATE: THE ROLE OF ACTORS IN THE MAINTENANCE OF FAMILY PRODUCTION UNITS

EL CAMPO Y EL ESTADO: LA ACTUACIÓN DE SUS ACTORES EN LA MANUTENCIÓN DE LAS UNIDADES DE PRODUCCIÓN FAMILIAR

Ruth Youko Tsukamoto

Departamento de Geociências - Universidade Estadual de Londrina

E-mail: tsukamoto@uel.br

Alice Yatiyo Asari

Departamento de Geociências - Universidade Estadual de Londrina

E-mail: alice.asari@yahoo.com.br

RESUMO:

As unidades de produção familiar, historicamente, têm exercido papel fundamental na produção de alimentos e tem recebido maior atenção do Estado a partir da década de 1990 por meio da implementação dos programas governamentais e não governamentais. As bases teórico-metodológicas referem-se à questão agrária, à fixação da população no campo, ao arranjo produtivo local e ao papel exercido pelo Estado, visando a melhoria da qualidade de vida da população. O artigo objetiva analisar as políticas públicas com destaque para os agricultores familiares, tendo como recorte espacial o Norte do Paraná. Os resultados preliminares evidenciam que os programas têm tido uma avaliação positiva, tanto no que se refere à obtenção de uma renda alternativa quanto para a segurança alimentar, mesmo com a existência de problemas de operacionalização e de manutenção dos programas e benefícios analisados.

Palavras-Chave: Produção familiar; políticas públicas; segurança alimentar.

ABSTRACT:

The family production units have historically played a key role in food production and has received increased state attention from the 1990s through the implementation of government programs and non-governmental. The theoretical and methodological bases refer to the agrarian question, the fixing of the population in the countryside, the local productive arrangement and the role played by the state in order to improve the population's quality of life. The article aims to analyze public policies with emphasis on family farmers, with the spatial area north of Paraná. Preliminary results indicate that the program has had a positive evaluation, both with regard to obtaining an alternative income and for food safety even with the existence of problems of operational and maintenance of programs and benefits.

Keywords: Family production; public policies; food security.

RESUMEN:

Las unidades de producción familiar, históricamente, han ejercido un papel fundamental en la producción de alimentos y han recibido mayor atención del Estado a partir de la década de 1990 por medio de implementación de programas gubernamentales y no gubernamentales. Las bases teórico-metodológicas hacen referencia a la cuestión agraria, a la fijación de la población en el campo, a la estructura productiva local y al papel ejercido por el Estado, visando la mejoría de la calidad de vida de la población. El artículo objetiva analizar las políticas públicas con destaque para los agricultores familiares, con recorte espacial en el Norte de Paraná. Los resultados preliminares evidencian que los programas han tenido una evaluación positiva, tanto en lo que atañe a la obtención de una renta alternativa cuanto para la seguridad alimentar, aunque se verifique la existencia de problemas de operacionalización y de mantenimiento de los programas y beneficios analizados.

Palabras-Clave: Producción familiar; políticas públicas; seguridad alimentar.

1 INTRODUÇÃO

As ciências humanas abarcam um leque amplo de temas de estudo, os quais retratam as polêmicas, as discussões e as reflexões cotidianas aos estudiosos da área. A Geografia Humana se insere neste contexto na medida em que trata de questões ligadas ao homem, à sociedade e ao espaço de vivência. No desdobramento das facetas dessa área de conhecimento tem-se a Geografia Agrária e no interior desta os estudos relacionados aos agricultores familiares, que formam um contingente expressivo numericamente e também significativo na produção de alimentos (principalmente) e na ocupação de sua força de trabalho. Afunilando mais ainda o foco de pesquisas, tem-se os programas governamentais destinados a esses que desenvolvem atividades em unidades de produção familiar, a exemplo do Pronaf (e suas diversas modalidades), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), além dos benefícios destinados aos idosos do meio rural, como a aposentadoria rural.

Desta forma, tem-se como objetivo geral analisar as políticas públicas com destaque para os produtores familiares. Os tópicos abordados dizem respeito a: (a) quem acessa os programas, quem oferta produtos para o mercado institucional e quem usufrui do benefício previdenciário; (b) privilegiou-se os considerados excluídos, seja pelo gênero (mulheres), seja pela faixa etária (jovens e idosos); (c) verificou-se as possibilidades de permanência e/ou fixação da população, minimizando o quadro de esvaziamento do campo.

As microrregiões geográficas de Londrina e de Faxinal foram objetos de estudo, cada qual apresentando realidades que ora se confundem, historicamente, pelo semelhante processo de ocupação (colonização de iniciativa particular e estatal) ora se diferenciando pelo processo de desenvolvimento da agricultura e pelas especificidades de natureza geomorfológica e edáfica.

Ambas apresentam um ponto em comum: a predominância do número de estabelecimentos das unidades de produção familiar. Nesse sentido, foram considerados nos estudos das referidas áreas, o papel dessa unidade de produção, as formas de atuação das políticas públicas e seus reflexos tanto em relação aos produtores quanto nas instituições beneficiadas por esses programas governamentais e não governamentais. Aliás, a tríade, produtor familiar-programas do mercado institucional-instituições filantrópicas e escolas, forma uma conexão significativa para a questão da segurança alimentar.

Dentre os vários programas voltados ao mercado institucional em prol da segurança alimentar, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, além do Programa da Agroindústria Familiar denominada no estado do



Paraná como Fábrica do Agricultor. São programas que têm apresentado resultados positivos e também negativos que serão expostos neste artigo por meio das opiniões emitidas pelos produtores e receptores dos alimentos distribuídos por meio de uma organização de âmbito municipal, para analisar o alcance das políticas públicas e o papel do produtor familiar na segurança alimentar por meio da inserção nos mercados institucionais.

Para tanto, a metodologia utilizada pautou-se em levantamentos de dados secundários e de leituras bibliográficas sobre o tema e em dados primários coletados diretamente nos municípios pertencentes às duas microrregiões por meio de entrevistas junto aos coordenadores dos programas, secretarias municipais de educação, produtores familiares e juntos aos agrônomos, técnicos e assistentes sociais do Instituto Emater local. No decorrer do desenvolvimento das pesquisas contou-se com bolsistas de iniciação científica (PIBIC-CNPq, IC/Fundação Araucária e IC/UEL) que executaram seus subprojetos sob diferentes temas pertinentes aos projetos denominados: “Alternativas de renda nas unidades de produção familiar do Norte do Paraná: estratégias de fixação no campo”; “Permanência/resistência e a ação do Estado: o produtor familiar da MRG de Faxinal-PR” e o projeto em andamento “Unidades de Produção Familiar: políticas públicas e segurança alimentar”.

Este artigo conta com a introdução, a contextualização dos programas e seus desdobramentos, seguida de reflexões sobre as unidades de produção familiar e políticas públicas pesquisadas e as considerações finais.

2 CONTEXTUALIZANDO OS PROGRAMAS VINCULADOS AO MERCADO INSTITUCIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

As unidades de produção familiar, historicamente, têm exercido papel fundamental na produção de alimentos para a sociedade e passaram a receber maior atenção do Estado a partir da década de 1990 por meio dos programas de financiamento com juros mais baixos e priorizando aqueles que pretendem permanecer no campo e se reproduzir econômica e socialmente. (ASARI; TSUKAMOTO, 2012).

Na década de 1990, resultante da atuação da sociedade organizada, o Estado edita uma série de políticas voltadas à agricultura familiar e, segundo o documento elaborado pela FAO (1992), a agricultura familiar é aquela que se baseia no trabalho e na gestão: a direção do processo produtivo é realizada diretamente pelos proprietários; dá-se ênfase na diversificação da produção; busca-se a durabilidade dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida; há o trabalho assalariado para

complementar os rendimentos; as decisões são tomadas de forma imediata, adequando-se ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo; a tomada de decisões é realizada “in loco”, em função das especificidades do processo produtivo; dá-se ênfase ao uso de insumos internos. Nesse sentido, a Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário destina a esta categoria de produtor como a beneficiária do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Segundo os critérios adotados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, (Decreto nº 3991 de 30/10/2001) seriam beneficiários os proprietários ou não de terras com até quatro módulos fiscais. Criado em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, é um programa abrangente que foi sendo aperfeiçoado ao longo dos aproximadamente 20 anos de existência atendendo, além dos já contemplados agricultores familiares, os assentados rurais, quilombolas e trabalhadores rurais indígenas.

Note-se que esta política tem dado respaldo aos programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) na tentativa de minimizar outras questões sociais tais como o combate à fome, a miséria do campo e da cidade e as questões relativas à Segurança Alimentar e Nutricional. Um dos programas, criado em 2003, e implementado no estado do Paraná é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sob a coordenação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Trata-se de um programa que dá garantia de comercialização como parte de um conjunto mais amplo de políticas que compõem o Fome Zero.

Segundo Delgado, este programa

[...] buscou complementar o Pronaf com a perna que faltava, a da comercialização e da aquisição dos produtos produzidos pelos agricultores familiares, circunscritas, porém aos produtos alimentares [...]. Demonstra assim, uma abertura da política pública para um campo tradicionalmente vulnerável da agricultura familiar, o da comercialização e da garantia de escoamento de seus produtos e realiza na prática a integração entre política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola voltada para agricultura familiar. (DELGADO, 2010, p. 47).

Segundo dados quantitativos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da pesquisa feita por Hespanhol (2013), houve um aumento expressivo na verba proveniente do Governo Federal para o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), pois de 2003 a 2011, elevou-se em mais de 75% e, um número considerável (74%) de agricultores familiares participantes. O número de pessoas beneficiadas é



mais expressivo ainda, atingindo em 2011 a taxa de 10,52% da população brasileira, ou seja, mais de 20 milhões de pessoas.

Ainda dentro das políticas públicas voltadas ao agricultor familiar, há o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sob a tutela do Ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o qual exige no mínimo que 30% do valor sejam adquiridos dos agricultores familiares.

O objetivo principal do programa é de “suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos beneficiários, através da oferta de no mínimo uma refeição diária, visando atender os requisitos nutricionais referentes ao período em que este se encontra na escola” (PARANÁ, 2014).

A opção pela terminologia unidade de produção familiar está mais para definir a forma que o trabalho vem sendo desenvolvido no interior de seu estabelecimento. Nesse sentido considera-se aquele agricultor que desenvolve suas atividades, predominantemente, com os membros de sua família contratando, temporariamente, assalariados no momento de maior demanda. Por outro lado, não se deve excluir a possibilidade deste agricultor ou algum membro da família realizar o trabalho acessório nos momentos de menor exigência na sua lavoura. Insere-se, portanto, alguns elementos estruturais do trabalho familiar camponês, considerados por Tavares dos Santos (1978). Também serão levados em consideração os produtores que estão voltados para o mercado e, via de regra, não produz para o autoconsumo e venda dos excedentes.

Outros programas importantes para a população rural devem ser citados, tais como a aposentadoria rural, que se insere no conjunto de ações para a melhoria da qualidade de vida dos que vivem no e do campo, que resulta das contribuições contidas na nota fiscal do produtor, ou então os benefícios outorgados às famílias de baixa renda e/ou por ter familiares com deficiência (física ou mental). Além disso, os programas já referenciados (por exemplo o Pronaf) contam com financiamentos específicos para jovens e mulheres que poderão iniciar uma atividade produtiva e remunerada, a exemplo das agroindústrias que tem sido objeto de gestão por parte das mulheres, que encontram neste setor uma saída para o aumento da renda familiar, utilizando o conhecimento e experiência decorrente das tarefas domésticas cotidianas, processando alimentos da horta, do pomar, do gado leiteiro ou dedicando-se ao artesanato.

Em relação a juventude rural, notou-se nos estudos realizados por Tsukamoto (2010) e Asari; e Tsukamoto (2012) que há falta de interesse dos jovens em permanecer na área rural, muitas vezes, estimulados pelos próprios pais, devido a atividade ser pouco rentável, árdua e dependente das condições da natureza.

Note-se que Singer (1998) já colocava que a migração ocorre por fatores de mudança e estagnação, ambos existentes nas unidades de produção familiar. Desta forma, considera-se que haverá fixação deste produtor no campo se houver condições propícias aos jovens (em todos os setores), antevendo aí a oportunidade de permanecer no seu lugar, onde estão seus referenciais de existência, dando continuidade às atividades de seus pais e avós. Observe-se que em 2011, o Ministério de Desenvolvimento Agrário estimava em oito milhões de jovens que viviam em áreas rurais, atores potenciais da migração rural-urbana.

Em relação às políticas públicas no Brasil, concorda-se com Bacelar (2003) de que além do poder público, deve haver comprometimento das organizações não governamentais locais, tendo o Estado o papel regulador, tornando efetivas as ações que envolvem geração de renda e trabalho. Desta forma, a segurança alimentar deve ser o próximo ponto de pauta, a qual se desenvolverá concomitantemente ao trabalho e renda. Pessanha (2002) considera que tais medidas devem fazer parte de um conjunto de medidas: desenvolvimento econômico (incluindo trabalho, renda, requalificação profissional, oportunidades aos excluídos, assistência alimentar e nutricional) e universalização do acesso aos serviços básicos de saúde, educação e saneamento.

Existe uma experiência acumulada (...) sobretudo nos espaços governamentais locais, muito mais no âmbito dos municípios e de alguns estados do que no âmbito federal. Existe muita experiência acumulada, também, nos espaços não governamentais. O Brasil não está morto! Está cheio de experiências locais mostrando como se organiza, como se planta, como se comercializa, como se governa. (BACELAR, 2003, p. 7).

Menezes (1998) citado por Tsukamoto; Asari; Gonzaga (2013) apresenta o conceito de Segurança Alimentar, construído para a elaboração do documento brasileiro para a Cúpula Mundial de Alimentação que diz:

A Segurança Alimentar e Nutricional significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (TSUKAMOTO; ASARI; GONZAGA, 2013, p. 6).

Assim, no campo, em particular nas unidades de produção familiar, têm-se três realidades distintas, representadas pelos atores: o jovem, o idoso e a mulher, em conjunto com a participação em programas de governo já referenciadas. O primeiro busca uma vida menos penosa, mas valorizada; o segundo, que trabalhou e vivenciou o campo desde a infância e hoje recebe a



aposentadoria rural, tem se tornado um componente importante no grupo familiar, pois tem garantido o recebimento mensal mínimo e, muitas vezes, tem socorrido o grupo nas necessidades da propriedade ou do domicílio; e o terceiro, a mulher, busca a sua autonomia e inserção na economia, utilizando as habilidades domésticas para a geração de renda, seja desenvolvendo atividades de forma solitária, seja associando-se a grupos de mulheres que comungam os mesmos objetivos.

3 UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REFLEXÃO

As microrregiões geográficas de Londrina e de Faxinal congregam 13 municípios localizados no norte do Paraná apresentando semelhanças e diferenças na paisagem e na estrutura agrária.

Por se tratar de um estudo sobre as políticas públicas para a agricultura familiar enfatiza-se que as áreas em tela apresentam um significativo percentual de unidades de produção familiar em relação aos não familiares conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1: Agricultura Familiar e Não Familiar das Microrregiões Geográficas de Londrina e Faxinal

Micror-regiões	Totais		Agricultura familiar (Lei nº11.326)				Agricultura Não Familiar			
	Nº de Estabelecimentos	Área (ha)	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Londrina	6.907	358.391	4.744	68,7	47.376	13,2	2.163	31,3	311.015	86,8
Faxinal	4.577	229.849	3.575	79,0	46.858	21,4	1002	21,0	180.991	78,6

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 2006

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, baseado na lei nº 11.326/2006 que instituiu a categoria denominada Agricultura Familiar, as microrregiões de Londrina e de Faxinal apresentavam cerca de 70% do total de estabelecimentos na primeira, e na segunda, próxima a 80% do total. Isso significa que esses estabelecimentos estão em áreas de até quatro módulos fiscais que corresponde a 48 e 72 hectares, respectivamente, para a MRG de Londrina e MRG de Faxinal.

O estado do Paraná tem implementado vários programas voltados às unidades de produção familiar seja via Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAB) envolvendo órgãos como o Instituto Emater e o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) com o objetivo de otimizar e viabilizar culturas e tecnologias adequadas para a reprodução social das mesmas, seja por meio da implantação dos programas do governo federal, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e a Fábrica do Agricultor (versão paranaense da Agroindústria Familiar) programa este vinculado ao MDA, seja

proporcionando a inserção de diversas unidades de produção familiar no mercado por meio de feiras regionais denominadas Feira Sabores do Paraná, viabilizando assim, a comercialização de produtos artesanais tais como, biscoitos, polpa de frutas, embutidos, doces/compotas.

Nesse sentido, além desses produtos artesanais incluem-se os produtos “in natura” nos programas de Aquisição de Alimentos coordenados pelo MDS e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) coordenado pelo MEC, via FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Os estudos realizados nas duas microrregiões permitem visualizar os sucessos e os gargalos que esses programas têm apresentado aos produtores e coordenadores de programas entrevistados.

a) Quanto ao PRONAF: o programa é acessado pela maioria dos entrevistados, as opiniões são unânimes ao afirmarem que ocorreram mudanças significativas após a implantação do mesmo, conforme estudos realizados por Oliveira (2013) sobre o referido programa na MRG de Faxinal.

Quando indagados a respeito de quais mudanças teve na propriedade depois do PRONAF a grande maioria respondeu que depois do PRONAF a produção aumentou (32%), 13% responderam que a qualidade dos produtos melhorou e outros 13% responderam que a renda aumentou, 22% o que mudou foi que depois do PRONAF eles pagaram menos em juros, com relação a outros tipos de empréstimos, 9% disseram que não viu mudança, 4,5% que o trabalho ficou mais fácil, e outros 4,5% responderam que sentiram uma maior segurança pra produzir, 9% afirmaram que a principal mudança foi um maior acesso a tecnologias. Por fim 77% dos entrevistados afirmaram que o PRONAF contribui para aumento de renda. (OLIVEIRA; TSUKAMOTO, 2014, p. 8).

Vozes discordantes também foram detectadas como: perda da safra por efeitos climáticos e a consequente, inadimplência junto à instituição financeira, ou então, a burocracia nos bancos como a necessidade de “arranjar” avalista. Sabe-se que o Pronaf é um “guarda-chuva” para atender outros segmentos e nesse sentido, esse programa de financiamento tem sido acessado por meio do Pronaf Mulher, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Agroindústria entre outros, que permitem viabilizar a inserção desses agricultores e agricultoras no mercado institucional.

b) Quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa de Alimentação Escolar (PNAE) estão sendo implantados em todos os municípios, com sucesso em alguns devido ao empenho dos coordenadores dos programas ou dos técnicos do Instituto Emater.

Trata-se de um programa que tem motivado os produtores, principalmente pela renda anual fixa e ter a oportunidade de inserir produtos disponíveis no próprio estabelecimento sem grandes investimentos, como citado por Oliveira (2013):

O PAA proporciona uma renda, não mensal, mas trimestral, que para todos os agricultores entrevistados, é uma renda alternativa, ou seja, não dependem dela para viverem, é complementar, mas que contribuem significativamente para a renda total da família, possibilitando maior qualidade de vida, investimento na propriedade, tanto em infraestrutura quanto na lavoura (OLIVEIRA, 2013, p. 28).

Messias e Oliveira (2014), no artigo referente ao PAA de Borrazópolis, salientaram o seguinte depoimento:

[...] Olha o preço é bom, é melhor que o mercado comum, que do Ceasa, mercado, intermediário, mas pode ser traiçoeiro isso... Dependendo do produto que você for querer entregar não compensa e dependendo do preço do mercado aquele produto que tava bom para você entregar no programa pode ficar melhor para entregar no mercado comum, é complicado... deviam ajustar o preço de vez em quando. (MESSIAS; OLIVEIRA, 2014, p. 488).

Nota-se que os programas estão sendo bem aceitos como também a satisfação de oferecer produtos de qualidade aos estudantes e às pessoas que estão em situação de insegurança alimentar. Porém, deve-se ressaltar que ainda há pontos a serem adequados no decorrer de sua consolidação em relação aos desencontros de objetivos e consequentemente de procedimentos entre os coordenadores e produtores tais como:

Os editais lançados especialmente da chamada pública do PNAE, têm causado transtorno aos agricultores, por não estarem adequados ao calendário agrícola. Num município em que não se produz abacaxi, não apenas levando em consideração as condições naturais, como clima ou tipo de solo, mas por não haver produtores, não é coerente incluí-la na lista de produtos (...) (OLIVEIRA, 2013, p. 34).

Por outro lado, a questão da assistência técnica já vem sendo alvo de descontentamento dos produtores, mas estão conscientes de que há poucos técnicos para atender a todos individualmente. Tsukamoto e Asari (2013) já apresentaram essa questão ao afirmarem que a realidade em muitos municípios é precária por contar com poucos profissionais e com restrição de verbas para combustível. Para reforçar essa questão, citam Alentejano (2000): “(...) não podemos deixar de frisar uma outra questão presente no documento, que é a contradição entre o “desmonte estatal” e a proposta de expansão do apoio aos agricultores familiares”. (TSUKAMOTO; ASARI, 2013, p. 11).

Vale salientar ainda, como um dos pontos negativos, a forma de distribuição dos produtos às instituições beneficiadas pelo programa onerando o produtor com custos de combustível para realizar a entrega e também utilizar meio período do dia para esse compromisso, deixando os afazeres do campo (Figuras 1 e 2).

Figura 1: Entrega a uma instituição filantrópica. Ibioporã**Fonte:** Tsukamoto, R. Y. Maio de 2013**Figura 2:** Produtos no pátio da Prefeitura para pesagem. Rolândia**Fonte:** Oliveira, D. P. Maio de 2013.

Colocadas algumas das observações sobre os programas, vale afirmar que o otimismo ainda impera entre os produtores familiares que neles estão envolvidos como a opinião detectada por Messias e Oliveira (2014) sobre o PAA de Borrazópolis:

Essas políticas públicas são o começo, acredito, antes não tínhamos visibilidade para o governo, não conseguíamos entrar num banco sem sofrermos preconceito, porque estávamos sujos, com mão calejada... Hoje temos o PNAE, PAA, PRONAF, EMATER que ajudam. E, acho que com o passar do tempo irá melhorar esses programas, falta alguns de nós lá no senado para agilizar isso aí (MESSIAS; OLIVEIRA, 2014, p. 491).



c) Em relação às informações que subsidiaram as análises sobre a mulher, o idoso e o jovem nas unidades de produção familiar, estas possibilitaram melhor conhecer a vida desses personagens tão importantes, mas tão desvalorizados no campo. Pode-se antever mudanças significativas nas relações familiares e econômicas, a partir da implantação de programas e da utilização de benefícios governamentais que, além de ensinar a melhoria das condições de vida, auxiliaram na valorização da experiência dos mais idosos, do trabalho executado por mulheres e das perspectivas de uma vida no campo para os jovens, contribuindo assim para minimizar os problemas decorrentes da não sucessão familiar nas propriedades em foco.

Em relação às mulheres agricultoras e a agroindústria, tem-se o exemplo do município de Londrina, praticada predominantemente pelos agricultores familiares, em pesquisa realizada por Rinaldo (2014). No tocante ao processamento de seus produtos, suas práticas e suas perspectivas, os depoimentos, a seguir, melhor retratam essas possibilidades: “Queria sentir o sabor da fruta e por menos açúcar”; “As pessoas querem produtos mais práticos (a respeito da couve picada e embalada); “Vender mais com mais com mais qualidade” (referindo-se à entrega em restaurantes e sacolões).

Destaque-se que a motivação para se dedicar à agroindústria deve ser resultante dos ganhos monetários, pois “o campo dá uma ou duas colheitas por ano e a agroindústria dá toda semana um dinheirinho”; deduz-se então que a agroindústria familiar contribui na agregação de valor da produção, fato percebido pelos próprios agricultores familiares, que ensejou o início da atividade em seus estabelecimentos, valorizando sobretudo o trabalho feminino no processamento da matéria prima. Veja-se exemplos de produtos processados nas unidades de produção familiar nas Figuras 3 e 4.

Figura 3: Polpa de frutas do pomar do estabelecimento.



Fonte: Tsukamoto, R. Y. maio de 2014.

Figura 4: Alternativa de renda: Milho verde e o trabalho familiar - Londrina - Borrazópolis



Fonte: Tsukamoto, R. Y. fevereiro de 2012

Um exemplo de tentativa de melhorar as condições no campo é relatado por Oliveira (2013, p. 19), ao pesquisar os agricultores familiares de Rolândia (que faz parte da MRG de Londrina):

Antes da chegada do PAA em Rolândia, os agricultores familiares, em especial, as agricultoras, tentaram por diversas vezes e de diferentes formas, se organizar em busca de uma alternativa de renda para a família. Foi disponibilizada pelo supermercado Boa Compra, uma gôndola, em que eram vendidos os produtos processados pelas agricultoras, mas passaram a concorrer com os produtos do próprio mercado, não prosperando. Também formaram um grupo de mulheres que trabalhavam com serviço de *buffet* para festas e com os produtos à base de soja, o que também não vingou, pois era necessário uma estrutura indisponível naquele momento (OLIVEIRA, 2013, p. 19).

Ressalte-se que o município conta com a AFAROL – Associação de Agricultores Familiares de Rolândia, criada em novembro de 2006, possuindo 29 famílias cadastradas; deve-se creditar esta implantação ao esforço dos extensionistas da Emater-PR e à motivação criada entre os agricultores para a adequada utilização dos recursos de programas estatais.

Há ainda casos de famílias que lutaram para conseguir crédito para “montar” uma agroindústria e associações formadas por mulheres que iniciaram suas atividades para geração de renda, localizada na MRG de Faxinal (PR). Estas modalidades de financiamento foram acionadas pelos cônjuges, os quais participaram de reuniões com os técnicos da Emater-PR que os motivaram a empreender um novo negócio, mas que tinha o respaldo, a experiência das esposas e filhas, segundo pesquisa de Asari; Tsukamoto (2014).



Destacam-se duas associações: a Associação da Cozinha Comunitária dos Patinhos e a Cozinha Comunitária. Ambas são constituídas por mulheres, dedicando-se ao fabrico de pães caseiros e doces com frutas de época. A primeira iniciou as atividades com doze associadas, mas hoje conta com apenas três, pois se depararam com percalços como a falta de pagamento dos produtos. A segunda ainda está em processo de implantação e teve a assessoria de técnicos da Emater que elaboraram o projeto e conseguiram a verba para a aquisição dos equipamentos para a produção de massas e derivados. O grupo conta com vinte participantes e pretende se inserir em programas do mercado institucional.

Um outro segmento, objeto de análise, refere-se aos jovens e a sua permanência na área rural. Segundo Pizaia; Oliveira; Moura (2015), que pesquisaram os jovens na MRG de Faxinal, 53,8% consideraram que permaneceriam no campo se houvesse incentivos à agricultura familiar, gerando estabilidade financeira e aumento de renda; 11,5% opinaram que deveria haver melhor infraestrutura, outros 11,5% que deveria haver oferta de mais cursos e incentivos aos jovens, aumentando o contingente dessa faixa etária que gosta de trabalhar no campo e 3,8% que deveria haver mais terras disponíveis para ter autonomia. Os demais 19,4% não responderam à questão.

Rodrigues Júnior (2014), ao pesquisar os agricultores familiares de Cambé (MRG de Londrina), verificou que os pais de jovens entrevistados comentaram que o trabalho na área rural é muito árduo e que a nova geração não está preparada para este tipo de trabalho, tendo em vista as tecnologias da cidade; assim, os pais acabam considerando o trabalho no campo como algo que seja apenas para pessoas sem estudos e sem oportunidades na cidade. Segundo um dos entrevistados: “precisa ter trabalho e também precisa ter pessoas que queiram trabalhar no campo e para isso precisa ter emprego no campo com salário atrativo”.

No que se refere aos idosos, Camarano; El Ghaouri (1999), discutindo as questões relativas a serem estes dependentes da família, afirmam que,

Levando em consideração o quadro de diminuição dos recursos do Estado, da desmontagem do sistema de proteção social e das dificuldades de emprego, o envelhecimento da população brasileira tem sido visto como uma sobrecarga para as famílias, que é reforçada pela queda da fecundidade (menos filhos para cuidarem dos idosos) e pela maior participação das mulheres no mercado de trabalho (menos tempo). (CAMARANO; EL GHAOURI, 1999, p. 292).

No entanto, nas pesquisas realizadas nas MRGs de Londrina e Faxinal, entre os agricultores familiares, verificou-se uma inversão na direção dessa dependência. Assim como Camarano e El Ghaouri (1999) afirmam, observou-se que os benefícios previdenciários têm operado como um seguro de renda vitalício, socorrendo a família nos gastos com a manutenção da propriedade, na

aquisição de alimentos e remédios. Esta situação indica uma revalorização das pessoas idosas, que com a renda monetária garantida mensalmente, tem seu status revertido, de “assistidos, dependentes” para auxiliares na composição da renda familiar.

Por fim, consideramos que as políticas públicas, representadas pelos programas PAA, PNAE, Pronaf e os benefícios previdenciários desembocam numa questão mais ampla que é a segurança alimentar, a qual foi bastante comentada ao tratar do PNAE, PAA, com resultados tanto para os que vendem seus produtos quanto para os que consomem. Assim, Messias (2014) faz a relação entre estas instâncias de produção, consumo e políticas públicas, ao estudar o município de Borrazópolis (MRG de Faxinal):

Outro ponto importante sobre a organização do programa é que após a entrada destes agricultores nos programas, a coordenadora que também formula os cardápios das escolas de Borrazópolis, faz um levantamento do que os agricultores plantam na horta e pomar de suas propriedades, que é para consumo próprio, e que acabam perdendo quando produz muito; o que eles beneficiam (doces, pães, geleias, queijo, polpa de frutas), para poder pedir posteriormente esses alimentos e mercadorias através dos dois programas, assim, facilitando o lado do agricultor familiar, haja vista que eles não necessitam plantar para vender no programa. Este fato foi visto como algo positivo por todos os agricultores entrevistados, pois os produtos pedidos se encaixam na realidade agrícola do município. (MESSIAS, 2014, p. 79).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusões preliminares, verificou-se que os agricultores familiares das duas MRGs pesquisadas, que entregam os produtos mediante a inserção nos programas tem feito avaliações positivas, pois além da alternativa de renda veem a possibilidade de contribuir para a melhoria da merenda tanto de escolas de Ensino Fundamental e Médio, de centros de educação infantil, de hospitais, quanto de centros de acolhimento de idosos, de pessoas com deficiência. Desta forma, além do aspecto financeiro, há uma cidadania sendo construída, tanto por mulheres, jovens, quanto por idosos, pois sabem da possibilidade de auxiliar na melhoria da qualidade nutricional de seus filhos e netos, que representam a sociedade em que vivem. No entanto, problemas foram apontados por parte dos entrevistados como a demora no pagamento e a necessidade de compatibilizar a entrega de produtos para o mercado institucional com a realidade regional.



REFERÊNCIAS

ASARI, A. Y.; TSUKAMOTO, R. Y. Aposentado rural nas unidades de produção familiar: provedor ou dependente? In: **Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos** - AGB: Belo Horizonte, 2012.

_____. A participação das mulheres agricultoras nas unidades de produção familiar. In: **Anais do XV Encontro de Geógrafos da América Latina**, Cuba, 2014.

BACELAR, T. As políticas públicas no Brasil, tendências e desafios. In: SANTOS JR et al. (Orgs.). **Políticas Públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL, **Decreto de Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm acessado em outubro de 2014

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Grupo Temático de Juventude Rural. **Relatório Final**. Brasília: MDA, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, **Secretaria da Agricultura Familiar**, 2014. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/>> Acessado em 10, jun. 2014.

CAMARANO, A. A. et al. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Muito além dos 60**. Os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao governo Lula. MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Org.) **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Edur/Mauad X, 2010. p.17-53.

FAO. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 1992.

HESPAHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 25, p. 469-483, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/viewFile/22638/pdf_4

BRASIL. IBGE. **Censo Agropecuário de 2006** (Agricultura familiar). Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

MESSIAS, R. M. **As unidades de produção familiar no município de Borrazópolis: o Programa de Aquisição de Alimentos como elemento auxiliar de permanência no campo**. Londrina: UEL, 2014 (Relatório de Pesquisa, IC/CNPq).

MESSIAS, R. M.; OLIVEIRA, D. P.; O programa de aquisição de alimentos (PAA) e seus reflexos para agricultura familiar no município de Borrazópolis-PR. In: **Anais... XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Natal, 2014.

OLIVEIRA, A. P. S.; TSUKAMOTO, R. Y.; Agricultura Familiar e o Pronaf na Microrregião Geográfica de Faxinal-PR. In: **Anais...VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória, 2014. p. 1-11.

OLIVEIRA, D. P. **O programa de aquisição de alimentos como política pública da agricultura familiar: seus reflexos nas unidades de produção familiar de Rolândia-PR.** Londrina: UEL, 2013. (Relatório de Pesquisa-IC/Fundação Araucária-PR).

PARANÁ. Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS) **Compra Direta: mais trabalho no campo, mais comida na mesa.** Disponível em [www.trabalho.pr.gov.br/compra direta](http://www.trabalho.pr.gov.br/compra_direta) acessado em julho de 2014.

PESSANHA, L. D. R.; **A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

PIZAIA, J. C.; OLIVEIRA, A.P.S.; MOURA, D.A.V. O papel da mulher nos estabelecimentos de agricultura familiar na Microrregião Geográfica de Faxinal (PR). In: **IV SIES-Simpósio Internacional de Educação Sexual.** Maringá: UEM, 2015.

RINALDO, S. A. M. **Agroindústria familiar como alternativa de renda: um estudo de caso no município de Londrina (PR).** Londrina, UEL, 2014 (Dissertação de Mestrado).

RODRIGUES JÚNIOR, E. V. **Políticas públicas para fixação e permanência no campo no município de Cambé-PR.** Londrina: UEL, 2014 (Relatório de Pesquisa, IC/Fundação Araucária).

SINGER, P. As migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia Política da Urbanização.** 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998

TAVARES DOS SANTOS, José V. **Colonos do vinho- estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

TSUKAMOTO, R. Y.; ASARI, A. Y. GONZAGA, A. C. Os programas de apoio à agricultura familiar no Brasil: reflexões sobre as complexas relações entre o Estado e a sociedade. In: **Anais... Encontro de Geógrafos da América Latina,** Lima, 2013. 1-14.

TSUKAMOTO, R. Y. Políticas públicas e agricultura familiar: considerações sobre o norte do Paraná. **Anais do Encontro Nacional de Geógrafos.** Porto Alegre: AGB, 2010.

Recebido em 30 de novembro de 2016
Aprovado em 15 de março de 2017





ALCOOLISMO E MEIO RURAL

ALCOHOLISM AND THE COUNTRY ENVIRONMENT

ALCOHOLISMO Y MEDIO RURAL

Luci Mara Bertoni

Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB)
GePAD – Grupo de estudos e pesquisas sobre Gênero, Álcool e Drogas
E-mail: profaluci@uesb.edu.br

Rosângela Vasconcelos Raimundo Santos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB)
E-mail: rosangelavasconcelos@hotmail.com

RESUMO:

O consumo de bebidas alcoólicas é comum em âmbito mundial. A influência de algumas culturas que estabelecem práticas e rituais, tais como consumir bebidas alcoólicas, principalmente, as destiladas, em cerimônias religiosas, comemorações de nascimentos, nos momentos fúnebres, dentre outras situações, são tradições que se encontram fortemente arraigadas no contexto sociocultural de muitas comunidades, constituindo, portanto, um potente difusor do uso do álcool em nossa sociedade. Apesar de pouco se falar desse consumo entre as comunidades rurais, podemos perceber que os dados são preocupantes entre essa população, o que nos despertou interesse em buscar entre homens e mulheres rurais suas representações e hábitos no tocante à temática estudada e a naturalização do consumo que perpassa rituais amplamente difundidos na comunidade em estudo. A bebida é usada para diversos fins (religiosos, medicinais e de diversão) e está presente no cotidiano dessas pessoas.

Palavras-chave: Alcoolismo; bebidas alcoólicas; comunidade rural.

ABSTRACT:

Consuming alcoholic drinks is a worldwide practice. The influence of some cultures which establish some practices and rituals, such as drinking alcoholic drinks – especially distilled ones – in religious ceremonies, birthday celebrations, funerals, are considered to be traditions strongly rooted in the sociocultural context of many communities. It, therefore, constitutes a powerful spreader of the alcohol consume among us. It is possible to notice that the countryside communities' consuming level of alcohol are concerning, although few discussed. It arose our interest in finding men and women from that area whose habits and representations made the subject clear, and naturalized the consume, which goes throughout rituals widely spread in the countryside. Alcoholic drinks are used for multiple purposes (religious, medicinal, and fun) and it is their daily routine.

Keywords: Alcoholism; alcoholic drinks; country community.

RESUMEN:

El consumo de bebidas alcohólicas es común en nivel mundial. La influencia de algunas culturas que establecen prácticas y rituales tales como consumir bebidas alcohólicas, principalmente, las destiladas en ceremonias religiosas, conmemoraciones de nacimientos, momentos fúnebres y otras situaciones son tradiciones que están fuertemente arraigadas en el contexto social y cultural de muchas comunidades y se constituyen un potente difusor del uso de alcohol en nuestra sociedad. Aunque poco se habla de ese consumo en las comunidades rurales, podemos percibir que los datos son preocupantes en esa población lo que nos despertó interés en buscar entre varones y mujeres rurales sus representaciones y hábitos sobre ese tema y la naturalización del consumo que se difunde en rituales en la comunidad estudiada. La bebida es usada para diferentes objetivos (religiosos, medicinales y de diversión) y está presente en el cotidiano de esas personas.

Palabras clave: Alcoholismo; bebidas alcohólicas; comunidad rural.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre drogas têm demonstrado um crescente aumento do consumo de bebidas alcoólicas entre homens e mulheres. Porém, o que temos percebido é que essas pesquisas apontam somente para os centros urbanos. O que nos faz refletir sobre a invisibilidade das populações rurais e no desconhecimento tanto da relação dessas com a bebida alcoólica para os diversos fins como nos problemas que podem ser decorrentes de seu uso abusivo. Para tanto, a partir das observações do cotidiano de uma comunidade rural da mesorregião de Vitória da Conquista, realizamos uma pesquisa com o intuito de verificar quais as finalidades que se usa a bebida alcoólica e suas representações sociais acerca do alcoolista.

Dados comprovam que o padrão de consumo da bebida alcoólica, sua periodicidade e a quantidade utilizada estão intimamente relacionados a vários danos e riscos como acidentes e violência. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, cerca de 3,3 milhões de pessoas morrem a cada ano em consequência dos efeitos nocivos do álcool em todo o mundo. Assim, aproximadamente 6% de todos os óbitos em âmbito mundial estão direta ou indiretamente relacionados à ingestão de álcool (OMS, 2014).

No Brasil, das morbidades, mortalidades e incapacidades associadas ao consumo da bebida alcoólica, a cirrose hepática é a mais incidente, de 63 e 60% entre homens e mulheres, respectivamente, em 2012. Os acidentes de trânsito correspondem a 18 e 5% (homens e mulheres) e os transtornos relacionados ao uso do álcool estima-se que seja de 8 e 3% entre homens e mulheres que têm predisposição para a dependência ou uso abusivo. Outro fato relevante é que, em todo o mundo, a população na faixa etária entre 20-49 anos, mais jovens, é a que mais morre em decorrência do uso do álcool (OMS, 2014).

Acredita-se que o abuso de álcool pode gerar sérios danos à saúde. É muito comum relacionar o excessivo consumo de bebidas alcoólicas à condição de vida precária, desencadeando uma saúde frágil e uma mortalidade precoce. O empregado não consegue desempenhar suas funções com destreza quando está alcoolizado, gerando, assim, problemas de ordem trabalhista, psicossocial, econômica e de consumo de álcool. Portanto, o efeito negativo do consumo abusivo da bebida alcoólica se instala na vida dessa pessoa que já não tem mais a direção de sua vida.

A dependência do álcool tem alto custo social, gerando internações hospitalares, atendimento na rede básica de saúde, podendo acionar outros dispositivos, tais como o sistema judiciário, previdenciário, desemprego, perda do papel de gestor familiar, diminuição de autoestima, baixo rendimento no trabalho, comprometimento na saúde física, dentre outros. O problema



relacionado ao uso do álcool passa a constituir uma prioridade, uma vez que implica em comportamentos relacionados a esse consumo, por exemplo, a dependência, que está presente no convívio social. Assim, o uso de bebida alcoólica pode, a depender do contexto, apresentar sérios riscos biológicos, psicológicos e sociais, constituindo, desse modo, um grave problema de saúde pública.

Muitas transformações ocorreram no Brasil, nas últimas décadas, e junto com o aumento da população urbana, o modo de vida nas comunidades rurais também se modificou. O acesso às tecnologias mudou significativamente a vida das pessoas e facilitou o acesso aos bens de consumo, inclusive de bebidas alcoólicas, o que fez da indústria do álcool um mercado em expansão. De acordo com o II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas – LENAD (LARANJEIRA, 2014), o consumo de bebidas alcoólicas pela população brasileira cresceu tanto entre homens quanto entre mulheres, assim como seus consequentes efeitos nocivos. Estima-se que 11,7 milhões de pessoas possam ser dependentes de álcool no Brasil (LARANJEIRA, 2014). A frequência de consumo da bebida alcoólica ingerida pela população, também, tem crescido significativamente. Em 2006, 42% da população adulta declarou beber pelo menos uma vez por semana; em 2012, 53% da população fez a mesma declaração. No que diz respeito às mulheres, o crescimento foi ainda mais significativo, passando de 27% em 2006 para 38% em 2012 (LARANJEIRA, 2014). As mulheres também representaram maiores índices de aumento do consumo em *binge*¹ entre 2006, 34%, e 2012, 48%.

Os dados apontados nos levam a inferir que o consumo de bebida alcoólica constitui um desafio da saúde pública no país. Tal consumo se dá nos diversos segmentos da sociedade, mantendo uma relação direta com outros agravos sociais, como violência, acidentes de trânsito, crescimento da criminalidade (CASTANHA e ARAUJO, 2006). Conhecer esses dados faz-se importante na pesquisa para se ter uma dimensão da magnitude do problema em que o alcoolismo se insere, inclusive no meio rural, onde pudemos verificar que beber é quase que a única forma de manter tradições e se divertir.

Com o objetivo de identificar as representações sociais de homens e mulheres rurais sobre os usos do álcool, buscamos os sujeitos de um povoado da mesorregião de Vitória da Conquista - BA, localizado a aproximadamente 35 Km da sede do município e que tem uma população de 369 habitantes sendo 194 homens e 175 mulheres (SIAB, 2015). Destes, entrevistamos 11 homens e 09 mulheres com idade entre 25 a 75 anos, que se autodeclararam dependentes de bebidas alcoólicas.

¹ Beber em *binge* também chamado de beber pesado é definido como o consumo de bebidas alcoólicas de 5 doses ou mais, no caso de homens, e 4 doses ou mais, no caso de mulheres, em uma mesma ocasião, em um intervalo de até 2 horas.

Quanto à infraestrutura, o povoado dispõe de 01 Escola de Ensino Fundamental (anos iniciais) que funciona apenas no turno matutino em uma sala multisseriada, 01 Igreja Evangélica, 06 bares² (que também vendem gêneros alimentícios), 01 bar (que só vende bebidas), 01 campo de futebol, 01 casa de farinha e 01 associação de moradores (CESF, 2015).

Percebemos, na comunidade estudada, que o consumo de bebidas alcoólicas é uma prática comum. Além do seu valor histórico-cultural, o álcool é uma droga lícita de livre circulação e comercialização, o que leva a um aumento significativo do seu consumo. Este fato mostra a importância da investigação científica, tendo em vista que envolve fatores cognitivos, psicológicos, de representações sociais e da memória. Sendo assim, esta pesquisa de cunho qualitativo está baseada nas premissas da Teoria das Representações Sociais preconizada por Serge Moscovici (2003) perpassando pressupostos teóricos da memória coletiva de Halbwachs (1990). Assim, antes de situarmos o alcoolismo no meio rural, traçaremos algumas considerações sobre representações sociais e memória, bem como sobre a questão do álcool e alcoolismo, mostrando as relações de consumo e como este foi se constituindo como a droga lícita mais usada no Brasil e em alguns outros países.

2 ÁLCOOL E ALCOOLISMO: ALGUNS APONTAMENTOS

A transmissão de um comportamento por meio da memória produz uma significação a esse processo, o que lhe confere uma identidade, sendo, portanto, objeto de representação social (MOSCOVICI, 2003). As comunidades rurais são dotadas de saberes e práticas socialmente construídos. As tradições locais e a transmissão de valores culturais compartilhados e apreendidos pelo grupo demonstram o papel mediador das representações sociais entre os fenômenos simbólicos compartilhados e a memória.

Muitas manifestações culturais são transmitidas de pessoa a pessoa, de pai para filho, de um grupo para outro, através de registros guardados nas lembranças do grupo. Tal fato passa a assumir o papel de garantir a perpetuação dos saberes culturais de geração em geração.

Ao observarmos o processo de construção da memória, é possível constatar que o indivíduo transporta lembranças e imagens de pertença a um grupo que, segundo Halbwachs (1990), vai influenciar as relações sociais. Para ele, nas sociedades rurais, é comum confiar aos mais velhos a atribuição de transmitir os costumes e tradições às crianças, enquanto seus pais estão no campo ou envolvidos em outras atividades diárias. Uma história que se mantém viva, que se perpetua ou se

² Embora em algumas localidades, costuma-se denominar de venda ou mercearia, os lugares que vendem gêneros alimentícios, nesta localidade, denominam, de forma genérica, estes estabelecimentos como bar.



renova através dos tempos. A cultura e os gostos demonstrados nas escolhas e nas relações sociais têm muita significação.

Concordando com Duveen (apud MOSCOVICI, 2003, p. 8), as pessoas, normalmente, em suas relações e práticas cotidianas, formam representações para interagirem no meio social visando criar uma forma de estabilidade neste grupo de convivência. Essas representações se dão pelas interações e experiências vivenciadas no grupo de pertencimento, sejam movidas pelos meios de comunicação de massa ou pela escola, enfim, pelos mais diversos canais difusores de pensamentos e valores do grupo.

No que se refere ao consumo de álcool, os sujeitos constroem um sistema de representação através do qual são capazes de administrar suas interações com a bebida alcoólica criando estratégias a fim de tornar sua utilização uma prática comum e natural no meio social. Este processo pode ser fortemente efetivo na medida em que os homens e mulheres rurais expressem, seja pela fala seja pelo comportamento, suas aspirações sobre o álcool, seus sentimentos, influências e significações em suas vidas.

A realidade rural em relação ao consumo de bebidas alcoólicas não difere da história de vida de nossos antepassados e, segundo relatos sobre a história das civilizações, de acordo com Bertoni (2015, p. 23):

[...] historiadores apontam que há registros arqueológicos revelando que os primeiros indícios de seu consumo pelo ser humano datam, aproximadamente, do ano 6000 a.C.; outros ainda afirmam que esta data se estende até 10000 a.C., dados estes que, do ponto de vista da Antropologia, revelam que o costume não é tão antigo assim, mas que tem persistido durante milhares de anos.

Para MacRae (2014), o uso de bebidas alcoólicas remonta à Pré-História e o seu emprego como medicamento já era mencionado em documentos do Oriente Médio, datados de 2200 a.C. Mais precisamente no período neolítico³, quando houve o surgimento da agricultura e da cerâmica, a partir de um processo de fermentação natural, os indivíduos passaram a usar as frutas fermentadas, sendo atribuídas ao álcool diferentes significações. “Um aspecto importante é que o domínio da técnica da cerâmica, datado do período neolítico, provavelmente tenha impulsionado o armazenamento, o consumo e o comércio do álcool obtido pela fermentação de frutos” (BERTONI, 2007, p. 24), incrementado seu valor mercadológico.

³ Período Neolítico corresponde ao último período da Pré-História, também conhecido como Pedra Polida e de Nova Pedra com duração de aproximadamente 8 mil anos a. C., encerrando com a escrita. Teve como características relevantes o sedentarismo (com a produção do alimento feita pelo homem não havia preocupação de busca pela comida), a agricultura e organização social com a constituição da propriedade privada e do Estado (GEORGIA, 2012).

As bebidas fermentadas já eram, no Oriente Médio, um elemento que a população que fazia parte da elite emergente, controlava a produção de bens, demonstrava *status* e estabelecia comércio com outros povos (BAU, 2002, p. 184).

Quanto a outros usos, existem relatos, por exemplo, que em 2200 a. C. recomendava-se o consumo de cerveja como tônico a mulheres em estado de lactação. Em 2000 a. C., já é possível encontrar escritos que relatam os efeitos prejudiciais que o consumo excessivo do álcool traz à vida das pessoas (ESCOHOTADO, 2003, p.19-20).

Na Bíblia Sagrada são muitas as referências do consumo do vinho. Em Gênesis, capítulo 9, versículo 21, relata-se a embriaguez de Noé que após ter bebido vinho excessivamente, põe-se nu em sua tenda. Outra referência bíblica do consumo abusivo do álcool é a de Ló que após embriagar-se por duas noites consecutivas manteve relações sexuais com suas filhas, em Gênesis, capítulo 19, versículo 33-35 (A BÍBLIA DA MULHER, 2002, p. 20 e 35).

Os gregos usavam o vinho e a cerveja em festas, há relatos do consumo da combinação do extrato do haxixe com vinho e mirra como estimulante em festas privadas (ESCOHOTADO, 2003, p. 25). Apesar desse uso rotineiro, os gregos estavam atentos à dependência e aos danos sociais e individuais trazidos pelo álcool e outras drogas. Cultuavam dentre vários deuses Dionísio, um deus planta, o qual traz o vinho como símbolo a suas celebrações que eram marcadas por manobras de suspensão da identidade pessoal e prática de orgias (ESCOHOTADO, 2003, p. 26).

Nos tempos mais remotos, ritos eucarísticos romanos exigiam longos períodos de jejum, além de outras práticas, como por exemplo, seguir vários dias a pão e água e um vaso de vinho. Desse modo, surgiram ritos que suscitavam embriaguez, festas barulhentas, com práticas de fornicção (ESCOHOTADO, 2003, p. 37-38).

Apesar da prática de beber constituir um costume antigo, esta nem sempre representava um problema à civilização. Segundo Bertoni (2006, p. 28), os gregos sempre consideraram o consumo do vinho e da cerveja, em doses terapêuticas, bom para a saúde, além de usar para fins cerimoniais e lúdicos junto com outras drogas como o ópio.

Os romanos antigos também eram adeptos ao álcool, havendo apenas restrição de consumo para as mulheres e menores de 30 anos. Escotado (2003) relata o fato de matarem mulheres devido às mesmas terem sido pegas bebendo dentro da adega.

No século XII, os alquimistas descobrem o álcool. Apesar de já ter sido criado no Egito, os árabes aprimoraram seu manejo no processo de destilação de algumas substâncias como perfumes e licores (ESCOHOTADO, 2003). O teor alcoólico empregado nos licores superava o do vinho, o que ocasionava a embriaguez mais rápida e profunda, além de conferir uma grande variedade de sabores



trazendo uma considerável margem de lucro. A bebida destilada, por ter mais estabilidade que o vinho, expandiu-se rapidamente, sendo amplamente comercializada entre vários países (ESCOHOTADO, 2003).

Dados históricos do século X apontam as bebidas alcoólicas utilizadas para fins medicinais ao tempo em que a Igreja começa a perseguir os alquimistas e as bruxas, os quais são considerados contrários à vontade de Deus que realizam seus feitos com o auxílio do diabo. Assim declara MacRae (2013, p. 33):

[...] o emprego de drogas para fins terapêuticos tornara-se sinônimo de bruxaria ou heresia a ser punida, tanto por católicos como por protestantes, com torturas e morte. As acusações serviam, evidentemente, a fins políticos e econômicos. Ajudavam, também, a estigmatizar grupos, como o das mulheres, dos camponeses e dos pensadores que punham em questão os dogmas eclesiásticos.

É oportuno salientar que as mulheres denominadas de “bruxas” sofreram maior perseguição apenas por apresentar conhecimentos de propriedades medicinais e aplicá-las. Acreditamos que tais conhecimentos tenham contribuído para a descoberta dos mais diversos medicamentos utilizados atualmente no nosso meio.

No final do século XVIII e início da Revolução Industrial, grandes mudanças demográficas e comportamentais ocorreram. Associadas a isso, houve uma maior difusão dos destilados e conseqüentemente maior consumo, levando a um considerável aumento do número de pessoas com problemas decorrentes do uso da bebida. As mudanças sociais e as conseqüências das guerras marcaram o século XIX provocando sofrimento e alastrando o consumo abusivo do álcool e outras drogas.

Na tentativa de resolver os problemas gerados pelo consumo abusivo de álcool, no século XX, países como a França e os Estados Unidos começaram a se mobilizar criando leis e campanhas populares proibicionistas na tentativa de controlar o seu consumo. A França estabeleceu a maioridade de 18 anos para o consumo de bebida alcoólica e o estado Americano decretou, em 1920, a Lei Seca que proibia a fabricação, troca, venda, transporte, importação, exportação, distribuição, posse e consumo de bebida alcoólica. Segundo Bertoni (2007, p. 33),

[...] do que se têm notícias, a proibição da venda e/ou do consumo de álcool não teve grandes resultados. Pelo contrário, na vigência da “Lei Seca” (década de 1930) nos Estados Unidos, o comércio clandestino foi mais estimulado e, de acordo com alguns autores, nunca se consumiu tanto na história daquele país. Esta não fora apenas uma medida preventiva ou de saúde pública, havia outros interesses que circundavam o favorecimento da vigência desta lei, sobretudo o aumento de impostos e a grande influência dos movimentos protestantes no país.

Essa lei teve duração de 12 anos e não teve uma boa aprovação no que se refere às áreas da economia e saúde americana.

A cultura de uma população pode-se dizer que ocupa lugar de destaque na constituição histórico-estrutural dos hábitos e práticas socialmente aceitáveis por parte da comunidade. Entretanto, é oportuno salientar que a sociedade está intimamente relacionada aos seus costumes e valores, e não aos riscos e danos que o consumo do álcool possa gerar à sua vida. Desse modo, são diversas as formas de representações sociais do álcool em uma sociedade. Assim, diferentes padrões culturais vão gerar diferentes formas de posicionamento diante do uso da bebida alcoólica.

A grande maioria das pessoas quando bebe procura fazê-lo moderadamente, de modo que não traga problemas nem para si, nem para sociedade. Porém, a cada dia, conforme consideramos, anteriormente, beber pesado (*binge*) tem se constituído uma prática comum tanto entre homens quanto entre mulheres. O que pode estar intimamente relacionado a vários danos, tais como comportamento sexual de risco, saúde fragilizada, doenças cardiovasculares, gravidez indesejada, uso de drogas ilícitas, acidentes domésticos, violências, acidentes de trânsito, problemas psicossociais, dificuldade de socialização, dentre outros, além de estar relacionado ao aumento da mortalidade por doenças cardiovasculares e transtornos psiquiátricos.

Existem diversas formas de consumo de álcool capazes de causar danos ao indivíduo, pois o conceito de uso problemático de álcool não se aplica apenas aos dependentes ou aqueles que chegam aos serviços públicos com hálito alcoólico (JOMAR e ABREU, 2011). Práticas como beber exageradamente e com uma maior frequência apresentam prejuízos físicos ou mentais em decorrência da bebida, fazendo com que esse consumo constitua padrões geradores de riscos nocivos para o indivíduo.

Para conceituar o alcoolismo, faz-se necessário recorrer a alguns fatores determinantes/condicionantes capazes de influenciar esse processo, por exemplo, o biológico no que diz respeito à vulnerabilidade genética, ao componente hereditário em que pesquisas demonstraram que filhos de pais biológicos alcoolistas e que eram criados por pais não alcoolistas desenvolviam alcoolismo com maior frequência que o esperado (PAULIN, 1994); psicológico como traços comportamentais comuns da personalidade, tais como regressão, exibicionismo, distúrbio da sexualidade, que podem ser encontrados associados ao consumo do álcool; fatores socioculturais, visto que as pessoas que convivem em um ambiente onde o consumo de álcool é comum e aceitável têm maior probabilidade de fazer uso da bebida; situação econômica instável, como desemprego, fome e dificuldade de sobrevivência, o uso do álcool serve para aliviar a angústia.



A primeira definição de alcoolismo, segundo Gigliotti e Bessa (2004, p. 11-12),

[...] surgiu no século XVIII, logo após a crescente produção e comercialização do álcool destilado, consequente à Revolução Industrial. Desse período, destacam-se dois autores: Benjamim Rush e Thomas Trotter. O primeiro, um psiquiatra americano, foi responsável pela célebre frase: “Beber inicia no ato de liberdade, caminha para o hábito e, finalmente, afunda na necessidade”. O segundo foi quem, pela primeira vez, referiu-se ao alcoolismo como “doença”. Outro autor de relevância foi o sueco Magnus Huss (1849), que introduziu o conceito de “alcoolismo crônico”, estado de intoxicação pelo álcool que se apresentava com sintomas físicos, psiquiátricos ou mistos.

Como se pode ver, no início não se utilizavam critérios formais de diagnósticos ao se definir a dependência do álcool. Esses critérios foram criados mais tarde na segunda metade do século XX pelos Códigos Internacionais de Doenças (CID) e Manuais Diagnósticos Estatísticos (Associação Americana de Psiquiatria).

O conceito de alcoolismo representa um fenômeno bastante complexo, pois ao mesmo tempo em que tem uma caracterização enquanto doença em um contexto biológico traz um padrão moral e social que ao ser considerado em sua conceituação o torna um vício. Desse modo, o alcoolismo pode ser definido como

[...] uma doença crônica, com aspectos comportamentais e socioeconômicos, caracterizada pelo consumo compulsivo de álcool, em que o usuário se torna progressivamente tolerante à intoxicação produzida pela droga e desenvolve sinais e sintomas de abstinência, quando a mesma é retirada (VARELLA, 2011, p. 1).

O IV Manual Diagnóstico Estatístico (DSM-IV) da Associação Americana de Psiquiatria define dependência do álcool como a repetição de problemas decorrentes do uso do álcool em, pelo menos, 3 das 7 áreas de funcionamento, ocorrendo conjuntamente em um período mínimo de 12 meses. Os elementos da dependência alcoólica são: estreitamento do repertório, saliência do comportamento de busca do álcool, aumento da tolerância ao álcool, sintomas repetidos de abstinência, alívio ou evitação dos sintomas de abstinência pelo aumento da ingestão da bebida, percepção subjetiva da vontade de beber e reinstalação após abstinência (GIGLIOTTI e BESSA, 2004, p. 12).

Por muito tempo, o indivíduo que bebia muito e possuía sérios problemas com a ingestão de bebida alcoólica era definido como alcoólatra. Atualmente, este termo não é mais usado, pois representa um indivíduo que “idolatra” a bebida e que, por conta disso, resolve continuar ingerindo o álcool, mesmo conhecendo os prejuízos que ela pode trazer à sua vida. O nome alcoólatra transporta ao indivíduo o rótulo e estigma depreciativo, como alguém incapaz, sem perspectivas, em

que o álcool é prioridade na vida. Sendo que tal condição não retrata o real estado da pessoa que, ao ser dependente, bebe muitas vezes para conter os efeitos da abstinência (SOUZA, 2012, p. 26).

Em substituição ao termo alcoólatra, surge o termo alcoolista através do qual o indivíduo se torna menos estigmatizado, indicando que ele tem dependência do álcool, está exposto a muitos riscos toda vez que consome em quantidade excessiva e frequentemente, mas não pode se responsabilizar sozinho, pois faz uso de uma substância lícita que é socialmente aceita e livre.

Entender o alcoolismo não é uma tarefa fácil. Os diversos fatores capazes de levar o indivíduo ao consumo excessivo e dependência do álcool envolvem aspectos orgânicos, sociais, psicológicos, econômicos, que requerem melhor compreensão dessa problemática para o desenvolvimento de projetos terapêuticos e de enfrentamento desse distúrbio que tem perturbado a vida das pessoas que vivenciam esse problema.

Como foi possível ver, consumir bebida alcoólica é um hábito que faz parte do contexto cultural de muitas pessoas. Quando nos reportamos ao aspecto cultural, gostaríamos de enfatizar que a cultura de um povo envolve questões como hábitos, costumes, normas, valores, conhecimentos, entre outros que regulam tudo que foi aprendido a partir da convivência em sociedade. Quando esse conhecimento passa a ser compartilhado entre os demais membros do grupo passa a configurar a realidade social desses indivíduos.

A cultura de um povo não é estática, está em constante mudança, é dinâmica e tem sua própria história e estrutura. Ela interage com outras culturas, pois nas sociedades há trocas culturais e influências mútuas. Assim, Silva e Silva (2006, p. 1) definem cultura da seguinte maneira:

[...] cultura abrange todas as realizações e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideais e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimento e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica.

O consumo de bebidas alcoólicas é uma prática comum e bastante difundida nas comunidades rurais. Configura-se parte integrante da cultura popular⁴, constituindo um amplo quadro de significações que envolvem crenças, valores e tradições que são transmitidos através dos

⁴ Em âmbito internacional, a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, documento gerado na 25ª Conferência Geral da Unesco em 1989, define a cultura tradicional e popular como “o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural, fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressões de sua identidade cultural e social: as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras” (COSTA, 2014, p. 1).



tempos. O saber local⁵ é materializado, compartilhado e transmitido ao grupo, constituindo, assim, uma representação.

Para Girardi (2008, p. 05), o “rural se transforma, seja pela melhoria da qualidade de vida de sua população, seja pela imposição de ritmos produtivos para atender à demanda crescente da população cada vez mais urbanizada”. Descrever as representações sociais do homem e mulher rurais sobre os usos do álcool implica primeiramente em caracterizar este espaço. Nessa perspectiva, em janeiro de 2016, tornou-se necessário o reconhecimento do espaço, local do desenvolvimento da pesquisa, sendo utilizado o diário de campo para o registro das informações sobre a área. Desse modo, buscou-se conhecer os valores e simbologias estabelecidos através dos tempos.

3 COMUNIDADE RURAL E O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS: ENTRE MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES

Conforme dissemos anteriormente, a pesquisa foi realizada em um povoado situado na zona rural de um município da mesorregião de Vitória da Conquista - BA. Após vivência comunitária e de “meio de estrada”⁶, conversas ao “pé da porta”⁷, diálogos informais com o Agente Comunitário de Saúde, moradores e alguns pacientes no consultório de enfermagem, observação e análise de dados e registros oficiais sobre a localidade (Fichas do Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB) foi possível conhecer a realidade local, sua história, constituição e estruturação de seu espaço. Cabe salientar que esse processo de observação e investigação teve início no segundo semestre de 2015.

A bebida alcoólica, na comunidade rural, é utilizada para diferentes finalidades, seguindo uma tradição cultural que a destina para uso em situações e objetivos mais diversos. As formas de consumo dependem dos hábitos e costumes locais, das relações de poder entre os gêneros feminino e masculino, na memória coletiva e na história da comunidade. A memória é um fenômeno presente nesse processo de representação do grupo, pois atualiza e dá significação ao passado, mantendo-o sempre ativo.

⁵ Para Albagli (2004, p. 23), o termo saber local refere-se ao conhecimento que “reside e desenvolve-se em crenças, valores e práticas comunitárias; provém do aprender fazendo, usando e interagindo. Esse conhecimento tácito encontra-se associado a contextos geográficos específicos; ele deriva da experimentação, sendo transmitido e desenvolvido por meio de interações locais”.

⁶ O termo meio de estrada se refere ao tipo de convivência casual, sem vínculos e compromissos, nas ruas e estradas.

⁷ A conversa ao pé da porta são conversas informais, do lado de fora da casa da pessoa, na frente da porta da casa, sem entrar.

A comunidade rural (local do desenvolvimento da pesquisa) dispõe de alguns valores culturais que se mantêm arraigados e atribui uma significação que é transmitida através das gerações. No que diz respeito à bebida alcoólica, o seu uso é muito comum nos eventos religiosos, por exemplo, nas comemorações dos santos padroeiros, como Santo Antônio, São João e São Pedro, no mês de junho, que são repletos de muita comida e bebida (licores, vinhos e quentões)⁸. Ao final dos jogos de futebol, que ocorrem todos os domingos pela manhã, todos os jogadores vão ao bar para tomar cerveja, cachaça e cortezano (bebida com sabor de ervas aromáticas), bebidas mais vendidas naquela localidade. Nas festas de Reis⁹ que ocorrem no final mês de dezembro e início de janeiro, o consumo de bebida alcoólica também é grande. Segundo alguns moradores, ao término das comemorações, é comum ver pessoas alcoolizadas pelas ruas. São as formas mais comumente difundidas e socialmente aceitáveis, sendo a bebida alcoólica utilizada como fonte de lazer e diversão. Uma tradição que perpetua, marcando a significação desses eventos na vida dessa comunidade.

Segundo o Sr. Lafinha, dono de um terreiro de candomblé¹⁰, a cachaça é a bebida utilizada na consagração do Exu¹¹. O Sr. Mota, sanfoneiro, afirma que a cachaça ao ser tomada antes de se iniciar uma apresentação tem a propriedade de afinar as cordas vocais permitindo uma cantoria de qualidade. A Sra. Lourdes, rezadeira, tem o hábito de molhar as pontas dos dedos com a cachaça e passar na testa em cruz, na nuca, nos pulsos e tornozelos como uma forma de conferir proteção ao corpo. A cachaça assume um papel revitalizador e protetor.

Segundo informação da Sra. Jissélia, outro costume também conhecido é o preparo da garrafa de cachaça com ervas naturais. Assim, adiciona-se o cipó mil homem¹² à cachaça para ter o efeito afrodisíaco e para fechar o corpo, protegendo de fluidos ruins. Colocar carqueja na cachaça,

⁸ Bebida feita à base de cachaça, gengibre, canela, açúcar e abacaxi, servida quente.

⁹ Segundo informação do Sr. Manoel, coordenador do reisado e morador da localidade onde está sendo desenvolvida a pesquisa, as festas de Reis consistem em uma comemoração com muito som e cores para anunciar o nascimento de Jesus. Um espetáculo de dança e teatro nas ruas que costuma parar de casa em casa, pedir permissão e fazer uma apresentação particular para aquela família, o agradecimento é em forma de comida, dinheiro ou bebida. Acredita-se que manter viva a tradição traz sorte para o ano todo.

¹⁰ O candomblé é uma religião de origem africana trazida pelos negros para o Brasil na época da escravidão. Os escravos cultuavam seus Orixás, que para o candomblé são deuses supremos. Os rituais do candomblé são realizados em templos chamados terreiros ou casas, sendo liderados só por mulheres (linhagem matriarcal), só por homens (linhagem patriarcal) ou por homens e mulheres (linhagem mista). A celebração do ritual é feita pelo pai ou a mãe de santo que inicia o despacho do Exu (CABRAL, 2016).

¹¹ O Exu é um Orixá que liga os humanos ao mundo dos Orixás. Confere proteção ao terreiro e seus filhos. Abençoa e traz prosperidade, fartura, fertilidade, boa sorte nos negócios, proteção astral. Se bem tratado retribui as oferendas em dobro, mas quando é esquecido se torna pior que um inimigo, fecha os caminhos e traz má sorte a aquele que o esqueceu.

¹² O Cipó Mil Homem é uma planta com grandes poderes medicinais. Recebeu esse nome pelo sanitarista Carlos Chagas que utilizou esse cipó no tratamento de vários operários contaminados com um tipo de malária. Está indicado para febre, asma, problema gástrico, gota, flatulência, diarreia, convulsão, cólica, verme, depressão etc. Não há relatos de seu poder afrodisíaco. Essa fama pegou talvez pela nomenclatura e pelo seu sabor amargo (GEORGIA, 2016).



na jurubeba ou no vinho é bom para o fígado, semente de sucupira na cachaça é bom para o estômago, tomar cachaça em jejum funciona como vermífugo (mata verme). Enfim, a cachaça é utilizada para uma infinidade de propósitos.

Outra forma de consumo da bebida alcoólica está atrelada a valores e tradições impostas pelo grupo familiar. Práticas culturais transmitidas através de gerações que envolvem celebrações e cortejos para anúncio do nascimento e morte. É tradição, por exemplo, no povoado, o preparo de uma cachaça com folhas e raízes denominada temperada¹³ quando a mulher engravida. Essa bebida fica em infusão e é oferecida aos visitantes após o parto dessa mulher como forma de comemoração do nascimento. Essa prática não é exclusiva dessa localidade rural. Ela era muito comum no sertão sergipano como se pode constatar no artigo de Menezes (2013, p. 24):

Ainda como parte da tradição no ritual do pós-parto, era oferecida aos visitantes, antes de servir o almoço, a meladinha – uma infusão de mel de abelha com cachaça, maturada durante vários meses. Em algumas áreas, adotavam a prática do uso de folhas dentro da infusão, como a erva-cidreira, o capim-santo, juntamente com cravo, canela e pimenta-do-reino. Outros sertanejos utilizavam as folhas da arruda no preparo que, segundo as suas crenças, tinha a finalidade de retirar os ‘olhos ruins’ da casa e da criança recém-nascida.

O nascimento de uma criança é motivo de muita alegria nas comunidades rurais, as famílias criam frangos durante toda a gestação para quando a criança nascer possam se reunir e fazer o tradicional pirão de parida¹⁴. Costume antigo que se perpetua há muitos anos, passado de mãe para filha, o pirão normalmente é servido aos domingos acompanhado da temperada como forma de confraternização. O preparo do pirão de parida e da temperada é um costume que já está sedimentado na memória da comunidade rural sendo compartilhado coletivamente.

A morte, apesar de ser um evento doloroso para a família, exige o compromisso de realizar uma celebração com muita comida e bebida alcoólica (cachaça). Tal tradição é comumente conhecida como “beber o morto”¹⁵. A tradição de beber o morto é muito antiga, ocorre no momento do velório, no qual os conhecidos do falecido se reúnem para honrar o morto e executar os preparativos do sepultamento. No espaço rural são comuns sepultamentos longos sendo, portanto, oferecidos café, comida e bebidas alcoólicas. Muitas vezes, sob o efeito do álcool e das lembranças

¹³ Bebida feita a partir da mistura da cachaça pura com algumas especiarias, tais como cebola, alho, alecrim, losna, arruda, hortelã, alfavaca, noz moscada, entre outros. Normalmente é servido na celebração do nascimento de um filho. Em algumas culturas africanas é utilizado como bebida de algum Orixá.

¹⁴ Comida apropriada para mulher pós-parto feita a partir do cozimento da galinha caipira e do pirão do próprio caldo. Acredita-se que dará mais força à mulher, ajudando-a na produção do leite.

¹⁵ O termo “Beber o Morto” se refere ao costume africano que teve início nos antigos rituais de morte de diversos países do continente. Constitui o ato de tomar bebida alcoólica, geralmente cachaça, em homenagem ao falecido (DANTAS, 2013).

dos vivos, os velórios acabam se tornando festivos. Quando alguém morre, se for alguém que tem um poder aquisitivo maior, é feito um verdadeiro banquete com carne, frango e muita bebida alcoólica, caso contrário é servida somente a cachaça. O consumo de bebidas alcoólicas nas celebrações é uma constante e faz parte da história dessa comunidade. Conforme relatos do Agente de Saúde Rivelino, algumas pessoas deixam de visitar as famílias se não tiver bebida alcoólica para oferecer. A falta da bebida alcoólica pode ser caracterizada como ato desrespeitoso à figura do morto.

A cultura local guarda tradições que estão fortemente arraigadas no cotidiano da comunidade rural. Apesar da influência cultural urbana nas gerações mais jovens, os valores e padrões culturais rurais ainda predominam nessa comunidade.

Ampliando o leque de utilidades da bebida alcoólica na comunidade rural, podemos ainda citar o uso para fins terapêuticos. Segundo informação da Sra. Rosana, é muito comum o uso da cachaça embebida em algodão e colocada no dente para alívio da dor, para “queimar o dente”, o uso da cerveja preta pelas lactantes para aumentar a produção do leite materno, umedecer a chupeta do bebê em vinho ou licores para acalmá-lo quando está chorando e ajudar a dormir; para o Sr. Marcos, o uso de conhaque com café e limão pela manhã em jejum pode ser utilizado para tratar infecção de garganta, enfim, uma infinidade de formas de aplicação da bebida para tratar as mais variadas enfermidades. Convém ressaltar que todas essas práticas são transmitidas de boca em boca, compartilhadas e reproduzidas, aceitas socialmente.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Por ser considerada uma droga lícita, a bebida alcoólica está presente nos diversos segmentos da sociedade brasileira. Muitas vezes, o primeiro contato é feito em festas familiares ou religiosas das quais participam todos os membros de crianças a idosos. Sendo também utilizada com outros objetivos, inclusive de cura de enfermidades.

Como foi possível constatar, a bebida alcoólica é utilizada no meio rural para diversos fins. Segue uma tradição cultural e um marco histórico que se perpetua através das gerações. O consumo da bebida é uma prática preservada na memória coletiva do grupo e através das representações sociais é institucionalizada e transmitida por intermédio das relações de seus membros.

Percebe-se que a ingestão da bebida alcoólica é uma prática comum na comunidade estudada. Segundo dados da Ficha A (SIAB), 11% da população de estudo informa ser alcoolista, destes sujeitos, 14% são homens e 8% são mulheres. Como se pode ver, o alcoolismo representa um



problema relevante que merece intervenção ao considerar os danos, não apenas à saúde, mas também sociais, que o uso abusivo de álcool pode causar a esta população.

O consumo da bebida alcoólica é uma prática ligada às experiências tanto do indivíduo quanto ao grupo que ele pertence. A memória coletiva é a base para a apreensão dessas experiências, assegurando, de certo modo, sua repetição.

A comunidade rural possui identidade própria, construída a partir de experiências humanas histórico-culturais que se mantêm vivas e são reconstruídas através das representações que vão servir de ponte entre a memória e as diversas formas de reproduzir os saberes conforme os diferentes modos de vida. A questão que se coloca é como fazer para minorar as consequências advindas de seu uso abusivo e das pessoas que se tornam dependentes.

REFERÊNCIAS

A BIBLIA DA MULHER. São Paulo: Mundo Cristão, 2003.

ALBAGLI, S. Interesse Global no Saber Local: A Geopolítica da Biodiversidade. In: Seminário Saber Local/ Interesse global: propriedade intelectual, biodiversidade, e conhecimento tradicional na Amazônia. **Anais...** Belém: CESUPA: MPEG, 2004.

BAU, C. H. D. Estado atual e perspectivas da genética e epidemiologia do alcoolismo. **Ciênc. Saúde Coletiva**, vol. 7, n. 1, 2002.

BERTONI, L. M. Reflexões sobre a História do Alcoolismo. **Revista Hispeci & Lema** Bebedouro – SP: Unifafibe, 2006.

_____. **Se beber não dirija**: representações, juventude e publicidade de bebidas alcoólicas. Campinas – SP: Librum, 2015.

CABRAL, G. **Candomblé**. Disponível em <<http://www.brasilecola.uol.com.br/religião/candomblé.htm>>. Acesso em nov. 2016.

CASTANHA, A. R.; ARAUJO, L. F. de. Álcool e agentes comunitários de saúde: um estudo das representações sociais. **Psico** – USF, v. 11, n. 1, p. 85-94, jan/jun.2006.

COSTA, M. E. de A. Cultura Popular. In: REZENDE, M. B; GRIECO, B; TEIXEIRA, L; THOMPSON, A (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/ DAF/Copedoc, 2014.

DANTAS, F. S. **Beber o Morto**. 2013. Disponível em <<http://www.direitoamemoria.blogspot.com.br/2013/beber-o-morto.html>>. Acesso em nov. 2015.

ESCOHOTADO, A. **Historia elemental de las drogas**. 2. ed. Barcelona: Anagrama, 2003.

GEORGIA, N. **Período Neolítico** – Características. Disponível em <<http://www.estudopratico.com.br/periodo-neolitico-caracteristicas>>. Acesso em nov. 2016.

GIRARDI, E. P. **O rural e o urbano: é possível uma tipologia?** Estudo parte da Tese de Doutorado Intitulada Proposição Teórica-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. Presidente Prudente, 2008.

GIGLIOTTI, A.; BESSA, A. M. Síndrome de dependência do álcool: critérios diagnósticos. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 26 (Supl-I): 2004, p. 11-13.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Revistas dos Tribunais Ltda, 1990.

JOMAR, R. T.; ABREU, A. M. M. Produção científica sobre consumo de bebidas alcoólicas em periódicos brasileiros de enfermagem. **Revista de Enfermagem**. Rio de Janeiro: UERJ, jul/set, 19 (3), 2011. p. 491-96.

LARANJEIRA, R. **II Levantamento nacional de álcool e drogas (LENAD)**. São Paulo: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas (INPAD), UNIFESP, 2014.

MACRAE, E. A história e os contextos socioculturais do uso de drogas. In: **Sujeito, contextos e drogas**. Prevenção do uso de drogas. Capacitação para conselheiro e lideranças comunitárias. Módulo 1. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2013.

MENEZES, S. de S. M. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM**. Ano XIII, v. 1, n. 2, julho/dezembro. Rio Claro/SP, 2013. Disponível em <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/index>>. Acesso em jul. 2016.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE [OMS]. **Relatório Global sobre Álcool e Saúde**. Genebra, Suíça, 2014.

PAULIN, L. F. R. da S. Conceito, etiologia e diagnóstico do alcoolismo: uma revisão. **Revista de Ciências Médicas – PUCCAMP**, Campinas 3(1): p. 5-8; janeiro/abril, 1994.

SILVA, K. V e SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA [SIAB]. Disponível em <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/siab.php>>. Acesso em mai. 2015.

SOUZA, L. G. S. Profissionais de saúde da família e representações sociais do alcoolismo. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, 2012.

VARELLA, D. **Alcoolismo**. Causas e Consequências. 2011. Disponível em <<http://drauziovarella.com.br/dependencia-quimica/alcoolismo/alcoolismo/>>. Acesso em mai. 2015.

Recebido em 1 de novembro de 2016
Aprovado em 3 de abril de 2017





GEOGRAFIA POLÍTICA MUNDIAL: (DES)ORDEM TEÓRICA?

WORLD POLITICAL GEOGRAPHY: THEORETICAL MUDDLE?

GEOGRAFÍA POLÍTICA DEL MUNDO: TRASTORNO TEÓRICO?

Célio Augusto da Cunha Horta

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UFMG

E-mail: celio@igc.ufmg.br

RESUMO:

Objetiva-se problematizar sobre formas recentes de apropriação de teorias sociais estruturalistas na Geografia Política. Realiza-se, inicialmente, uma breve reflexão sobre a (des)valorização das utopias e de conceitos marxistas. Apresentam-se os fundamentos metodológicos das abordagens geográficas baseadas na teoria do sistema-mundo. Questiona-se, ainda, a relação dessas abordagens com as análises geopolíticas macroescalares. Ao final, de maneira concisa, discute-se a vinculação das teorias do imperialismo e da escola da regulação com a Geografia.

Palavras-chave: geografia política; sistema-mundo; macroescala; conceitos e utopias.

ABSTRACT:

This article discusses the recent use in the Political Geography of the structuralist social theories. It is performed initially, a brief reflection on the depreciation (or appreciation) of the utopias and Marxist concepts. The methodological foundations of geographical approaches based on the world-systems theory are analyzed. It is also questioned the relationship of these approaches with geopolitical analysis in the macro-scale. At last, abridged, there is a discussion about the links of imperialism and the regulation theory with the geography.

Keywords: political geography; world-system; macro-scale; concepts and utopias.

RESUMEN:

Este artículo analiza el uso reciente en la geografía política de las teorías estructuralistas sociales. Se realiza inicialmente, una breve reflexión sobre la depreciación (o apreciación) de las utopías y los conceptos marxistas. Se muestran los fundamentos metodológicos de los enfoques geográficos basados en la teoría del sistema-mundo. También se cuestiona la relación de estos enfoques con los análisis geopolíticos en la escala macro. Por último, de manera concisa, se abordan los vínculos de las teorías del imperialismo y de la escuela de la regulación con la geografía.

Palabras clave: geografía política; sistema-mundo; macro escala; conceptos y utopías.

1 INTRODUÇÃO

Indaga-se sobre a produção teórica dos recentes estudos geográficos que tratam, especificamente, do espaço mundial-regional e dos processos macropolíticos. Questiona-se sobre a evolução metodológica dessas abordagens geográficas macroescalares que, em geral, se fundamentam nas perspectivas estruturalistas. É provável que no cerne dessa produção de conhecimento geográfico-político, aplicado à escala mundial, novas interfaces entre o conhecimento científico e a dimensão do político estejam se configurando.

Vale lembrar que no período clássico da Geografia Política (e da Geopolítica) foram realizadas significativas conexões entre o político e o conhecimento. No entanto, muitos trabalhos – macroescalares, na maioria - estavam (ou se tornaram) comprometidos com os grupos dominantes e com o Estado imperialista, como o caso de algumas das produções de Friedrich Ratzel (1844-1904), de Alfred Mahan (1840-1914) e de Karl Haushofer (1869-1946), por exemplo.

Todavia, parte-se do pressuposto de que, por volta de vinte e cinco anos até hoje, alguns trabalhos de Geografia Política se pautam em análises macroescalares definidas, em geral, por conteúdos críticos em relação ao sistema mundial. Essas pesquisas, portanto, se baseiam na concepção de *sistema-mundo* para interpretação crítica desse mesmo sistema. Peter Taylor (1994), por exemplo, tenta estabelecer diálogo entre a perspectiva neopositivista (Teoria Geral dos Sistemas) e o marxismo. Essa tentativa parece corroborar com a ideia de que, mais recentemente, as antinomias não sejam tão profundas como no passado. Nesse sentido, Oswaldo Bueno Amorim Filho (1990, p. 11) assinala que:

Durante cerca de uns quinze anos (mais ou menos entre 1965 e 1970) (...) que se desenvolve, na “nova” Geografia Política, um processo de polarização teórica (...) de um lado, a linha de pesquisa e de explicação baseada na aplicação dos princípios gerais da teoria sistêmica, em sua perspectiva predominantemente neopositivista; de outro, (...) a linha de pesquisa e de explicação, cujas bases eram oferecidas pelos princípios e conceitos de um Neomarxismo (...).

O encontro desses dois métodos aponta para uma leitura eclética (des)construtiva de mundo? Sinaliza uma “desordem” teórica? Ou será que, no campo da Geografia Política renovada, a noção de *complexidade* já assumiu formas particulares de teorização? De qualquer modo, entre uma e outra possibilidade há um ponto em comum: as dúvidas sobre a (des)ordem global. Uma (des)ordem social dinâmica que, frequentemente, supera os parâmetros acadêmicos de investigação, análise e explicação. Para Zigmunt Bauman (2008, p. 47):



(...) nenhuma tentativa de acomodar a complexidade do mundo em divisões definidas e compreensivas parece ter chance de sucesso (...) quanto mais intenso é o desejo por ordem e mais frenéticos são os esforços para instaurá-la, maior será o volume de restos ambivalentes e mais profunda a ansiedade que eles irão gerar. Existe pouca chance de que a construção da ordem chegue algum dia ao fim, sendo uma preocupação auto-impulsionada e auto-intensificadora que ricocheteia em uma atividade autodestrutiva.

Objetiva-se, portanto, refletir sobre “formas” e possibilidades de apropriação, na Geografia Política, de algumas teorias estruturalistas, especialmente a do *sistema-mundo*. Realiza-se, inicialmente, uma breve discussão sobre a (des)valorização das utopias e de alguns conceitos marxistas aplicados à Geografia. Apresentam-se, posteriormente, alguns dos fundamentos que sustentam as abordagens sobre *sistema mundo*, bem como as possíveis conexões com a *escola da regulação* e com as teorias sobre *imperialismo*.

2 GEOGRAFIA POLÍTICA E A (DES)CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS E UTOPIAS

Taylor (1994, p. 135) assinala que “Hartshorne (1954) se lamentaba (...) del ‘subdesarrollo’ de la geografía política en el contexto general de la disciplina. (...) los grandes temas internacionales en sentido amplio eran dejados de lado (...)”. Esse desinteresse pela macroescala no pós-guerra, levantado por Richard Hartshorne, já constituiu tema de ampla (porém insuficiente) reflexão no campo epistemológico da Geopolítica e da Geografia Política. Todavia, o que justificaria um “movimento” recente (e relativamente expressivo) de dissociação entre a Geografia Política e os “grandes temas - e espaços – internacionais”? São vários os motivos e os problemas em torno dessa dissociação, como as correlações mecânicas entre a escala internacional (e mundial) e a “crise” da ciência e das teorias gerais, a noção de “lugar autocontido” (SANTOS, 1997, p. 91), a predileção pelas “microfísicas dos poderes”, dentre outras posições metodológicas.

Neil Smith (2002, p. 129) ressalta que “o pós-modernismo anuncia a morte do esclarecimento, a circuncisão do pensamento racional e do discurso totalizador, o fim de Marx, do marxismo e da classe operária, a morte da história e da narrativa, a morte do sujeito e assim sucessivamente.” Bauman (2008, p. 247) adverte para a “privatização da reflexão” e para a “falta de vontade de ver no resto da sociedade algo mais do que um conjunto de indivíduos.” Essa crítica geral de Smith (2002) e de Bauman (2008), por exemplo, se aplica à constituição de alguns estudos geográficos deslocados da totalidade socioespacial e das temáticas macroescalares.

Bauman (2008) identifica vínculos entre a “sociedade individualizada” - ou conforme expressão de Norbert Elias (1994) “a sociedade dos indivíduos” – e o processo de degradação

global das localidades. Afirma que hoje em dia, “os indivíduos solitários entram na *ágora* apenas para encontrar a companhia de outros indivíduos solitários. E voltam para a casa com a confiança renovada em sua solidão.” (BAUMAN, 2008, p. 257). Pela visão do autor, apreende-se que a “*ágora* global” se perde entre o *oikos* e a *ecclesia*. Bauman (2008, p. 249) questiona ainda o papel do intelectual nesse processo, pois “o ciberespaço, terreno da prática intelectual pós-moderna, alimenta-se da fragmentação e a promove, sendo ao mesmo tempo seu produto e sua principal *causa efficiens*.”

Nesses termos, parecem distantes as formulações geopolíticas propositivas à apropriação socializada do espaço geográfico - na escala equivalente ao controle efetivado pelos oligopólios transnacionais. Discursos referentes ao esgotamento das teorias estruturalistas, de uma forma ou de outra, estimulam esse distanciamento. Antônio Carlos Robert Moraes (2006, p. 42) assinala que

O proclamado “fim das ideologias” (...) se faz acompanhar da impossibilidade lógica de formulação de projetos alternativos ao ‘mundo da mercadoria’, tornando a crítica mera retórica. Uma geografia despolitizada – ao mesmo tempo cosmopolita e localista – emerge de tal fundamentação.

Immanuel Wallerstein (2002), em contrapartida, trabalha com a concepção de sistema-mundo o que exige, necessariamente, a adoção de perspectivas macroescalares espaciais e temporais. Sobre as narrativas favoráveis à morte das teorias estruturalistas – a exemplo do discurso generalista que apregoa o colapso do marxismo - Wallerstein (2002, p. 223) considera que o “que morreu é o marxismo-leninismo como estratégia reformista. O que ainda não morreu é o impulso anti-sistema – popular e ‘marxiano’ na linguagem – que inspira as autênticas forças sociais.”

Independentemente das discordâncias (ou concordâncias) em relação ao posicionamento de Wallerstein (2002) deve-se, de alguma forma, refletir sobre o (des)valor atual de alguns postulados marxistas. Questiona-se, então, se determinadas noções, conceitos e ideias trabalhadas por Marx (e por outros pensadores marxistas) como alienação do trabalho, estrutura e superestrutura, renda da terra, mais-valia, valor de uso e valor de troca, acumulação primitiva - dentre outros - ainda constituem parâmetros fundamentais para a análise de processos sociais gerais. Importa verificar, inclusive, se no âmbito das ciências humanas e sociais se desenvolvem, atualmente, elaborações teóricas e conceituais que superam as construções dos estruturalistas (marxistas ou não). Portanto, para além das convicções e divergências ideológicas, cabe avaliar se as pesquisas geográfico-políticas contrárias às abordagens estruturalistas representam, hoje, uma tendência metodológica majoritária e consistente de produção de conhecimento.

De qualquer forma, parece mais ou menos fixada a ideia de que os estudos focados nos processos universais constituem um “desvio teórico” (uma simplificação) da realidade. Por



princípio, as abordagens estruturalistas desvirtuam e “massificam” as particularidades? Empobrecem - por “razão escalar” - as análises sobre os movimentos sociais e/ou dos arranjos territoriais locais? A “geografia do cotidiano” (muitas vezes localista) sintetiza, em si, as assimilações e/ou as reações aos projetos globais? Afinal, o geral foi subsumido pelo particular?

Talvez essa despreocupação (e mesmo negação) científica com as grandes estruturas sociais esteja, parcialmente, vinculada aos posicionamentos individuais (e ideológicos) mencionados por Bauman (2008). As concepções de que os lugares (na escala local) são, por sua natureza social, contra-hegemônicos aos poderes do mercado global possivelmente influenciam, também, a produção de estudos localistas, muitas vezes, restritos do ponto de vista escalar e circunscritos às particularidades. Há, evidentemente, outros aspectos que envolvem essa situação, porém, permanece a questão sobre o (des)valor dos conceitos de cunho estruturalista.

Assim, diante da relativa letargia frente aos valores que podem ser atribuídos aos vários conceitos derivados dos tratados estruturalistas, pergunta-se sobre a (in)utilização dos conceitos de reforma e de revolução nas pesquisas de Geografia Política. Ao que parece, a ideia de revolução (social) sofre objeções até mesmo por parte de alguns pesquisadores sociais contrários ao *status quo*. Nessa direção, alguns autores destacam a obra de Gramsci junto ao processo de renovação da esquerda, na Geografia e nas Ciências Humanas. Não obstante aos reducionismos aplicados ao conceito de revolução social¹, Evelina Dagnino (2000, p. 67) salienta que um aspecto importante “refere-se ao conceito gramsciano de transformação social, no qual a revolução não é mais concebida como um ato insurrecional de tomada de poder do Estado, mas como um processo, no qual a reforma intelectual e moral é parte integrante (...)”. Para Wallerstein (2002, p. 218), a revolução social “conforme o termo usado nos movimentos marxistas-leninistas - já não é um conceito viável. Não tem significado, pelo menos agora.” Segundo Wallerstein (2002, p. 219) está “mais do que na hora de definirmos com alguma clareza uma estratégia alternativa à fenecida ‘revolução’ (...)”.

É bem provável que por influência, principalmente, do atual contexto, alguns revisionistas conceituais (de revolução social) prescrevem como inexorável a “passagem” da “Revolução permanente” para o “transformismo” democrático ou, então, apregoam o triunfo do liberalismo (e da acomodação social). Wallerstein (2002, p. 245), todavia, afirma que a derrocada do socialismo real demarcou a queda do liberalismo como ideologia, portanto, a “verdadeira significação do colapso do comunismo é o colapso final do liberalismo como ideologia hegemônica”. Mas, a partir de que princípios teóricos essa afirmativa deve ser confrontada, por exemplo, com a posição de

¹ Quando reduzida, por exemplo, aos atos de sublevação e/ou desvinculada dos seguintes planos políticos de execução (reformas, muitas vezes) e de conformação da nova estrutura social.

Francis Fukuyama? Na direção oposta de Wallerstein, Fukuyama (1989) preconiza a vitória definitiva do liberalismo (e, portanto, a última etapa histórica da humanidade na construção de seu edifício político-ideológico). Destarte, em que proporções essa perspectiva do “Fim da História” se articula com as “pregações” sobre a abolição do Estado? Ela indica, por sua natureza escatológica, a dispensa de construções utópicas?

As ideias referentes ao colapso ou sobre a “vitória definitiva” do liberalismo e, também, as interpretações sobre o fim do Estado - proposição tanto de anarquistas e comunistas (século XIX) como também de alguns liberais do final de século XX - motivam a realização de novas análises teóricas comparativas na Geografia Política, na Ciência Política, na Economia Política e em outras áreas; e apesar das “assimilações gramscianas” nesses campos de conhecimento entende-se, também, que o debate sobre *Reforma* e *Revolução* não se esgotou nos estudos clássicos de Rosa Luxemburgo, de Piotr Kropotkin, Karl Kautsky, Leon Trotsky, dentre outros (e muito menos avançou por meio das reflexões atuais).

Wallerstein (2002, p. 219) considera ainda, que a nova esquerda precisa superar a relação atual com os poderes estatais e que, também, deve(ria) ultrapassar as críticas de 1968: “os novos movimentos anti-sistema surgidos na revolução de 1968 foram bastante bem sucedidos ao atacarem as premissas básicas da Velha Esquerda, mas depois não conseguiram achar uma estratégia alternativa.” Com base nessa revisão de algumas premissas marxistas, o autor ressalta as elaborações críticas em relação: 1) à concepção de tomada do Estado seguida pela ditadura unipartidária do proletariado; 2) à ideia de que as relações de (re)produção capitalista e o conflito capital-trabalho são importantes, mas, que outros conflitos como os de sexo, de origem étnica, etc. não tem relativamente tanta relevância; 3) ao axioma de que o “aumento da produtividade é o pré-requisito essencial à construção do socialismo (...)”; 4) à “fé na ciência como pedra fundamental da construção da utopia”; e, por fim, a crítica, 5) à “idéia de que a democracia é uma noção burguesa que obstaculiza a atividade revolucionária” (WALLERSTEIN, 2002, p. 218). Quanto a essa última, Wallerstein (2002, p. 218) salienta que essa concepção “tem sido substituída pela idéia de que, na verdade, a democracia pode ser um conceito profundamente anticapitalista e revolucionário”.

Contudo, Wallerstein (2002, p. 18) reconhece nesses movimentos revisionistas do marxismo a iniciativa da construção de novas estratégias políticas. Todavia, o autor reafirma que esse movimento (de 1968), posteriormente à elaboração dessas críticas, não mais avançou na direção de uma “atividade política anti-sistema”. José William Vesentini (2000, p. 41), no entanto, questiona “se existe algum fundamento para essa noção de ‘resistências anti-sistêmica’ (...)”. Segundo o autor, é “mais provável que esses movimentos ou resistências (...) lutem de fato por melhorias sociais e



correções de injustiças dentro do capitalismo”. (VESENTINI, 2000, p. 41). Em relação aos atuais movimentos sociais reivindicatórios Bauman (2008, p. 51) considera que

a precariedade é hoje o principal bloco construtivo da hierarquia de poder global e a principal técnica de controle social. Como Bourdieu enfatizou, não é provável que sejam feitas reivindicações sobre o futuro, a não ser que os reclamantes tenham um firme controle sobre o presente; e é justo o controle sobre o presente que falta à maioria dos habitantes do mundo globalizado. Eles não têm um controle sobre o presente porque o mais importante dos fatores que decidem sobre o seu sustento e sua posição social não está em suas mãos (...).

Wallerstein (2002, p. 177), contrariamente, afirma que mudanças estruturais se desenvolverão no decorrer da luta “pela sobrevivência no dia-a-dia, e a luta para moldar o futuro sistema histórico que virá a surgir do atual caos sistêmico.” Salienta ainda, que só “conseguiremos superar este período de grande desordem mundial, de crise do nosso moderno sistema internacional de capitalismo histórico, se formos capazes de perceber claramente a situação como um todo.” (WALLERSTEIN, 2002, p. 177). Bauman (2008, p. 250), porém, entende que a concentração “no gerenciamento de ordens locais” contribui para a perda de visão (e atuação) do caos global. E se para Bauman (2008, p. 247), os intelectuais de hoje são “orgânicos de si mesmos” e a sociedade civil encontra-se dispersa e solitária, Wallerstein (2002, p. 221), por outro lado, assinala que:

Quando o atual sistema internacional desabar sobre nós nos próximos cinquenta anos, teremos de contar com uma alternativa concreta a oferecer, uma alternativa que seja produto da criação coletiva. Somente então teremos a oportunidade de conquistar uma hegemonia gramsciana na sociedade civil mundial e, portanto, a chance de vencer a luta contra aqueles que procuram mudar tudo para que nada mude.

Ressalte-se, então, que nesse período pós-fordista, as condições de trabalho se degradaram e considera-se necessário intensificar os estudos interpretativos e analíticos sobre a sua resignificação no capitalismo. As velhas lutas laborais por aumento salarial, por melhores condições de trabalho tendem a se sucumbir diante das “novas” imposições macroescalares? Nesse início de século, “ser explorado” passa a se constituir, assim - ideologicamente (mas também, na prática) - um “desejo”, um privilégio?

É provável que para os “dirigentes mundiais”, a crise estrutural de 1973 se superasse no decurso de políticas alicerçadas nos velhos dogmas macroeconômicos: cortes orçamentários (estatais) na saúde, educação, segurança, etc.; reforma previdenciária; introdução de inovações técnicas e tecnológicas nos sistemas corporativos de produção, circulação e consumo; aumento da mais-valia absoluta e relativa; maior concentração e centralização do capital; crescimento do

desemprego e do subemprego; adoção de novas articulações entre o capital produtivo e o capital financeiro; etc. Cabe ressaltar que logo após a crise financeira mundial de 2007/2008, algumas dessas “medidas” foram genericamente reaplicadas.

Esse movimento relativamente retrógrado da relação capital-trabalho contribui com a manutenção e/ou acentuação da alienação humana, mas, paralelamente pode motivar novas formas de resistência. O olhar histórico e geográfico dos “explorados” pode, assim, atrofiar-se ainda mais diante dessa maior dependência estrutural (e diante da reprodução da precariedade material), porém, pode também, ampliar-se. Sobre a posição atual do trabalhador de países periféricos talvez, contudo, “estar na periferia da economia-mundo não significa estar fora da história, num lugar de não-protagonistas dos eventos, num limbo político reativo (...)” (MORAES, 2006, p. 41).

Destarte, se alguns “localistas” apontam o lugar-local como o *locus* de excelência de resistência ao global, Amélia Luisa Damiani (2006, p.24) considera que os “lugares cotidianos” constituem apropriações ilusórias e o que “revelam é um mundo não apropriado, substituído por espaços de vivência restritos que simulam a apropriação.” Para Damiani (2006, p. 23) o “que é do âmbito local não é estritamente local, ou só local; e o que é mundial, para se realizar, necessita de formas territorialmente situadas.” E acrescenta: “Não é errôneo afirmar que, no plano das grandes empresas, dos partidos, dos homens políticos, financeira e comercialmente, existem estratégias. Cada qual tem sua estratégia para sobreviver neste universo complexo de relações e interesses.” (DAMIANI, 2006, p. 17). Na direção dos domínios e dos contradomínios macroescalares, Iná Elias de Castro (2005, p. 88) salienta que

As teses de Wallerstein (...) foram importantes por delinear a agenda temática da geografia política nas últimas décadas (...) a escala do mundo é uma das dimensões necessárias à geografia política por configurar uma geopolítica, agora despida dos seus uniformes nazistas, mas ainda importante para apontar as relações dissimétricas entre as nações-Estados e suas consequências sociais (...).

Desta forma, diante das perspectivas de análises macroescalares na Geografia, saliente-se a importância de se desenvolver novos trabalhos acadêmicos sobre a (des)ordem mundial pós-Guerra Fria. Não obstante, Wallerstein (2002, p. 249-250) defende a recuperação das utopias e aponta para necessidade de “criação de uma nova ideologia de esquerda em tempos de esfacelamento do sistema histórico em que vivemos. Não é tarefa fácil nem que possa ser efetuada de um dia para outro. A elaboração das ideologias da era posterior a 1789 levou muitas décadas.”



3 MARCO TEÓRICO ALTERNATIVO?

(...) Pensar globalmente, actuar localmente', en este juicio hay un slogan poco ambicioso y conservador. La derecha actúa globalmente, ¿por qué no la izquierda? (SMITH, 2002, p. 139).

Há vários conceitos e preconceitos sobre as teorias estruturalistas. A teoria geral dos sistemas, ao ser “aplicada” às ciências sociais e humanas recebeu, desde então, inúmeras críticas. Os fundamentos da teoria do sistema-mundo, por exemplo, suscitam interrogações devido aos princípios positivistas. Mas o que há de novo na Geografia Política Renovada ao incorporar, em suas análises, o “sistema-mundo”? O que se entende por sistema? O que se entende por mundo?

Edgar Morin (1997) afirma que o sistema, necessariamente, contém o traço de totalidade e o traço relacional e que esses traços estão ligados pela organização. Para o autor “podemos conceber o sistema como *unidade global organizada de inter-relações entre elementos, acções ou indivíduos*.” (MORIN, 1997, p. 100). Lisandra Pereira Lamoso (2008, p. 274) salienta que a noção de sistema “não inviabiliza a aplicação de uma proposta já clássica, que é a ‘lei do desenvolvimento desigual e combinado’ (...)”. Segundo a autora, pode-se conceber a região como “produto” dessa Lei, como um sistema aberto, uma “estrutura dinâmica, encadeada por uma rede de relações em processo constante de movimento porque inclui a variável tempo.” (LAMOSO, 2008, p. 274). Conforme Edward Soja (1993, p. 132) a “própria existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geograficamente desigual.” Nesse sentido, parece profícuo pensar sobre a reaproximação da geografia política com a geografia regional.

Dollfus (1994, p. 24) define o “sistema-mundo” como um sistema geográfico constituído pelos Estados, mercados, culturas “que se imbricam e se recobrem desigualmente e redes que estruturam os espaços e os ligam entre si, polaridades e centralidades.” O autor afirma que o sistema-mundo compreende uma “hierarquia emaranhada” que “está na base dos fenômenos de auto-organização que marcam a sua dinâmica, a irreversibilidade de sua história, assim como sua crescente complexificação.” (DOLLFUS, 1994, p. 24). E em relação aos trabalhos que buscam interpretar a (des)organização mundial contemporânea, Dollfus (1994, p. 25) assinala que “a dialética ordem/desordem/caos vigente num conjunto de hierarquias emaranhadas requer uma análise própria que está na base da reflexão da geopolítica do Sistema-Mundo.”

Sobre esse conjunto global “de hierarquias emaranhadas”, Wallerstein (2002, p. 173) afirma que o “processo de acumulação capitalista necessita de um sistema hierárquico no qual o excedente

é distribuído de maneira desigual, tanto em termos espaciais como de classe.” Porém, para a reprodução estrutural e recorrência funcional desse processo hierárquico e desigual de acumulação-circulação geral do capital, Taylor (1994, p. 43) entende que “Sólo hay un sistema: la economía-mundo”.

Segundo Taylor (1994, p. 4), o “enfoque analítico de sistemas mundiales intenta combinar de una forma selectiva elementos críticos de la historia materialista de Braudel con los estudios neomarxistas sobre el desarrollo”. Taylor (1994, p. 6) afirma que a “economía-mundo es la entidad que se basa en el modo de producción capitalista.” Na base analítica dos trabalhos sobre o sistema mundial tem-se, portanto, o modo de produção capitalista como definidor da economia-mundo.

Não por acaso que Taylor (1994, p. 3) afirma que “en vez de defender que el cambio social tiene lugar país por país, Wallerstein (1979) postula la existencia de un ‘sistema mundial’ que en la actualidad tiene una extensión global.” Para Taylor (1994, p. 3), nessa escala de análise, coloca-se como pressuposto metodológico uma sociedade única e múltipla, ou seja, cabe(ria) à Geografia considerar que “las numerosas ‘sociedades nacionales’ se convierten simplemente en partes de un todo mayor, por lo que un determinado cambio social sólo puede ser comprendido en su totalidad en el contexto más amplio del sistema mundial.”

David Harvey (2004, p. 82) critica as abordagens sobre a evolução do capitalismo baseadas, meramente, na “expressão dos poderes do Estado no âmbito de um sistema interestados caracterizado por lutas competitivas por posição e hegemonia – como tende a acontecer em boa parte da teoria dos sistemas mundiais (...)”. Não obstante, Taylor (1994) ressalta que, conforme Wallerstein (1979), a economia-mundo é constituída pelas seguintes “organizações fundamentais”: um mercado mundial único (dominado pelas empresas transnacionais); um sistema de múltiplos Estados; e uma estrutura tripartida pelo centro, pela periferia e pela semiperiferia. E acrescenta: “Para que haya centro es preciso que haya periferia y si no existen las dos no habría economía-mundo.” (TAYLOR, 1994, p. 129).

Para Taylor (1994) a semiperiferia contribui para a manutenção do bem-estar material da economia mundial, bem como favorece a interação entre as próprias (três) formações macrosocioespaciais: periferia, semiperiferia e centro. A semiperiferia atua, portanto, como estrutura intermediária - e proporciona maior estabilidade - entre os dois grandes polos (centro e periferia) do capitalismo mundial.

Bertha Becker e Claudio Egler (1993, p. 28) assinalam que a “semiperiferia assume um papel fundamental no funcionamento da economia-mundo, não tanto econômico, mas sobretudo político, favorecendo a estabilidade do sistema mundial”. E completam: “A semiperiferia é a síntese das contradições do capitalismo histórico dentro de uma mesma economia nacional. É o *locus* da



profunda heterogeneidade estrutural acumulada pelo capitalismo na sua longa história (...)” (BECKER e EGLER, 1993, p. 29).

Taylor afirma ainda, que a reprodução dessa estrutura centro-periferia tem relação com os mecanismos básicos do imperialismo. Assim, o mecanismo chave do imperialismo, segundo o autor, é o intercâmbio desigual: “En el proceso del intercambio desigual, se combina la lucha de clases, a escala estatal, con la lucha centro-periferia, a escala global, para producir el desarrollo desequilibrado tan característico de nuestro mundo.” (TAYLOR, 1994, p. 131). Salienta também, que dentre as várias instituições existentes, Wallerstein (1994) destaca quatro que são fundamentais para o funcionamento da economia-mundo: o Estado, a Nação (e os povos), as Classes Sociais e as Unidades Domésticas. Segundo Taylor (1994, p. 24) “Wallerstein (1984a) considera que estas cuatro instituciones, tal y como las define, son exclusivas de la economía-mundo capitalista. Interactúan unas con otras de muy diversas maneras (...)”.

Ressaltem-se, todavia, as relações de poder que “atravessam” uma determinada comunidade de indivíduos (unidades domésticas) e as que são instituídas por uma alta cúpula de “detentores da política global”. Esses movimentos, segundo Taylor, perpassam de alguma forma, o Estado. Para interpretação e análise da economia-mundo, vinculada às quatro instituições tratadas por Wallerstein (1984), os conceitos marxistas de estrutura e superestrutura tendem, assim, a uma nova valoração da mesma forma que suscitam vinculações com as escalas de poder. Segundo Ana Clara Torres Ribeiro (2004, p. 204-205):

As concretas condições das lutas por hegemonia surgem em alianças que são simultaneamente escalares e de classe. (...) apenas o acesso a diferentes escalas de poder viabiliza ações que corroem outras hegemonias, enfraquecendo atores políticos e destruindo agentes econômicos.

Entende-se, então, que podem ser exploradas, nas abordagens sobre o sistema- mundo, outras instâncias (de macropoder) como a mídia, a Igreja, a Escola, sindicatos, organizações não-governamentais e instituições supranacionais como a Organização dos Estados Americanos, a Organização das Nações Unidas, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, etc.. Essas organizações e instâncias são passíveis de investigações particulares, com alto nível de detalhe e aprofundamento, principalmente, no campo da Geografia Política, Econômica e Regional. “Não se pode falar jamais, na sociedade capitalista, em uma separação radical entre o político e o econômico.” (DAMIANI, 2006, p. 18).

Damiani (2006, p. 19) salienta que, apesar dos novos códigos geopolíticos e geoeconômicos do sistema mundial e do novo (e velho) papel do Estado, ao se “pensar os fenômenos do território é fundamental pensar a ação estadista, aquela dos organismos que controlam parte da riqueza produzida e a manipulam.” Em relação à produção de uma mais-valia-global, defende a necessidade de avaliar o destino do subproduto social. Segundo Damiani (2006, p. 21) a territorialidade mundial e os sistemas de Estados (com a hegemonia estadunidense) caracterizam-se pela rigidez, controle e poder dos “interesses de mercados dominantes, que submetem os territórios e as políticas nacionais.” Para Becker e Egler (1993, p. 26) o “vetor dinâmico da economia-mundo está justamente na formação e desenvolvimento deste mercado mundial, origem e produto do próprio capitalismo.”

Quanto aos estudos geográficos sobre sistema-mundo, Taylor (1994) considera que a história do sistema interestatal está diretamente vinculada ao movimento de apogeu e decadência de determinadas potências mundiais. A maioria dos estudos sobre “el auge y la caída de las principales potencias han elaborado modelos de cambios cíclicos.” (TAYLOR, 1994, p. 59). Nessa perspectiva, as ordens geopolíticas mundiais (bem como os ciclos de política internacional) possuem, assim, relação direta com os ciclos de hegemonia. Taylor (1994) defende que quando a produção, o comércio e as finanças de um Estado são mais eficientes do que as de todos os outros Estados rivais esse Estado é hegemônico e, ainda, segundo o autor, o auge e a decadência dos Estados hegemônicos definem um ciclo de hegemonia.

Sobre esse método de “ler o mundo”, abordado na macroescala temporal e espacial, Taylor (1994, p. 60) assinala que o sistema global de Modelski (1978), por exemplo, parte do ano de 1500 e prossegue ciclicamente até o período atual. Cada ciclo dura cerca de cem anos e se associa a uma potência mundial que, portanto, “controla” uma determinada (des)ordem global. A divisão de Modelski (1978), segundo Taylor (1994, p. 60), fundamenta-se na ideia de que quatro potências estabeleceram seus domínios em cada século correspondente: “Portugal el XVI, los Países Bajos el XVII, Gran Bretaña el XVIII y el XIX, y Estados Unidos el XX.”

Taylor (1994) ressalta que Wallerstein (1984), por sua vez, trabalha três longos ciclos de hegemonia na “economia-mundo”. Assim, para Wallerstein (1984) o primeiro ciclo é caracterizado pela hegemonia holandesa, o segundo pela hegemonia inglesa e, ao final da Segunda Guerra, o domínio dos EUA tem correspondência com o terceiro ciclo. Acrescenta que, conforme Wallerstein (1984), esses ciclos de hegemonia implicam no controle efetivo e duradouro do mercado mundial e na organização de uma infraestrutura global, como redes financeiras, de comunicação e transporte, redes diplomáticas e, não obstante, bases militares distribuídas estrategicamente por todo o mundo. Neste âmbito, de acordo com Wallerstein (1984), são produzidas guerras com trinta anos de duração



(aproximadamente) que confirmam a hegemonia de um Estado nacional no sistema mundial. (TAYLOR, 1994, p. 64).

Taylor (1994, p. 65) salienta que esses “modelos que se basan en las ondas logísticas plantean, ante todo, la cuestión de cuál es su relación con los ciclos de Kondratieff.” Assim, segundo Taylor (1994, p. 66), Wallerstein (1979) propôs um modelo de interpretação que relaciona as ondas de Kondratieff com o apogeu e a decadência da potência hegemônica. Não obstante, Taylor (1994, p. 68) apresenta, também, uma interpretação sobre as ordens geopolíticas mundiais com base nos ciclos hegemônicos: “(...) cuatro ordenes geopolíticos asociados con las pares de ciclos de Kondratieff, y los ciclos hegemónicos en los casos de Gran Bretaña y de Estados Unidos.” Taylor (1994, p. 68) assinala que as ordens geopolíticas integram os ciclos hegemônicos (e vice-versa), mas, que, simultaneamente, essas “ordens” estão correlacionadas às fases macroeconômicas de Kondratieff (de crises e ascensões da economia capitalista).

Taylor (1994), em síntese, associa o modelo de Kondratieff aos ciclos hegemônicos da Inglaterra e dos Estados Unidos. Para o autor uma “ordem geopolítica” corresponde a um período de relativa estabilidade decorrente, em grande medida, de determinada distribuição de poder pelo mundo. Nessa direção, Beverly Silver e Eric Slater (2001, p. 161) entendem que os períodos de hegemonia se caracterizam por um círculo virtuoso no comércio, nos processos produtivos, nas relações (conflituosas) entre dominados e dominantes, etc.². No entanto, segundo os autores:

Os períodos de transição hegemônica, ao contrário, têm-se caracterizado por um “círculo vicioso” em que a intensificação da concorrência entre as nações e entre as empresas interage com um conflito social crescente e cada vez mais disfuncional, levando a períodos de revoltas sistêmicas, colapsos estatais e revoluções. (SILVER e SLATER, 2001, p. 161).

Na visão de Becker e Egler (1993, p. 25), a “dinâmica do capitalismo histórico se faz através de ciclos de longa duração de crescimento e recessão. As causas desse padrão são objeto de controvérsia.” Os autores consideram que hoje, há “evidência de que, pelo menos desde o final do século XVIII, a economia-mundo passou por quatro grandes ciclos, com fases de crescimento (A) e estagnação (B) denominados ciclos ou ondas longas Kondratieff (1935) (...)” (BECKER e EGLER, 1993, p. 25). Acrescentam, ainda que o “crescimento nas fases A nos sucessivos ciclos, corresponde, respectivamente, à Revolução Industrial (I), à expansão das ferrovias e da siderurgia

² Giovanni Arrighi e Beverly Silver (2001, p. 30) tratam das “transições hegemônicas como mudança sistêmica”. Ambos trabalham com o conceito de “ciclos sistêmicos de hegemonia” e entendem que o capitalismo se encontra no final de um período depressivo correspondente a um ciclo (de 50 anos), “fase B-4” conforme o esquema clássico de Kondratieff.

(II), da química e da eletricidade (III), e do setor aeroespacial e da eletrônica no ciclo atual.” (BECKER e EGLER, 1993, p. 25). Para Armen Mamigonian (1999, p. 152):

A Revolução Industrial dos fins do séc. XVIII inaugurou os ritmos industriais de várias durações, principalmente os ciclos decenais (juglarianos) e os ciclos longos, de cinquenta anos (Kondratieff), cada ciclo com fase expansiva (“a”) a fase depressiva (“b”). Marx e Engels constataram os ciclos decenais entre 1848 e 1857, que foram sistematizados estatisticamente por Juglar em 1860. Engels assinalou também a chamada “longa depressão do final do séc. XIX” e a sistematização estatística dos ciclos longos foi feita entre 1918-21 por N. Kondratieff (...).

Mamigonian (1999, p. 153) afirma, portanto, que “cada revolução industrial tem ocorrido de dois em dois Kondratieff” e que as crises “decenais são basicamente de superprodução (ou subconsumo ou inter-setoriais, o que vem a dar no mesmo), enquanto as crises do ciclo longo parecem estar ligadas a cada revolução industrial.” As fases depressivas, segundo Mamigonian (1999), se caracterizam pela queda das taxas de lucro e pela tentativa de criação de novas tecnologias – em função do capital fixo envelhecido. As fases de expansão extensiva de capitais, para o autor, estão relacionadas ao maior fluxo do centro para a periferia e, via de regra, às ofensivas militares.

Por fim, Mamigonian (1999) salienta que a organização do espaço sob o capitalismo tem, inexoravelmente, relação direta com as revoluções técnico-científicas. Enfatiza o papel da revolução nos transportes durante as conjunturas expansivas e, em contrapartida, as reestruturações espaciais (urbanas, principalmente) nos períodos depressivos e exemplifica:

(...) nas cidades do mundo todo a 1ª RI correspondeu a localizações industriais junto às EF e vias de navegação, bem como a “haussmanização” do espaço social urbano (...) a 2ª RI correspondeu à americanização do espaço urbano, com verticalizações, “express-ways” urbanas, (...). (MAMIGONIAN, 1999, p. 155-156).

Todavia, diante das preocupações gerais em torno das perspectivas teóricas da Geografia Política (e Regional), ressaltam-se as possibilidades de diálogo entre as abordagens “sistêmicas neomarxistas” (em macroescala) e as teorias referentes ao imperialismo. Taylor aponta para a importância de se estabelecer conexões entre as análises do imperialismo e do “sistema-mundo” nos tratados de geografia política. Assinala que “una de las críticas más severas que se pueden hacer a todas as escuelas de ‘modernización’ y ‘desarrollo’ de la ciencia social moderna es que parece que



‘olvidan’, o por lo menos ‘ignorán’, la contribución del imperialismo a la situación mundial actual”³ (TAYLOR, 1994, p. 97).

Saliente-se ainda, que no período mais ou menos correspondente às primeiras abordagens da “Geografia Crítica” no Brasil, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Nilce Moreira de Azevedo (1982) problematizaram sobre a relação entre Geografia e Imperialismo. Segundo os autores, diferentemente da postura dominante à época, a Geografia deveria, então, aprofundar-se nos estudos sobre o imperialismo:

Na medida em que recusamos a falsa opção entre determinismo naturalista e possibilismo antropológico-natural, como tratar o tema Geografia e Imperialismo para além da simples demonstração da relação existente entre ideologias geográficas dominantes e a prática imperialista? (PORTO-GONÇALVES e AZEVEDO, 1982, p. 26).

Próximo de uma “Geografia do Imperialismo”, Alain Lipietz (1987, p. 72) produziu interpretações específicas e concluiu que “o capitalismo nasceu do imperialismo” (e não o contrário). Assim como Lipietz, outros estudiosos do imperialismo obtiveram, nesse período, uma relativa aceitação na Geografia (Geografia Crítica, principalmente). Harvey (2004), por exemplo, aborda o imperialismo no capitalismo. Desta relação, explora as conversões urbanas, as regionalidades pós-fordistas, as velhas e novas contradições do modo de produção capitalista, as estruturas e organizações “imperiais” de poder, etc. Segundo Harvey (2004, p. 149) o “imperialismo do tipo capitalista surge de uma relação dialética entre as lógicas territorial e capitalista de poder.” Ruy Moreira (2006, p. 19) assinala que o “capitalismo é hoje um modo de produção e circulação centrado na exportação de capitais, no crescimento por recriação de periferias e no domínio do monopólio rentista. E tudo isto como uma economia política de escala mundial. (...)”. O autor “recupera” e reúne importantes ideias de Lênin, de Rosa Luxemburgo e de Bukarin.

Dentre as várias contribuições teóricas sobre o imperialismo considera-se, todavia, que a concepção de Lipietz (1987) amplia, em determinados aspectos, a abordagem leninista⁴. Entende-se, inclusive, que a partir de uma leitura mais totalizante de imperialismo pode-se, então, admitir (e estudar) o imperialismo em outras formações e estruturas sociais (não capitalistas), tanto na Geografia como na História, na Economia, na Sociologia, etc.

³ “Una de los logros del nuevo punto de vista neomarxista ha sido redescubrir la herencia revolucionaria de los estudios sobre el imperialismo (...) No podemos entender el imperialismo ni en el marco teórico de los sistemas mundiales ni en ningún otro, sin entender primero la herencia revolucionaria de sus primeros análisis” (TAYLOR, 1994, p. 98).

⁴ No livro “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*” (1916), Lênin analisa traços fundamentais do imperialismo, como a formação e a atuação dos oligopólios, o papel do sistema financeiro, a exportação de capitais, etc; contudo, o imperialismo circunscreve-se à fase monopolista do capitalismo.

Porém, no cômputo geral, parece que as provocações de Lipietz (1987), as interpelações de Porto-Gonçalves e Azevedo (1982) e, mais proximamente, as colocações e ideias de Taylor (1994), de Harvey (2004) e de Moreira (2006) não alcançaram efetivamente os estudos geográfico-políticos. “De onde vem, então, a impressão do fim do imperialismo não só como realidade empírica – que para alguns não passou de uma pura retórica ideológica – mas sobretudo como teoria?” (MOREIRA, 2006, p. 19). Mantida essa (suposta?) situação, a Geografia Política, a Geografia Econômica e a Geografia Regional, grosso modo, permanecerão em estado de (quase) ignorância em relação ao imperialismo?

Destarte, como mais uma alternativa teórica às abordagens geográfico-políticas macroescalares cabe refletir, também, - mesmo que brevemente - sobre os postulados gerais da “Escola da Regulação”. Registre-se, que embora Harvey (1994), em suas análises geográficas, tenha assimilado princípios e conceitos da Teoria da Regulação, os estudos geográfico-políticos - em geral - mantiveram-se distantes desses postulados.

Michael Dunford (2002, p. 29) assinala que o “objetivo das teorias da regulação é explicar as trajetórias das economias capitalistas.” Para o autor, essas teorias, desde os anos de 1970, trabalham “com um conceito de economia mundial como um mosaico de formações sociais nacionais.” (DUNFORD, 2002, p. 29). Na base desta corrente teórica tem-se, assim, que o regime de acumulação do capital apresenta correlações de dependência com o modo de regulação. Portanto, conforme Dunford (2002, p. 30) o capitalismo se sustenta no modo de regulação “que assegura que as distorções e contradições criadas pela competição e acumulação de capital se mantenham dentro de limites compatíveis com a coesão social e o crescimento em cada Estado-nação”.

Sobre a (des)ordem mundial capitalista em vigor, Dunford (2002, p. 61-62) afirma que as “novas trajetórias da acumulação de capital e a nova divisão internacional do trabalho (...) nem são auto-reguladoras, nem associadas ao tipo de mecanismos mediadores capazes de estabelecer um novo regime de crescimento.” Para o autor, nessa fase do capitalismo pós-fordista, o vínculo entre acumulação de capital e o desenvolvimento social é frágil, pois, recentemente, os movimentos sociais “com vistas ao controle da acumulação, buscaram assim fazê-lo através da ação dos Estados-nação. Hoje, as relações entre corporações e seus territórios de origem são bem mais fracas, o que impõem constrangimentos à autonomia das políticas públicas nacionais (...)” (DUNFORD, 2002, p. 68).

Dunford (2002, p. 69) indaga sobre “o triunfo das ideologias de mercado e o colapso do comunismo”. Relaciona esse momento com o movimento global de “formação preferencial do capitalismo”: a “imposição de impulsos imperialistas”, a deterioração de direitos sociais, a maior concentração de riquezas e o aumento absoluto da pobreza, etc. (DUNFORD, 2002, p. 69).



Portanto, apesar da estrutura metodológica consistente, da riqueza conceitual e da abordagem crítica próprias da “Teoria” da Regulação permanecem, assim, as dúvidas sobre a sua subutilização na Geografia Política.

4 PARA NÃO CONCLUIR

A despeito do caráter preliminar desse artigo, registre-se o propósito de reafirmar a importância da (re)apropriação crítica, na Geografia Política brasileira, de alguns conceitos e de algumas das teorias sociais estruturalistas. Desta forma, entende-se que a Teoria da Regulação, o enfoque analítico do Sistema-mundo e as leituras clássicas (e atuais) sobre o imperialismo, por exemplo, constituem referenciais para o desenvolvimento teórico e conceitual da Geografia Política. No entanto, talvez permaneça ainda insuficiente a retomada de determinados princípios metodológicos estruturalistas nas pesquisas geográficas mais recentes, além do mais o estabelecimento de diálogos entre esses “parâmetros filosóficos diferentes” ainda parece incipiente (condenado?) na Geografia.

Considera-se que essas abordagens estruturalistas na Geografia Política sustentam e autorizam, de uma forma ou de outra, a realização de interpretações totalizadoras do espaço mundial-regional. Numa perspectiva transescalar, essas abordagens tendem, inclusive, a reposicionar, no campo analítico, os lugares e territórios fragmentados (e despolitizados?) e não fragmentados. Afinal, o que há teoricamente - de inovador - para se intrometer entre as (geo)políticas do “Estado de mal estar social” e a atual hegemonia do mercado mundial? Entre o capital financeiro mundial e as políticas supranacionais de (des)regulação do trabalho? Entre a subnutrição epidêmica e a abundância global de alimentos? Entre a alienação geopolítica e a ciência/filosofia moderna? Que outros referenciais teóricos a geografia política dispõe, atualmente, para interpretar a (des)ordem mundial?

REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, O. B.. Por uma Geografia Política ampliada. In: **Boletim de Geografia Teorética**. vol. 20; nº 39. Rio Claro/São Paulo: Associação de Geografia Teorética; 1990; pp. 05-19.
- ARRIGHI, G. e SILVER, B. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ, 2001.
- BAUMAN, Z. **A Sociedade Individualizada**: vidas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECKER, B. K. e EGLER, C. A. G. **Brasil – Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1993.

CASTRO, I. E. **Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DAGNINO, E. Cultura, Cidadania e Democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. ALVAREZ, S., DAGNINO, E. e ESCOBAR, A. (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000; pp. 61-102.

DAMIANI, A. L. Geografia Política e Novas Territorialidades. In: PONTUSCHKA, N. N. e OLIVEIRA, A. U. (Orgs.) **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2006; pp.17-26.

DOLLFUS, O. Geopolítica do Sistema-Mundo. In: SANTOS, M. *et. al.* (Orgs.). **O Novo Mapa do Mundo - Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec – ANPUR, 1994; pp. 23-45.

DUNFORD, M. A Globalização e as Teorias da Regulação. In: GOMES, R. e VALENÇA, M. (Orgs.). **Globalização e Desigualdade**. Natal: A. S. Editores, 2002; pp. 29-75.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LAMOSO, L. P. Um Ensaio sobre Região e Regionalização: desafios epistemológicos e políticos. In: OLIVEIRA, M., COELHO, M. e CORRÊA, A. (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (I)**. Rio de Janeiro: Lamparina, Anpege, Faperj, 2008; pp. 270-279.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1987.

MAMIGONIAN, A. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. In: **GEOSUL - Revista do Departamento de Geociências. Programa de Pós-graduação em Geografia**. v. 14, nº 28. Florianópolis: UFSC, 1999; pp. 152-157.

MARTIN, A. R. A Politização da Geografia como Alternativa à “Crise dos Territórios.” In: PONTUSCHKA, N. N. e OLIVEIRA, A. U. (Orgs.) **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2006; pp. 27-33.

MARTINS, J. R. Immanuel Wallerstein e o sistema mundo: uma teoria ainda atual? In: **Iberoamérica social. Revista-rede de estudios sociales**. ano 3, n V. Sevilha/Espanha: ARS, 2015.

MORAES, A. C. R. Na trilha do purgatório: política e modernidade na geografia brasileira contemporânea. In: SILVA, J. B., LIMA, L. C. e ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006; pp. 39-46.

MOREIRA, R. Da partilha territorial ao bioespaço e ao biopoder (sobre a atualidade da teoria clássica do imperialismo). In: SILVA, J. B., LIMA, L. C. e ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006; pp.11-27.



MORIN, E. **O Método 1. A natureza da Natureza**. Portugal: Publicações Europa-América, 3ª ed., 1997.

PORTO-GONÇALVES, C. W. e AZEVEDO, N. M. A Geografia do Imperialismo: uma introdução. In: **Boletim Paulista de Geografia**. n° 59. São Paulo: AGB, 1982; pp. 23-40.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R. e MOREIRA, R. (Orgs.). **Brasil Século XXI – Por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004; pp.194-220.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. – Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 1997.

SMITH, N. Geografía, Diferencia y las Políticas de Escala. In: **Terra Livre 19 – Geografia, Movimentos Sociais e Teoria**. Ano 18, vol.2. jul/dez. São Paulo: AGB, 2002; pp. 127-146.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

TAYLOR, P. J. **Geografía Política – Economía-mundo, Estado-nación y Localidad**. Madrid: Trama Editorial, 1994.

WALLERSTEIN, I. M. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. In: SANTOS, T. (coord.). **Os Impasses da Globalização. Hegemonia e Contra-hegemonia (vol. I)**. Rio de Janeiro: PUC-RIO. São Paulo: Loyola, 2003.

WALLERSTEIN, I. M.. **O Capitalismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Recebido em 21 de outubro de 2016

Aprovado em 16 de maio de 2017



MEMÓRIA DO LUGAR... UM LUGAR DE MEMÓRIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O MERCADO MUNICIPAL DE ARTESANATO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA

PLACE'S MEMORY ... A PLACE OF MEMORY: SOCIAL REPRESENTATIONS ON THE MUNICIPAL MARKET OF HANDICRAFTS IN VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA

MEMORIA DEL LUGAR... UN LUGAR DE LA MEMORIA: REPRESENTACIONES SOCIALES SOBRE EL MERCADO MUNICIPAL DE ARTESANÍA DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA

Patrícia Godoia Garcia de Souza Teixeira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGeo/UESB)

E-mail: patriciagodoia@hotmail.com

Débora Paula de Andrade Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGeo/UESB)

E-mail: deborapaulageografia@gmail.com

Geisa Flores Mendes

Professora do Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGeo/UESB)

E-mail: geisauesb@yahoo.com.br

RESUMO:

O intercâmbio entre imagens, narrativas e práticas sociais possibilita a leitura dos sentidos e representações que integram a produção do espaço. O artigo tem o propósito de buscar os significados presentes nos múltiplos olhares sobre o Mercado Municipal de Artesanato de Vitória da Conquista –BA, como lugar que traduz elementos relevantes para a análise da memória do lugar na cidade. Compreende-se que a intersecção teórica da dimensão social da memória e das representações fornece elementos para a análise geográfica, assim, para alcançar os objetivos, a pesquisa contou com as seguintes etapas: aprofundamento teórico das categorias utilizadas, realização e análise de entrevistas com os sujeitos sociais que vivenciam esse espaço, além da pesquisa em fontes documentais e jornalísticas. Buscou-se uma articulação entre diferentes fontes que convergem para a compreensão do Mercado Municipal de Artesanato como lugar de memória marcante nas festividades e nos ritos culturais da cidade em distintas temporalidades.

Palavras-chave: Cidade; lugar; memória; representações sociais.

ABSTRACT:

The exchange between images, narratives and social practices allows a reading of the senses and representations that integrate the production of space. This article has the purpose of searching for the meanings presented in the views on the Municipal Market of Handicrafts of Vitória da Conquista - BA, as a place of memory that translates relevant elements for an analysis of the memory of the place in the city. It is understood that the theoretical intersection of the social dimension of memory and representations provides elements for geographic analysis, that said, in order to achieve the objectives, the research counted on the following steps: theoretical deepening of the categories used, accomplishment and analysis of interviews with the Social Subjects who experience this space, as well as research in documentary and journalistic sources. It was sought an articulation between different sources that converge for an understanding of the Municipal Market of Handicrafts as a place of remarkable memory in the festivities and cultural rites of the city in different temporalities.

Keywords: City; place; memory; social representations.

RESUMEN

El intercambio entre imágenes, narrativas y prácticas sociales permite la lectura de los sentidos y representaciones que integran la producción del espacio. El artículo tiene el propósito de identificar los significados presentes en las múltiples miradas sobre el Mercado Municipal de Artesanía de Vitória da Conquista – BA, un sitio que traduce componentes de relevancia para el análisis de la memoria del lugar en la ciudad. Se comprende que la intersección teórica de la dimensión social de la memoria y de las representaciones ofrece datos para el análisis geográfico, y para alcanzar los objetivos, la investigación se compone de los siguientes momentos: profundización teórica de las categorías utilizadas, ejecución y análisis de encuestas con sujetos que vivencian este espacio, además de investigación en fuentes documentales y periodísticas. Se ha intentado una articulación entre las distintas fuentes convergentes para la comprensión del Mercado Municipal de Artesanía como sitio de memoria notable en las festividades y en los ritos culturales de la ciudad en distintas temporalidades.

Palabras clave: Ciudad; lugar; memoria; representaciones sociales.

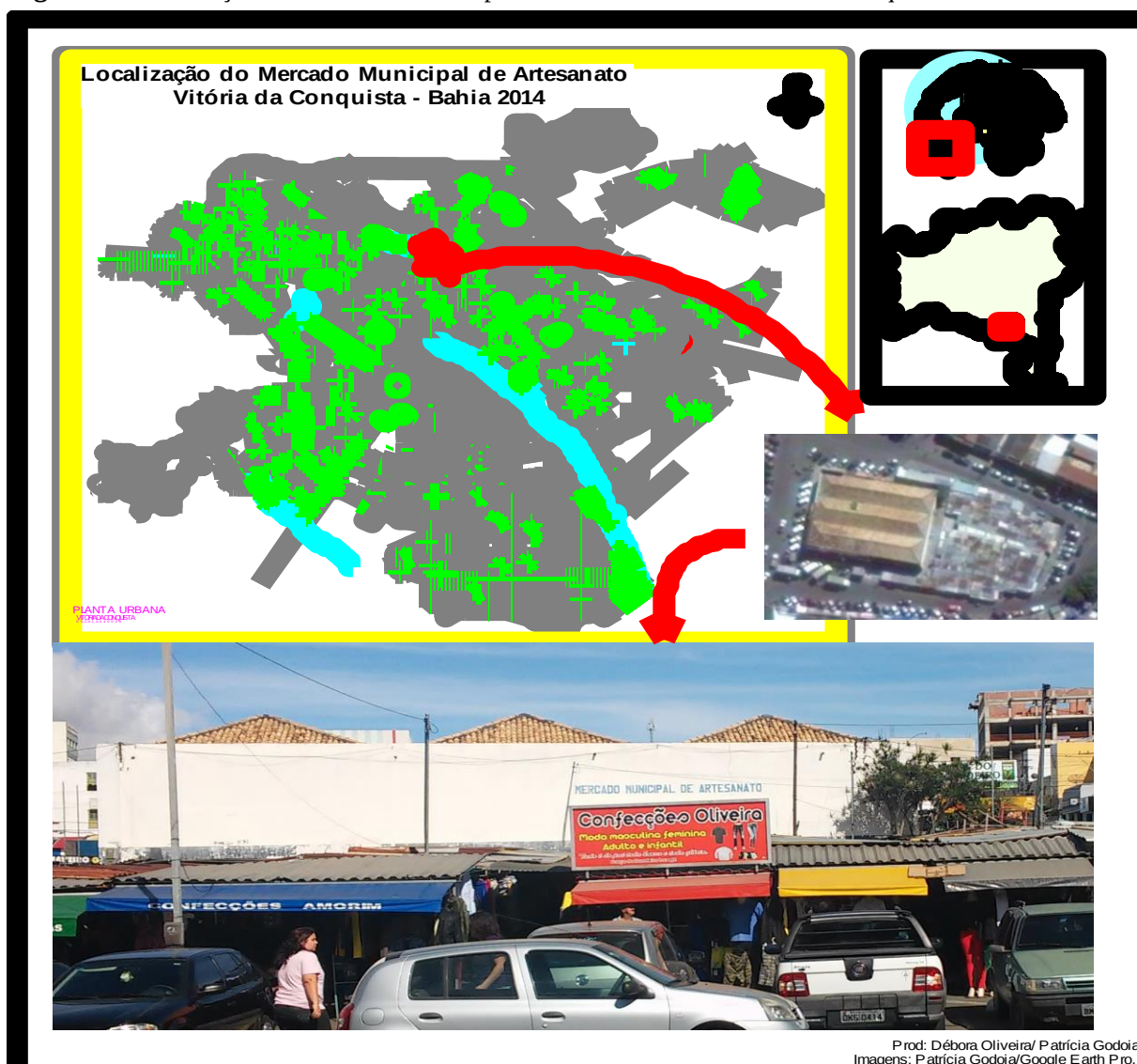
1 INTRODUÇÃO

A dimensão social da memória possibilita reflexões importantes para a análise do processo de (re)produção do espaço geográfico. As recordações das vivências dos sujeitos tornam o lugar pleno de sentidos e representações sociais que marcam a memória do grupo social que o vivenciou/vivencia.

Os discursos e imagens vinculados aos lugares correspondem à valoração de distintos pontos de vista dos sujeitos, pois nas filigranas das memórias o cotidiano emerge como possibilidade de interpretação da realidade socioespacial. É com essa compreensão que o presente artigo busca estabelecer uma fecundação teórica entre os aspectos interdisciplinares da Memória e a Geograficidade do cotidiano dos sujeitos sociais, especialmente, por compreender que “[...] nessa interseção se evidencia com mais clareza o espaço-tempo como modo de ser-estar-do-homem-no-mundo. Portanto, geograficidade” (MOREIRA, 2007, p. 143).

O diálogo entre a memória social e a produção do espaço geográfico suscita a necessidade de abordar as categorias lugar e cidade, pois nestas é possível identificar, de maneira mais próxima, a materialização da memória social.

O estudo discute os significados presentes nos múltiplos olhares sobre o Mercado Municipal de Artesanato de Vitória da Conquista - BA (Figura 1), como lugar de memória que traduz elementos relevantes para a análise da cidade na qual ele se insere. Lugares de memória são aqui entendidos na perspectiva de Nora (1993), pois são espaços que estabelecem laços de continuidade entre o passado e o presente, que seriam tanto lugares materiais como os museus, os arquivos quanto lugares pouco palpáveis ou imateriais como rituais e comemorações.

Figura 1: Localização do Mercado Municipal de Artesanato de Vitória da Conquista – Bahia, 2014

Fonte: Trabalho de campo, 2014

No plano metodológico foram adotados os seguintes procedimentos: a *priori* foi feito um levantamento teórico conceitual de referências que tratam das categorias utilizadas na pesquisa. Em seguida, foram realizadas entrevistas com sujeitos sociais que se relacionam/relacionaram de maneira mais próxima com o lugar em estudo. As narrativas, decorrentes da pesquisa de campo se constituíram em material de análise para o estudo da memória e das representações sociais que estes constroem em relação ao Mercado Municipal de Artesanato. O estudo ora apresentado contou também com a pesquisa em fontes iconográficas e em acervos jornalísticos contemplando jornais publicados entre os anos de 1945 até os dias atuais. A diversidade de fontes contempladas permite explorar, com maior riqueza de detalhes os significados presentes na memória social uma vez que “[...] por trás daquilo que é expresso em palavras, existem lacunas e articulações que permitem



apreender o quanto elas apresentam múltiplos planos significantes, os quais não podem ser compreendidos fora de sua inserção em um contexto sedimentado historicamente (MENDES, 2009, p. 33).

Por intermédio da memória social buscou-se nas percepções e discursos elementos que, de alguma maneira, convergiram para a compreensão das representações sociais acerca do Mercado Municipal de Artesanato com enfoque mais específico nas festividades e ritos culturais.

O artigo buscou evidenciar a pluralidade de sentidos e representações sociais que as festividades e os ritos culturais assumem na memória social que envolve o Mercado Municipal de Artesanato em Vitória da Conquista, considerando a centralidade dessas manifestações culturais na constituição deste lugar.

As pesquisas desenvolvidas sob a perspectiva da memória e das representações sociais permitem a leitura de elementos que transitam nas subjetividades humanas. Desse modo, a relevância desse estudo consistiu na possibilidade de registrar aspectos da memória da cidade que são comumente negligenciados por outros enfoques analíticos e que poderiam se esmaecer nos lapsos da memória social, nos melindres da relação espaço – tempo.

2 MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA LEITURA DO ESPAÇO

As reflexões sobre cidade e memória permitem vislumbrar o espaço urbano sob o prisma analítico das representações sociais. Por esse viés, a cidade é compreendida como um texto a ser lido, experienciado e vivido pelos diversos sujeitos sociais, trata-se do espaço que ao mesmo tempo que produz, é também produzido pelos sujeitos e suas práticas sociais cotidianas.

Massey (2008 p. 15) apresenta a seguinte proposição: “[...] importa o modo como pensamos o espaço”, pois “[...] o espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política”. Assim, a leitura que fazemos do espaço e a forma como o compreendemos reitera a impossibilidade de refletir sobre a sua produção sem considerar a memória e as representações sociais também como constituintes da produção social do espaço.

A partir dessas premissas, é possível compreender o espaço urbano nesse constante fazer-se, uma vez que a cidade é o território real e um espaço de participação mais intenso entre os sujeitos sociais. A cidade “[...] é o espaço no qual, mais diretamente, nos vemos diante do ‘outro’ e, portanto, nos deparamos com múltiplas alteridades, aqui tomadas em suas diversas acepções” (MIRANDA; BLANCH, 2013, p. 63). Esse entendimento instiga a reflexão sobre a multiplicidade

das relações interpessoais, a complexificação das identidades e materialização dos diversos elementos simbólicos que perfilam no cotidiano da cidade.

Nesse viés, Miranda e Blanch (2013) assinalam que a cidade, com seus múltiplos elementos simbólicos é um texto dado a ler, no movimento da construção da identidade e das relações sociais. Um olhar sobre um lugar de memória, por exemplo, em uma cidade, suscita algumas indagações que nos convidam a refletir: Por que se encontra ali? Há quanto tempo? Por que foi mantido? A quais memórias tal lugar remete, portanto, a que sujeitos sociais encontra-se vinculado? O que se encontra silenciado e realçado nas escolhas do lembrar na cidade? Essas interrogações emergem a partir de inquietações sobre as práticas cotidianas que na sua incompletude compõem amálgamas sobre o espaço urbano.

Convém, então, evocar o pensamento de Massey (2008, p. 111) ao ponderar: “[...] Lugares, em vez de serem localizações de coerência, tornam-se os focos do encontro e do não-encontro do previamente não-relacionado e assim essenciais para a geração do novo”. Desse modo, “[...] Chegar a um novo lugar quer dizer associar-se, de alguma forma ligar-se à coleção de histórias entrelaçadas das quais aquele lugar é feito. [...]” (MASSEY, 2008, p. 176).

As relações de pertencimento construídas pelos sujeitos sociais com o lugar evidenciam os conteúdos sociais que se presentificam a partir da dimensão simbólica que o lugar contém. Desse modo, Certeau (2002) traz uma reflexão sobre um novo olhar e interpretação do espaço e das práticas constituídas pelos grupos sociais que ao longo do tempo imprimem transformações que ressignificam os lugares, são os usos e contra-usos desses espaços que vão alterar as suas configurações e possibilitar novos e diversos contornos simbólicos e conteúdos sociais.

A partir dessa compreensão, a cidade, torna-se um *constructo* social concebido, sobretudo, pela percepção dos grupos sociais que se revela sob o olhar dos sujeitos que com ela se relacionam. Com esse viés, na leitura sobre a cidade, Bosi (2003) considera a sua intrínseca relação com a história de vida dos sujeitos, uma vez que é sempre marcada por possibilidades de trajetos que são nossos percursos, destino, trajetória da alma.

Abreu (1998, p. 28) compreende a cidade como referência espacial da memória. De acordo com o autor, “[...] é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si, uma dessas resistências que não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço”.

Nesse cenário, Teixeira (2015) considera a ascensão da necessidade de preservar a memória urbana para a consolidação da identidade da cidade, sobretudo dos sujeitos sociais que fazem parte do processo de produção do espaço urbano. Depois de um longo período em que só se cultuava o



que era novo, período que produziu uma agressão constante e sistemática “[...] às heranças vindas de tempos antigos, eis que atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado” (ABREU, 1998, p.19).

Nesse mesmo viés analítico, Souza e Angelo (2008) instigam a discussão acerca das relações que constroem e modificam a cidade, sempre considerando as singularidades impostas pelo contexto histórico e espacial. Os autores afirmam:

[...] ao pensar uma cidade determinando o espaço e tempo de uma única geração, pode-se inferir que as características daquele ambiente são definidas pelas pessoas que nele habitaram: cada um constrói parte desse espaço à sua maneira, cada lote, casa comercial ou residência diz respeito a seus respectivos usuários (SOUZA; ANGELO, 2008, p. 161).

A partir dessas premissas teóricas, os sujeitos sociais constroem a imagem da cidade de acordo com as percepções que possuem e que estão marcadas na memória social. Experimentar a dinâmica do espaço urbano constitui-se como um movimento que parte do interior do sujeito para a construção de suas representações sobre esse espaço, trata-se de desvendar as singularidades ocultas pelo olhar apressado que o cotidiano urbano impõe. A paisagem urbana revela as peculiaridades que as percepções dos sujeitos delineiam no ir e vir das relações sociais na/da cidade. Nesse sentido, Souza e Angelo compreendem:

[...] o conceito de imagem da cidade adquire contornos mais subjetivos, uma vez que depende da forma como se relaciona com o espaço: a imagem que um usuário tem de sua própria cidade se constrói embasada em sua forma arquitetônica e nas fotografias, desenhos, pinturas e filmes que ele já viu deste e de outros espaços (SOUZA; ANGELO, 2008, p. 164).

Nesse contexto, várias representações sociais são percebidas e construídas pelos sujeitos sociais da cidade, pois a o modo como os sujeitos vivenciam a cidade “[...] é único, já que está relacionada com seu local de vivência, onde trabalha, com os caminhos que percorre e onde decide ir nos dias de lazer” (SOUZA; ANGELO, 2008, p. 168). Com esse entendimento, emerge a diversidade do olhar, pois

[...] apesar de compostas pelos mesmos elementos, cada um construiu sua imagem de maneira diferente, seja no ponto de vista, na leveza ou dureza do traço e até mesmo na maneira em que cada autor se colocou em relação àquilo que escolheram pintar (SOUZA; ANGELO, 2008, p. 168-169).

Ainda na discussão sobre as cidades, Lynch (1997, p. 1) afirma: “[...] cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados”.

Esse processo de produção do espaço urbano revela o movimento contínuo do fazer a cidade em sua constante incompletude. O espaço urbano é repleto de significações e memórias que repercutem na realidade vivenciada pelos sujeitos sociais que participam desse processo e os símbolos presentes nos eventos cotidianos evidenciam as especificidades de cada lugar. É válido recorrer às reflexões de Santos (2008) quando afirma que cada lugar é, à sua maneira, o mundo, uma vez que guarda em si especificidades, contradições e nuances da sua relação com o global. Miranda e Siman (2013) trazem na discussão da cidade, a materialidade da esfera do espaço vivido no plano das relações sociais. De acordo com as autoras,

A cidade ancora a vida de cada um no tempo presente e sua multiplicidade de percepções simultâneas, ademais cidades trazem em si, em cada realidade singular marcas de experiências passadas, em diversas camadas de tempo que se atravessam. [...] A cidade fornece-nos um suporte espacial para a memória das paisagens e dos lugares onde a vida se realiza (2013, p. 16).

Embora o cotidiano da cidade seja marcado pelo trabalho, suas memórias repousam também nas manifestações culturais que afloram nesse espaço. Segundo Teixeira (2015), as recordações dos sujeitos, acerca das festividades e dos ritos culturais constituem-se num tecido fértil para as reflexões pertinentes à dimensão social dos lugares de memória.

A cidade se manifesta como espaço das relações sociais, permeado de sentidos e significados que se constroem na dimensão espaço-temporal. A complexidade das relações entre o espaço, lugar e a memória se materializam no espaço da cidade. Nesse contexto, as análises que envolvem memória e espaço instigam novos horizontes para a pesquisa geográfica, uma vez que é no espaço que se compõe a substância social da memória.

No que tange ao conceito de memória, destaca-se a sua pluralidade de sentidos e usos. A memória social abarca uma multiplicidade de significados e denomina diferentes formas de experiência humana em sociedade. Segundo Gondar (2005), a memória “[...] não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nos fazemos, que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados” (GONDAR, 2005, p. 18).

Na reflexão acerca da memória social é imprescindível abordar as contribuições de Halbwachs (1990), que na obra *A Memória Coletiva*, publicada em 1950, estabeleceu o elo entre memória individual e memória coletiva. A memória dos sujeitos sociais se apoia, portanto, na



memória social, uma vez que, segundo o autor, as histórias de vida integram a história dos grupos sociais. De acordo com Halbwachs (1990), a construção da memória coletiva passa pela rememoração das percepções atuais, pois os sujeitos sociais participam tanto da memória social, quanto da memória individual, uma vez que tais dimensões se integram em vínculos inextricáveis.

A memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas, já que evolui de acordo com categorias próprias e específicas. No que tange a sua relação com o espaço, Halbwachs (1990) considera que não existe memória social que se desenvolva fora de um quadro espaço-temporal. De acordo com o autor,

O espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, [...] não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que, em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990 [1968], p. 143).

Embora seja imperativo reconhecer a dinâmica ininterrupta da produção do espaço, este mesmo espaço considerado um *constructo* social, paradoxalmente, se configura também num lugar de pertencimento, em que os sujeitos se reconhecem num referencial de espaço que torna possível enraizar-se. No dizer do autor, uma realidade que dura, condição e produto das relações sociais e da experiência/vivência dos sujeitos.

Mendes assinala que “[...] a memória social está, também, incontestavelmente atrelada ao processo de configuração de representações, e estas, inevitavelmente, se articulam intensamente com o território, o lugar” (MENDES, 2009, p. 55). Nessa direção, tanto a memória quanto as representações são fenômenos sociais ininterruptos, uma vez que estão sempre em curso, produzindo sentidos e espacialidades diversas.

É com tal compreensão que Mendes (2009, p. 55-56) ressalta que “[...] a memória coletiva é constituída de múltiplas representações que se articulam entre si, que têm um movimento contínuo sobre solicitações do contexto presente e da incorporação de novas representações”. Nesse caso, a memória, não seria entendida somente como depositária dessas representações, mas como constituída por elas.

Dessa forma, compreende-se que a configuração dos saberes e interpretações sobre o espaço acontecem na interação contínua entre cisões e permanências na memória social. Segundo Holzer (2000, p. 111) “[...] Qualquer trabalho que se refira à espacialidade humana deve referir-se à memória”. Com esse entendimento, o autor enfatiza:

Se considerarmos que os indivíduos e as culturas apropriam-se dos espaços naturais, constituindo-os em artefatos a partir de suas intenções e de suas ações, a memória e a transmissão parcial das experiências prévias torna-se fundamental para a compreensão dessas ações (HOLZER, 2000, p. 111).

Convém, então, compreender as tessituras espaciais como construções vinculadas também aos movimentos da memória e das representações. Construções essas que, por intermédio de complexas articulações de forças e interesses sociais, estão envolvidas em tramas de recordações e esquecimentos em que sujeitos historicamente situados, criam e recriam, reafirmam e ressignificam suas concepções, tradições e sentidos atribuídos ao espaço.

O elo entre a memória e as representações sociais implica em associar essas categorias a outras dimensões que compõe a tessitura dos processos sociais, como a cultura, os símbolos, as crenças e visão de mundo peculiares a cada sociedade. Sobre esse aspecto, Claval (1999, p. 86) sinaliza que “[...] sem elas [as representações] não se compreende nunca como as coisas são concebidas e quais significados elas têm na vida dos homens”, pois são, inapelavelmente, constituintes do cotidiano social.

No aprofundamento teórico acerca das representações é imperativo abordar as reflexões de Moscovici, que em meados da década de 1960 inaugura essa discussão no âmbito da psicologia social. Na concepção desse autor,

As representações sociais são entidades, quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnadas (MOSCOVICI, 1978, p. 41).

É importante compreender e desmitificar o antagonismo entre o mundo real e o mundo das representações. Trata-se da necessidade de superação de falsos debates entre a dicotomia objetividade e subjetividade, uma vez que a realidade é una, e as explicativas sobre ela são estabelecidas por sujeitos sociais, permeados de história, interesses e sonhos. Em outras palavras, seria inglório dissociar a dimensão do prático-sensível da esfera do percebido e concebido.

Pensar a leitura do espaço geográfico, pelo viés da memória, conduz a relacioná-la a uma experiência direta com o local. Todavia, considera-se a possibilidade de experiências indiretas que permitem a inserção da subjetividade na relação com o lugar e o espaço vivido. Nessa dinâmica, a pretensão analítica é evidenciar as representações dos sujeitos na sua relação com os lugares de memória.

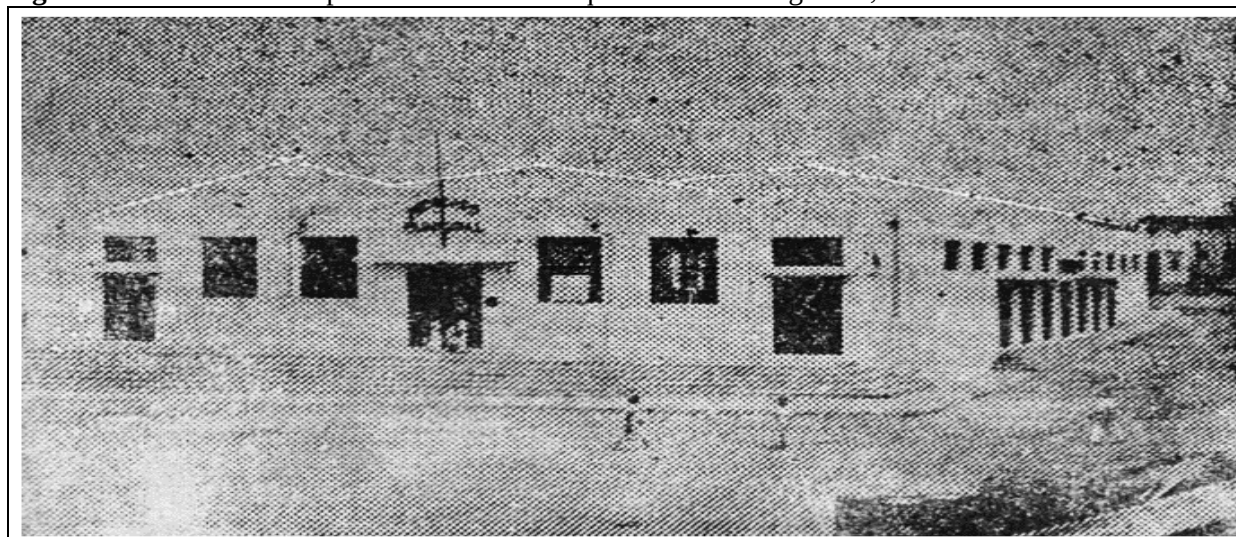


3 MEMÓRIAS, FESTIVIDADES E RITOS CULTURAIS: SENTIDOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O MERCADO MUNICIPAL DE ARTESANATO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

A leitura do cotidiano dos sujeitos sociais se confunde com a da cidade, tornando a compreensão do espaço urbano mais dinâmica e rica em possibilidades analíticas. Assim, as recordações acerca das festividades e dos ritos culturais vivenciados no Mercado Municipal de Artesanato de Vitória da Conquista constituem-se num tecido fértil para as reflexões pertinentes à dimensão social dos lugares de memória e de representações. Sobre essa discussão, Mendes e Almeida (2008, p. 35) destacam: “[...] as representações não podem ser entendidas fora de uma dimensão de alteridade, de uma teia de relações entre os indivíduos na sociedade da qual fazem parte”.

As discussões em torno da edificação do Mercado Municipal em Vitória da Conquista - BA culminaram na sua construção e inauguração na Praça da Bandeira, na década de 1950. A arquitetura de estilo neoclássico contituiu-se como um marco na configuração urbana e paisagística da cidade. Quando questionado se o Mercado Municipal de Artesanato é importante para a cidade, um entrevistado destaca a beleza arquitetônica do edifício e sobre essa aspecto ele afirma: “Sim, pelo valor histórico, pelo valor arquitetônico, pela perspectiva de um resgate da memória de Conquista” (Entrevista realizada em junho de 2014)¹. A Figura 2 apresenta o Mercado Municipal, recém-inaugurado no início da década de 1950.

Figura 2: Mercado Municipal de Vitória da Conquista recém-inaugurado, década de 1950



Fonte: Site Taberna da História. Disponível em: <<http://tabernadahistoriavc.blogspot.com.br/>>
Acesso em junho de 2015

¹ Em termos metodológicos optou-se pela não identificação nominal dos sujeitos sociais entrevistados, pois tal procedimento possibilita mais liberdade e fluidez nas entrevistas.

Apesar do tom esmaecido, por se tratar de uma fotografia antiga, a leitura das imagens auxilia na compreensão de realidades socioespaciais pretéritas, que se presentificam no cotidiano dos sujeitos sociais que se relacionam com o lugar. De acordo com Halbwachs (1990), as imagens espaciais desempenham um papel fundamental na memória coletiva. O autor afirma que assim como o lugar recebe as marcas do grupo social, este também é marcado pela influência do lugar. Nesse ir e vir, todas as ações dos coletivos sociais traduzem-se em rebatimentos espaciais. Mendes (2004, p. 54) compreende que o “[...] espaço é crucial para a memória coletiva”.

As velhas fotografias em preto e branco são coloridas pelo tom da saudade e da memória dos sujeitos sociais envolvidos no processo de produção do espaço. Memória do lugar ou do tempo, tempos distantes, espaço próximo, que muitas vezes é apagado pelo cotidiano apressado da cidade. A narrativa apresentada a seguir demonstra as representações de um entrevistado em relação ao Mercado Municipal de Artesanato de Vitoria da Conquista:

Percebi que antes o Mercado de Artesanato tinha mais destaque na cidade, ele era mais evidenciado, hoje ele está meio oculto, lá dentro tem um teatro que é pouco utilizado você não ver na mídia dando um destaque de algo que se fez lá. Está faltando isso. **Percebo que o mercado foi se apagando.** (Entrevista realizada em maio de 2014, grifo nosso).

O tom de emoção que marca essa narrativa é revelador da saudade de um tempo em que o Mercado Municipal de Artesanato de Vitoria da Conquista tinha mais representatividade no cenário urbano conquistense. A leitura das recordações dos sujeitos desafia a compreender, sob o viés do *constructo* social da memória, o emaranhado de relações e significados em torno do Mercado Municipal de Artesanato. Nesse sentido, as narrativas dos sujeitos sociais são reveladoras das vivências que foram significativas nas suas histórias de vida. Os entrevistados evidenciam constantemente a utilização do espaço da Praça da Bandeira e do Mercado para comemorar os festejos carnavalescos na década de 1980, conforme pode ser observado na Figura 3:



Figura 3: Festejos carnavalescos, Praça da Bandeira, 1985.



Fonte: Acervo iconográfico do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, 2015.

Como se pode observar na Figura 3, as grandes festas da cidade eram realizadas na Praça da Bandeira e nas escadarias do Mercado Público de Vitória da Conquista. Além disso, de acordo com os entrevistados, os comícios nas décadas de 1970 e 1980 também eram realizados nesse espaço e eram vistos pela população conquistense como eventos grandiosos. Uma entrevistada assim relata:

Eu lembro de muitos comícios... Comícios históricos decisivos eram realizados na Praça da Bandeira e os políticos falavam da parte de cima das escadarias, da plataforma superior, e as pessoas, prováveis eleitores, ficavam na parte de baixo. Eram comícios históricos que marcaram a década de setenta, eram fantásticos. Acho que isso nós perdemos, principalmente a parte da cultura, os reisados os carnavais que aconteciam do lado de fora do Mercado, na Praça da Bandeira (Entrevista realizada em fevereiro de 2015).

Os festejos, os eventos, as paisagens da cidade revelam a diversidade de tempos e culturas de determinada sociedade. As práticas culturais tornam-se registros da memória do lugar, e, sobretudo, das pessoas que vivenciam esse lugar. Nessa perspectiva, é imprescindível reconhecer que não há espaço geográfico sem uma sociedade que historicamente o produza, tanto no seu sentido material quanto simbólico, uma vez que, [...] “O espaço não preexiste a uma sociedade que o encarna” (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 25). As relações socioespaciais são intrínsecas às diversas formas de sociabilidade humana e, sem desprezar, de maneira nenhuma, a importância das dimensões mais objetivas, a abordagem da pesquisa permite realçar os aspectos voltados para os elementos subjetivos e simbólicos que marcam a cidade.

Os ritos culturais integram, também, a identidade social da cidade. Seus emblemas e simbologias refletem a história e reforçam o sentimento de pertencer ao lugar, fortalecendo um vínculo cada vez mais evidente entre os sujeitos e o espaço vivido. Nesse viés, a leitura geográfica dos ritos contribui para a análise das representações sociais que permitem os olhares mais plurais, as relações e apropriações do espaço geográfico.

Além de terem sido registrados pelas fontes jornalísticas da época, os ritos culturais realizados na Praça da Bandeira e no Mercado Municipal de Artesanato estão presentes também na memória social. Uma entrevista realizada em 2014 traz um relato significativo, dos ritos culturais que aconteciam no local:

Eu me lembro que os ternos de reis eram apresentados na parte superior da escadaria, eles subiam as escadarias e se apresentavam na parte superior. As pessoas ficavam assistindo na parte de baixo da praça. [...] (Entrevista realizada em maio de 2014).

O relato desse entrevistado constitui-se em um registro de um fato histórico pouco documentado nas fontes escritas. Ele aborda os prejuízos da cidade pela perda desse núcleo cultural tão relevante para a sociedade conquistense, em meados do século XX. Desse modo, a memória: “[...] tem o poder de identificar o grupo, conferir-lhe uma identidade peculiar, proporcionar sentido ao seu passado, dar coerência ao seu presente e definir as suas aspirações futuras” (MENDES, 2009, p. 53).

Na memória dos sujeitos entrevistados, as escadarias do Mercado Municipal de Artesanato, que hoje se resumem a degraus e vias de acesso, outrora foram palco de grandes festejos, comícios, reisados, comemorações cívicas e missas religiosas. São usos e conteúdos distintos do espaço, experienciado e lido sob temporalidades diversas.

A memória dos sujeitos sociais reconstrói a história do lugar, o que é essencial na compreensão da memória da cidade. O registro da memória, por intermédio da narrativa, nos permite tecer, com os alinhavos das recordações dos sujeitos, a complexa teia dos sentidos da experiência humana sobre o Mercado Municipal de Artesanato.

No processo de análise das narrativas, a produção dos sentidos e simbologias se apresenta de forma conflituosa e diversa, e nos instiga a olhar a multiplicidade de sentidos e representações. A pesquisa em memória consiste em buscar nas resistências, elementos que nos possibilitam a apreensão de determinadas representações.

A valorização dos lugares de memória é condição *sine qua nom* para a consolidação da Memória social de determinado grupo ou espaço, pois “[...] a construção da memória coletiva passa



necessariamente pela rememoração das percepções no contexto atual” (OLIVEIRA et al. 2014, p. 446). As confrontações das memórias de diferentes sujeitos sociais reconstroem um passado coletivo e possibilitam o reconhecimento de determinados símbolos e significados, que os identificam como grupo social que vivenciam/vivenciaram o cotidiano de um lugar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória e as representações sociais oferecem balizas teóricas relevantes para a compreensão da produção do espaço, sobretudo na perspectiva do lugar vivenciado pelos sujeitos sociais. A leitura das distintas realidades, sob tal perspectiva de análise, torna-se um processo complexo e delicado, mas, sobretudo, instigante e significativo.

A partir do entrecruzamento de diversas fontes foi possível tecer a complexa teia de significados que permeia a memória e as representações sociais sobre os ritos culturais e as festividades que aconteceram no Mercado Municipal de Artesanato de Vitória da Conquista. A memória ultrapassa o simples ato de recordar, trata-se de um processo complexo, em que devem ser consideradas as múltiplas representações, significados e sentidos que se configuram na percepção dos sujeitos da pesquisa.

Para a compreensão da dimensão social que a memória assume foi imprescindível garimpar a memória do lugar por meio dos discursos e das representações sociais, o que possibilitou conhecer, por múltiplos olhares, a história da cidade de Vitória da Conquista.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Sobre a memória das cidades. In: **Revista da Faculdade de Letras**: Rio de Janeiro, 1998.
- ALBUQUERQUE JR. D. M. de. **Por uma leitura “safada” de E. P. Thompson**. Natal, 2006. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/durval>>. Acesso em: junho de 2016.
- ALMEIDA, M. G. VARGAS, M. A. M. MENDES, G. F. Territórios, Paisagens e Representações: um diálogo em construção. In: **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 22, p. 23-35, mai./ago. 2011.
- BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. In: **Estudos Avançados**, vol. 17, n. 47, pp. 198-211, 2003
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- CLAVAL, P. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura do espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

FEIRAS de Conquista. **O Conquistense**, Vitória da Conquista, ano 1, n. 25, p. 1, 16 jun. 1956.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLZER, W. Memórias de viajantes: paisagens e lugares de um novo mundo. **GEOgraphia**. Niterói, ano 2, n. 3, p. 111-122. 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/32/30>>. Acesso em: novembro de 2016.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDES, G. F.; ALMEIDA, M. G. **Memória, símbolos e representações na configuração socioespacial do Sertão da Ressaca – Bahia**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 07, número 13, 2008.

MENDES, Geisa Flores. **Luzes do Saber aos sertões: memória e representações da Escola Normal de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

MENDES, Geisa Flores. Sertão se traz na alma? Território/lugar, memória e representações sociais. **Tese de Doutorado**. UFS: São Cristóvão, 2009.

MIRANDA, S. R.; SIMAN, L. M. C. A Cidade como espaço limiar: sobre a experiência urbana e sua condição educativa, em caminhos de investigação. In: MIRANDA, S. R.; SIMAN, L. M. C. (Org.). **Cidade, memória e educação**. Editora UFJF: Juiz de Fora, 2013.

MIRANDA, S. R.; BLANCH, J. P. Cidade, Memória e Educação: conceitos para provocar sentidos no vivido. In: MIRANDA, S. R.; SIMAN, L. M. C. (Org.). **Cidade, memória e educação**. Editora UFJF: Juiz de Fora, 2013.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. In: **Revista etc**, espaço, tempo e crítica Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas. N° 1(3), vol. 1, 2007. Disponível em <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_1_3.pdf> Acesso em: setembro de 2016.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. [1961].

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: Educ, n. 10, p. 7-28. 1993.

O DIA da Bandeira. **O Combate**, Conquista, 22 de novembro de 1953.

OLIVEIRA, D. P. A; COSTA, L. S; SILVA, N. S; TEIXEIRA, S. G. G. P. **Memória social e formação docente: representações sobre o ser professor de Geografia**. Anais do 1º SIMGEO. Alfenas: UNIFAL, 2014.



O MERCADO Municipal de Artesanato. **O Combate**, Conquista, 22 de julho de 1949.

PREFEITURA Municipal de Vitória da Conquista. **O Combate**, Conquista, 30 de dezembro de 1949.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUZA, L. A. S; ANGELO, R. B. **Cidades (in)visíveis**: imagens, caminhos, fotografias e representações. Discursos fotográficos, Londrina, v. 4, n. 5, p. 159-178, jul./dez. 2008.

TEIXEIRA, P. G. G. S. **Revisitar a memória, pensar o lugar**: um olhar geográfico sobre as representações sociais dos 60 anos do Mercado Municipal de Artesanato em Vitória da Conquista - BA. (Monografia de Graduação) UESB: Vitória da Conquista, 2015.

Recebido em 13 de dezembro de 2016
Aprovado em 19 de abril de 2017



DETERMINANTES SOCIOECONÔMICOS DOS PREÇOS DOS LOTES URBANOS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE – CE

SOCIOECONOMIC DETERMINANTS OF THE PRICES OF URBAN LOTS IN THE MUNICIPALITY OF JUAZEIRO DO NORTE – CE

DETERMINANTES SOCIOECONÓMICOS DE LOS PRECIOS DEL SUELO URBANO DEL MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE – CE

Lucicleia Gonçalves de Lima

Universidade Regional do Cariri (URCA)

E-mail: cleia_limagoncalves@hotmail.com

Eliane Pinheiro de Sousa

Universidade Regional do Cariri (URCA)

E-mail: pinheiroeliane@hotmail.com

RESUMO:

Esse trabalho se propõe identificar as variáveis socioeconômicas que influenciam os preços dos lotes urbanos no município cearense de Juazeiro do Norte no período de 2001 a 2011. Para atender a esse objetivo, estimou-se um modelo econométrico de regressão linear múltipla, em que o preço do lote urbano foi considerado como variável dependente e as variáveis explicativas foram a renda *per capita* da população, o tamanho do lote urbano, a distância do lote urbano ao Santuário Diocesano de Juazeiro do Norte e à Instituição de Ensino Superior, representada pelo Centro Universitário UNILEÃO – Unidade de Saúde. Os resultados mostraram que a renda *per capita* do município e o tamanho dos lotes em metros quadrados tiveram elasticidades positivas em relação ao preço dos lotes urbanos de Juazeiro do Norte, ao passo que a distância dos lotes urbanos à região das faculdades e ao centro da cidade, onde sedia o Santuário Diocesano de Juazeiro do Norte, que capta o turismo religioso, apresentou uma relação negativa com o preço dos lotes urbanos, indicando que à medida que se aumenta a distância desses lotes aos pontos propulsores de investimento, seus preços tendem a ser menores.

Palavras-chave: Preços dos lotes urbanos; análise de regressão múltipla; fatores socioeconômicos.

ABSTRACT:

This study aims to identify the socioeconomic variables that influence the prices of urban lots in the municipality of Juazeiro do Norte (Ceará) in the period from 2001 to 2011. In order to fulfill this objective, it was estimated an econometric model of multiple linear regression, in which the price of the urban lot was considered as a dependent variable and the explanatory variables were the population's *per capita* income, the size of the urban lot, the distance from the urban lot to the Diocesan Sanctuary of Juazeiro do Norte and to the Higher Education Institution, represented by the UNILEÃO University Center – Health Campus. The results showed that the *per capita* income of the municipality and the size of the lots in square meters had positive elasticities in relation to the price of the urban lots of Juazeiro do Norte, whereas the distance from the urban lots to the district of the colleges and to the center of the city, where the Diocesan Sanctuary of Juazeiro do Norte is located, which captures the religious tourism, showed a negative relationship with the price of the urban lots, indicating that as the distance from these lots to the places that boost investment increases, the prices of the urban lots tend to be smaller.

Keywords: Prices of urban lots; multiple regression analysis; socioeconomic factors.

RESUMEN:

Este estudio tiene como objetivo identificar las variables socioeconómicas que influncian en los precios del suelo urbano en el municipio cearense de Juazeiro do Norte en el período de 2001 a 2011. Para alcanzar dicho objetivo, se ha estimado un modelo econométrico de regresión linear múltiple, en el que el precio de la tierra urbana ha sido considerado como variable dependiente y las variables explicativas han sido la renta *per capita* de la población, el tamaño de la propiedad urbana, la distancia del Santuario Diocesano de Juazeiro do Norte y de la Institución de Enseñanza Superior, representada por el Centro Universitario UNILEÃO – Unidad de Salud. Los resultados han evidenciado que la *renta per capita* del municipio y el tamaño de los lotes en metros cuadrados tuvieron elasticidades positivas en relación al precio de la tierra urbana de Juazeiro do Norte y que la distancia hasta la región de las facultades

y hasta el centro de la ciudad, donde está ubicado el Santuario Diocesano que absorbe el turismo religioso, ha presentado una relación negativa con el precio de los lotes urbanos, indicando que conforme se aumenta la distancia de esos lotes a los puntos propulsores de inversión, los precios del suelo urbano tienden a ser menores.

Palabras clave: Precio de la tierra urbana; análisis de regresión múltiple; factores socioeconómicos.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente os investimentos no mercado imobiliário se mostram como um negócio promissor, sendo visível a influência exercida pelo mercado de imóveis na economia de um município, refletindo no seu processo de transformação social e econômica.

O processo de transformação do setor imobiliário brasileiro se deu com a implementação do Plano Real em 1994. Esse setor, porém, ainda era dependente de mudanças de outras variáveis para que pudesse crescer de forma consistente e atender a demanda. Desde sua regulamentação em 1994, o setor imobiliário oscilou entre momentos de euforia e estagnação, ocasionados por alterações políticas e econômicas, que afetam constantemente o cenário desse mercado. Embora tenha sido iniciado uma trajetória de crescimento com a implementação do Plano Real, devido ao período de estagnação vivenciado na década de 1980 e início dos anos 1990, atualmente, o setor apresenta expressivo déficit habitacional, sobretudo, entre as famílias de baixa renda (SILVA *et al.*, 2012). De acordo com a Fundação João Pinheiro (2015), o déficit habitacional na faixa até três salários mínimos, em 2011 e 2012, foi, respectivamente, 81% e 82,5%. Essa tendência é verificada em todas as regiões, sendo mais forte na região Nordeste, que registrou 88,4% de déficit habitacional nessa classe até três salários mínimos.

Segundo Silva *et al.* (2012), a compra de bens imóveis depende diretamente da disponibilidade de crédito no mercado, haja vista que o preço dos imóveis representa significativa parcela da renda das famílias.

Dados da revista Exame (2012), provenientes de uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), órgão ligado à Universidade de São Paulo, mostram a valorização imobiliária nas principais capitais brasileiras. Recife teve a maior alta do país com magnitude de 37%, analisando a variação entre os anos de 2011 e 2012. Rio de Janeiro segue como a segunda capital mais cara do país, entretanto, registrou desaceleração no preço dos imóveis de 4,1% no primeiro trimestre de 2012, ante 9% no primeiro trimestre do ano anterior. Mesmo com tal desaceleração, o Rio de Janeiro possui os bairros mais caros do Brasil. São Paulo, a maior cidade do país, sofre também baixas nos preços, depois de vivenciar momentos de grande euforia nos anos recentes. O cenário de Fortaleza também é de queda, porém não se descarta a possibilidade de haver espaço para aumentos de preço no setor.

Para Amora e Costa (2007) citado por Sousa, Cunha e Holanda (2012), nos últimos anos, as cidades médias têm chamado a atenção de pesquisadores, administradores e governantes, tornando-se atrativas para a realização de investimentos, em que se encontram vantagens comparativas. Em conformidade com Rocha e Almeida (2013), tais cidades têm sido destino de fluxos populacionais, deslocamento de investimentos na dinâmica de mobilidade do capital e crescimento econômico com a dinamização das atividades do setor terciário. Ademais, tem-se difundido a ideia que essas cidades atuam como espaço urbano que oferecem melhor qualidade de vida que as grandes metrópoles. Essas mudanças econômicas e territoriais nas cidades médias têm se tornado alvos de investimentos públicos e privados. Desta forma, é perceptível a expansão do mercado imobiliário, modificando a lógica do crescimento da cidade e de suas fronteiras habitacionais (SOUSA, CUNHA, HOLANDA, 2012).

Nesse panorama, se insere a cidade média cearense de Juazeiro do Norte, que constitui a maior cidade da região do Cariri e a segunda maior do estado do Ceará. Desde os anos 1960, se destacava como o maior empório comercial da região, em que se concentra a maior parte dos investimentos públicos dessa região (QUEIROZ, 2014). Apresenta notável desenvolvimento econômico, já que o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM), divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, foi de 0,7643 para 2011, ocupando o quinto lugar no *ranking* dos municípios cearenses (FIRJAN, 2017), sendo a valorização no mercado imobiliário um ponto importante nesse processo. Essa cidade dispõe de áreas que têm valorizado rapidamente e de forma vantajosa para os investidores, podendo ser atribuído aos investimentos tanto públicos quanto privados, além da demanda e do aumento da especulação.

De acordo com dados do jornal Diário do Nordeste (2012), a valorização imobiliária em Juazeiro do Norte atingiu patamar de 300% o metro quadrado em três anos. Em face dessa valorização imobiliária ocorrida em Juazeiro do Norte, torna-se relevante identificar os fatores determinantes que influenciaram e ou influenciam tal processo. Esses condicionantes podem ser complementados pelo aumento do crédito, políticas de incentivos a financiamentos, redução das taxas de juros e aumento da renda.

Dentre todos os atributos, a localização é considerada como a mais relevante. O valor da localização está associado com a acessibilidade, com a oferta e qualidade de vias e meios de transporte e com as externalidades, ou seja, como está sendo utilizado o solo no entorno próximo do imóvel. A mensuração desses efeitos é complexa, pois não são diretamente quantificáveis, sendo medida por meio de variáveis *proxy*, como a renda média da população ou a distância ao centro comercial-histórico da área urbana (GONZÁLEZ; FORMOSO, 2000).



Conforme Resende e Cypriano (2010), o conhecimento sobre a valorização imobiliária e seus efeitos sobre o bem-estar e a qualidade de vida da população urbana possibilitam ações de planejamento urbano tanto do setor público quanto do setor privado com o intuito de harmonizar os interesses da sociedade.

Tendo em vista essas considerações, é importante a realização de trabalhos que abordem esse mercado em Juazeiro do Norte. Estudos sobre a dinâmica e a valorização imobiliária foram realizados em outras cidades brasileiras, como Tatuapé – SP, por Endrigue (2008); Porto Alegre – RS, por Sanfelici (2009); Toledo – PR, por Resende e Cypriano (2010); Londrina – PR, por Amorim (2011); Lagoa Seca – PB, por Santos (2012); Vitória da Conquista – BA, por Rocha e Almeida (2013); na divisa intermunicipal Campinas-Valinhos – SP, por Tonetti (2014); e Natal – RN, por Silva (2015). Dentre esses, somente Resende e Cypriano (2010) empregaram uma análise econométrica, que se aplicou neste presente estudo.

Nesse contexto, este artigo se propõe identificar as variáveis socioeconômicas que influenciam os preços dos lotes urbanos ocorrida na cidade de Juazeiro do Norte - CE no período de 2001 a 2011. Especificamente, pretende-se caracterizar o setor imobiliário nessa cidade e estimar as elasticidades das variáveis que influenciaram o preço dos lotes urbanos nesse período.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Arraes e Sousa Filho (2008), o consumo por habitação é inerente a todo ser humano como forma de proporcionar proteção e segurança contra possíveis adversidades ambientais, sendo importante por suprir necessidades vitais. Na concepção desses autores, o consumo de habitação pode ser dividido em dois grandes grupamentos: aqueles que possuem a intenção de utilizar o bem para satisfação final de sua necessidade básica de habitação e aqueles que o adquirem para compor cesta de bens de investimento.

Para Tavares, Moreira e Pereira (2010), a avaliação imobiliária não consiste em uma tarefa simples devido a sua multidisciplinaridade, além desse setor ser influenciado por vários fatores como a diversidade da oferta e da procura, dos preços, das flutuações do mercado, da perspectiva do proprietário, da intervenção do agente imobiliário e da percepção do comprador.

O mercado de imóveis é influenciado por muitos fatores na sua comercialização e desenvolvimento. Nesse texto, enfatizaram-se as externalidades, que podem ser entendidas como falhas de mercado, ações que podem acarretar consequências positivas ou negativas para a sociedade, sendo então salutar a intervenção estatal para minimizar tais efeitos.

Segundo Andrade (2005), *apud* Gonzáles e Santos (2011, p. 2):

O problema da externalidade, seja ela negativa ou positiva, surge quando firmas, ou indivíduos desempenham suas ações, levando em consideração apenas os benefícios e os custos privados esquecendo os benefícios e custos sociais. Sendo assim, os agentes econômicos não recebem do mercado a sinalização correta dos custos ou benefícios de suas ações, logo, as externalidades são causadas por imperfeição do mercado.

O fato é que essas externalidades produzem vários impactos sobre o preço dos imóveis e na ocupação do solo.

De acordo com Galvão (2005), as cidades desenvolvem-se a partir de tensões entre duas forças, uma de atração e outra de expulsão. Essas forças denominadas centrípetas (de atração ou polarização) e centrífugas (de dispersão ou expulsão) conduzem a concentração e desconcentração populacional e de atividades econômicas em um espaço urbano, respectivamente.

Ainda segundo esse autor, a combinação dessas duas forças gera o que se chama de externalidades, sendo então outro conceito, ou outra forma de abordagem. As externalidades causadas pela aglomeração são subdivididas em economias externas de aglomeração e deseconomias externas de aglomeração. As economias externas de aglomeração, ou externalidades positivas, proporcionam vantagens ao meio urbano, uma vez que essa aglomeração de pessoas, firmas, e outros agentes, resultarão em benefícios que conduzirão a eficiência coletiva, em decorrência de sua proximidade espacial. Quando se fala em eficiência coletiva, busca-se a visualização da cooperação e interação dos indivíduos envolvidos, que gerará benefícios nos diversos segmentos, como educação, difusão de ideias e conhecimentos, especialização produtiva, inovações, entre outros. A valorização imobiliária como consequência de investimentos públicos também são externalidades positivas.

As deseconomias de aglomeração, ou externalidades negativas, conforme Galvão (2005), referem-se às desvantagens, da mesma forma gerada pela aglomeração da população, e atividades econômicas. Podem-se citar como exemplo a exaustão da infraestrutura instalada, a poluição sonora e visual, a degradação ambiental, a deterioração das áreas urbanizadas e as péssimas condições de tráfego.

A presença de externalidades representa fatores de fortes divergências entre benefícios e ônus para a população (benefícios privados e custos sociais). As soluções desses problemas devem partir da iniciativa pública, por meio de instrumentos de políticas urbanísticas já existentes, ou pela criação de novas políticas, a fim de proporcionar interiorização das externalidades positivas e evitar a geração de externalidades negativas.



A intervenção do governo nesse caso será em busca do bem-estar dos indivíduos, ou da sua maximização, uma vez que o mercado sozinho não tenderia ao equilíbrio, como abordado por Galvão (2005), justamente pela operação dessas forças externas ao mercado.

Com base na literatura econômica, há um grande leque de outros fatores, associados às características do avizinhamento dos imóveis. A sua magnitude, em termos monetários, é de difícil definição, mas as pessoas se preocupam com infinitos fatores que podem aumentar ou reduzir seu bem-estar, ou o valor do imóvel em questão. De acordo com Hermann e Haddad (2003) *apud* Tavares, Moreira e Pereira (2010, p. 5):

As famílias quando escolhem a sua residência, não se preocupam só com o imóvel em si mesmo, também se preocupam com o que fica do lado de fora do imóvel, com o que se vê da janela para fora, ou seja, como a vizinhança interfere na qualidade do imóvel e como tal afeta o seu preço de localização.

A localização próxima a escolas, áreas de lazer, facilidade de transportes públicos, fatores ambientais como a proximidade de áreas verdes, qualidade do ar, da água e do solo, relativamente, pela visão do indivíduo na sua avaliação são considerados fatores externos positivos. Em contrapartida, a proximidade a lixões, presídios, áreas degradadas, poluídas, áreas próximas a hospitais devido à preocupação do lixo hospitalar, são exemplos de fatores negativos. O efeito dessas externalidades é visível, mas não quantificado com precisão, visto a diversidade dos fatores em questão, e a inexistência de mercados para a segurança, para a poluição e para o trânsito (TAVARES, MOREIRA, PEREIRA, 2010).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Área de estudo

O estudo foi realizado no município de Juazeiro do Norte, localizado no Sul do estado do Ceará, no centro do Nordeste, pertencendo às terras típicas do sertão semiárido. Limita-se ao Norte com o município de Caririaçu, ao Sul com os municípios de Crato, Barbalha e Missão Velha, ao Leste também com Missão Velha e Caririaçu e ao Oeste com o município de Crato. Apresenta uma distância da capital, de 396 Km, em linha reta (IPECE, 2013). Representa o principal município que faz parte da Região Metropolitana do Cariri e seu potencial dinâmico pode ser explicado, em grande parte, pelo tamanho da aglomeração formada por essa região (QUEIROZ, 2014).

Em 2010, esse município possuía uma população de 249.939 habitantes, sendo um município essencialmente urbano, com taxa de urbanização de 96,07%, ocupada por 240.128 habitantes no perímetro urbano. Vale ressaltar que a Taxa Geométrica de Crescimento (TGC) de 2000 a 2010 foi de 1,65% a.a., sendo 1,73% correspondente a TGC urbana, enquanto que a TGC rural foi negativa (-0,10%) (IPECE, 2013). De acordo com Pereira, Moraes e Oliveira (2017), a região Nordeste do Brasil possui 29 cidades médias, sendo que 16 dessas apresentaram crescimento superior ao Nordeste, como é o caso de Juazeiro do Norte, que ocupa a décima posição nesse *ranking* com uma taxa de crescimento de 17,82% de 2000/2010, ao passo que a taxa de crescimento do Nordeste neste período foi de 11,19%.

Conforme dados do IPECE (2013), essa cidade possui área absoluta de 248,55 Km², onde 9,64% da sua população encontram-se na faixa de extrema pobreza, com renda domiciliar mensal de até R\$ 70,00. Possuía, em 2010, um Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado (R\$ mil) de 1.959.969,00 e PIB *per capita* de (R\$) 7.842,00. Em relação aos índices de desenvolvimento, o município de Juazeiro do Norte apresentou, em 2010, Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) no valor de 35,49, e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2010 no valor de 0,694, ocupando, assim, a 24^a e 5^a posição no “*ranking*” estadual, respectivamente.

3.2 Método analítico e variáveis consideradas

Quando se propõe analisar a formação de preços no mercado de imóveis, devem-se levar em consideração as distintas características que esses bens apresentam, sejam econômicas, físicas, locacionais, além de fatores externos que influenciam os preços. Como abordado por Gonzáles e Santos (2011), devido à grande quantidade de atributos, a análise desse tipo de mercado exige uma atenção especial, sendo necessária a aplicação de um modelo específico para o cálculo das variáveis que estão implícitas no preço do imóvel e descobrir qual dessas variáveis possui maior importância para o valor final do bem analisado.

Dessa forma, e embora existam muitas interpretações, o valor de mercado de um imóvel pode ser definido como o valor mais provável que um dado imóvel pode atingir, numa transação normal, em determinadas condições econômicas. Entretanto, os tipos de variáveis a serem empregadas nos modelos de avaliação são uma das dificuldades encontradas, uma vez que suas características devem ser levadas em consideração e de que maneira elas afetarão os valores finais dos imóveis (RESENDE E CYPRIANO 2010).



Em conformidade com González e Formoso (2000), a análise do mercado imobiliário é dificultada pela falta de informação dos agentes e o conhecimento deficiente dos mecanismos de funcionamento desse mercado. Ressaltam ainda a complexidade dessa análise pelas características singulares dos bens imóveis. Para tanto, a análise de regressão múltipla tem sido amplamente utilizada na montagem de modelos de formação de preços, utilizados para a avaliação de imóveis.

Desta forma, nesse estudo utilizou-se o método analítico de regressão múltipla. Vale destacar que, seguindo Resende e Cypriano (2010), empregou-se o modelo de regressão múltipla com a forma funcional log-log para mensurar os determinantes socioeconômicos dos preços dos lotes urbanos no município cearense de Juazeiro do Norte no período considerado. Em outros termos, adotou-se este método para identificar os fatores que contribuíram para a valorização dos preços desses lotes, assim como estimar as elasticidades dessas variáveis.

De acordo com Gujarati (2006), esse modelo fornece diretamente as elasticidades parciais da variável dependente em relação à explicativa, podendo ser medida pelo próprio coeficiente estimado dessa variável. Portanto, permite estimar as elasticidades das variáveis que influenciam o preço dos lotes urbanos na cidade de Juazeiro do Norte nesse período considerado. Este modelo foi estimado pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

Em termos algébricos, o modelo pode ser representado pela seguinte equação:

$$\ln plu = \beta_0 + \beta_1 \ln rpc + \beta_2 \ln tlu + \beta_3 \ln dc + \beta_4 \ln dies + \mu$$

Em que: *plu* refere-se ao preço do lote urbano avaliado e comercializado; *rpc*, renda *per capita* da população; *tlu*, tamanho do lote urbano (em metros quadrados); *dc*, distância do lote urbano ao centro da cidade, mais precisamente a Praça Pe. Cícero, próximo ao Santuário Diocesano de Juazeiro do Norte; *dies*, distância do lote urbano ao Centro Universitário UNILEÃO – Unidade de Saúde, como representativa das Instituições de Ensino Superior; *ln*, Logaritmo natural; $\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4$, parâmetros a serem estimados; e μ , erro estocástico.

A escolha dessas variáveis foi baseada no estudo desenvolvido por Resende e Cypriano (2010). Vale destacar que essas duas variáveis que medem as distâncias foram selecionadas a partir da opinião dos corretores de imóveis pesquisados como sendo referência à valorização do preço do lote urbano em Juazeiro do Norte.

Quanto à variável que capta o turismo religioso no município e na Região do Cariri, é relevante destacar que a Paróquia Matriz de Nossa Senhora das Dores se elevou à condição de

Santuário Diocesano de Juazeiro do Norte a partir de 2003, estando dentro do período considerado neste estudo.

Outra variável apontada pelos corretores entrevistados como fator propulsor da valorização dos preços dos lotes urbanos é a disseminação da Educação Superior. Para atender a essa demanda, surgiram diversas instituições de ensino superior no município, como a Faculdade Leão Sampaio, fundada a partir de 2001, sendo selecionado como o primeiro ano da série analisada neste estudo. Em função do conceito máximo obtido na avaliação institucional, essa faculdade teve aprovação do Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação e passou a atuar como Centro Universitário UNILEÃO, formado por três unidades, sendo que se considerou a Unidade de Saúde, como representativa das Instituições de Ensino Superior. Essa unidade oferece os cursos de graduação em Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia.

A qualidade de ajustamento da regressão foi investigada por meio do coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajustado). Para verificar a significância dos coeficientes individuais, considerou-se a estatística *t* de Student, enquanto a significância global foi baseada no teste *F* de *Snedecor*.

Ademais, testaram-se as hipóteses de autocorrelação, multicolinearidade e heterocedasticidade. A hipótese de autocorrelação entre os resíduos foi verificada pelo teste de autocorrelação serial de primeira ordem, conhecido como teste *d* de Durbin-Watson. Segundo Gujarati (2006), se o valor do *d* for 2, presume-se que não há autocorrelação de primeira ordem. Além desse teste, também se realizou o teste de Breusch-Godfrey para verificar a presença de autocorrelação de ordem superior. A hipótese nula desse teste é que todos os coeficientes autoregressivos sejam simultaneamente iguais à zero, ou seja, não haja autocorrelação de ordem alguma.

No caso da multicolinearidade, investigou-se por meio do fator inflação da variância (FIV). Esse fator indica a velocidade com que as variâncias e covariâncias aumentam, podendo ser expresso por:

$$FIV_i = \frac{1}{1 - R_i^2}$$

Onde R_i^2 representa os coeficientes de determinação das regressões auxiliares, que são obtidas a partir da regressão de cada X_i sobre as demais variáveis explicativas *X*. Considera-se que o efeito é problemático e deve ser tratado quando o FIV exceder a 10.



Para detectar a presença do problema de heterocedasticidade, utilizou-se o teste de Breusch-Pagan-Godfrey. De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2004), esse teste não exige que seja realizado um ordenamento das observações segundo a variância crescente do termo de erro, como é requerido por outros testes, como o teste de Goldfeld-Quandt. A hipótese nula desse teste é que todas as variâncias sejam constantes.

A operacionalização do modelo de regressão e dos testes para detecção da violação dos pressupostos foi realizada mediante o *software* Eviews 7.

3.3 Natureza dos dados

Para conceituar as externalidades utilizando os fundamentos microeconômicos e apresentar suas implicações no setor imobiliário, realizou-se um levantamento bibliográfico, por meio de artigos publicados em livros, periódicos, sítios de internet e obras de autores, entre outros. Para a caracterização do mercado imobiliário de Juazeiro do Norte, fez-se de suma importância a aplicação de questionário aos principais atores atuantes e envolvidos nesse segmento, como empresários, proprietários de imobiliárias e construtoras, tanto os que estão no ramo mesmo antes dos anos 2000, como os que ingressaram em anos recentes.

Além da revisão de literatura e exposição dos fundamentos teóricos sobre valorização imobiliária por meio de dados secundários, o trabalho também utilizou dados primários, que foram coletados em duas imobiliárias da cidade, buscando informações sobre os preços de terrenos urbanos que foram avaliados e comercializados no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2011, abrangendo os diferentes bairros de Juazeiro do Norte.

No total, foram coletados 430 registros de preços de terrenos urbanos, distribuídos entre seis bairros (Campo Alegre, Frei Damião, Jardim Gonzaga, Lagoa Seca, Aeroporto e José Geraldo da Cruz) e seis loteamentos do município (Campo Alegre, Cicerópolis, Esplanada Lagoa Seca, Conviver Life I, Parque Ecológico e Conviver Verde Vale), comercializados de janeiro de 2001 a dezembro de 2011. Esses dados contêm o preço do lote urbano (R\$), o tamanho (m²), a localização do lote (bairro e rua) e o mês e ano em que o lote foi comercializado.

A partir desses dados, foram calculadas as distâncias dos terrenos até alguns pontos importantes da cidade, considerado como pontos propulsores de investimento, sob a ótica dos atores entrevistados. Os principais pontos considerados foram: a Universidade Federal do Cariri (UFCA); a Faculdade de Medicina de Juazeiro (FMJ); a Faculdade de Juazeiro do Norte (FJN); Centro Universitário UNILEÃO – Campus Saúde (UNILEÃO); o Cariri Garden Shopping; a Praça Padre

Cícero; a Prefeitura Municipal; e o Aeroporto Regional do Cariri. Em virtude da proximidade de alguns desses pontos, foi detectado o problema de multicolinearidade. Desta forma, foi incorporado ao modelo de regressão somente o Centro Universitário UNILEÃO – Campus Saúde, como representativo da influência da Instituição de Ensino Superior aos preços dos lotes urbanos e a Praça Padre Cícero, como *proxy* da contribuição do turismo religioso, visto que o Santuário Diocesano de Juazeiro do Norte se localiza próximo a essa praça, sediada no centro da cidade. Busca-se, a partir desses pontos especificados, captar a influência que cada um deles exerce sobre o preço dos lotes.

Para a determinação da distância de cada lote urbano aos pontos específicos da cidade, utilizou-se como ferramenta o *Google Maps*, um aplicativo do Google, medindo, em quilômetros, a distância de cada lote ao ponto de referência. Vale ressaltar, que foi levado em consideração o trajeto percorrido em menor distância, uma vez que o aplicativo nos fornece diferentes itinerários para se chegar ao destino desejado. Outro ponto importante que deve ser enfatizado foi a dificuldade em medir de forma precisa a distância de algumas ruas aos pontos propulsores de investimento. Isso se deve ao fato do aplicativo do Google não estar atualizado, não constando assim no mapa todas as ruas especificadas, fazendo-se necessário a escolha de um ponto, mais precisamente, nesse caso, das avenidas de maior importância no tráfego do município que cruza os lotes.

O preço do lote urbano foi deflacionado através do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas com base em dezembro de 2011.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização do setor imobiliário em Juazeiro do Norte

Para caracterizar o setor imobiliário em Juazeiro do Norte, realizou-se entrevistas com os principais atores atuantes no mercado imobiliário neste município, como importantes empresários, proprietários de imobiliárias e construtoras e verificou-se que tanto os que atuam nesse mercado há menos de dez anos quanto os que estão envolvidos no setor imobiliário há mais de cinquenta anos, foram unânimes sobre o impacto propulsor que os investimentos públicos e privados podem ocasionar sobre o desenvolvimento socioeconômico de um município. De acordo com esses atores pesquisados, Juazeiro do Norte apresenta seguramente um mercado mais aquecido que as outras cidades da Região do Cariri, mostrando um desaquecimento sutil com redução da procura e



dificuldade de vendas no primeiro trimestre de cada ano. A valorização do mercado de imóveis na região é enfatizada e reconhecida pelos principais envolvidos no mercado. Dentre os bairros que mais se valorizou e que melhor apresentam perspectivas de valorização em anos recentes, podem ser citados: Centro; Lagoa Seca, considerado o bairro nobre da cidade; Triângulo; São José, especialmente a área que se localiza na margem do asfalto devido à implantação das redes atacadistas; Novo Juazeiro e o bairro Aeroporto.

Mesmo com grande especulação, apontam ainda que há existência de pontos fortes e possível crescimento com a implantação de novos empreendimentos, como, por exemplo, a nova malha viária, que atua como uma externalidade benéfica ao mercado. Porém, percebe-se que esse mercado atinge um ponto de equilíbrio e maturação, visto que as pessoas que buscam investir em imóveis tornam-se mais criteriosas, além da crescente concorrência.

Dentre os fatores associados à valorização imobiliária, segundo os entrevistados, os que exercem maior contribuição para tal são: o investimento em educação e em saúde; em especial, a edificação de instituições de ensino (Superior, Técnico, Profissionalizante), que caracteriza a criação de um polo universitário na região; o turismo religioso; a implantação de novas indústrias na região e o comércio atacadista, que aumentam o fluxo de pessoas em busca de qualificação profissional, que direta ou indiretamente impulsiona o mercado.

O investimento em educação é apontado como um dos mais importantes pontos de elevação dos preços no mercado de imóveis no município analisado, tanto no Ensino Médio e Fundamental, como, sobretudo, no Ensino Superior, que alavancou o desenvolvimento da cidade, inicialmente com a Faculdade de Medicina de Juazeiro (FMJ), seguido por outras instituições de Ensino Superior privado, como o Centro Universitário UNILEÃO, que conquistou espaço e credibilidade na região e instituições de Ensino Superior Público, como a Universidade Federal do Cariri (UFCA). O investimento em educação superior gera grandes consequências. Além do aumento do fluxo de pessoas, que estimula lançamentos de novos pontos de moradia para atender a demanda, a cidade torna-se elitizada, com uma visão mais apurada por parte da sociedade, assim como a mudança da mentalidade resultante da educação e informação, e a qualificação profissional da região que atrai interesses externos.

O investimento em saúde também se destaca como um componente importante nesse processo. A construção do Hospital Regional do Cariri consiste em um exemplo de uma obra relevante no segmento da saúde no município de Juazeiro do Norte.

O turismo religioso, promovido pela devoção ao Padre Cícero, também é considerado um ponto de fundamental importância nesse processo, pois é por meio dele que o comércio é

movimentado, fazendo com que haja injeção financeira na economia e a circulação de dinheiro gasto em hotéis, *shopping*, no comércio, no setor alimentício etc. O turismo religioso abastece o comércio na cidade de Juazeiro do Norte e aumenta o potencial de compra, o que a torna pouco dependente de outras cidades ou com relação a elas.

No tocante à implantação de indústrias na região, é relevante destacar que tais indústrias contribuem com a geração de emprego e renda, fazendo com que as pessoas sejam inseridas no mercado consumidor, induzindo a qualificação da mão-de-obra e tornando o município atrativo a novos investimentos. Essas indústrias tornaram o município um polo central, responsável pelo fornecimento de serviços a muitas outras cidades. Quanto ao comércio, a cidade é responsável pelo abastecimento das cidades circunvizinhas. Em 2011, conforme Queiroz (2014), foi instalada uma unidade do Hiper Bompreço, rede de supermercados pertencente ao grupo americano Walmart.

Atualmente, Juazeiro do Norte conta com um mercado de imóveis com importância econômica. Segundo dados fornecidos pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI), por meio de entrevista realizada com Tavares (2013), o município contava, em 2011, com a atuação de 120 corretores de imóveis ativos e regulares no CRECI e 13 imobiliárias. Em 2013, o número de corretores passa a ser 218, quase o dobro em comparação a 2011, enquanto que as imobiliárias cresceram em termos absolutos de 13 para 22.

Embora seja visível o crescimento do município, conforme os atores pesquisados, tal processo não se deu por iniciativa pública, nem são apontadas hoje contribuições importantes nessa esfera. O investimento privado é tido como principal fator do desenvolvimento de Juazeiro do Norte, sendo responsável por pelo menos 90% do crescimento dessa cidade. Essa expansão se dá também pela migração de empresários para a área de construção civil, gerando expansão das ruas, crescimento da infraestrutura, acessibilidade, uma vez que um investimento de grande porte sempre incentiva investimentos menores.

Em relação ao setor público, observa-se uma participação tímida, deixando muito a desejar. Um dos empresários no ramo enfatiza a existência de projetos, porém com execução demasiadamente demorada, o que implica, em alguns casos, que os recursos retornem a União. É reconhecido apenas o incentivo no âmbito Federal, tal como o Projeto Minha Casa Minha Vida. Quanto ao governo estadual e municipal, não há investimentos consideráveis.

Para os entrevistados, essa falta de atenção dos órgãos governamentais, além de outros fatores, como a ausência de fornecedores de alguns insumos, a falta de construtoras destinadas às classes C e D, que são altamente consumidoras, limita o desenvolvimento desse segmento na região. Ademais, enfatizam também a deficiência apresentada pelo Plano Diretor de



Desenvolvimento Urbano (PDDU) do município que, devido não ter um trabalho contínuo, torna-se desatualizado, e a falta de interação entre os conhecedores do mercado de imóveis e os formuladores do plano.

Outra característica do setor é a maior procura por casas, mesmo que tenha crescido a demanda por apartamentos e condomínios fechados. Os clientes distribuem-se por todas as classes sociais, porém com predominância nas classes B e C. Ressalta-se ainda a importância dada às formas de pagamento, sendo o financiamento bancário e com instituições financeiras em longo prazo a forma predominante. O aquecimento quanto à demanda dá-se especialmente por pessoas físicas, embora exista também procura por parte de pessoas jurídicas por imóveis comerciais, ou firmas de construção civil.

Ainda de acordo com informações mencionadas pelos entrevistados, existe certa distinção quanto à procura por parte do consumidor em adquirir um imóvel para moradia ou para compor cestas de investimento. Mesmo partindo do pressuposto de que todos que desejam adquirir um imóvel esperam algum retorno, quando se procura fixar residência, não se está essencialmente interessado em quanto ganhará com a valorização futura do imóvel, importa-se com o conforto oferecido, a segurança, a acessibilidade. Além disso, quando se busca moradia, o cliente opta por um imóvel pronto ou com entrega programada, em um local já com infraestrutura. Quando a busca é por investimento, a análise por parte do indivíduo é feita com a perspectiva de valor, liquidez, locação, preocupa-se com um local que apresente capacidade de valorização futura, tendo ainda como opções terrenos e imóveis na planta.

Muito embora existam hoje boas políticas de financiamento, o mercado não oferece muitas opções para pessoas de baixa renda. Por outro lado, esse acesso tem sido facilitado pelas formas de pagamento, e financiamentos com recursos próprios para acesso à casa própria, como o programa federal Minha Casa Minha Vida.

No que concerne à elaboração da tabela de preço dos lotes, tem sido feita adotando critérios diferentes, usando como referencial o próprio mercado. Considera-se o custo bruto do terreno e o valor comparativo quanto ao aplicado aos imóveis próximos com características semelhantes. Os custos com infraestrutura incorridos pela construtora e imobiliária, como calçamento, rede elétrica, rede hidráulica, saneamento básico, entre outros; despesas com comercialização e publicidade, despesas com a aprovação do projeto pela prefeitura e impostos são incorporados ao preço do imóvel. A dimensão dos lotes é feita com base também no Plano Diretor do município – lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, que normatiza o lote mínimo por região.

Diante dos pontos levantados, tais profissionais orientam possíveis compradores na hora de escolher um imóvel. Embora exista grande oferta, quando se decide investir em imóveis, é influente que sejam considerados alguns atributos e algumas variáveis relevantes a serem analisadas. A localização é apontada como o fator mais importante a ser considerado na hora de escolher um imóvel, levando em consideração as externalidades, o que existe no seu entorno, como, por exemplo, bancos, avenidas, faculdades, escolas, comércio, que seja um local que ofereça infraestrutura, que exista a atuação dos órgãos governamentais. Deve ser considerada como atributo importante a movimentação e as perspectivas econômicas, a valorização em médio prazo e o preço do m².

Além dos pontos descritos, é de suma importância observar a quem comprar. Deve haver o cuidado em negociar com uma empresa séria e confiável para a transação. É primordial a análise das condições do imóvel, preço, facilidades e qualidade, assim como a escolha de áreas com potencial de crescimento e valorização comercial. Além disso, é imprescindível a consulta em órgãos competentes para a verificação da regularização do imóvel, se existe registro de incorporação, alvará da prefeitura, além do cuidado com correções e juros abusivos nas compras parceladas.

Mesmo deixando evidente a expansão do mercado imobiliário no município, os operantes no ramo apontam pontos negativos que impedem um crescimento potencial ainda existente no setor, porém reprimido por falta da iniciativa pública, que desempenha um papel relevante para o seu desenvolvimento, com melhorias nas condições físicas.

Como medidas sugeridas para um maior fortalecimento do mercado no município, apontam-se especialmente melhorias nos serviços públicos, como a priorização por parte do governo em infraestrutura, saúde, segurança, educação, melhoria da acessibilidade aos meios de transporte e lazer, canalização dos fluxos para outros bairros, medidas eficientes de fluidez do tráfego de veículos, investimentos em vias de escoamento e novos acessos às saídas do município. Outra ênfase dada, e de grande importância, seria o uso das áreas institucionais para fins a que se propõem e rigor na fiscalização do PDDU, não doação de terrenos para fins não condizentes, saneamento básico e planejamento.

4.2 Resultados econométricos

Os resultados do modelo econométrico detectaram, por meio do teste de Breusch-Godfrey, presença de autocorrelação de ordem superior, porém esse problema foi corrigido. Considerando as



variáveis analisadas, o modelo não apresentou problema de heterocedasticidade e de multicolinearidade. Esse último problema somente foi identificado, quando se incorporou a variável tendência que se mostrou altamente correlacionada com a variável renda *per capita*, logo como a violação desse pressuposto compromete a eficiência dos estimadores, a variável tendência foi removida do estudo.

A Tabela 1 apresenta os resultados estimados do modelo sem problemas de autocorrelação, multicolinearidade e heterocedasticidade. Verifica-se que a estatística F foi significativa a 1% e o coeficiente de determinação ajustado apresentou valor igual a 0,8601. A significância de 1% de probabilidade da estatística F reflete a adequação do modelo empregado, visto que tal resultado nos retrata que o comportamento da variável dependente é explicado por pelo menos uma das variáveis independentes do modelo. Enquanto que o coeficiente de determinação ajustado indica que 86,01% das variações nos preços dos imóveis no município de Juazeiro do Norte, no período considerado no estudo, são explicadas pela variação das variáveis independentes incorporadas na regressão.

Tabela 1 – Estimativa dos coeficientes da equação de preços dos lotes urbanos no município cearense de Juazeiro do Norte.

Variáveis explicativas	Coeficiente estimado	Desvio padrão	Estatística t	P valor
Constante	-3,5365*	0,8945	-3,9535	0,0001
Ln (Rpc)	1,6846*	0,0831	20,2815	0,0000
Ln (Tamlote)	0,8571*	0,0719	11,9260	0,0000
Ln (PPECICERO)	-2,4940*	0,2050	-12,1648	0,0000
Ln (FLS)	-1,1492*	0,1765	-6,5108	0,0000
R ² ajustado= 0,8601; Prob (F-statistic) = 0,0000; Teste de Durbin-Watson=2,0352.				

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: * Significante a 1%.

Uma vez que os coeficientes das variáveis estimadas são significativos, estatisticamente, e estão expressos na forma de logaritmo, podem ser interpretados como elasticidades. Dessa forma, o sinal positivo indica uma relação direta entre o coeficiente estimado e o preço dos lotes, e inversa quando apresentarem sinal negativo.

Tomando para análise o parâmetro estimado da variável renda *per capita* do município de Juazeiro do Norte, observa-se como sendo a variável que apresentou maior valor positivo, dentre as consideradas no modelo, e seu sinal indica uma relação direta com os preços dos lotes urbanos, evidenciando assim sua influência na valorização dos imóveis na região. Tal resultado é condizente com a teoria, quando se enfatiza as indústrias como propulsoras de investimentos, por atrair trabalhadores para região, e geração de emprego e renda para a população, propiciando assim melhor qualidade de vida para os moradores e estimulando-os a uma maior preocupação com

moradia, ou simplesmente adquirir lotes urbanos como forma de investimento para retornos futuros de capital.

Tal parâmetro estimado possui significância estatística de 1%, e seu valor foi igual a 1,68. Em outras palavras, implica dizer que a cada variação positiva de 1% na renda *per capita* do município de Juazeiro do Norte, os preços dos lotes urbanos tenderão a aumentar em 1,68%.

Quanto ao parâmetro tamanho dos lotes em m², verifica-se que à medida que o tamanho do lote é aumentado em 1%, seu preço tende a crescer 0,86%. O sinal positivo indica relação direta com a variável dependente. Esse resultado é adequado, uma vez que quando o imóvel possui maior área, pode ser utilizado de uma forma mais satisfatória pelo consumidor, assim como o desejar. Se o imóvel não suprir as necessidades esperadas pelo cliente em relação ao espaço físico, será tanto menor sua utilidade quanto o valor atribuído a ele.

Em relação às variáveis concernentes à distância dos lotes urbanos para a região central da cidade, assim como, a distância dos lotes urbanos para a região central das instituições de ensino ambos possuem significância de 1% e coeficientes negativos.

Observa-se que o modelo apresentou de forma adequada, já que tais parâmetros possuem relação inversa com o preço, uma vez que o preço do lote tende a cair à medida que aumenta a distância. Seus valores são, respectivamente, 2,49 e 1,15, indicando que quando a distância dos lotes urbanos à região central da cidade e às Instituições de Ensino Superior aumentam em 1%, os preços dos lotes tendem a diminuir em 2,49% e 1,15%, respectivamente.

Esse resultado está conforme o esperado, sendo condizente com a teoria econômica, uma vez que fora exaustivamente enfatizado a influência que o investimento em unidades educacionais exerceu sobre o mercado imobiliário do município. Assim como a região central da cidade, onde se tem um vigoroso movimento comercial, com a participação de pessoas das cidades circunvizinhas, e, sobretudo, o turismo religioso, que movimenta o comércio local.

É possível ainda com esses resultados, observar que a variável distância dos lotes à região central da cidade apresenta valor do coeficiente estimado superior ao da variável distância dos lotes à região das faculdades, evidenciando que o centro da cidade tende a ser uma área mais valorizada que a região próxima das universidades. É aceitável tal resultado, uma vez que é no centro da cidade que se concentra a maior parte dos serviços, sendo a área que atrai maiores investimentos. Portanto, os resultados da regressão foram consistentes com a teoria econômica, e as variáveis explicativas supracitadas registraram sinais condizentes com o esperado, mostrando significância. Vale ressaltar ainda, que tais resultados se adequam com os objetivos do estudo.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado imobiliário no Brasil vem passando por um momento de valorização, e tal processo pode ser atribuído aos investimentos realizados, ao direcionamento do crédito, às políticas de incentivo a financiamentos, à variação positiva da renda *per capita*, à estabilidade econômica, ao sistema de obras públicas e ao controle de inflação, que retrata uma conjuntura favorável e propícia aos investimentos, o que atrai o capital nacional no âmbito privado e capitais externos.

No cenário estadual, verifica-se um mercado aquecido, com destaque ao volume de investimentos ocorridos. Nota-se uma preocupação por parte do governo estadual em impulsionar seu desenvolvimento, com realização de obras de impacto econômico. Aliado a isso, aponta-se o investimento em instituições de ensino, demanda reprimida, aumento da renda e juros menores, além do déficit habitacional, e menor burocratização.

O estudo mostra que o setor imobiliário tem ganhado destaque, e que existe hoje maior preocupação por parte do governo em investir nesse segmento, o que é de fato necessário, uma vez que o setor de construção civil, onde o mercado imobiliário está inserido, apresenta importância econômica.

No município cearense de Juazeiro do Norte, objeto desse estudo, onde o mercado de imóveis se mostra como importante fator de promoção do crescimento e mudança geográfica da cidade, atualmente, é evidente a importância econômica desse segmento no município, com áreas bastante valorizadas e com perspectivas de valorização futura.

O município se destaca pelo crescimento nos últimos anos, com expansão da área urbana, e migração de pessoas que fixam residência na cidade, aumentando a demanda por imóveis urbanos. Tal fato se dá pela conjuntura apresentada, onde houve vigorosos investimentos em diferentes áreas.

Os resultados econométricos do estudo apontam como principais fatores socioeconômicos determinantes dos preços dos lotes urbanos a variável distância dos lotes à região central da cidade e a renda *per capita* do município, em face das maiores magnitudes, em módulo, dos coeficientes dessas variáveis no modelo estimado. Esses resultados podem ser justificados pelo fato da maior parte dos serviços se concentrarem no centro da cidade, constituindo a área que atrai maiores investimentos, assim como a atuação de muitas indústrias presentes na cidade. Aliado a isso, tem-se a existência do polo de universidades, que, devido à atração de pessoas de diversas localidades, gera um impulso na demanda.

Ademais, vale ressaltar que apesar de um notável crescimento apresentado tanto pelo país quanto pelo município quanto ao mercado imobiliário, muito tem que ser feito para que haja um

crescimento satisfatório, com capacidade de articulação entre oferta e demanda, só sendo possível com planejamento e investimento adequados, e maior participação dos poderes públicos.

Por fim, sugere-se que, em estudos posteriores, sejam incorporados modelos analíticos de econometria espacial, que contemplem o efeito vizinhança, minimizando os problemas provenientes da mensuração da distância, sem considerar essa abordagem espacial.

REFERÊNCIAS

AMORA, Z. B., COSTA, M. C. L. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará. In: SPOSITO, M. Encanação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição** (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2007.

AMORIM, W. V. Reestruturação urbana e valorização imobiliária em Londrina – PR. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 13-29, 2011.

ARRAES, R. A; SOUSA FILHO, E. Externalidades e formação de preços no mercado imobiliário urbano brasileiro: um estudo de caso. **Economia Aplicada**. São Paulo, v. 12, n. 2, p. 289-319, 2008.

DIÁRIO DO NORDESTE. Valorização imobiliária chega a 300% em Juazeiro do Norte. **Jornal Diário do Nordeste**. Fortaleza, CE, Caderno Regional, 4 de abril de 2012.

ENDRIGUE, T. C. Tatuapé: A valorização imobiliária e a verticalização residencial no processo de diferenciação sócio-espacial. 2008. 230 f. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

EXAME. Especial Imóveis: a hora é de comprar ou de vender? **Revista Exame**. São Paulo, SP, ano 46, n. 10, p. 39-94, maio 2012.

FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Juazeiro do Norte, 2011**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 23/03/2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2011-2012**. Belo Horizonte, 2015.

GALVÃO, O. Externalidades e desenvolvimento urbano: reflexões a partir do Estatuto da Cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 2, p. 27-45, 2005.

GONZÁLES, E. O; SANTOS, A. S. Externalidade negativa: um problema na avaliação do preço hedônico dos imóveis residenciais em Maringá, PR. In: Encontro de Economia Paranaense, 8, 2011. **Anais...** Maringá, PR: ECOPAR, 2011.

GONZÁLEZ, M. A. S.; FORMOSO, C. T. **Análise conceitual das dificuldades na determinação de modelos de formação de preços através de análise de regressão**. 2000. 11p.

GUJARATI, D. **Econometria Básica**. Tradução da 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.



HERMANN, B. M.; HADDAD, E. A. Muito além do jardim: mercado imobiliário e amenidades urbanas. **Working Paper**. Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo, 2003.

IPECE – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Básico Municipal – Juazeiro do Norte – CE**. IPECE: Fortaleza – CE. 2013.

PEREIRA, W. E. N.; MORAIS, A. C. S.; OLIVEIRA, A. A. Cidades médias do Nordeste: breves considerações acerca dos dinamismos e desafios no pós-1990. **Gestão & Regionalidade**. São Caetano do Sul, SP, v. 33, n. 97, p. 5-22, 2017.

PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. **Econometria: modelos e previsões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

QUEIROZ, I. S. Região Metropolitana do Cariri cearense, a metrópole fora do eixo. **Mercator**. Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 93-104, 2014.

RESENDE, T. G; CYPRIANO, L. A. Valorização dos lotes urbanos na cidade de Toledo: uma análise econométrica no período de 1998-2008. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Curitiba, v. 2, n. 1, pp. 107-116, 2010.

ROCHA, I. S.; ALMEIDA, J. R. M. A valorização imobiliária em cidades médias: uma análise sobre a mudança dos perfis imobiliários em Vitória da Conquista – BA. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 13, 2013. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: SIMPURB, 2013.

SANFELICI, D. M. A produção do espaço como mercadoria: novos eixos de valorização imobiliária em Porto Alegre/RS. 2009. 147 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

SANTOS, T. R. Crescimento urbano e valorização imobiliária: uma análise do bairro Cidade Juracyr Palhano, Lagoa Seca/PB. 2012. 63 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Geografia) – Centro de Educação. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

SILVA, E. R. Edifícios icônicos e a dinâmica imobiliária de Natal/RN, Brasil. **Mercator**. Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 47-59, 2015.

SILVA, R. C. E. O. et al. As transformações do mercado imobiliário brasileiro nos anos 2000 – uma análise do ponto de vista legal e econômico. In: Congresso Internacional de Administração, 2012. **Anais...** Ponta Grossa, PR: ADM, 2012.

SOUSA, M. V. G.; CUNHA, F. S. S.; HOLANDA, V. C. C. Análise espaço-temporal do crescimento imobiliário nos bairros Renato Parente e Nossa Senhora de Fátima, Sobral – CE. **Revista Geonordeste**. São Cristóvão, v. 23, n. 1, p. 122-135, 2012.

TAVARES, F. C. **Comunicação oral**. Juazeiro do Norte: CRECI, 2013.

TAVARES, O. F; MOREIRA, A. C; PEREIRA, E. T. A Avaliação imobiliária sob a perspectiva das externalidades. **Documento de Trabalho em Gestão**. Aveiro – Portugal, 2010. 20p.

TONETTI, C. G. Produção do espaço urbano e valorização imobiliária na divisa intermunicipal Campinas – Valinhos, SP. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014. **Anais...** Vitória, ES: CBG, 2014.

Recebido em 11 de novembro de 2016
Aprovado em 18 de abril de 2017





A MEMÓRIA E A GEOGRAFIA SOCIAL COMO RECURSOS TEÓRICOS PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA FEMININA

THE MEMORY AND THE SOCIAL GEOGRAPHY AS THEORETICAL RESOURCES FOR THE (RE)BUILDING OF THE FEMALE MEMORY

LA MEMORIA Y LA GEOGRAFIA SOCIAL COMO RECURSOS TEÓRICOS PARA LA (RE)CONSTRUCCIÓN DE LA MEMORIA FEMININA

Nereida Maria Santos Mafra de Benedictis

Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

E-mail: nereidamafrabenedictis@gmail.com

Rita Maria Radl Philipp

Professora Titular da Universidade de Santiago de Compostela (USC – Espanha)

e do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

E-mail: ritam.radl@usc.es

RESUMO:

A proposta aqui apresentada tem o intuito de realizar uma discussão acerca da produção da Tese de Doutorado, intitulada “Memória e Geografia Social de mulheres em Rio de Contas - Bahia: a participação feminina no processo de construção de uma sociedade”. As reflexões serão constituídas levando-se em consideração as concepções teóricas sobre: Memória, como um meio para a reconstrução da memória das mulheres estudadas, tendo como base os testemunhos e a prova documental; e Geografia Social, em que se fará uma análise desse ramo da Geografia Humana numa perspectiva geográfica do espaço como categoria de análise, que identificará nos espaços público e privado as relações instituídas entre homens e mulheres. As análises realizadas serão de suma importância para a apropriação dos contextos histórico e social que deram origem ao conhecimento sobre as mulheres e para a (re)construção das memórias femininas de mulheres latoeiras, comunistas, rezadeiras, educadoras e parteiras que permaneceram, por muitos séculos, invisíveis à história oficial.

Palavras-chave: Geografia social; memória; mulheres.

ABSTRACT:

The proposal presented here designs to accomplish a discussion concerning the doctorate thesis's production, entitled “Memory and women's Social Geography in Rio de Contas – Bahia: the female participation on the building process of a society”. The reflections will be constituted by taking into consideration the theoretical conceptions about: the Memory as a mean for the studied women's memory rebuilding, taking as a basis the testimonies and the documentary proof; the Social Geography, in which will be done a analysis of this Human Geography branch on a geographic perspective of the space, as a analysis's category of the Geographic Science, which will identify on the public and private spaces, the established relationships among men and women. The accomplished analysis will be extremely important to the appropriation concerning the historical and the social contexts that originated the knowledge about the women and the (re)building of the tinker, communist, praying, educator and midwife women who remained, for many centuries, invisible to the official history.

Keywords: Social Geography; memory; women's.

RESUMEN:

El artículo propuesto tiene como objetivo llevar a cabo una discusión sobre la producción de la Tesis Doctoral titulada “Memoria y Geografía Social de la mujer en Río de Contas - Bahía: la participación femenina en el proceso de construcción de una sociedad”. Se harán las reflexiones teniendo en cuenta las concepciones teóricas sobre: Memoria, como un medio para reconstruir la memoria de las mujeres estudiadas, en base a los testimonios y pruebas documentales; y Geografía Social, en la que se revisará esta rama de la Geografía Humana en una perspectiva geográfica del espacio como una categoría de análisis, que identificará los espacios público y privado y las relaciones que se establecen entre hombres y mujeres. Los análisis serán muy importantes para la apropiación de los contextos histórico y social que han dado origen a los conocimientos de las mujeres y para la (re)construcción de la memoria de las mujeres latoeiras, comunistas, mujeres que rezan, educadoras y las parteras que quedaron, por muchos siglos, invisible a la historia oficial.

Palabras clave: Geografía Social; memoria; mujeres.

1 INTRODUÇÃO

Os referenciais teórico-conceituais da memória e da geografia social tem permeado diversos debates e vem se constituindo em um campo fértil de realização de pesquisas, despertando pesquisadores para a importância destas questões, que têm sido cada vez mais frequentes em diferentes linhas de pesquisas. Os resultados destas ideias trazem contribuições significativas e possibilitam revelar muitos aspectos que permaneciam à margem da análise das Ciências Humanas e Sociais.

Sabemos que o contexto no qual estamos inseridos é essencialmente complexo e dinâmico. Diante desta constatação, entendemos que o campo da memória nos permite uma visão diferenciada sobre determinados contextos, principalmente, nos estudos sobre as mulheres, pois proporciona a percepção de vertentes ainda pouco exploradas e abastadas de significados no que concerne ao espaço social e suas vivências.

Nesse sentido, o estudo sobre as mulheres se constitui como um importante campo do saber que ainda carece de pesquisas, sobretudo, no que diz respeito ao seu papel na sociedade. Destaca-se que tal importância se deve às mudanças históricas que ocorreram na sociedade e que impulsionaram novos espaços para as mulheres, especialmente, no espaço público.

Nesse contexto, o *lócus* desse estudo foi a cidade de Rio de Contas-BA, que foi um importante centro aurífero da Chapada Diamantina, durante os séculos XVII e XVIII, possuindo uma vinculação na formação da sociedade, com o processo de mineração. Essa realidade favoreceu o crescimento urbano e possibilitou o surgimento de novas atividades econômicas, produzindo marcas na arquitetura da cidade com a construção de grandes casarões e prédios, e em relação à população, desenvolveu outros valores nas artes e educação e, sobretudo, novos hábitos e costumes.

Portanto, essa cidade foi um espaço importante do saber das mulheres, que tiveram uma expressão na organização da sociedade, como educadoras, latoeiras¹, comunistas, rezadeiras ou parteiras. É certo que o estudo sobre a Memória e a Geografia Social de mulheres nesse Município, devido à escassez de fontes, se constitui como um campo em construção. Por isso, há lembranças que precisam ser testemunhadas, investigadas e avaliadas. É um caminho que exige um olhar sem convencionalismos presentes nas fontes documentais e no espaço social da cidade.

É, também, o momento de compreender as mudanças, contextualizando o que aconteceu no espaço e no tempo, com os seus sujeitos, em particular, as mulheres. É o movimento da lógica

¹ Mulheres que trabalham na produção de peças artesanais, utilizando a liga de cobre e zinco como matéria prima.



constituída, que desempenhou um papel no processo histórico de transformar mentalidades e ideologias arraigadas na memória individual e coletiva.

2 O TRABALHO DE CAMPO

Para a compreensão sobre a participação e a relevância do papel das mulheres nessa sociedade, buscamos, junto à população da cidade de Rio de Contas e das comunidades de Barra, Bananal e Mato Grosso, situadas no Município, a recomendação de mulheres que foram expressão para a cidade. A partir da pesquisa exploratória foram indicados os nomes de: Maria Madalena Brandão dos Reis (cidade de Rio de Contas), D. Ana Silva (cidade de Rio de Contas), Euflozinda Novaes da Silva (cidade de Rio de Contas), Guiomar Neves (cidade de Rio de Contas), Ana Carolina Aguiar, conhecida como Sá Ana da Comunidade de Barra e Bananal, e Aurora Ramos Lima do Povoado de Mato Grosso.

As informações colhidas demarcaram um contexto completamente diferente de outras mulheres que estão presentes na memória dos documentos do Arquivo Público Municipal de Rio de Contas. Com exceção de D. Aurora, que era branca e educadora possuindo formação até a 4ª série primária, as demais eram negras, iletradas e possuíam um papel significativo no espaço público dessa sociedade emblemática. Alguns relatos apontam um caráter de resistência frente a uma sociedade preconceituosa e discriminadora. A discriminação não era apenas por ser mulher, mas também pela cor, condição social e por serem, também, da zona rural. Outro fator importante é a base temporal da pesquisa, todas essas mulheres foram contemporâneas umas das outras, por isso, ao rever os testemunhos e os registros de nascimento e de óbito, verificamos que essa base deveria compreender o período de 1900 a 1990.

Portanto, abordar a memória e a geografia social de mulheres nessa cidade foi um desafio, pois remete às questões estruturais de uma sociedade tradicional e conservadora. Contudo, a memória social aponta essas mulheres como atuantes, revolucionárias, líderes e conselheiras que não se calavam diante das injustiças sociais. Diante disso, uma proposição mobilizou o caminho da pesquisa: a de que a memória social de Rio de Contas multireferencia a mulher como sujeito ativo na organização política, social e econômica do Município.

Assim, esse estudo foi esboçado para permitir o conhecimento dos testemunhos, das condições de vida das mulheres indicadas pela população riocontense, tendo como recurso a Memória e a Geografia Social como importantes campos dos saberes sobre as mulheres no processo de organização da sociedade.

O conhecimento sobre o papel da mulher nessa sociedade nos permitiu adentrar no seu espaço de vivência. Esse lugar é onde as relações sociais são concretizadas por meio dos quadros sociais que a compõem. Esses quadros são estabelecidos por uma rede de relações sociais e são representados pela Família, Igreja, Estado, Escola, etc.

Arrazoar sobre o espaço de vivência é refletir acerca do espaço social, da Geografia Social, isto é, do modo de viver de uma sociedade, da sua organização, normas, ideologias, do seu processo de desenvolvimento, de suas relações, contradições, comportamentos, instituições.

Deste modo, o estudo sobre a Geografia Social, especificamente, de mulheres, refletiu sobre os aspectos que definiram o lugar dessas mulheres no espaço de Rio de Contas, não apenas físico, mas, sobretudo, social, no mundo privado e público das relações sociais. Esse conhecimento investe a geografia da possibilidade de estudar sobre os povos, as raças, as religiões, a vida econômica, a cultura, a política e as mulheres. Pois essa ciência poderá nos fornecer a visão de mundo que acrescentará e abrangerá a distinção entre os espaços públicos e privados, associados à mulher e ao homem.

3 REFLEXÕES PARA O ESTUDO SOBRE AS MULHERES

O arranjo do espaço social, por meio dos quadros sociais, permite a ordenação de uma estrutura que marca o papel de cada indivíduo na sociedade. Nessa forma de organização e no papel que cada sujeito realiza, surge a estratificação social. Esta, por sua vez, compreende a divisão hierárquica estabelecida entre os sujeitos dentro dessa estrutura, os quais possuem papéis diferenciados, aqui representados pelas mulheres e homens.

Essa apreensão parte da concepção de que não é apenas o aspecto econômico o motivador das desigualdades na sociedade, pois, se assim o fosse, a mulher que estivesse atrelada a uma determinada classe não sofreria discriminações. No entanto, não é isso que se observa na história das mulheres, pois, tanto as que pertencem a um nível elitizado da sociedade, como as que pertencem a uma classe menos abastada são vítimas do preconceito e discriminação. Portanto, é necessário identificar, nos grupos, os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que influenciam no comportamento, no modo de ser e ver de cada sociedade no tempo e espaço.

Nesse contexto, o estudo sobre os aspectos da vida das mulheres na sociedade riocontense possibilitou a apreensão dos seus valores e da sua memória como uma construção social. Para Halbwachs (2006), na sociedade há uma diversidade de comportamentos, intenções, anseios, e essas características se materializam por meio das relações sociais. Diante disso, algumas questões nortearam a pesquisa: Onde as mulheres aparecem nessa sociedade? Por que galgaram essa



confiança? Qual a expressividade dessas mulheres para a sociedade riocontense? A posição que assumiram era decorrente de alguma formação?

Essa visão atribui à memória a função de fomentar a relação entre os membros de um grupo, tendo por base o seu passado coletivo, com valores e significações. Dessa forma, a memória coletiva é o lugar de ancoragem da identidade do grupo, de base comum, cujas características atribuem a sua continuidade no tempo e no espaço (HALBWACHS, 2006).

Em Simone de Beauvoir (1949), ponderamos sobre algumas questões, que não fizeram parte do nosso objeto de estudo, mas que contribuíram para a ordenação do pensamento para o conhecimento sobre o papel da mulher na sociedade de Rio de Contas: ser mulher compromete as suas vidas? Quais as possibilidades oferecidas, e quais lhes foram negadas? Qual é a condição feminina? Como superar as desigualdades?

Corroborando com o pensamento da autora, compreendemos que a utilização da Geografia Social e da memória foram recursos importantes para a compreensão do comportamento e da situação das mulheres em sociedade. Esse conhecimento compreendeu a análise do sujeito envolvido em relações com outros, sendo o espaço o meio que concede a conexão entre os acontecimentos. O espaço é o alicerce para compreensão do mundo vivido, portanto é a totalidade das ações e interferências do meio onde o sujeito se encontra. A memória é a base para a experiência vivida, o exercício de transmissão e tradições que são expressas pelos sujeitos por meio dos grupos de que participa.

Ressalta-se que os trabalhos alusivos às mulheres, nesse período, possuem certa limitação em relação às fontes documentais. A pesquisa realizada no Arquivo Público Municipal de Rio de Contas retrata de forma reduzida sobre as mulheres. E, no caso das mulheres selecionadas, em virtude de sua condição social, não foi encontrado nenhum documento sobre a vida delas, as quais, de forma discreta e revolucionária, vivenciaram esse período histórico e contribuíram para a organização da sociedade riocontense.

O presente estudo abrange uma discussão complexa, que envolve os aspectos epistemológicos sobre o conhecimento das mulheres. Por conseguinte, é um processo que foi aprofundado por meio de uma investigação científica, tendo como base uma concepção epistemológica-crítica-emancipativa.

4 A BASE TEÓRICA DA PESQUISA

Diante do exposto, para a abordagem teórica foram considerados, principalmente, três campos de estudo: da Memória, da Geografia Social e do Conhecimento sobre as mulheres. Assim

sendo, no que concerne à memória, buscamos o suporte teórico, principalmente, em Halbwachs (2004, 2006), Ricoeur (2007), Benjamim (1986, 1987) e Ochoa (2005). No que se refere à Geografia Social, encontramos o referencial teórico em Santos (2002), Soja (1989), Carlos (2005), Malheiros (1994), entre outros. E, em relação ao Conhecimento sobre as mulheres, encontramos em Beauvoir (1949) e Philipp (2008, 2010) os elementos norteadores para a compreensão do papel, do conhecimento e dos direitos das mulheres. Assim, abordaremos, de modo sucinto, algumas questões pertinentes aos campos mencionadas, os quais foram usados na Tese.

4.1 Concepções sobre a Memória

A memória passou a ser um instrumento importante para compreensão de fatos que dantes não eram percebidos. Destarte, trouxe importantes aportes teóricos para a percepção daquilo que, segundo Ricoeur (2007), aconteceu no tempo, possui uma continuidade e oferece uma melhor apreensão do passado.

Em razão dessa realidade, o estudo sobre a memória se constitui como um importante campo do saber e demarca uma multiplicidade de conhecimentos. Tomando como base os estudos de Durkheim, o sociólogo francês Maurice Halbwachs, em 1925, em sua obra “Os Contextos Sociais da Memória”, compreende uma impossibilidade na concepção das recordações e na localização das lembranças fora de um contexto social real, necessário na reconstrução da memória (2006). Para o autor, é impossível conceber a *memória* fora das relações sociais dos grupos, já que ela é produto do pensamento coletivo.

Essa visão ultrapassa a dimensão da memória individual, pois a memória não seria apenas do indivíduo, uma vez que não está materializada nos corpos ou mentes e sim na sociedade circundante através dos grupos sociais que a compõem. Diante disso, a memória é concebida como um fato social delimitado por meio dos padrões de comportamento (HALBWACHS, 2006).

Esse pensamento nos conduz a compreensão da memória como dotada de uma coerção social, que é exterior ao indivíduo. Por isso, não é um fenômeno orgânico e nem psíquico, pois emerge nas representações e ações de uma coletividade. Com essa concepção sociológica, Halbwachs (2006) tem a compreensão de que a memória está sujeita aos quadros sociais, como a Família, a Igreja, o Estado, etc. Essa lógica é incorporada ao contexto das representações coletivas vinculadas ao cotidiano dos grupos com a tradição. Assim, a construção da memória, nos indivíduos, manifesta-se por meio de uma disposição eventual das memórias dos diferentes grupos. Para o autor, a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas e não ultrapassa seus limites, ou seja, o seu tempo.



Essas memórias individuais e do grupo são atestadas por Ricoeur (2007), quando traz a discussão sobre a veracidade do testemunho como uma ferramenta metodológica para o campo da memória. O autor concebe a memória como a guardiã do que "efetivamente ocorreu no tempo", é uma matriz da história. Ela inicia por meio do testemunho, a chamada memória declarativa, que se localiza no espaço-tempo histórico dos grupos e na sociedade. Essa visão conduz à compreensão da memória como capaz de remeter ao passado por algum acontecimento que ficou guardado, arquivado na mente humana. Ricoeur reflete sobre o que está sendo e foi escrito, afirmando que o conhecimento não tem início nos registros e sim nos testemunhos. Dessa forma,

[...] apesar da carência principal de confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, se não às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos (RICOEUR, 2007, p. 156).

Para o autor, “[...] se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos nos lembrar [...]” (2007, p. 40). A veracidade da memória parte, então, da confiabilidade e da certificação biográfica dos testemunhos e se apresenta como o “[...] nível médio de segurança de linguagem de uma sociedade” (2007, p. 175).

O autor promove uma viagem filosófica no capítulo que retrata sobre a Fase documental: a memória arquivada, em sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, discutindo sobre o constitutivo dos testemunhos para a pesquisa, nos chama atenção para a confiança em relação aos testemunhos, pois é o momento de atestar com a prova documental, isto é, a memória viva e a história escrita. A memória seria um recurso importante para o conhecimento de um determinado fato, por meio do testemunho.

A relação da memória viva com a história escrita reflete a discussão que se faz sobre a veracidade do testemunho para a História. Pois, para esta, os documentos traduzem certa eficácia que os conduzem a uma segurança sobre o que está sendo construído. Contudo, Benjamin (1987, p. 224) ao buscar uma compreensão da sociedade moderna enquanto crítico da filosofia do progresso assinala que “[...] articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi”, visto que é uma reminiscência. Em virtude disso, o autor indica que a memória é um recurso de exploração do passado (1987, p. 239). Por isso, é necessário escavar com certo cuidado para não a tornar reprodutora de histórias.

Para Benjamin (1986), a escrita da história está intrinsecamente ligada às questões relacionadas a uma prática política e à narração. Por isso o autor produz as suas teses questionando

sobre “[...] o que é contar uma história, histórias, História?” (p. 07). Esse autor indica uma desconstrução do que ele denominou de repetição histórica em um tempo que não é vazio e nem homogêneo, pois a historiografia oficial, positivista, disseminou a história dominante sobre o progresso e a modernidade da sociedade capitalista, sendo, portanto, reproduzida de forma linear, ratificando a visão dominante.

Dessa maneira, o lugar do testemunho na História perdeu importância ao ser submergido por uma gama de documentos. Sem os testemunhos, a memória perde sentido e se torna absorvida pela historiografia. Dessa forma, o lugar dos acontecimentos - o espaço habitado, lugar de base para a memória coletiva e a individual - se desfigura (RICOUER, 2007).

4.2 O olhar sobre a Geografia Social

Considerando os aspectos notados, é importante ressaltar que o espaço habitado é, para a Geografia, o lugar de vida das mulheres, dos homens e das crianças, ou seja, o espaço social, criado por meio das relações sociais e do trabalho. É importante explicar, ainda que haja um sistema de ideias e um poder econômico dominantes, que o estudo sobre a configuração do espaço não necessita depender exclusivamente dos aspectos econômicos, pois o colocaria fora da concepção de totalidade, e ao mesmo tempo perderia sua característica de estrutura social, visto que o econômico se apresenta como mais uma realidade. Portanto, a apreensão da totalidade, por meio do pesquisador, torna-se um exercício infável para o conhecimento das partes e do seu funcionamento.

A Geografia Social, parte da Geografia Humana, cujo surgimento se deu na França, em meados da década de 1960, impelida por explicações marxistas sobre a sociedade, adotou a ordenação espacial como resultado das relações sociais de produção, envoltas numa estrutura de classes. Porém, nas décadas de 1970 e 1980, período de intensos movimentos sociais, entre eles o movimento feminista, existiram novas discussões sobre as desigualdades sociais, as quais foram abarcadas pela Geografia Marxista (MALHEIROS, 1994).

Conhecendo essa complexidade, alguns geógrafos ligados à Geografia Social pautaram sobre as desigualdades sociais e incorporaram a dimensão da injustiça social, especificamente, sobre as temáticas do patriarcalismo e o racismo, que embora tenham uma analogia com a estrutura de classes, não procedem, unicamente, dela (MALHEIROS, 1994). Sobre isso, Soja (1989, p. 74) reflete:



A Geografia Humana reconstituída deve voltar-se para as lutas emancipatórias de todos aqueles que são marginalizados e oprimidos pela geografia específica do capitalismo (e do modelo de socialismo existente, também) – trabalhadores explorados, povos tiranizados e mulheres dominadas.

Esse entendimento aponta as dimensões de gênero e raça como temáticas que devem ser apropriadas pela Geografia Social contemporânea, introduzindo a visão de que sexo e raça devem ser considerados no interior das discussões. Nesse contexto, a Geografia Social estuda o espaço humano ou social expresso no meio de vida do homem, por isso é mutável no processo histórico, é social. Conforme Santos (2002), o espaço é o conjunto de formas e de funções que são testemunhas da história “[...] escrita por processos do passado e do presente” (p. 153). Portanto, não há como estudar a memória de mulheres de uma dada sociedade sem conceber esse conjunto de representações das relações sociais do passado e do presente.

No espaço geográfico, as ações e os objetos são inseparáveis, e realizar um estudo sem tal consideração não teria sentido, visto que o espaço social está conjugado ao espaço geográfico, e os objetos só têm significado por meio da ação humana. Santos, ainda reflete que “[...] quando se admite que o espaço é um fato social, é o mesmo que recusar sua interpretação fora das relações sociais que o definem” (SANTOS, 2002, p. 163).

Assim, o espaço da sociedade materializa-se como produto de forma diferenciada, logo, torna-se uma arena de lutas dos diversos grupos, assentada por conflitos decorrentes de contradições inerentes às diferentes necessidades e aos pontos de vista de uma sociedade de classes.

Em oposição a essa realidade, surgem os movimentos sociais ancorados, sobretudo, nesses conflitos, na luta entre o mutável e o permanente, entre o racional e o irracional. Assim, para compreender a sociedade, bem como a sua dimensão social e histórica, é necessário entender o espaço onde ela se situa, o seu cotidiano, o modo de vida. Pois, o espaço materializa-se nas relações da história das mulheres e dos homens, carregada de ideologias como resultado do processo de trabalho, de sua divisão técnica e também de sua divisão social.

4.3 O conhecimento sobre as mulheres

O interesse pelo conhecimento sobre as mulheres ocorreu, sobretudo, quando buscamos em Beauvoir (1949), em sua obra, intitulada *O Segundo Sexo*, a concepção sobre a história geral da condição da mulher e suas experiências na sociedade moderna. Porém, algumas reflexões da autora foram rechaçadas em decorrência do entendimento de que a mulher não é vítima e nem cúmplice do domínio masculino, ao contrário, ela é resistente.

A referida filósofa retrata sobre a história das mulheres, a luta pelos direitos políticos, do estudo e de poder sair do espaço privado e ser uma cidadã no espaço público. Faz ainda a comparação da condição feminina com os vassalos negros - o problema delas não seria apenas de cor e sim com as relações que foram estabelecidas com os homens, uma relação sexista. Para Beauvoir (1949), a mulher não possui passado e nem história própria, essa circunstância lhes foi retirada, foi transformada em virtude da maternidade.

A autora buscou descrever essa condição feminina, mas não o faz numa lógica do movimento feminista. Ela não nos oferece uma maneira de olhar para essas mulheres e ter a concepção de que a sua história existe e que precisa ser escrita, estudada, conhecida. Em verdade, não aponta para um estudo sobre o conhecimento das mulheres, apesar da sua importante contribuição para esse estudo.

Philipp (2008) confirma que as investigações sobre as mulheres e de gênero apontam, nas ciências sociais, para uma neutralidade axiológica do conhecimento, partindo de uma visão androcêntrica, isto é, uma relação hierárquica de dominação na qual as mulheres são concebidas como inferiores pelos homens, ou seja, uma visão de dominação. Essa neutralidade axiológica da ciência moderna tem sido amplamente criticada, pois exacerba seus critérios por meio de uma legitimação ideológica da desigualdade, uma limitação dos processos de investigação, partindo da universalidade e objetividade da ciência, sem, contudo, fazer uma reflexão da conjuntura do processo social e histórico.

A teórica reflete que as discussões atuais sobre gênero são parte da estrutura social que estabelece novos papéis para ambos os sexos e, portanto, requer uma nova concepção de identidade tanto para as mulheres como para os homens. Para a autora, torna-se necessário uma nova redefinição dos papéis masculino e feminino, sobretudo, no que diz respeito aos espaços doméstico privado, público e do trabalho-extradoméstico. Portanto, compreender as diferentes funções executadas pelas mulheres e pelos homens em nossos dias, por meio da divisão sexual do trabalho, é de suma importância para o conhecimento da condição da vida das mulheres em sociedade.

Conforme Philipp (2008), é necessário que o gênero masculino também assuma as funções que eram tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres. A autora defende uma nova concepção de identidade de gênero masculina e feminina, sobre a qual se estabelece os valores do cuidado, ancorada em orientações de moral e justiça num plano horizontal e não vertical. Torna-se essencial uma recuperação dos valores que foram imputados historicamente à memória coletiva feminina, bem como a compreensão de um caráter epistemológico com os valores do cuidado por meio de uma visão feminista.



5 A PARTE METODOLÓGICA

Para estudarmos sobre a temática foi necessário conhecer o papel das mulheres estudadas na estrutura de suas relações com a sociedade e o intrincado conjunto de construções e reconstruções da memória social.

Nesse sentido, rememorar essas vidas é compreender essa sociedade que traz no seu âmago um conservadorismo, por meio do qual as mulheres eram incessantemente cerceadas em seus direitos e padrões. Por isso, tiveram de enfrentar essa realidade a fim de avaliar a sua condição e o seu papel frente a uma sociedade androcêntrica.

Assim, o presente estudo possibilitou, além do conhecimento das mulheres, a valorização da sua expressão, do seu testemunho e do seu lugar no espaço/tempo. Em relação à Geografia, foi um desafio estruturar esse estudo fora da perspectiva tradicional, a qual referencia a mulher, por meio da condição humana, numa dimensão social que se configura, sobretudo, por descrições e análises de temáticas envolvendo, em certa medida, um caráter exclusivamente masculino.

Deste modo, para distanciarmos dessa configuração, foi realizado um conhecimento sobre a situação da mulher nos grupos sociais, com o objetivo de situá-las no tempo e espaço, pois tanto o tempo como o espaço possuem um papel relevante para a conservação da memória (OCHOA, 2005). Assim, o estudo foi realizado por meio de uma concepção social, bem como por sua representação do espaço feminino no interior dos grupos, seja ele privado ou público.

Nesse contexto, qual a expressividade dessas mulheres para a sociedade de Rio de Contas? A posição que assumiram tem uma relação direta com alguma formação? Para dar suporte a essa pesquisa, foi utilizado a memória das experiências pessoais que foram vividas pelas mulheres em um contexto social (OCHOA, 2005).

Partindo dessa discussão, a concepção de espaço foi baseada na visão de Santos (2002), que concebe o espaço como humano ou social. De acordo com esse autor, o espaço social também é o espaço geográfico, ele é “[...] testemunha da memória do espaço construído das coisas fixadas na paisagem criada” (p. 173).

E, para apreender a memória das mulheres nesse espaço, apropriamos da noção do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006) sobre a memória social ou coletiva. O lugar da construção da memória é no espaço, ambiente dos grupos, nos aspectos da vida e da estrutura da sociedade, porque ele traz a marca dos grupos sociais e, sem o qual, nenhuma memória coletiva se desenvolveria. Para o autor,

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. Como a imagem do quadro-negro poderia recordar o que nele traçamos, se o quadro-negro é indiferente aos números e se podemos reproduzir num mesmo quadro as figuras que bem entendemos? Não. Mas o local recebeu a marca dos grupos e vice-versa. Todas as ações dos grupos podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos (HALBWACHS, 2006, p. 160).

Isso significa dizer que cada detalhe do espaço diz respeito aos membros dos grupos, pois o lugar por eles ocupado possui uma estrutura e estilo de vida que lhes são peculiares, pois os grupos se fecham na conjuntura que construíram. Dessa forma, os grupos se vinculam a um determinado lugar/espço, pois essa relação os torna próximos e cria entre os seus membros as relações sociais.

6 RESULTADOS ENCONTRADOS

Com a realização da pesquisa foi possível constatar que a maioria das mulheres estudadas pelo Movimento Feminista possuía uma posição social de destaque, pois eram escritoras, leitoras, mulheres que viviam nas cidades. Como a base de discussão clássica aponta para a compreensão de que as mulheres não estão no espaço público e que seria necessário conquistar esse espaço para ter uma igualdade com o homem.

Nesse estudo, contraditando ao do movimento foi identificado que a sociedade de Rio de Contas faz referência às mulheres como participantes da organização dessa sociedade. Esse fato pode ser comprovado por meio dos testemunhos e das entrevistas realizadas. Nas narrativas foi impressionante as falas dos testemunhos tecendo comentários e reafirmando que as mulheres estudadas eram batalhadoras, mulheres de “fibra”, valentes, sábias, dotadas de conhecimento, que não se calavam diante das injustiças sociais. Foram mulheres que, independente da classe social, estão sendo reconhecidas por homens e mulheres como sujeitos que desempenharam seus papéis junto à sociedade.

Mulheres que ficaram para a história, que romperam com a discriminação e o preconceito que lhes era imputado. Foi o caso de Maria Brandão, Dona Eufrosina e Dona Ana. Como foram contemporâneas, juntas viveram períodos difíceis na cidade de Rio de Contas, mas não deixavam de abrir novos caminhos, novas perspectivas para elas e suas famílias. Os trechos a seguir, narrativas dos testemunhos coletados em campo, evidenciam esses aspectos:

Sobre Maria Brandão: Cresceu lutando, trabalhando, ela nunca gostou de ser dominada pelos outros, essa família sempre foi assim, sempre quis ser autônomos, dizia ela que era porque o pai dela foi criado como escravo e que ela não queria isso pra ela. Ela estudou nesse sobrado, até construir o Barão de Macaúbas.



Sobre Dona Eufrosina: No meu tempo que eu conheci, ela sempre foi uma mulher guerreira, batalhadora, ela trabalhava não só no serviço da tenda, mas também nos serviços extras, pois ela tinha assim, aquela energia, às vezes ensinava os filhos a trabalhar todos na tenda. Nisso ela pegava outro trabalho, outros como lhe falei que naquela época tinha os marchante né, que num era marchante, na época, eu num sei, ela pegava aquele trabalho de pegar aqueles patos e destrinchar e depois devolver para os donos. Era uma troca né de fazer aquele trabalho, ela teve 20 filhos e só permaneceram 11. Ela teve caso com outros homens, além do marido, eu não sei quando ele morreu.

Sobre Dona Ana Avelina: Minha mãe é Ana Avelina da Silva, ela era latoeira, minha mãe nasceu no dia 09 de dezembro de 1916. Ela trabalhava na tenda de latoaria, aqui. Minha mãe só tinha um casal, eu e um menino, Israel. Eu fui uma pessoa que comecei a trabalhar quase com cinco anos, as coisas eram assim caseiras né, e pegava muita lenha e com isso a gente não tinha muita liberdade assim de sair, às vezes ia na igreja, mas só ia acompanhada.

Essa realidade revela que a memória social de Rio de Contas remete para a escrita de uma nova História, protagonizada por mulheres pobres que submergiram da invisibilidade para fazer parte de uma memória social que não está nos arquivos ou nos documentos, mas na memória de vida de uma sociedade marcada por tradições.

Em relação ao protagonismo e à participação social no espaço público, os testemunhos evidenciaram que as mulheres estudadas não possuíam o comportamento básico feminino que foi observado nos documentos e jornais do Arquivo Público Municipal de Rio de Contas. Foi constatado um quadro social diferente daquele vivenciado e experienciado.

As mulheres pesquisadas não vivenciaram apenas o espaço privado, pois necessitavam do espaço público para manutenção e sustento da família. Dona Ana Avelina e Dona Eufrosina além de mulheres latoeiras, também garimpavam ouro e foram artesãs, contribuindo de forma direta para a economia do Município. Os espaços ocupados por essas mulheres eram diferenciados, pois partilhavam dos espaços público e privado e possibilitaram à sociedade a manutenção de um padrão social e a produção e reprodução do próprio espaço social.

O exemplo de Dona Ana Helena (Sá Ana) e Dona Aurora na zona rural do Bananal e de Mato Grosso, respectivamente, nos faz pensar em um padrão de mulher trabalhadora, atuantes em suas comunidades, mulheres que não se conformaram com as desigualdades, que ensinaram, que exerciam papéis de autoridade, papéis de suma importância para a sociedade local no que diz respeito à saúde, à educação e à religiosidade.

Nesse sentido, a descoberta desse padrão se distancia das discussões propostas por algumas teóricas do Movimento Feminista, pois essas mulheres não foram apenas invisíveis, elas transformaram as comunidades que viveram. Conforme relato de testemunhos sobre Sá Ana

Após a morte de Sá Ana, para Dona Lurdes, o povoado não foi mais o mesmo, ficou um vazio. [...] Os homens tinha muito respeito por ela, o que ela falava ta falado, ela dizia assim: Ana Helena está falando! Ela tinha influencia entre os homens pra decidir as coisas na comunidade. Naquele tempo não tinha muitas reuniões que tem hoje, mas qualquer coisa que tinha uma desavença na família, todo mundo ia lá conversar com ela (PROFESSORA DA COMUNIDADE DA BARRA)

Sobre Dona Aurora, a sobrinha relata:

Minha tia era uma mulher muito boa, ela era dona de casa, trabalhadora de casa e professora, uma excelente professora. Uma pessoa que trazia muita influência, tanto religiosa, como na educação.

Essas narrações demonstram que tais mulheres foram referências para suas comunidades. As pessoas confiavam nelas, tinham segurança nas ações desenvolvidas por elas. Eram mulheres cujas vidas se entrelaçam com a história da comunidade. Esse aspecto se repete também com Maria Brandão, mesmo sendo discriminada, ela ocupa um lugar na memória social. Uma testemunha nos disse: “aqui em Rio de Contas teve uma mulher negra, que foi comunista, revolucionária e foi até para a Rússia”. Foram mulheres que não tiveram suas vidas escritas, mas que permaneceram na memória social de suas comunidades.

7 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No presente trabalho realizamos uma discussão sobre a reconstrução das memórias e o conhecimento da Geografia Social de mulheres da sociedade riocontense. Esses campos de saberes foram importantes recursos para compreender o protagonismo e a participação das mulheres como sujeitos das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais dessa sociedade cheia de tradições.

É importante enfatizar que a Memória e a Geografia Social nos deram condições de olharmos para os espaços público e privado e perceber as mulheres que até então se encontravam invisíveis aos olhos dos pesquisadores e das pesquisadoras, mas que estavam presentes na memória social de Rio de Contas. Salientamos ainda que as mulheres pesquisadas não foram escolhidas por nós, mas a sociedade riocontense que rememorou as suas memórias e as apontou como mulheres que foram importantes para a sociedade local.

Sendo assim, essa pesquisa foi importante porque contribui para uma nova abordagem sobre a discussão do papel desempenhado pelas mulheres na sociedade brasileira, que até então eram



retratadas, de acordo com os teóricos dessa temática, como mulheres que não trabalhavam, que não exerciam um papel no espaço público, exerciam funções estritamente domésticas.

Por conta disso, percebemos que essas teorias estavam retratando a realidade das mulheres da camada abastada deixando de fora as mulheres das camadas menos favorecidas. A nossa pesquisa foi e é essencial para uma nova discussão do papel desempenhado pelas mulheres na sociedade brasileira que vai além das do que foi retratado pelos teóricos e teóricas, tomando como base as camadas menos abastadas.

A importância desse estudo esteve exatamente na reconstrução das memórias das mulheres, pois as suas relações eram muito mais complexas do que era apresentada pela teoria vigente. O que nos aponta ser essa uma visão reducionista em relação à realidade, pois em nossa pesquisa encontramos uma conjuntura divergente da que nos foi apresentada até então.

Nesse contexto, a pesquisa passa a ser também uma referência para os estudos da memória das mulheres no espaço social, pois constatamos que as mulheres participaram ativamente nos dois espaços, privado e público como latoeiras, educadoras, rezadeiras, benzedeiras e políticas.

Outro aspecto que consideramos importante é que por meio desse trabalho novos pesquisadores e pesquisadoras que vierem a estudar sobre essa temática poderão municiar-se de uma nova perspectiva que foi principiada por nós, no sentido de dar visibilidade à memória social de suas tradições e de uma história que por muitos séculos permaneceu escondida nos registros da História, principalmente aos estudos que dizem respeito à participação das mulheres menos abastadas da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Português. Martins Fontes, 2007.

BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo** – fatos e mitos. Tradução de Sérgio Millet. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1949.

_____. **O Segundo Sexo** – a experiência vivida. Tradução de Sérgio Millet. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

_____. **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1986. 331 p.

CARLOS, A.F.A. **O lugar no/ do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 85 p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, 224p.

_____. **Los marcos sociales de la Memoria**. Trad. de Manuel A. Baeza y Michel Mujica – Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de La Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004. 431p.

HANSON, S. 1992. Geography and Feminism: Worlds in Collision? Presidential Address. In: **Annals of the Association of the American Geographers**. 82(4) 569-586.

HANSON, S. e PRATT, G. 1988. Reconceptualizing the links between home and work in Urban Geography. In: **Economic Geography**. Vol. 64(4) pp.299-321

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Informações Estatísticas: Rio de Contas BA. 2010 e 2012**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 09 fev. 2013.

MALHEIROS, J. M. **Tendências recentes na Geografia Social: o estudo dos grupos desfavorecidos**. Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras de Lisboa. 1994.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007, 188p.

OCHOA, M. M. Los estudios sobre La memoria y los usos del pasado: perspectivas teóricas y metodológicas. In: **Cuadernos de Ciencias Sociales, Costa Rica, de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales**. Primera edición: febrero 2005.

PHILIPP, R. R. Questões epistemológicas sobre gênero: o debate atual. In: **Publicatio Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**. Vol. 16, Nº 1 (2008). Site: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/613>.

_____. **Sociología Crítica: Perspectivas Actuales**. Madrid: Editorial Síntesis, 1996.

_____. Aspectos epistemológicos de las investigaciones de las mujeres y del género. In: **Investigaciones actuales de las mujeres y del género**. Org.: Rita M^a Radl Philipp. Santiago de Compostela: Universidad, Servizio de Publicacións e Intercambio Científico, 2010. 295 p.

PLATÃO. Fédon. In: **Diálogos: Fédon - Sofista - Político**. Ediouro, s/d.

_____. **Fedro, ou da Beleza**. Lisboa: Guimarães, 1990.

_____. Diálogos. In: **Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha**; tradução e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores).

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SOJA, E. **Geografia Pós-moderna**. Verso, Londres, 1989.



Recebido em 10 de outubro de 2016
Aprovado em 19 de abril de 2017





MUDANÇAS NO COTIDIANO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DE BREJO GRANDE – SERGIPE, BRASIL

CHANGES OF THE DAILY LIFE OF THE TRADITIONAL FISHING COMMUNITIES OF BREJO GRANDE - SERGIPE, BRAZIL

CAMBIOS EN LA VIDA COTIDIANA DE LAS COMUNIDADES PESQUERAS TRADICIONALES DE BREJO GRANDE - SERGIPE, BRASIL

Profª Drª Neise Mare de Souza Alves

Universidade Federal de Sergipe - Grupo Dinâmica Ambiental e Geomorfologia
E-mail: neisemare@gmail.com

Profª Drª Débora Barbosa da Silva

Universidade Federal de Sergipe - Grupo Dinâmica Ambiental e Geomorfologia
E-mail: deborabarbs@gmail.com

Izabella Santos de Macêdo Carvalho

Universidade Federal de Sergipe - Grupo Dinâmica Ambiental e Geomorfologia
E-mail: izamace@yahoo.com.br

Bruna Leydiane Pereira Santana

Universidade Federal de Sergipe - Grupo Dinâmica Ambiental e Geomorfologia
E-mail: bruna.leydiane@gmail.com

Ray dos Santos Andrade

Universidade Federal de Sergipe
E-mail: raybiotanca@gmail.com

RESUMO:

A pesca sempre foi uma atividade praticada pelas comunidades tradicionais residentes nas áreas litorâneas e ribeirinhas. Brejo Grande é um município costeiro do estado de Sergipe, situado no ambiente estuarino do rio São Francisco. Na atualidade, existem comunidades reconhecidas como quilombolas, cuja reprodução social depende da pesca artesanal, da captura de caranguejo e de mariscos. Este trabalho tem por objetivo analisar as mudanças no cotidiano das comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande relacionadas com as alterações na dinâmica ambiental e com as novas orientações econômicas. Os estudos foram desenvolvidos durante a execução de um projeto de extensão universitária. Metodologicamente adotaram-se a categoria Território, os princípios sistêmicos e os fundamentos da pesquisa participativa. Os procedimentos básicos foram: levantamento bibliográfico e documental, realização de entrevistas e trabalhos de campo. Os resultados revelaram que a atividade pesqueira continua sendo importante na reprodução social e fonte de renda das famílias nas comunidades tradicionais locais. Nos dias atuais, constata-se uma orientação para o desenvolvimento do turismo e das atividades aquícolas – piscicultura e carcinicultura, identificadas pelas comunidades como potencial ameaça à atividade pesqueira artesanal.

Palavras chave: Pesca artesanal; comunidades tradicionais; Brejo Grande.

ABSTRACT:

Traditional communities living in the coastal and riverine areas have always practiced fishing. Brejo Grande is a coastal city of the state of Sergipe, which is located at the estuarine environment of São Francisco River. Nowadays, there are communities officially recognized as quilombolas, whose living depends on the artisanal fishing, the capture of crab and shellfish. This work aims to analyze the changes of the daily life of these traditional fishing communities of Brejo Grande relating to the environmental dynamics changes and with the new economic orientations. The studies were developed during the execution of a university extension project. Methodologically we adopted the Territory category, the systemic principles and the foundations of participatory research. The basic procedures were bibliographical and documentary survey, interviews and fieldwork. The results showed that fishing continues to be important in the social

reproduction and source of income of the local traditional families. Actually, there is an orientation towards the development of tourism and aquaculture activities - fish farming and shrimp farming, identified by communities as a potential threat to artisanal fishing activity.

Keywords: Artisanal fishing; traditional communities; Brejo Grande.

RESUMEN:

La pesca ha sido una actividad practicada por las comunidades tradicionales que viven en las zonas costeras y fluviales. Brejo Grande es un municipio costero en el estado de Sergipe, ubicado en el entorno del estuario del río São Francisco. Actualmente, hay comunidades reconocidas como quilombolas y su reproducción social depende de la pesca artesanal y de la captura de cangrejos y mariscos. Este trabajo tiene como objetivo analizar los cambios en la vida cotidiana de las comunidades pesqueras tradicionales de Brejo Grande relacionados con las alteraciones en la dinámica del medio ambiente y con las nuevas orientaciones económicas. Los estudios han sido desarrollados durante la ejecución de un proyecto de extensión universitaria. En términos metodológicos se ha adoptado la categoría territorio, los principios sistémicos y los fundamentos de investigación participativa. Los procedimientos básicos fueron: bibliográficos y documentales, entrevistas y trabajo de campo. Los resultados revelaron que la pesca se mantiene importante en la reproducción social y como fuente de ingresos para las familias en las comunidades locales tradicionales. Hoy por hoy, se constata una orientación para el desarrollo del turismo y de las actividades acuícolas – cultivo de peces y de camarones – identificadas pelas comunidades como amenaza potencial para la pesca artesanal.

Palabras clave: Pesca artesanal; comunidades tradicionales; Brejo Grande.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país dotado de extenso litoral. Todos os estados da região Nordeste possuem zona costeira e a atividade pesqueira é uma prática comum no cotidiano das comunidades que tradicionalmente ocupam esta área.

O estado de Sergipe apresenta uma costa com aproximadamente 162km onde se destacam estuários de rios importantes como o Vaza-Barris, Sergipe e São Francisco. A área deste estudo é o município Brejo Grande, que integra o litoral norte sergipano e está situado na margem direita do rio São Francisco, no ambiente estuarino.

Para as comunidades litorâneas e ribeirinhas, a pesca artesanal, a cata de caranguejos e mariscos são práticas ancestrais, repassada através de gerações. Estas atividades, e particularmente, a pesca artesanal difere da pesca industrial no que se refere à produtividade, à utilização de instrumentos e equipamentos simples, geralmente confeccionados pelo pescador e por membros do grupo familiar, que costumam participar também desta atividade produtiva. O pescado obtido é destinado à subsistência do grupo e à comercialização.

Na atualidade, as comunidades tradicionais pesqueiras enfrentam dificuldades diversas, representadas tanto pela falta de políticas públicas específicas que atendam às suas demandas, a crescente especulação imobiliária na zona costeira, o crescimento da atividade pesqueira industrial com uso de novas tecnologias, às quais apenas pequenos grupos têm acesso em razão da necessidade de investimentos financeiros e a expansão das atividades turísticas e aquícolas – carcinicultura e piscicultura. Apesar disso, as comunidades tradicionais pesqueiras resistem e

mantém a prática da pesca artesanal, embora, às vezes, desenvolvam simultaneamente a agricultura de subsistência.

De acordo com Silva (2014, p. 5), “a pesca artesanal brasileira possui numerosas e complexas características que levam em consideração fatores sociais, econômicos e ambientais intrínsecos a cada região”. Ressalta-se que a conjugação de fatores naturais define as características ambientais contribuindo sobremaneira para favorecer a ocorrência de áreas mais ou menos piscosas, como os estuários e a planície fluviomarinha que abriga o ecossistema manguezal, entre outros. O autor reconhece a complexidade que envolve a análise da pesca artesanal no país, afirmando que

[...] a pesca artesanal no Brasil possui um papel importante na conservação da biodiversidade. Primeiro, pelo caráter extrativista, que necessita de ordenamento adequado para o equilíbrio e manutenção dos ecossistemas e das comunidades ribeirinhas. Segundo, pela própria dependência da pesca com relação aos serviços ambientais. Terceiro, que os modelos de manejo compartilhado resultam em mecanismos mais justos e democráticos de gestão (SILVA 2014, p. 6).

Este autor destaca ainda a necessidade de “[...] tornar esses sistemas mais eficientes para garantir a conservação dos estoques e a perpetuação da economia pesqueira artesanal” (SILVA, 2014, p. 6).

O município de Brejo Grande se insere em um contexto ambiental favorável à atividade pesqueira. A população de aproximadamente oito mil habitantes depende de alguma forma da pesca artesanal e das atividades agrícolas (IBGE, 2014). De acordo com informações obtidas durante os trabalhos de campo, a composição da renda familiar advém da pesca, da cata de caranguejo e da rizicultura. As comunidades tradicionais pesqueiras concentram-se nos povoados da Carapitanga, Resina, Praúna, Saramém, Santa Cruz e Brejão dos Negros.

O objetivo desse trabalho é analisar as mudanças no cotidiano das comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande/Sergipe, relacionadas com a dinâmica ambiental e novas orientações econômicas definidas para a área.

Nos últimos anos, o contexto social em Brejo Grande vem sendo modificado em razão do reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos. Brejão dos Negros sedia a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Brejão dos Negros, que reúne cerca de quatrocentas famílias quilombolas distribuídas neste povoado, naqueles situados no seu entorno e na sede municipal, representando-as juridicamente na defesa de seus direitos.

O reconhecimento das comunidades quilombolas revelou conflitos envolvendo a posse da terra entre comunidades, fazendeiros e empreendedores do ramo imobiliário. Consequentemente, surgiram as dificuldades para a continuidade das atividades que garantem a reprodução social das



comunidades tradicionais locais, em particular àquelas que se dedicam à pesca artesanal e à captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*).

Diante do quadro apresentado, os estudos desenvolvidos foram balizados pelas seguintes questões: Quais são as principais atividades praticadas pelas comunidades tradicionais em Brejo Grande? Até que ponto as mudanças ambientais afetam ou estão afetando a reprodução social das famílias das comunidades pesqueiras? Quais os principais conflitos e/ou ameaças à continuidade das atividades produtivas das comunidades tradicionais locais?

2 BASES TEÓRICAS E METODOLOGIA

Os estudos sobre os aspectos da dinâmica ambiental em Brejo Grande/SE se apoiaram na análise sistêmica. Esse método permite compreender como se estabelecem as inter-relações entre os condicionantes naturais associando-as com as intervenções do componente antrópico. A proposta metodológica dos geossistemas (BERTRAND, 1972; CHRISTOFOLETTI, 1999), foi a base para o desenvolvimento dessa análise, pois além de retratar os princípios holísticos-sistêmicos, considera a paisagem como a base onde se realizam as interações entre as dinâmicas natural e social, possibilitando realizar estudos ambientais integrados no âmbito da Geografia.

Uma vez que a análise abarcou aspectos da dinâmica social, adotou-se como categoria analítica o território (HAESBAERT, 2005; SANTOS, 2000; SANTOS; SILVEIRA, 2001). Além disso, ela foi norteada também pelos princípios da pesquisa participativa (BORDA, 2006; THIOLENT, 2013), a fim de que fosse estabelecida uma relação dialógica com os membros das comunidades visando não apenas conhecer o seu modo de vida, mas fundamentalmente, integrar o conhecimento científico e o popular. Nessa perspectiva, foi estabelecido um diálogo horizontal entre esses atores sociais e o grupo de docentes e discentes da extensão universitária, permitindo a participação conjunta e compreensão da realidade local.

Assim, os estudos envolveram diferentes procedimentos metodológicos e etapas. Foram realizados: Pesquisa bibliográfica – sobre publicações que abordam as temáticas do estudo, incluindo boletins e relatórios publicados por órgãos públicos estaduais e federais com dados da área; Levantamento e pesquisa do acervo documental – cujo conteúdo tivesse relação com o histórico de ocupação de Brejo Grande; Elaboração de roteiro de entrevista semiestruturada – contendo questões básicas que permitissem caracterizar as atividades produtivas desenvolvidas, particularmente, a pesca – os tipos de pescado, os equipamentos utilizados na pescaria, destino do pescado e consumo desses alimentos localmente, a importância dos recursos naturais para a atividade e os principais problemas que, na atualidade, afetam a atividade pesqueira; Trabalhos de

Campo – foram feitas três visitas à área para realizar entrevistas, observar a organização do espaço e as mudanças recentes nos tipos de uso e ocupação das terras. Foram entrevistados cinco pescadores e sete pescadoras artesanais, duas lideranças da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Brejão dos Negros e o coordenador local do Projeto de Monitoramento da Produção de Desembarque Pesqueiro mantido pela PETROBRAS, visando obter dados quantitativos dos pescados da área. O anonimato dos pescadores que participaram da pesquisa foi resguardado e a identificação se deu por meio da utilização da letra “P”, seguido pelo número de ordem. O termo de consentimento livre e esclarecido foi apresentado a todos.

3 ASPECTOS DO MEIO AMBIENTE E DA OCUPAÇÃO DA ÁREA

O conhecimento das características ambientais é fundamental para a compreensão da presença de determinadas atividades produtivas em uma área, pois os grupos humanos observam-nas e de certa forma o ambiente induz o uso e ocupação das terras.

Brejo Grande possui na paisagem elementos resultantes da interação da dinâmica fluvial e marinha, visto que o rio São Francisco e o oceano Atlântico limitam suas terras. No período colonial, esses elementos favoreceram a instalação de portos para o escoamento da produção açucareira.

As baixas altitudes predominam neste município sergipano, pois geomorfologicamente, a paisagem está composta por feições da Planície Costeira – terraços marinhos, lençóis de areia, planície fluviolagunar, planície fluviomarinha onde se desenvolve o manguezal, campos de dunas inativas e depressões interdunares onde se instalam lagoas temporárias ou permanentes (ALVES, 2010).

De acordo com a autora supracitada, o clima Tropical Megatérmico Úmido Subúmido apresenta pequena amplitude térmica. As temperaturas variam entre 23,2°C e 28,8°C com média anual em torno de 25,0°C. Verifica-se uma variabilidade pluviométrica caracterizada por um período chuvoso correspondente ao outono-inverno, abrangendo os meses de abril a julho e, um período seco representado pelas estações primavera e verão, que se estende de outubro a fevereiro. Essa variabilidade interfere na dinâmica de escoamento fluvial, na vazão dos rios e no volume de água das lagoas, resultando em consequências que por vezes impossibilitam a pesca artesanal, quando a estiagem é longa (ALVES, 2010).

A vegetação reflete as condições climáticas e edáficas. Segundo Brasil (1983) e Alves (2010), as Formações Pioneiras de Influência Marinha representadas pela Restinga colonizam os solos das classes – Espodossolos e Neossolos Quartzarênicos; as Formações Pioneiras de Influência



Fluviomarinha correspondente ao Mangue ocorrem associadas aos Solos Indiscriminados de Mangue e as Formações Pioneiras de Influência Fluvial são encontradas nas áreas onde predominam os Gleissolos e Neossolos Flúvicos.

Estas características ambientais em Brejo Grande favorecem o desenvolvimento de atividades econômicas tradicionais como a pesca, a captura de caranguejo e mariscos, a agricultura de subsistência, a rizicultura e a cocoicultura.

Neste ambiente, historicamente, a produção do espaço se relaciona com a descoberta do rio São Francisco pelos navegantes Américo Vespúcio e André Gonçalves, em 04 de outubro de 1501. Ao longo do tempo se configurou um território disputado e ocupado ora por portugueses, ora por franceses ou holandeses, que interagiam com a população nativa e, mais tarde, com os africanos (MACHADO, 2009).

A população nativa possuía característica seminômade. Desse modo, considerando a análise de Haesbaert (2005), o processo de desterritorialização desta população e consequente territorialização dos portugueses foi favorecido. Atualmente, as marcas dos processos de territorialização são perceptíveis nas características fenotípicas da população que habita os povoados e nas manifestações culturais. No município, os moradores que residem no povoado Terra Vermelha são apontados como tendo possível ascendência holandesa, em razão da cor da pele, olhos e cabelos claros, são “os galegos”, como costumam ser chamados localmente. Por sua vez, as famílias residentes em Brejão dos Negros, Carapitanga, Saramém, Resina e Santa Cruz se autodeclaram afrodescendentes de território remanescente de quilombo.

De acordo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Brejão dos Negros expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o território quilombola abrange povoados pertencentes aos municípios de Brejo Grande e Pacatuba, correspondendo a uma área aproximada de 8.125ha, tendo quatrocentos e sessenta e oito famílias cadastradas, distribuídas nos seguintes povoados: Guaratuba (Pacatuba), Carapitanga, Resina, Cabeço, Saramém e Brejão dos Negros (Brejo Grande).

A presidente da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Brejão dos Negros, denominada a partir do dia 19 de julho de 2006, de Associação Santa Cruz do Brejão dos Negros, em entrevista concedida, assinalou que as famílias associadas são aproximadamente quatrocentas, distribuídas entre a sede municipal de Brejo Grande e povoados Praúna, Santa Cruz, Brejão dos Negros, Carapitanga, Saramém e Resina.

Inicialmente, a ocupação da área esteve relacionada com a lavoura canavieira no estado de Sergipe. A decadência do ciclo da cana-de-açúcar cedeu lugar à rizicultura, que se tornou uma atividade promissora em Brejo Grande, nas primeiras décadas do século XX, pois a presença de

lagoas na planície de inundação do rio São Francisco e a dinâmica das enchentes periódicas da rede hidrográfica favoreciam o cultivo do arroz. Nessa época, a rizicultura se desenvolvia de forma manual e predominavam as relações de trabalho não capitalistas. Os proprietários das fazendas onde se encontravam as lagoas arrendavam-nas para os agricultores interessados e a produção obtida era dividida entre eles. No apogeu da rizicultura, o município chegou a possuir quatro fábricas beneficiadoras do arroz, que se encontram desativadas, atualmente.

A construção da barragem do Sobradinho, em meados da década de setenta, provocou mudanças ambientais com repercussões negativas sobre as atividades produtivas dos municípios do baixo São Francisco, principalmente para a pesca artesanal. As principais foram: i) a redução da vazão e regularização das enchentes do referido rio diminuiu a quantidade de sedimentos e de nutrientes no estuário, favorecendo o surgimento de focos de erosão em setores das margens próximo à foz, em virtude da crescente intensidade das correntes de maré, que adentram o canal fluvial; ii) sem a ocorrência das enchentes, a piscosidade das lagoas foi reduzida; iii) a retenção de sedimentos fluviais na barragem provocou a diminuição da turbidez da água propiciando a atuação de predadores sobre determinadas espécies de peixes do ambiente estuarino, a exemplo da pilombeta (*Anchoviella spp.*; *Anchoa spp.*; *Lycengraulis spp.*), que é pescada principalmente pelas mulheres; iv) a salinização da água do rio São Francisco, dos seus tributários e lagoas, no baixo curso, em razão do avanço da cunha salina no canal fluvial, que está afetando a rizicultura.

Essas mudanças ambientais se relacionam com as intervenções antrópicas sobre a rede hidrográfica e afetam diretamente a pesca artesanal e a produtividade da rizicultura em Brejo Grande (ALVES, 2010). Na atualidade, são encontrados peixes do ambiente marinho no canal do rio São Francisco. Desse modo, os equipamentos para a atividade pesqueira precisam ser readequados para esta nova realidade.

A elevação da salinização no canal do rio São Francisco, de seus afluentes e lagoas está inviabilizando a rizicultura e favorecendo a consolidação da nova reorientação econômica no município, a carcinicultura. As antigas lagoas antes destinadas ao cultivo do arroz estão sendo transformadas em viveiros para criação de camarão *Litopenaeus vannamei*. A expansão da carcinicultura tem implicado na supressão da vegetação de Mangue, descaracterizando a paisagem.

De acordo com uma liderança do povoado Resina, no local, a redução na produtividade do arroz por hectare deve-se a salinização das águas do rio São Francisco e de seus tributários após a construção de barragens, tendo citado a barragem de Xingó, em Canindé de São Francisco. Entretanto, há outros fatores envolvidos nesta questão como a ocorrência de pragas, dificuldades para o pequeno produtor obter linhas de crédito, os altos juros bancários e os conflitos de interesses



em relação ao uso das terras entre membros das comunidades tradicionais, fazendeiros e aquicultores.

Uma política pública que tem contribuído para alterar a produção do espaço e acirrar os conflitos na área de estudo é o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, o PRODETUR/NE, criado pelo Governo Federal na década de noventa. Desde então, o turismo passou a ser visto como a nova orientação econômica para os municípios litorâneos dessa região. Nesse contexto, o potencial turístico de Brejo Grande foi reconhecido por ser um município costeiro, possuir recursos naturais, diversidade de ecossistemas e boas condições climáticas durante o ano inteiro – temperaturas que variam pouco e grande quantidade de dias ensolarados. Os recursos financeiros do PRODETUR/NE foram investidos na melhoria da infraestrutura e em vias que dão acesso no litoral norte de Sergipe. Apesar disso, o turismo ainda não se mostra como uma atividade consolidada na área. Mas, a pressão de incorporadoras do setor imobiliário sobre as terras do município para construção de rede hoteleira de luxo passou a ser mais efetiva e fator gerador de conflitos entre fazendeiros e comunidades remanescentes de quilombo.

No povoado Resina, onde as famílias se dedicam basicamente à pesca artesanal, as lideranças declaram que há alguns anos eles enfrentam esta situação, por ocuparem uma área voltada para o rio São Francisco, que é almejada por uma construtora. Entretanto, a comunidade tem resistido e a questão foi levada a instâncias jurídicas superiores. A Associação Santa Cruz do Brejão dos Negros acompanha o processo e defende a luta da comunidade pela regularização da terra, moradia e por infraestrutura. Na atualidade, a população afirma que as únicas atividades que possibilitam a sua sobrevivência e obtenção de renda são a pesca artesanal, a cata de caranguejo, a rizicultura (embora reduzida) e os cultivos de subsistência – feijão, mandioca e hortaliças.

4 BREJO GRANDE: DA PESCA ARTESANAL À PISCICULTURA

A dinâmica socioeconômica de Brejo Grande esteve continuamente relacionada com as atividades primárias, sendo os recursos naturais da área essenciais para garantir a sobrevivência da população.

Tradicionalmente, a pesca artesanal constitui uma das principais atividades desenvolvidas pelas famílias brejo-grandenses, em razão da identidade cultural, da situação geográfica do município e da presença de recursos ambientais favoráveis – ecossistema manguezal, lagoas, pequenos riachos e o rio São Francisco. A convivência cotidiana das pessoas com esses elementos da paisagem contribuiu para que, de modo espontâneo, fossem formados grupos de pescadores e

pescadoras artesanais, que se reproduzem socialmente a partir da exploração de peixes, caranguejos e mariscos.

A Lei Nº 11.959 (BRASIL, 2009) dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras no país. No seu Artigo 1º se apresenta um conjunto de objetivos dentre os quais se incluem

o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, [...] o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades (BRASIL, 2009, grifos nosso).

Esta Lei considera como atividade pesqueira artesanal, “[...] os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal”. No seu Artigo 8º a pesca artesanal é definida como aquela “[...] praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (BRASIL, 2009).

Em Brejo Grande, as famílias das comunidades tradicionais pesqueiras se enquadram nesses critérios. De acordo com a FAO (2010, *apud* SILVA, 2014) mais da metade do pescado capturado no mundo, advém da pesca artesanal, que emprega mais de 90% dos 35 milhões de pescadores.

De acordo com relato dos pescadores entrevistados, em Brejo Grande, a atividade pesqueira se desenvolve principalmente no ambiente fluvial, em particular, no rio São Francisco e na abrangência do município. Antigamente, o momento da pesca era definido em função das condições do tempo, horário das marés e estações do ano. Entretanto, na atualidade, devido à regularização das vazões, mudança no teor de salinidade do estuário e presença de espécies de peixes marinhos no canal fluvial torna-se necessário adequar os equipamentos, principalmente, o tipo de malha e altura das redes.

No Brasil, apesar da extensão do seu litoral, as leis que regulamentam o setor pesqueiro são recentes, tendo sido criadas a partir de 1930.

Até a primeira década do século XX as pescarias eram primitivas e artesanais, predominando a pesca de subsistência, pouco representativa quanto ao volume capturado. Assim sendo, não havia interesse na regulamentação da atividade pesqueira (GIULIETTI, ASSUMPÇÃO, 1995, *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 23).

Com o crescimento dessa atividade, no decorrer do tempo, foram sendo definidas normas através de decretos e leis. De acordo com a análise de Oliveira (2012, p. 23)



A história dos pescadores artesanais no Brasil é intimamente ligada à história dos grupos marginalizados e oprimidos da sociedade colonial. Estes grupos sustentavam a si próprios, no regime de fome ao qual eram submetidos, pescando nos mangues e nos rios.

Apesar da pesca artesanal não obter grande reconhecimento no que se refere ao volume, os pescadores artesanais, principalmente no litoral brasileiro, sempre tiveram papel importante no contexto produtivo para as capitais. Segundo o autor supracitado, a maior população pesqueira do Brasil vive na região Nordeste, que corresponde também a mais pobre do território nacional.

Brejo Grande se enquadra nesse cenário. Em 2014, estimou-se sua população em aproximadamente 8.165 habitantes. Por outro lado, de acordo, com o mapa de pobreza e desigualdade de Sergipe - 2003, o município apresenta a maior incidência de *pobreza absoluta* do estado – 65,86%, e no que se refere à *pobreza subjetiva* possui 71,39% dos habitantes nessa condição (IBGE, 2014). O primeiro índice faz referência ao poder de compra de uma população, particularmente, em relação ao acesso aos bens necessários à sobrevivência. A incidência da *pobreza subjetiva* respalda-se na percepção da própria população sobre a satisfação das suas necessidades básicas (ESPÍNOLA; SANTOS; ANDRADE, 2010).

Na atualidade, as famílias reconhecidas como quilombolas vivem basicamente da pesca artesanal e captura de caranguejo. Segundo informação verbal da pescadora (P1) e liderança do povoado Resina, em entrevista concedida – “O rio e as terras são o meu ambiente de trabalho”. Por sua vez, a pescadora (P2) do povoado Carapitanga foi enfática ao afirmar que “o rio e o mangue significam a sobrevivência da gente”. Essa compreensão é compartilhada pela totalidade dos entrevistados e familiares.

Na área de estudo, a pesca artesanal se realiza no ambiente fluvial e fluviomarinho. Nestes, o pescador ou pescadora podem capturar peixes, caranguejos, siris e mariscos. Conforme declaração do pescador (P3) residente na Carapitanga, “A gente tem sempre que trazer alguma coisa da pescaria, nem que seja ostra de gaiteria” (um tipo de ostra que se fixa nas raízes da vegetação de Mangue).

Nas comunidades tradicionais de Brejo Grande, as técnicas e os conhecimentos relativos à pesca artesanal são repassados dos pais para os filhos no labor do dia a dia. Do mesmo modo, se verifica em relação a confecção dos instrumentos de trabalho simples. Geralmente, eles são elaborados pelo próprio pescador e familiares, a exemplo das redes e tarrafas para captura de peixes, da “redinha” e “ratoeira” (armadilhas usadas na captura do caranguejo) construídas com garrafas pet, arame e fios de nylon, desfiados de sacos sintéticos.

O produto da pesca se destina à subsistência do grupo familiar e o excedente costuma ser vendido para os “peixeiros”, comerciantes que adquirem a produção de vários pescadores e revendem o produto no mercado regional.

Dentre os crustáceos capturados em grande quantidade se destaca o caranguejo. A sua captura permite a muitas famílias brejo-grandenses auferirem renda, garantindo-lhes a sobrevivência. Entretanto, no chamado período do defeso, época de reprodução do caranguejo, que se estende do mês de janeiro a abril, essas famílias suspendem temporariamente a atividade e passam a receber o chamado seguro-defeso, um benefício cujo valor corresponde a um salário-mínimo mensal. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) proíbe a captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) durante os quatro meses, sendo responsável pela fiscalização, estabelecendo sanções para aqueles que não acatarem a determinação.

Nos dias atuais, em Brejo Grande, constata-se a expansão da carcinicultura e da piscicultura. Estas atividades aquícolas também são reguladas pela Lei Nº 11.959 (BRASIL, 2009). O Artigo 2º dessa Lei define a aquicultura como “a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo, equiparada à atividade agropecuária”.

De acordo com Oliveira (2012, p. 26),

[...] a pesca artesanal passou a disputar espaços e políticas públicas com um ramo de produção que cresceu substancialmente no país, a aquicultura, em especial, a tilapicultura [...]. A atividade da piscicultura é vista ao mesmo tempo como um vilão e uma saída para o aumento da renda e conseqüentemente, das condições socioeconômicas das comunidades pescadoras.

Este autor se refere aos conflitos que se estabelecem com frequência entre pescadores artesanais e aquicultores em razão da divergência de interesses em relação ao uso das terras. Em Brejo Grande, as atividades aquícolas têm implicado no crescimento de impactos ambientais, como o corte da vegetação de mangue, pois os viveiros são instalados na franja do manguezal e áreas de apicum e restinga, além de intervenções na rede hidrográfica. A carcinicultura é uma atividade rentável e se encontra em franca expansão na área. Ela reduz a área de pesca das comunidades tradicionais de pescadores artesanais. Consequentemente, a segurança alimentar e a reprodução social desse grupo social tornam-se vulneráveis.

Além da carcinicultura, a piscicultura também se encontra presente em Brejo Grande. No povoado Cajuípe existe uma unidade piscicultura instalada no canal do rio São Francisco, onde a criação de peixes da espécie tilápia (*Tilapia rendali*, *Oreochromis niloticus*) se desenvolve em tanques-rede com uso de ração, em água corrente. A partir do momento em que os peixes atingem o



peso ideal para serem consumidos ou comercializados, se realiza a despesca, ou seja, a retirada dos peixes dos tanques-rede ou viveiros. A despesca pode ser total, com o esvaziamento dos tanques e viveiros, ou parcial, quando são retiradas apenas algumas unidades do pescado para a comercialização.

No empreendimento visitado, a despesca é parcial, ou seja, com o uso de um jereré (artefato de pesca assemelhado a uma rede em forma de saco) o funcionário responsável pela fazenda retira certa quantidade de peixes que é vendida para proprietários de restaurantes e bares, entre outros. Segundo informação verbal desse funcionário, com o tipo de manejo ali praticado “o peixe ganha peso mais rápido e a despesca se dá em tempo mais curto”. Desse modo, é possível o proprietário auferir lucro em menor tempo.

Diante dessa realidade, há pescadores artesanais que começam a vislumbrar a carcinicultura e a piscicultura como alternativas para melhoria de sua condição socioeconômica. Entretanto, para isso, eles necessitam de linhas de crédito junto ao sistema financeiro para instalar os viveiros, adquirir alevinos e comprar ração, entre outros insumos.

Nos dias atuais, dentre os principais problemas enfrentados pelos pescadores artesanais em Brejo Grande, se destacam: i) o difícil acesso ao manguezal, lagoas e riachos, devido ao controle dessas áreas por proprietários dos viveiros de carcinicultura; ii) a redução do quantitativo do pescado em razão da regularização das enchentes do rio São Francisco após a construção das barragens, comprometendo a renovação das águas e o abastecimento das lagoas da planície de inundação; iii) a diminuição dos recursos pesqueiros devido às mudanças ambientais e ao aumento do contingente de pessoas realizando a atividade pesqueira; iv) crescimento da especulação imobiliária sobre a terra visando atender ao turismo. Além dessas questões, há problemas estruturais relacionados com a falta de planejamento para o setor e de políticas públicas, que atendam efetivamente as necessidades dos pescadores artesanais.

5 COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS: O LABOR E A TRADIÇÃO ALIMENTAR

O Decreto Nº 6.040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais apresenta os seguintes conceitos no seu Artigo 3º:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: *grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua*

reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: *os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais*, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente (BRASIL, 2007, grifos nosso).

Segundo registros históricos, no passado, Brejão dos Negros foi um local de refúgio de escravos fugidos das fazendas e engenhos de cana-de-açúcar. Aqueles que aí se instalaram, constituíram suas famílias e passaram a viver basicamente da pesca artesanal, da lavoura de subsistência e da rizicultura. Assim, ocorreu também nas áreas vizinhas, onde hoje se encontram os povoados Carapitanga, Resina, Saramém e, mais recentemente, Santa Cruz. Essas comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares ocupam terras demarcadas e reconhecidas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como área de quilombo.

O Ministério Público Federal de Sergipe, em novembro de 2009, oficializou publicamente o acesso livre das famílias de comunidades pesqueiras às lagoas marginais da região como forma de garantir a segurança alimentar desses grupos, em particular daqueles que sofrem maior pressão por parte de fazendeiros e incorporadoras da construção civil, por se situarem às margens do rio São Francisco, a exemplo da comunidade da Resina (OLIVEIRA, 2012).

Durante a realização das entrevistas, os membros das comunidades tradicionais foram unânimes em apontar os conflitos territoriais como um fator de insegurança. No dia a dia, o trabalho da pesca se desenvolve com a participação de pessoas da mesma família e outras vezes se realiza coletivamente, com um grupo heterogêneo de pescadores e pescadoras de diferentes famílias, que vai para sua atividade laboral no rio São Francisco, riachos ou manguezal. Nesse caso, a quantidade de pescado obtida é dividida equitativamente entre todos os integrantes.

Da cadeia produtiva da pesca artesanal participam pessoas externas às comunidades tradicionais, chamadas localmente de atravessadores, cambistas ou peixeiros. Quando o pescador não possui uma embarcação, o atravessador “empresta” o barco para a realização da pescaria, condicionando que o produto da pesca obtido será negociado exclusivamente com ele e o valor da produção é pago ao pescador artesanal, após o atravessador descontar um percentual em razão do “empréstimo” da embarcação e do combustível. Da negociação do produto, sempre resta uma quantidade de pescado que será consumido pela família do pescador. Nesse processo, os atravessadores levam vantagem, pois definem o preço do produto, fruto do trabalho do pescador artesanal.

Os peixes, crustáceos e mariscos são incluídos na culinária local. Os pratos geralmente são acompanhados de legumes, hortaliças e farinha de mandioca, produtos cultivados na lavoura de



subsistência. As mulheres costumam salgar os peixes como forma de conservá-los e preferem os de carne branca, em particular – robalo (*Centropomus spp.*), carapeba (*Diapterus rhombeus*) e tainha (*Mugilcephalus*). No cardápio se destacam as moquecas de peixe no leite de coco ou sem coco, a fritada de sururu e o quebradinho de caranguejo, entre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bases teórico-metodológicas mostraram-se apropriadas para as análises efetuadas. Os estudos revelaram que as atividades produtivas básicas praticadas pelos membros das comunidades tradicionais ainda são a pesca artesanal, a cata de caranguejos e de mariscos, complementadas pela agricultura de subsistência. Estas pessoas relacionam as mudanças ambientais com a redução do pescado, que afeta conseqüentemente a pesca artesanal. Elas apontam a construção de barragens no rio São Francisco, como o principal fator responsável pelas dificuldades que enfrentam para manter as atividades laborais tradicionais, pois após a regularização das enchentes, as lagoas da planície de inundação deixaram de ser abastecidas pelos peixes, que ali ficavam aprisionados.

Além dos problemas ambientais decorrentes das intervenções antrópicas, as novas orientações econômicas, representadas pelo turismo e atividades aquícolas (carcinicultura e piscicultura), evidenciaram conflitos em razão dos diferentes interesses dos atores sociais que produzem o espaço – gestores públicos, fazendeiros, comunidades tradicionais, empresários do ramo imobiliário. O turismo, amparado por políticas públicas como o PRODETUR/NE, requer a instalação de equipamentos que atendam a um público cuja cultura não se harmoniza com a realidade da população local. Por sua vez, as atividades aquícolas estão reduzindo o espaço para a prática da atividade pesqueira pelas comunidades tradicionais, pois os recursos hídricos que se encontram nas fazendas de carcinicultura e de piscicultura foram apropriados pelos seus donos.

Esse conjunto de fatores e a falta de políticas públicas que atendam aos interesses das comunidades tradicionais fomentam os conflitos. Mas, apesar das dificuldades, enquanto grupo social, os pescadores artesanais resistem para conservar as suas práticas laborais.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Pesquisa e à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Sergipe, que possibilitaram os estudos realizados através de financiamento, na forma de bolsa de Iniciação Científica/PIBIC e Bolsa de Iniciação à Extensão/PIBIX.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. M. S. Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do Litoral Norte do Estado de Sergipe – diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território. 2010. 348 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/123456789/1441>>.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. 351 p.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**, São Paulo, n. 13, p. 1-27, 1972.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos de pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 42- 57.

BRASIL. **Lei Nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e dá outras providências. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. **Decreto Nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blucher, 1999. 233 p.

ESPÍNOLA, G. M.; SANTOS, M. S.; ANDRADE, M. A. **A incidência da pobreza no Brasil: uma análise empírica, 1992-2005**. In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, 2010, Natal - RN. Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, 2010.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 165- 205.

IBGE. **Cidades. Sergipe: Brejo Grande**. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280070&search=sergipe|brejo-grande>>; Acesso em: 16.06.15.

MACHADO, R. C. V. **Rio São Francisco**. Pesquisa Escolar Online. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em 10 jan. 2016.

OLIVEIRA, T. R. A. **Meu lugar é o rio: aspectos identitários e territoriais da comunidade de pescadores artesanais do povoado Resina, Brejo Grande/SE**. 2012. 82f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Universidade do Estado da Bahia, Paulo Afonso, 2012. Disponível em:



<<http://www.uneb.br/ppgecoh/files/2013/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Ticiano-Oliveira.pdf>>.
Acesso em 10 jan. 2016.

SILVA, A. P. da. **Pesca artesanal brasileira** - aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014. 32 p.: il. color. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento / Embrapa).

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Recebido em 03 de janeiro de 2017

Aprovado em 20 de abril de 2017



SENSORIAMENTO REMOTO E GEOPROCESSAMENTO APLICADOS AO ESTUDO GEOLÓGICO-GEOMORFOLÓGICO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JAPARATUBA, SERGIPE - BRASIL

REMOTE SENSING AND GEOPROCESSMENT APPLIED TO THE GEOLOGICAL- GEOMORPHOLOGICAL STUDY OF THE JAPARATUBA RIVER BASIN, SERGIPE – BRAZIL

TELEDETECCIÓN Y GEOPROCESAMIENTO APLICADOS AL ESTUDIO GEOLÓGICO-GEOMORFOLÓGICO DE LA CUENCA DEL RÍO JAPARATUBA, SERGIPE – BRASIL

Sanmy Silveira Lima

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geociências e Análise de Bacias da
Universidade Federal de Sergipe
Email: Sanmy_lima@hotmail.com

José Antônio Pacheco de Almeida

Professor do Departamento de Geologia (DEGOL - UFS); Programa de Pós-Graduação em
Geografia; Programa de Pós-Graduação em Geociências e Análise de Bacias da
Universidade Federal de Sergipe
Email: pachecoalmeidaufs@gmail.com

José Batista Siqueira

Professor do Departamento de Geologia (DEGOL - UFS) da
Universidade Federal de Sergipe
Email: oju296@gmail.com

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo aplicar técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento para a caracterização das inter-relações geológico-geomorfológicas da Bacia Hidrográfica do Rio Japaratuba (BHRJ), localizada no nordeste do estado de Sergipe. A metodologia empregada consiste na aquisição de dados SRTM (*Shuttle Radar Topographyc Mission*) para a extração da drenagem de forma automática, como também do relevo sombreado que deram suporte aos métodos automáticos de extração de lineamentos geológicos e representação linear de topos. Os métodos viabilizaram análises semi-quantitativas no mapeamento das estruturas geológico-geomorfológicas, onde os diagramas de roseta mostram que as três variáveis utilizadas na pesquisa, drenagem, estruturas lineares e representação linear de topos, estão agrupadas de forma preferencial na direção NW-SE e um *trend* subordinado na direção NE-SW, devido ao controle estrutural exercido pelas rochas do embasamento. O estudo serve como fonte de informações das formas do relevo presentes na região, bem como apresenta os riscos de erosão, e restrições para o uso e ocupação urbana da Bacia Hidrográfica do Rio Japaratuba.

Palavras-chave: Sensoriamento remoto e geoprocessamento; SRTM; Bacia Hidrográfica do Rio Japaratuba.

ABSTRACT:

This article aims to apply remote sensing and geoprocessing techniques to characterize the geological-geomorphological interrelationships of the Japaratuba River Basin (BHRJ), located in the northeast of the state of Sergipe. The methodology employed is the acquisition of SRTM data (*Shuttle Radar Topographyc Mission*) to extract the drainage automatically, as well as the shaded relief that supported the automatic methods of extraction of geological lines and representation of linear tops. The methods enabled semi-quantitative analyzes in the mapping of the geological-geomorphological structures, where the rosette diagrams show that the three variables used in the drainage survey, the linear structures and the linear representation of tops are grouped preferably in the NW-SE direction and a subordinate trend in the NE-SW direction, due to the structural control exerted by the basement rocks. The study serves as a source of information on the relief forms present in the region, as well as presents the risks of erosion, and restrictions for the urban use and occupation of the Japaratuba River Basin

Keywords: Remote sensing and geoprocessing; SRTM; Japaratuba River Basin.

RESUMEN:

Este artículo pretende aplicar técnicas de teledetección y geoprocesamiento para caracterizar las interrelaciones geológico-geomorfológicas de la Cuenca del Río Japaratuba (BHRJ), ubicada en el noreste del estado de Sergipe. La metodología empleada consiste en la adquisición de datos SRTM (Shuttle Radar Topography Mission) para extraer automáticamente el drenaje, así como el relieve sombreado que ha dado soporte a los métodos automáticos de extracción de líneas geológicas y representación de tops lineales. Los métodos permitieron análisis semi-cuantitativos en el mapeo de las estructuras geológico-geomorfológicas, donde los diagramas de roseta muestran que las tres variables utilizadas en la investigación, drenaje, estructuras lineales y representación lineal de las cumbres, se agrupan preferentemente en la dirección NW-SE en una tendencia subordinada en la dirección NE-SW, debido al control estructural ejercido por las rocas cristalinas de base. El estudio sirve como fuente de información sobre las formas de relieve presentes en la región, así como presenta los riesgos de erosión y las restricciones para el uso y ocupación urbana de la Cuenca del Río Japaratuba.

Palabras clave: Teledetección y geoprocesamiento; SRTM; Cuenca del Río Japaratuba.

1 INTRODUÇÃO

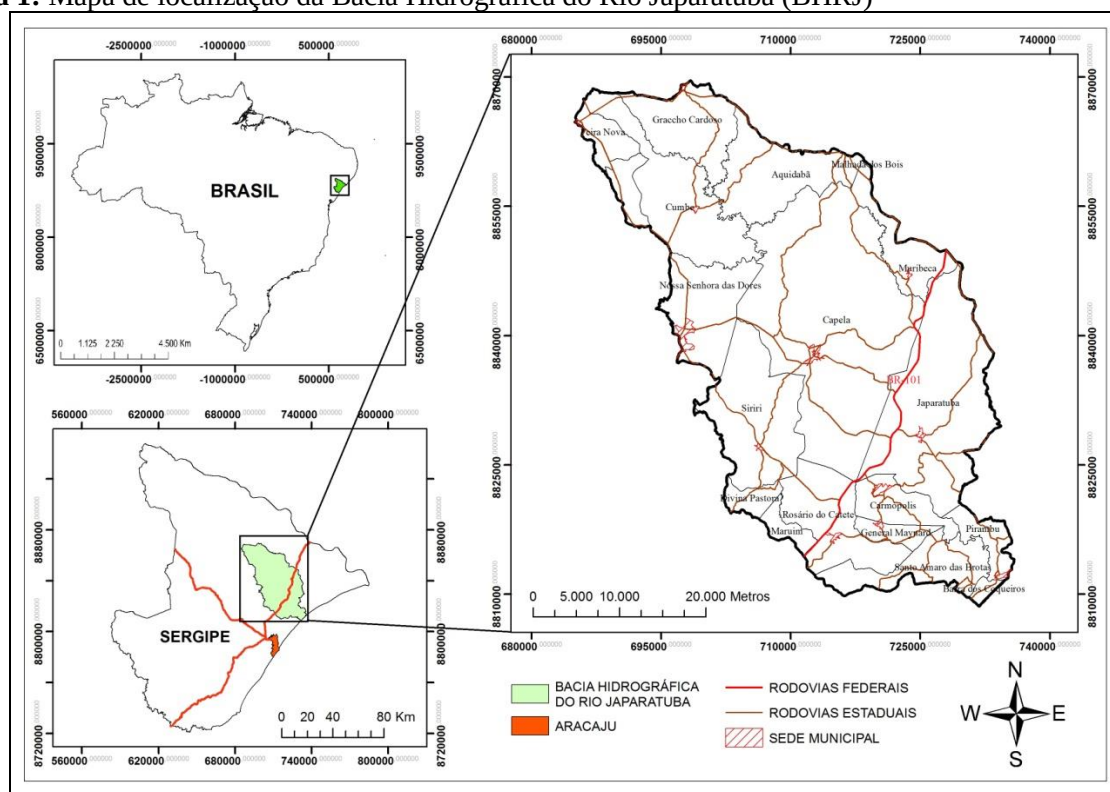
Esta pesquisa foi realizada na Bacia Hidrográfica do Rio Japaratuba (BHRJ) localizada no nordeste do Estado de Sergipe (Figura 1). O seu acesso principal se faz pela rodovia BR-101. A BHRJ é a única bacia hidrográfica totalmente inserida no Estado, possui uma área de aproximadamente 1.685km², apresenta um perímetro de 247,30 km e seu rio principal, o Japaratuba, tem uma extensão de 135 km. Nasce na Serra da Boa Vista entre os municípios de Feira Nova e Graccho Cardoso e deságua no Oceano Atlântico. Aragão *et al.* (2009) destacam como principais afluentes que compõem a bacia os rios: Siriri, pela margem direita, e o Japaratuba Mirim, pela margem esquerda. Essa bacia hidrográfica abrange total e parcialmente 18 municípios sergipanos.

As geotecnologias têm apresentado um rápido desenvolvimento graças aos avanços tecnológicos das últimas décadas. E são adequadas a diversas aplicações, a exemplo do estudo dos aspectos geológicos, geomorfológicos, ambientais, dentre outros.

Neste trabalho as geotecnologias são empregadas no estudo das inter-relações geológico-geomorfológicas da BHRJ. A utilização dessas tecnologias tem se mostrado eficaz no mapeamento geológico-geomorfológico, uma vez que se pode obter informações sobre a litologia, as estruturas geológicas e o modelado.

O estudo aborda técnicas de tratamento digital de imagens (Landsat 8), análises de imagens multiespectrais e dados interferométricos (Shuttle Radar Topography Mission-SRTM), com o objetivo de melhor compreender as inter-relações geológico/geomorfológicas da BHRJ.

A partir dos dados SRTM são obtidas às imagens sombreadas que permitiram identificar os lineamentos, bem como a extração automática do sistema de drenagem. Como passo seguinte, foram elaboradas a carta de declividade e a hipsometria para subsidiar o estudo geomorfológico da BHRJ.

Figura 1: Mapa de localização da Bacia Hidrográfica do Rio Japarutuba (BHRJ)

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A utilização das geotecnologias para a determinação das características da área de estudo é de grande importância. Para isso, são descritas a seguir as etapas realizadas em uma rotina de processamento de imagens e dados, as quais envolvem: modelo numérico do terreno (MNT), relevo sombreado, drenagem automática, lineamento automático, mapa de hipsometria e diagrama de rosetas. Todos os mapas apresentam-se no sistema de coordenadas cartesianas bidimensionais UTM (Universal Transversa de Mercator), Datum Sirgas 2000, Zona 24S.

Segundo Rabus et al. (2003), para a geração de um MNT, deve-se primeiro efetuar um levantamento de dados disponíveis e procurar caracterizá-los espacialmente. Em seguida, introduz-se os dados no sistema (digitalização/vetorização), estabelecendo os parâmetros de interpolação dos pontos e por fim aplica-se o módulo MNT do *software* Spring para a geração do modelo.

As amostras disponíveis para a elaboração das grades representam o comportamento do relevo da região. Medeiros et al. (2009) afirmam que essa representação não preserva a quantidade e nem a espacialização original dos dados, no entanto permite uma fácil avaliação visual, qualitativa, do modelado. A partir dos dados SRTM foi elaborada a grade retangular utilizada para produzir imagens em níveis de cinza, possibilitando dessa forma, a extração automática da drenagem.



Para a elaboração da imagem sombreada foram utilizados os dados SRTM reamostrados para 30m e manuseados no *Spring*. De acordo com a metodologia proposta por Smith & Clark (2005) se fez necessário duas composições com azimutes e iluminações diferentes. Estas composições por sua vez, devem ser perpendiculares a principal direção das estruturas para formação das zonas sombreadas que identificaram as estruturas lineares.

A drenagem automática foi gerada através do Modelo Numérico do Terreno no *software* ArcGis. A rede de drenagem automatizada foi extraída utilizando a metodologia de Ros & Borga (1997) que consiste na combinação do reconhecimento de pixels côncavos como potenciais pontos de transmissão (*Flow direction*) e na atribuição de um sentido de drenagem para cada célula do MNT e a derivação posterior da rede de drenagem (*Flow Accumulation*).

O trabalho considerou a metodologia desenvolvida por Conceição et al. (2013) os quais utilizaram imagens orbitais e o relevo sombreado para a extração dos lineamentos através de um algoritmo implementado no *software* Geomática. O procedimento desenvolvido por Conceição et al. (2013) consiste em transformar feições lineares contidas nas imagens em um segmento vetorial de forma automática.

A extração de topos foi obtida a partir dos pontos de máximo e mínimo das feições topográficas, no *software* Global Mapper onde o algoritmo calcula o valor de altitude correspondente a dois terços do máximo, e gera isolinhas das altitudes dos topos. Estas isolinhas são armazenadas em um Plano de Informação temático.

O Mapa de declividade ou carta clinográfica, segundo Silva (2009), tem por objetivo "mostrar as inclinações de uma área em relação a um eixo horizontal. Servindo como fonte de informações das formas do relevo, das aptidões agrícolas, riscos de erosão, restrições de uso e ocupação urbana". Tal mapa de aptidões é elaborado com base no MNT a partir da metodologia apresentada por Ross et al. (2000).

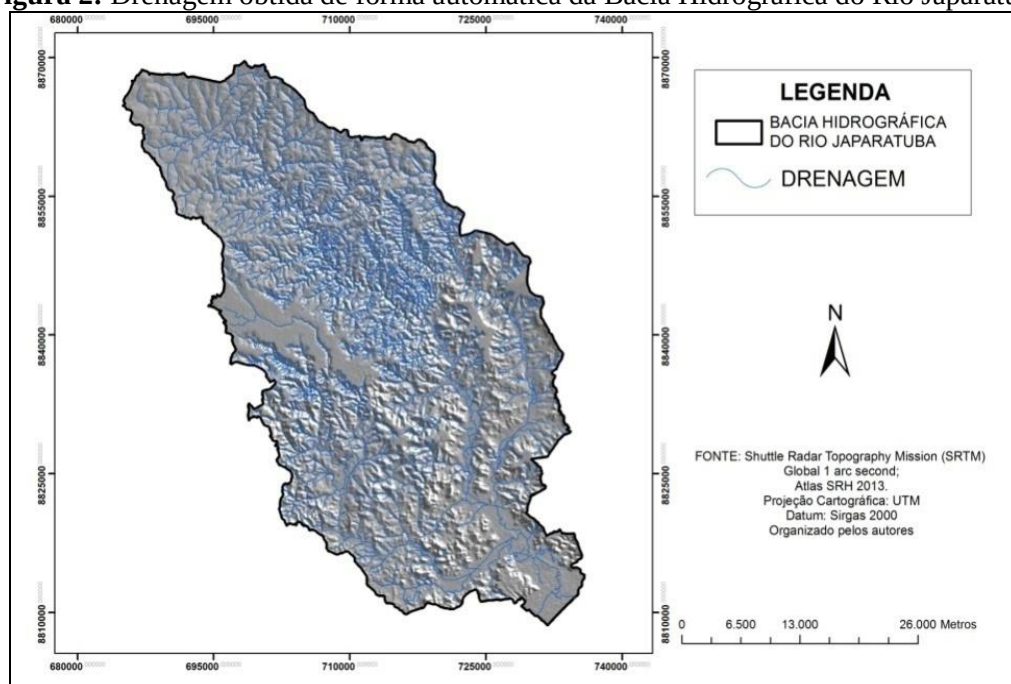
Leonowicz et al. (2009) abordam a hipsometria como uma representação da elevação de um terreno através de cores. As cores utilizadas possuem uma equivalência com a elevação do terreno. Lima et al (2014) afirmam que os estudos hipsométricos possibilitam conhecer o relevo de uma região de forma mais aprofundada e quais são os fenômenos que ocorrem em sua superfície.

Segundo Reeves et al. (1983) e Souza Jr. (1998) os diagramas podem apresentar formas circulares, semicirculares ou em estrela. Os diagramas indicam o número total de estruturas lineares nas direções, a sua frequência ou o seu comprimento acumulado. Este tipo de diagrama é geralmente utilizado para mostrar as direções estruturais dominantes e suas variações. Nesta pesquisa o diagrama de rosetas foi usado para identificação das feições geológicas, como também a direção principal da drenagem e dos topos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

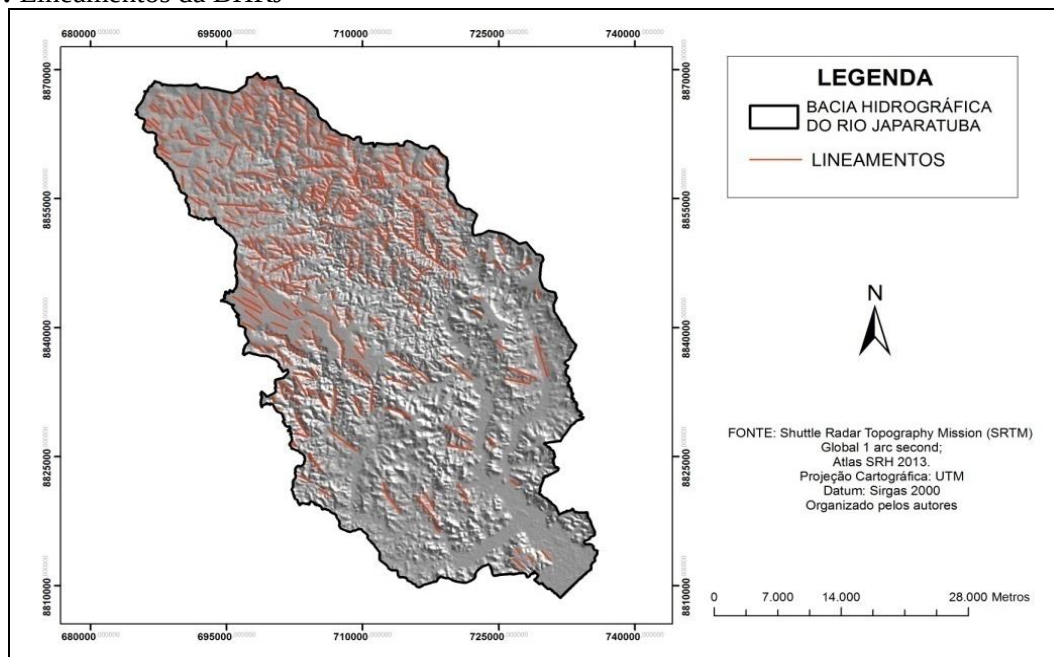
Com a aplicação da metodologia na área obteve-se os seguintes resultados: mapa de drenagem obtido de forma automática (Figura 2), o qual apresenta uma rede hídrica diversificada. Segundo o modelo de Strahler (1957) é possível encontrar rios de primeira, segunda e terceira hierarquia. Através da análise da classificação de Strahler (1957) pode-se também compreender o nível de erosão dentro de uma bacia, bem como o grau de transporte de sedimentos e a ação fluvial no relevo, uma vez, que quanto maior a quantidade de drenagens maior será a ação fluvial no relevo. Pode-se verificar na figura 2 uma maior presença de drenagens na zona central da bacia hidrográfica, sendo esta uma zona com alto índice de erosão, e possível baixa permeabilidade do substrato por conta das rochas da Faixa de Dobramentos Sergipana, induzindo ao fluxo superficial.

Figura 2: Drenagem obtida de forma automática da Bacia Hidrográfica do Rio Japaratuba



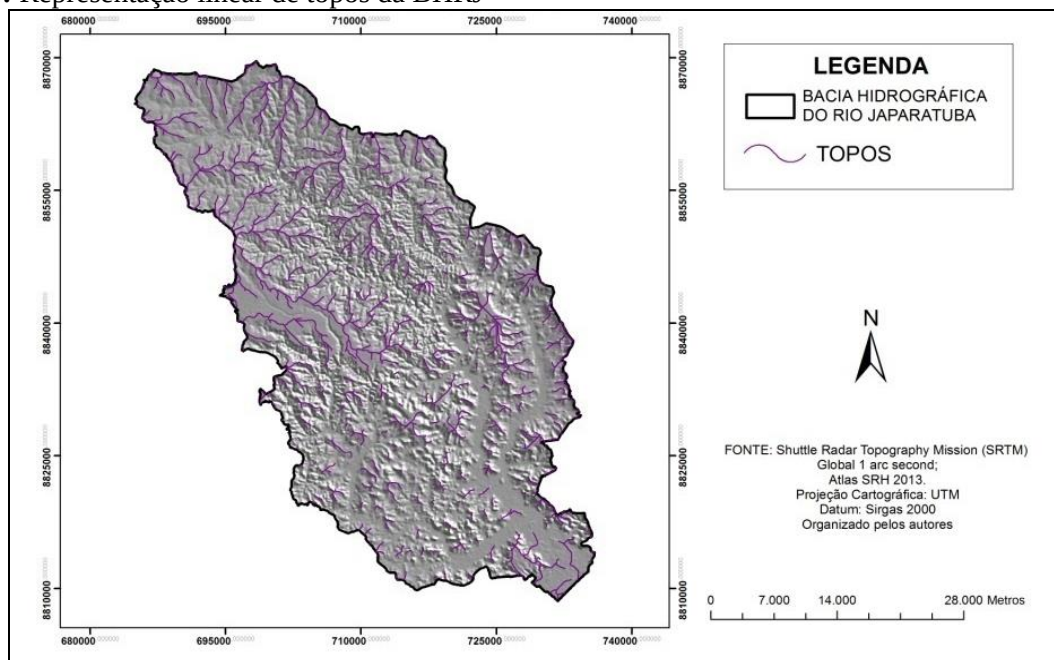
Segundo O'Leary et al. (1976) lineamentos são estruturas mapeáveis que apresentam características simples ou compostas de uma superfície, cujas partes são alinhadas apresentando-se de forma retilínea e diferindo dos padrões adjacentes. O mapa de lineamentos (Figura 3) também foi obtido de forma automática de acordo com a metodologia proposta por Conceição et al. (2013), apresentando uma população de 329 lineamentos com tamanhos variando de 342 metros até 7.741 metros. A direção predominante é NW-SE (Figuras 3 e 7).

Figura 3: Lineamentos da BHRJ



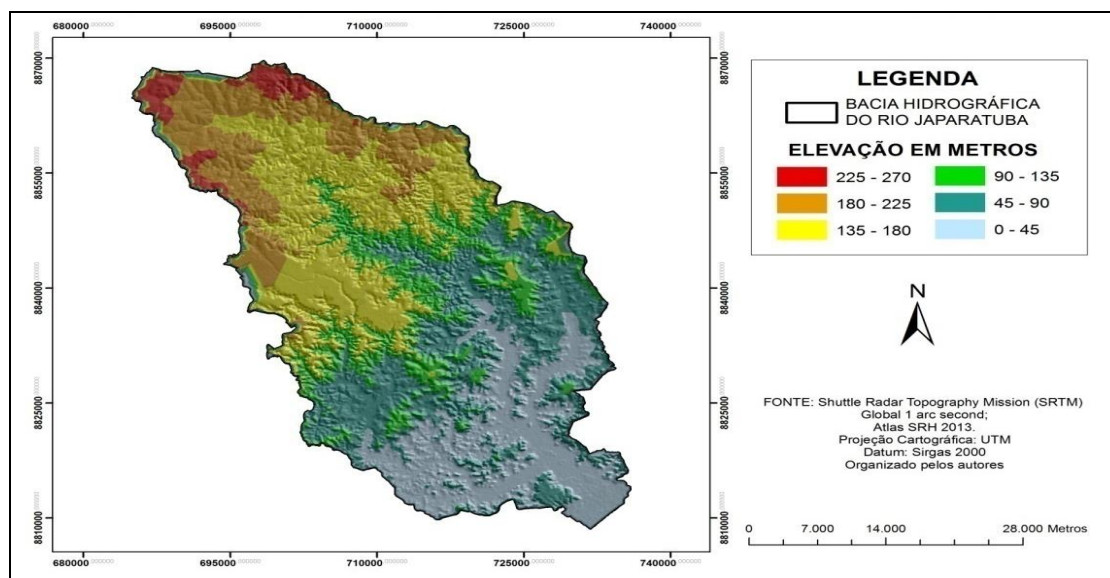
De acordo com a definição de Guerra (2008) topos são as partes mais elevadas de um morro, por vezes pode ser usado como sinônimo de cume. A partir deste conceito básico foi elaborada uma representação linear dos topos (Figura 4), tal representação vetorial foi obtida de forma automática. A Bacia Hidrográfica do Rio Japaratuba tem relevo suave com poucos altos estruturais. É importante salientar que o maior número de representações lineares de topos foi encontrado na borda noroeste da bacia hidrográfica, onde se encontra a Serra da Boa Vista local da nascente do Rio Japaratuba.

Figura 4: Representação linear de topos da BHRJ



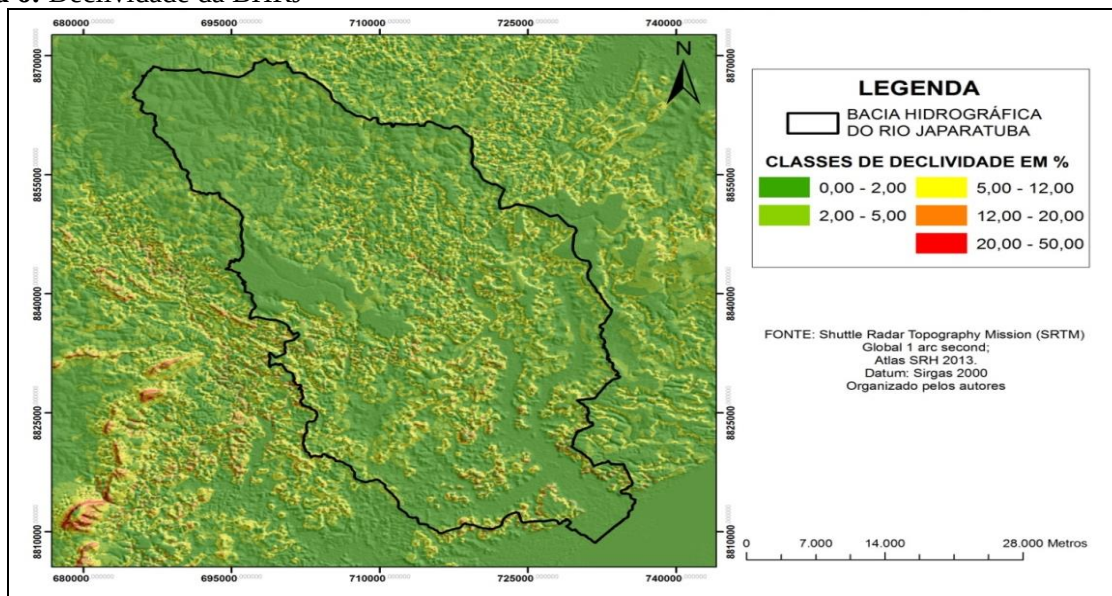
Leonowicz *et al.* (2009) afirmam que a hipsometria é um método bastante popular para a representação do relevo e que frequentemente está associado ao relevo sombreado como mostra a Figura 4. Leonowicz *et al.* (2009) ainda ressaltam que as principais formas de relevo positivo ganham destaque no mapa hipsométrico e que as linhas de contorno podem ser deslocadas para a melhor visualização da informação. Tendo estes princípios como base foi gerado o mapa hipsométrico (Figura 5), em um segundo momento foi gerado o mapa de declividade. Braga *et al.* (2005) aborda o cruzamento de tais produtos para a caracterização de forma satisfatória da topografia. Com a sobreposição das informações também foi possível individualizar as unidades que compõe a área. O mapa hipsométrico destaca seis diferentes classes de elevação, com maior representatividade temos a classe de 0-45m e a classe de 135-180m. A classe de 225-270m representa parte da Serra da Boa Vista onde se localiza a nascente do rio principal da bacia hidrográfica estudada.

Figura 5: Hipsometria da BHRJ



A declividade da área agrupa-se em cinco classes, definidas a partir da metodologia elaborada por Ross *et al.* (2000), onde tais classes são representadas por porcentagem. A figura 6 destaca como principais classes as que se apresentam no intervalo entre 0-2% e 5-12%. O mapa de declividade (Figura 6) foi apresentado para a área da bacia hidrográfica e seu entorno, uma vez que se realizou o corte somente para a área de estudo ocasionaria prejuízo à qualidade do dado apresentado.

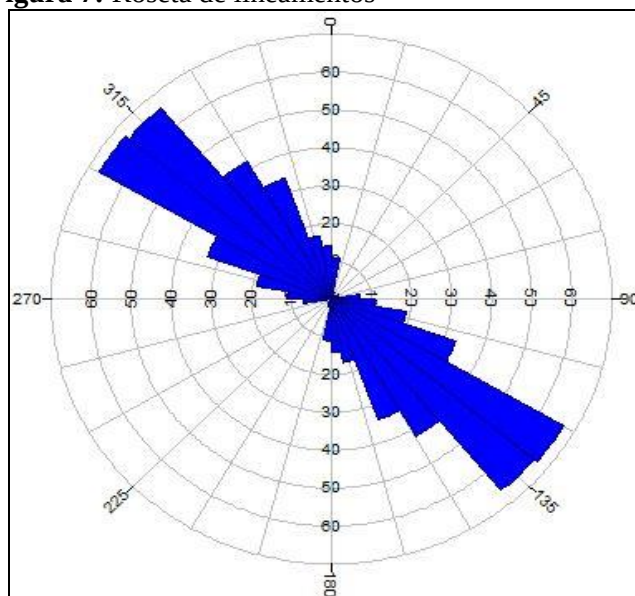
Figura 6: Declividade da BHRJ



Por fim foram utilizados os diagramas de roseta para mostrar a frequência e a principal direção das estruturas geológicas (lineamentos) e geomorfológicas (representação linear de topos). Também foi elaborada uma roseta de drenagem, a qual está relacionada com a geologia e a geomorfologia.

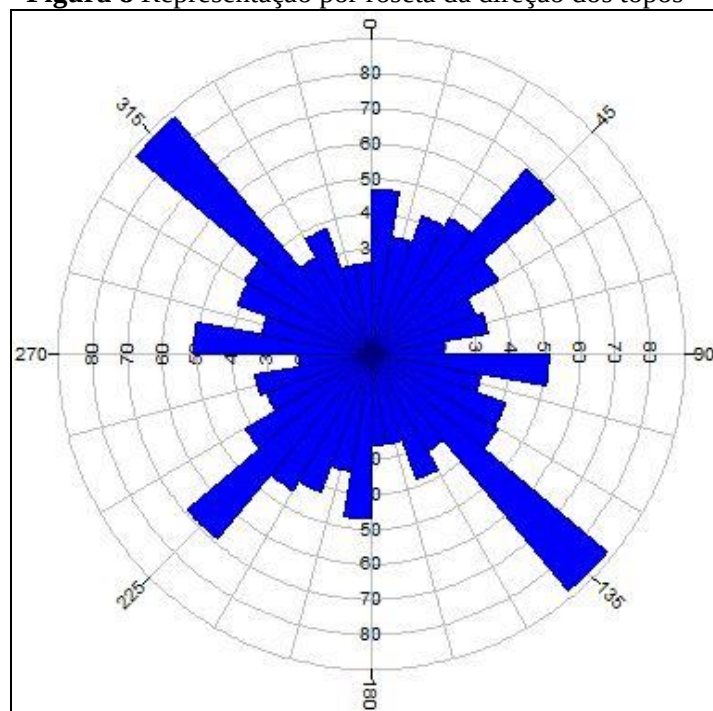
A Figura 7 mostra a frequência e a direção principal dos lineamentos da BHRJ. Onde se verifica que há significativo controle estrutural, e o diagrama de roseta apresenta uma direção NW-SE bem definida.

Figura 7: Roseta de lineamentos



Pode-se verificar que tanto os diagramas de roseta de lineamentos quanto o diagrama de roseta das representações lineares de topos (Figura 8) apresentam a mesma direção principal (NW-SE). Entretanto o diagrama de roseta das representações lineares de topos (Figura 9) também realça um trend NE, os quais devem refletir as foliações, as fraturas e as falhas presentes na área de estudo. Assim pode-se afirmar que na BHRJ a geomorfologia está associada às estruturas geológicas.

Figura 8 Representação por roseta da direção dos topos

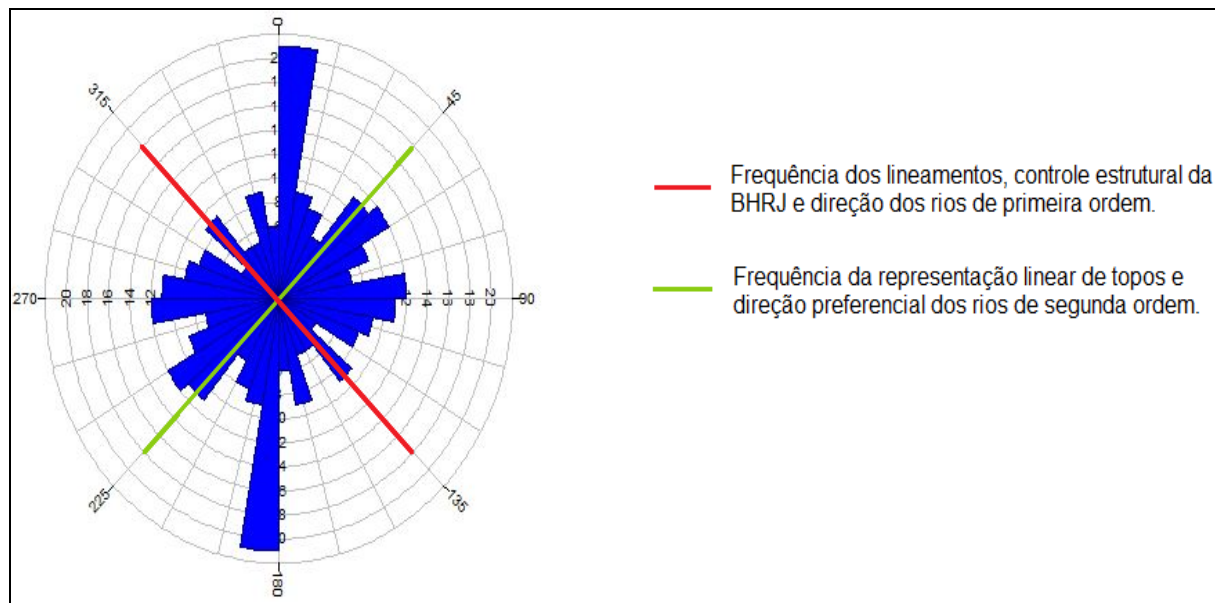


Como abordado na metodologia o diagrama de roseta mostra a frequência e a direção das feições geológicas e geomorfológicas.

A partir dos dados obtidos pelo mapa de drenagem e pelo diagrama de lineamentos verifica-se que o rio principal da BHRJ tem seu curso na mesma direção das feições lineares (lineamentos), porém por ser apenas um rio sua frequência finda sendo menor que a dos demais rios de segunda e terceira ordem (Figura 9). Devido à quantidade de rios de terceira ordem encontrados na região as direções de drenagem não se encontram em total conformidade com os demais diagramas de roseta (lineamentos e representação linear de topo), mesmo assim é possível notar uma frequência na direção NE/SW assim como a mesma direção se encontra presente na roseta de direção de topos de maneira mais destacada, deixando assim evidente as inter-relações entre a drenagem, a geomorfologia e a geologia.



Figura 9 Diagrama de roseta da drenagem



4 CONCLUSÕES

Os métodos viabilizaram análises semi-quantitativas no mapeamento das estruturas geológico-geomorfológicas, onde os diagramas de roseta mostram que as três variáveis utilizadas na pesquisa, drenagem, estruturas lineares e representação linear de topos, estão agrupadas de forma preferencial na direção NW-SE e um *trend* subordinado na direção NE-SW, devido ao controle estrutural exercido pelas rochas do embasamento. Estas observações corroboram com a correlação existente entre a geomorfologia e a geologia, bem como a importância do estudo integrado das mesmas.

É importante ressaltar que os dados obtidos por esta pesquisa podem auxiliar no ordenamento territorial da BHRJ, pois o mapa de declividade ou carta clinográfica mostra as inclinações de uma área em relação a um eixo horizontal. Servindo como fonte de informações das formas do relevo, das aptidões agrícolas, riscos de erosão, restrições de uso e ocupação urbana. Os dados são gerados de forma rápida e podem ser atualizados ao longo do tempo para o aprimoramento dos estudos da bacia hidrográfica, bem como para gestão de uso e ocupação do solo.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, R.; ALMEIDA, J. A. P.; FIGUEIREDO, E. E.; SRINIVASAN, V. S. Mapeamento do potencial de erosão laminar na Bacia do Rio Japarutuba, SE, via SIG. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 15, n 7, p. 731-740, 2011.
- BRAGA, B., HESPANHOL, I., CONEJO, J. G. L., MIERZWA, J. C., BARROS, M. T. L., SPENCER, M., PORTO, M., NUCCI, N., JULIANO, N., EIGER, S. **Introdução à Engenharia Ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 318 p. 2005.
- CONCEIÇÃO, R. A. C.; SILVA, A. Q. Extração automática de lineamentos utilizando imagens SRTM, Landsat ETM+ e ALOS PALSAR na região de Nobres, MT. In: Epiphany J.C. N., Galvão L.S., editores. **Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**: abril 13-18; Foz do Iguaçu, PR. São José dos Campos (SP): INPE, p. 3688-3695, 2013.
- GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. Novo **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 648 p. 2008.
- LEONOWICZ, A. M.; JENNY, B.; HURNI, L. Automatic generation of Hypsometric layers for small-scale maps. **Computers & Geosciences**, v 35, p. 2074-2083, 2009.
- LIMA, S. S.; ALMEIDA, J. A. P.; SIQUEIRA, J. B.; ALMEIDA, G. M.; ROSA, L. R. J. Aplicação de geoprocessamento e dados SRTM no estudo geomorfológico do município de Malhador-SE. In: **Anais do VII Geonordeste**: novembro 18-21; Aracaju, SE. Aracaju (SE): RESGEO, p. 139-143. 2014.
- MEDEIROS, L. C.; FERREIRA, N. C.; FERREIRA, L.G. Avaliação de Modelos Digitais de Elevação para Delimitação Automática de Bacias Hidrográficas. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 61, n2, p. 138-151. 2009
- O'LEARY, D.W.; FRIEDMAN, J. D.; POHN, H. A.; Lineament, linear, lineation: Some proposed new standards for old terms. **Geological Society of America Bulletin**, v. 87, n. 10, p. 1463-1469, 1976.
- RABUS, B.; EINEDER, M.; ROTH, A.; BAMLER, R. The shuttle radar topography-a new class of digital elevation models acquired by space borne radar. **ISPRS. Journal of Photogrammetry and Remote Sensing**, v. 57, p. 241-262, 2003.
- REEVES, R. G.; ANSON, A.; LANDEN, D. **Manual of remote sensing**. Fall Church: American Society of Photogrammetry, 2440 p. 1983.
- ROS, D.; BORGA, M. Use of Digital Elevation Model Data for the Derivation of the Geomorphological Instantaneous Unit Hydrograph. **Hydrological processes**, v. 11, p. 13-33, 1997.
- ROSS, J.; SANCHES, L. Geomorfologia aplicada aos EIA's RIMA's. In: GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. editores. **Geomorfologia e Meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 335 p. 2000.
- SILVA, T. I.; RODRIGUES, S. C.; Tutorial de cartografia geomorfológica. **Revista geográfica acadêmica**, v. 3, n 2, p. 1-66. 2009.



SMITH, M. J.; CLARK, C. D. Methods for the visualization of digital elevation models for landform mapping. **Earth Surface Processes and Landforms**, v. 30, p. 885-900, 2005.

SOUZA-JUNIOR, M. A. **Sensoriamento remoto aplicado no estudo de estruturas geológicas com ocorrências de depósitos minerais, na porção centro-norte do estado da Paraíba**. São José dos Campos: INPE. 122 p. 1998.

STRAHLER, A. N. Quantitative analysis of watershed geomorphology. **Trans. American Geophysical Union**, v. 38, p. 913-920, 1957.

Recebido em 21 de dezembro de 2016

Aprovado em 16 de maio de 2017